



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL –
8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

MARÇO/2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL –
8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, IN TCU nº 72/2013, DN TCU nº 127/2013, Portaria TCU nº 175/2013 e Portaria CGU nº 133/2013.

São Paulo-SP, 03/2014

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AFRFB – Auditor Fiscal de Receita Federal do Brasil
AGU – Advocacia–Geral da União
ALF – Alfândega da Receita Federal do Brasil
ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil
Art. – Artigo
ASCOM – Assessoria de Comunicação Social
ASESP – Assessoria Especial
ATA – Assistente Técnico–Administrativo
ATRFB – Analista Tributário da Receita Federal do Brasil
AUDIT – Coordenação–Geral de Auditoria Interna
CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil
CAFIR – Cadastro de Imóveis Rurais
CEPS – Comissão de Ética Pública Seccional
CERAD – Centro Nacional de Gestão de Risco Aduaneiro
CETAD – Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros
CGU – Controladoria–Geral da União
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
COAEF – Coordenação–Geral de Atendimento e Educação Fiscal
COANA – Coordenação–Geral de Administração Aduaneira
COCAD – Coordenação–Geral de Gestão de Cadastro
COCAJ – Coordenação–Geral de Contencioso Administrativo e Judicial
CODAC – Coordenação–Geral de Arrecadação e Cobrança
COFIS – Coordenação–Geral de Fiscalização
COGEP – Coordenação–Geral de Gestão de Pessoas
COGER – Corregedoria
COGET – Coordenação–Geral de Estudos, Previsão e Análise
COMAC – Coordenação Especial de Maiores Contribuintes
CONPROVI – Controle de Procedimentos Vinculados
COPAV – Coordenação–Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional
COPEI – Coordenação–Geral de Pesquisa e Investigação
COPEP – Coordenação–Geral de Programação e Estudos
COPOL – Coordenação–Geral de Programação e Logística
COREC – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição
COSIT – Coordenação–Geral de Tributação
COTEC – Coordenação–Geral de Tecnologia da Informação
DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DCOMP – Declaração de Compensação
DE – Despacho Aduaneiro de Exportação
DEFIS – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização
DEINF – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras
DELEX – Delegacia Especial da Rec. Fed. do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior
DEMAC – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes
DERAT – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária
DERPF – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas

DI – Despacho Aduaneiro de Importação
DIAAC - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Atendimento e Controle do Crédito
DIAAD - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Aduaneiros
DIAEX - Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo
DIAFI – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Fiscalização
DIANA – Divisão de Administração Aduaneira
DIATA – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Tecnologia e de Administração
DIFIS – Divisão de Fiscalização
DIGEP – Divisão de Gestão de Pessoas
DIMAC – Divisão de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes
DIPAV – Divisão de Planejamento, Avaliação e Controle
DIPOL – Divisão de Programação e Logística
DIRAC – Divisão de Arrecadação e Cobrança
DIREP – Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho
DISIT – Divisão de Tributação
DITEC – Divisão de Tecnologia da Informação
DIVIC – Divisão de Interação com o Cidadão
DMA – Depósito de Mercadorias Apreendidas
DN – Decisão Normativa
DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil
DRJ – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
e-CAC – Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte
ECD – Equipe de Cadastro
FAPI – Fichas de Auditoria de Importação
FDI – Fichas Despacho Importação
FHAB – Ficha de Habilitação
GDA – Gerencial de Desempenho Aduaneiro
GIFA – Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação
IN – Instrução Normativa
IRF – Inspeção da Receita Federal do Brasil
JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo
MBA – Master of Business Administration (pós-graduação em Administração de Negócios)
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
PAINT - Plano Anual da Auditoria Interna
PCC – Plano de Cargos e Carreira
PDV – Programa de Demissão Voluntária
PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda
PER – Pedido de Restituição
PF – Pessoa Física
PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PJ – Pessoa Jurídica
PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal
PNFA – Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira
PRFN – Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional
PROEDUC – Programa de Educação Corporativa

PUC – Programa de Unificação de Cadastros
RADAR – Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros
RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
REDESIM – Rede Nac. para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
RF – Região Fiscal. Ex.: RF08 = 8ª Região Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
SAAUX – Seção de Atividades Auxiliares
SACAD – Seção de Capacitação e Desenvolvimento
SAENG – Seção de Obras e Serviços de Engenharia
SAGA – Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento aos Contribuintes
SAGE – Sistema de Apoio à Gestão Estratégica
SEMAP – Serviço de Gestão de Mercadorias Apreendidas
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISCAD – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
SPIUNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPROJ – Serviço de Gestão de Projetos
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SRRF – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUARA – Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal do Brasil
SUARI – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil
SUCOR – Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil
SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil
SUTRI – Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil
TCU – Tribunal de Contas da União
TME – Tempo Médio de Espera
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE QUADROS E DECLARAÇÕES (conforme Portaria TCU nº 175/2013)

Quadro 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ	19
Quadro 2 - AÇÕES.....	116
Quadro 3 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	152
Quadro 4 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA.....	155
Quadro 5 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	156
Quadro 6 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	157
Quadro 7 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	158
Quadro 8 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA).....	164
Quadro 9 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR.....	165
Quadro 10 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF).....	166
Quadro 11 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	177
Quadro 12 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ.....	178
Quadro 13 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	183
Quadro 14 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	183
Quadro 15 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	184
Quadro 16 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	185
Quadro 17 - ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007).....	187
Quadro 18 - ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007).....	187
Quadro 19 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC.....	188
Quadro 20 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA	195
Quadro 21 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	205
Quadro 22 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	222
Quadro 23 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	225
Quadro 24 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL.....	226
Quadro 25 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	229
Quadro 26 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	233

Quadro 27 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	235
Quadro 28 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	237
Quadro 29 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	237
Quadro 30 - DEMONSTRATIVO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	239
DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DOS DADOS DO SIASG E SICONV.....	241
DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	250

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....9

Itens do Relatório de Gestão, Parte A, Conteúdo Geral, Anexo II, DN TCU nº 127/2013

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Item 1: Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório	18
1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	19
1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada.....	21
1.3 - Organograma Funcional.....	32
1.4 - Macroprocessos Finalísticos	40
1.5 - Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada.....	67
1.6 - Principais Parceiros (externos à Unidade Jurisdicionada, da Administração Pública ou da Iniciativa Privada) Relacionados à Atividade-fim da Unidade.....	95
Item 2: Planejamento e Resultados Alcançados.....	97
2.1 - Planejamento da Unidade Jurisdicionada.....	98
2.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados	116
2.3 - Informações Sobre Outros Resultados da Gestão.....	120
Item 3: Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão	151
3.1 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	152
Item 4: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	154
4.1 - Execução das Despesas.....	155
4.2 - Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	158
4.3 - Suprimentos de Fundos.....	164
Item 5: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.....	174
5.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade.....	177
Item 6: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	223
6.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros.....	224
6.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade	225
6.3 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	229
Item 7: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	232

7.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras.....	233
7.2 - Medidas para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água	234
Item 8: Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas.....	236
8.1 - Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	237
8.2 - Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	237
8.3 - Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	238
8.4 - Alimentação SIASG e SICONV	241
Item 9: Relacionamento com a Sociedade.....	242
9.1 - Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.....	243
Item 10: Informações Contábeis.....	244
10.1 - Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	245
10.2 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	250

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente Relatório de Gestão consolida as informações referentes às Unidades Gestoras da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª REGIÃO FISCAL.

As informações apresentadas a seguir estão estruturadas de acordo com os itens e subitens previstos na Parte A, Conteúdo Geral e Parte B, Conteúdo Específico, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, combinados com as orientações e os quadros contidos na Portaria TCU nº 175/2013.

ITENS DO ANEXO II, PARTE A - CONTEÚDO GERAL, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	
2.2	Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados
Quadro A 2.2.1	Programa Temático
Quadro A 2.2.2	Objetivo
Justificativa: A Unidade Jurisdicionada não possui Programas Temáticos, motivo pelo qual os quadros citados acima não se aplicarem à realidade da UJ.	
Quadro A 2.2.3.4	Ações do Orçamento de Investimento
Justificativa: A UJ não faz parte do Orçamento de Investimento - OI e sim do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS.	
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	
3.1	Estrutura orgânica de controle da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula, tais como unidade de auditoria ou de controle interno, comitê de auditoria, conselhos fiscais, comitês de avaliações, etc. descrevendo de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância de controle.
Justificativa: Na RFB não há uma estrutura formal de controle. No entanto, há uma unidade de auditoria interna responsável, dentre outras, pela proposição de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para a RFB; pela coordenação e execução de atividades de auditorias internas e de gestão nas unidades centrais e descentralizadas e propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB. Não há extensão da unidade de auditoria nas Superintendências Regionais da RFB e a administração, gerência e tomada de decisões relacionadas à auditoria interna	

cabem ao Órgão Central da RFB, motivo pelo qual o Subitem 3.1 não se aplicar à Unidade Jurisdicionada. As informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

3.4 Estrutura e atividades do sistema de correição da unidade, identificando, inclusive, a base normativa que rege a atividade no âmbito da unidade ou do órgão.

Justificativa: A administração da Unidade de correição é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

3.5 Demonstração do cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União - CGU, no que tange aos fatos originados em unidade jurisdicionada cuja gestão esteja contemplada no relatório de gestão.

Justificativa: Conforme informado na justificativa do Subitem 3.4 acima, a administração da Unidade de correição da RFB é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

3.6 Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere à governança e controles internos.

Justificativa: Conforme informado na justificativa do Subitem 3.1, na RFB não há estrutura formal de controle. Há uma unidade de auditoria interna e as informações referente a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das Despesas

Quadro A 4.1.1 Programação de Despesas

Quadro A 4.1.2.2 Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Quadro A 4.1.3.1 Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total

Quadro A 4.1.3.2 Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela UJ

Quadro A 4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Total

Quadro A 4.1.3.4	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela UJ
<p>Justificativa: A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB possui somente uma Unidade Orçamentária - UO (170010 - Órgão Central RFB) e conforme informações da Portaria TCU nº175/2013, somente UJ que for UO deve preencher os quadros citados acima. As informações dos quadros serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central.</p>	
4.5	Suprimento de Fundos
Quadro A 4.5.2	Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)
<p>Justificativa: A modalidade de Suprimento de Fundos Conta Tipo “B” não se aplica à Unidade Jurisdicionada.</p>	
4.6	Renúncias de Receitas
<p>Justificativa: Esta UJ não é órgão gestor de nenhuma renúncia tributária, não cabendo, portanto, a prestação de informações relacionadas a este Subitem. Alguns quadros deste Subitem serão apresentados no Relatório de Gestão do Órgão Central.</p>	
<p>5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS</p>	
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas
<p>Justificativa: A RFB não é órgão instituidor de aposentadorias e pensões, cuja gestão está a cargo da área de pessoal do Ministério da Fazenda. Neste sentido, não foi tratado neste Relatório o Subitem 5.1.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas, nem foram preenchidos os correspondentes quadros da Portaria TCU nº 175/2013:</p> <p>Quadro A 5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos; e</p> <p>Quadro A 5.1.4.2 - Instituidores de Pensão.</p>	
5.1.5.4	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico
Quadro A 5.1.5.4	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico
<p>Justificativa: Por não se tratar de órgão instituidor de aposentadorias e pensões, não é pertinente o preenchimento deste quadro.</p>	

5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos
<p>Justificativa: Após análise das ferramentas de extração de dados do Siape e Siapecad, mesmo utilizando a senha de maior amplitude de transações disponibilizada para a RFB, verificamos a incapacidade de extração de tal informação, não sendo possível correlacionar os dados dos servidores da RFB com os dos demais servidores públicos federais. Não há como verificar via extração sistematizada a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos no âmbito federal.</p> <p>Como o Siape e Siapecad não disponibilizam informação sobre acumulação indevida de cargos, os procedimentos de controle adotados são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal. • Entrega de Termo de Responsabilidade assinado pelo servidor no ato da posse, declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal. O servidor também se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos. • São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público durante o programa de formação de novos servidores, bem como no programa anual de capacitação. <p>Em 2013 não foram detectados casos de acumulação indevida. Caso venham a ser detectados, será aplicada a rotina prevista pelos artigos 133 e 143 da Lei 8.112/90.</p>	
5.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão
Quadro 5.2.1	Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada
Quadro 5.2.2	Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados
<p>Justificativa: A RFB não possui terceirizados exercendo atividades típicas da carreira de auditoria fiscal.</p>	
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	

Quadro A 7.1	Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada
<p>Justificativa: A gestão da unidade de tecnologia da RFB é realizada de forma centralizada no Órgão Central, motivo pelo qual as informações deste Item constam no Relatório de Gestão do Órgão Central.</p>	
<p>9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS</p>	
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna
<p>Justificativa: Na RFB, há uma unidade de auditoria interna responsável, dentre outras, pela proposição de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para a RFB; pela coordenação e execução de atividades de auditorias internas e de gestão nas unidades centrais e descentralizadas e propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB. Não há extensão da unidade de auditoria nas Superintendências Regionais da RFB; e a administração, gerência e tomada de decisões relacionadas à auditoria interna cabem ao Órgão Central da RFB, motivo pelo qual as informações relativas a este Subitem constam no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.</p>	

ITENS DO ANEXO II, PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

26. RFB (ACÓRDÃO TCU Nº 499/2009 - PLENÁRIO)	
<p>Informações sobre as medidas administrativas e judiciais adotadas para a cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária.</p>	
<p>Justificativa: A gestão da cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária está a cargo do Órgão Central e as informações relativas a este Item serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.</p>	

ITENS DO ANEXO II, PARTE A - CONTEÚDO GERAL, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA MAS PARA OS QUAIS NÃO HÁ INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	
2.2	Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados
Quadro A 2.2.3.2	Ação/Subtítulos
Quadro A 2.2.3.3	Ações Não Previstas na LOA 2013 - Restos a Pagar Não Processados

Justificativa: A Unidade Jurisdicionada não possui informações sobre os Quadros acima porque não gerenciou nenhuma ação desdobrável em subtítulo e nem ação não prevista na LOA 2013.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Justificativa: Não houve no ano de 2013, reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos na Unidade Jurisdicionada.

4.4 Transferências de Recursos

Quadro 4.4.1 Caracterização Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício

Quadro 4.4.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios

Quadro 4.4.3 Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse

Quadro 4.4.4 Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

Justificativa: Esta UJ e UGs relacionadas não participaram de nenhum dos instrumentos formais de parceria em que houvesse transferência de recursos públicos entre os entes.

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade

Quadro 6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais sob Responsabilidade da UJ

Justificativa: A UJ não possui imóveis funcionais da União sob sua responsabilidade.

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Justificativa: Não houve, no ano de 2013, deliberações do TCU atendidas no âmbito da Unidade Jurisdicionada.

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Justificativa: Não houve, no ano de 2013, deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final

do exercício no âmbito da Unidade Jurisdicionada.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Justificativa: Não foram instauradas tomadas de contas especiais na UJ durante o exercício de 2013.

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

Justificativa: A administração dos mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários dos serviços da unidade e os resultados de eventuais pesquisas de opinião realizadas nos três últimos anos com os cidadãos em geral, é realizada no Órgão Central; e as informações relacionadas a estes Subitens serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Não há informações consideradas relevantes que não estejam contempladas nos demais itens e subitens do relatório.

ITENS DO ANEXO II, PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA MAS NÃO HÁ INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS

35. UNIDADES QUE TENHAM FIRMADO TERMO DE PARCERIA NOS TERMOS DA LEI 9.790/99

Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao termo de parceria, contemplando, entre outros, a forma de escolha do parceiro, a execução do cronograma físico-financeiro e os resultados da parceria, nos termos da portaria referida no inciso VI do *caput* do art. 5º desta decisão normativa.

Justificativa: A UJ não firmou termo de parceria nos termos da Lei nº 9.790/99 no exercício de 2013.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA UJ NO EXERCÍCIO DE 2013

- Reestruturação das unidades na cidade de São Paulo, envolvendo as suas maiores unidades, que resultou na criação da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior (Delex) e da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas (Derpf) e a cisão da Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária (Derat) e da Delegacia da Receita Federal de Fiscalização (Defis), visando ganhar em agilidade, especialização e facilidade de administração das unidades envolvidas.
- Lançamentos de crédito tributário de R\$ 105 bilhões em ações fiscais, o que representa um incremento de 84% em relação ao ano anterior.
- Consolidação do Projeto Sintonia, criado em 2011 com a finalidade de otimizar o acompanhamento dos pedidos de restituição, compensação e ressarcimento, propiciando a redução do estoque de compensações pendentes de análise em mais de 50%.
- Realização do Seminário “Cenários Econômicos”, com o objetivo de dar a conhecer aos gestores da RF08 as perspectivas econômicas para os anos de 2014 e 2015.
- Redução do tempo entre a protocolização do pedido de isenção de IPI e IOF e a análise do processo, de 107 dias para menos de uma semana, em virtude da atuação de grupo regional criado em 2012 para padronizar os procedimentos e otimizar a distribuição do trabalho.
- Redução do atendimento presencial em 7,35% e crescimento do atendimento não-presencial realizado pelo e-CAC em 14,59%.
- Incremento do atendimento não-presencial com a implantação do autoatendimento, os convênios firmados com a Jucesp, o ACESSA São Paulo e o e-Poupa, do governo do Estado de São Paulo.
- Modernização da Alfândega do Porto de Santos, com a instalação e a utilização dos equipamentos de escâneres para inspeção não invasiva de cargas e a inauguração da Central de Operações e Vigilância – COV, a primeira em funcionamento operacional no País.
- Licitação para as obras de construção dos edifícios sede da DRF/Franca, DRF/Ribeirão Preto e DRF/Bauru.
- Licitação do projeto de reforma do depósito de veículos apreendidos da DRF/São José do Rio Preto.
- Prosseguimento das obras de reforma e ampliação da DRF/Araçatuba, construção do edifício-sede da DRF/Santos, reforma da Defis/SPO e adequação da rede lógica da DRF/Sorocaba.
- Inauguração do Espaço Cidadão no edifício-sede do Ministério da Fazenda, em São Paulo, o qual conta com espaço para palestras e exposição de material educativo, de mercadorias contrafeitas apreendidas e de produtos feitos a partir de matérias primas apreendidas e doadas pela Receita Federal.
- Prorrogação do acordo de cooperação técnica com a Unifesp para a inclusão da disciplina eletiva Política Fiscal e Cidadania.
- Inauguração do Espaço Conexão no edifício-sede do Ministério da Fazenda em São Paulo, destinado à convivência e integração dos servidores.
- Implantação do Painel de Indicadores Desdobrados, com vistas a facilitar o acompanhamento do desempenho de cada unidade pelos gestores e pela Superintendência.

PRINCIPAIS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS EM 2013

Os obstáculos que mais interferiram na consecução dos objetivos traçados pela UJ em 2013 foram:

- A redução do quadro de pessoal, motivada pela reposição de servidores em ritmo inferior ao das vacâncias, representadas em sua maioria pelas aposentadorias. Tal redução atinge ao mesmo tempo a disponibilidade de força de trabalho e o capital intelectual da UJ. São afetados por esta situação, dentre outros indicadores estratégicos, o de presença fiscal e o de tempo de espera nas unidades de atendimento. A tendência decrescente do número de servidores se verifica na RFB de forma generalizada, não sendo exclusiva da 8ª Região Fiscal.
- O contingenciamento de recursos, que retardou o processo de instalação física da Derpf e a execução de outras obras civis e projetos que envolvem contratos.

DESAFIOS PARA 2014

Destacamos dois desafios relevantes da RF08 para o ano de 2014:

- Conseguir efetivar, em sua plenitude, a reestruturação das unidades da cidade de São Paulo iniciada em 2013. O desafio possui dois aspectos: a implantação física da Derpf e da Delex e o ajuste de equipes e processos de trabalho em todas as unidades envolvidas (além da Delex e Derpf, também a Derat, a Defis e a Alfândega de São Paulo) de modo a obter os pretendidos ganhos de eficiência. A implantação física da Derpf, especialmente, poderá sofrer interferência da indisponibilidade de recursos para investimento, a exemplo do que se verificou em 2013.
- Alcançar melhores resultados e atingir as metas definidas para a Região Fiscal, considerando que o quadro de pessoal tem-se reduzido (conforme mencionado no tópico “Principais obstáculos enfrentados em 2013”) apesar do contínuo esforço de realização de concursos públicos.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL - SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 1: Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório
(Item 1, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 001929
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Superintendência da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal			
Denominação Abreviada: SRRF08			
Código SIORG: 003163	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 170133	
Natureza Jurídica: Órgão Público	CNPJ: 00.394.460/0117-71		
Principal Atividade: Administração Tributária			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(011) 3315-5103	(011) 3315-5104	(011) 3315-5105
Endereço Eletrônico: intranetrfb@receita.fazenda.gov.br			
Página na Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br			
Endereço Postal: Av. Prestes Maia 733 – 12º andar, CEP 01031-905 – São Paulo - SP			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Ordinária nº 11.457 de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2007			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 17 de maio de 2011. Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U em 17 de maio de 2012. Portaria MF nº 512, de 02 de outubro de 2013, publicada no D.O.U em 04 de outubro de 2013.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Carta de Serviços ao Cidadão Cartilha Prevenção à Fraude Tributária com Títulos Públicos Antigos (publicação conjunta com a STN, PGFN e MPU) Cartilha do Regime de Tributação Unificada (RTU) RTU - Manual de Usuário - Perfil Condutor Paraguaio/Brasileiro RTU - Manual de Usuário - Perfil Representante do Vendedor Paraguaio RTU - Manual de Usuário - Perfis Responsável e Representante de Microimportador Manual de Despacho de Importação Manual de Despacho de Exportação Manual do Usuário - Empresa de Transporte Expresso Internacional Manual do Imposto de Renda Retido na Fonte - Mafon – 2013			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
170134	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araçatuba - DRF/ATA		
170135	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Bauru - DRF/BAU		
170136	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas - DRF/CPS		
170137	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Presidente Prudente - DRF/PPE		
170138	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ribeirão Preto - DRF/RPO		
170139	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José do Rio Preto - DRF/SJR		
170141	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos - DRF/STS		
170142	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sorocaba - DRF/SOR		
170143	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Taubaté - DRF/TAU		
170144	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Guarulhos - DRF/GUA		
170145	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Limeira - DRF/LIM		
170146	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Osasco - DRF/OSA		
170147	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo André - DRF/SAE		
170148	Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos - ALF/VCP		
170150	Alfândega da RFB do Aeroporto Internacional de São Paulo / Guarulhos - ALF/GRU		

170168	Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Santos - ALF/STS
170259	Inspetoria da Receita Federal do Brasil em São Paulo - IRF/SPO
170261	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - DRF/SBC
170262	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos - DRF/SJC
170287	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Marília - DRF/MRA
170312	Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo - Derat/SPO
170313	Delegacia da Receita Federal do Brasil Especializada em Instituições Financeiras em São Paulo - Deinf/SPO
170318	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Jundiaí - DRF/JUN
170320	Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes - Demac/SPO
170321	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Piracicaba - DRF/PCA
170322	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araraquara - DRF/AQA
170323	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Franca - DRF/FCA
170385	Delegacia da Receita Federal do Brasil de Fiscalização em São Paulo - Defis/SPO
170533	Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo - ALF/SPO
170551	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Barueri - DRF/BRE
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170134	00001
170135	00001
170136	00001
170137	00001
170138	00001
170139	00001
170141	00001
170142	00001
170143	00001
170144	00001
170145	00001
170146	00001
170147	00001
170148	00001
170150	00001
170168	00001
170259	00001
170261	00001
170262	00001
170287	00001
170312	00001
170313	00001
170318	00001
170320	00001
170321	00001
170322	00001
170323	00001
170385	00001
170533	00001
170551	00001

1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, entre outras atribuições, é responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e os incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País. Auxilia, ainda, o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, além de trabalhar na prevenção e combate à sonegação fiscal, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria, à fraude comercial, ao tráfico de drogas e de animais em extinção e a outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

As competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil, são as definidas no artigo 15 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16/05/2011 e no artigo 1º do Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012:

I - planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor;

II - propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação e a consolidação da legislação tributária federal;

III - interpretar e aplicar a legislação tributária, aduaneira, de custeio previdenciário e correlata, editando os atos normativos e as instruções necessárias à sua execução;

IV - estabelecer obrigações tributárias acessórias, inclusive disciplinar a entrega de declarações;

V - preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários e de reconhecimento de direitos creditórios, relativos aos tributos por ela administrados;

VI - preparar e julgar, em instância única, processos administrativos de aplicação de pena de perdimento de mercadorias e valores e de multa a transportador de passageiros ou de carga em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita à pena de perdimento;

VII - acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira e estudar seus efeitos sociais e econômicos;

VIII - planejar, dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação, e controle dos tributos e demais receitas da União sob sua administração;

IX - realizar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, bem como coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;

X - propor medidas destinadas a compatibilizar a receita a ser arrecadada com os valores previstos na programação financeira federal;

XI - estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os efeitos das reduções de alíquotas, das isenções tributárias e dos incentivos ou estímulos fiscais, ressalvada a competência de outros órgãos que também tratam da matéria;

XII - promover atividades de cooperação e integração entre as administrações tributárias do País, entre o fisco e o contribuinte, e de educação fiscal, bem assim preparar e divulgar informações tributárias e aduaneiras;

XIII - realizar estudos para subsidiar a formulação da política tributária e estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;

XIV - celebrar convênios com órgãos e entidades da administração pública e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades, desenvolvimento de sistemas compartilhados e realização de operações conjuntas;

XV - gerir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, a que se refere o Decreto-Lei no 1.437, de 1975;

XVI - negociar e participar da implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes à matéria tributária e aduaneira;

XVII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos;

XVIII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar o controle do valor aduaneiro e de preços de transferência de mercadorias importadas ou exportadas, ressalvadas as competências do Comitê Brasileiro de Nomenclatura;

XIX - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas com nomenclatura, classificação fiscal e econômica e origem de mercadorias, inclusive representando o País em reuniões internacionais sobre a matéria;

XX - planejar, coordenar e realizar as atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, e à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, observada a competência específica de outros órgãos;

XXI - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, ressalvadas as competências de outros órgãos;

XXII - articular-se com órgãos, entidades e organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que atuem no campo econômico-tributário, econômico-previdenciário e de comércio exterior, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;

XXIII - elaborar proposta de atualização do plano de custeio da seguridade social, em articulação com os demais órgãos envolvidos;

XXIV - orientar, supervisionar e coordenar as atividades de produção e disseminação de informações estratégicas na área de sua competência, em especial as destinadas ao gerenciamento de riscos ou à utilização por órgãos e entidades participantes de operações conjuntas, visando à qualidade e fidedignidade das informações, à prevenção e ao combate às fraudes e práticas delituosas, no âmbito da administração tributária federal e aduaneira; e

XXV - realizar e disseminar estudos e estatísticas econômico-tributários e relativos à matéria de comércio exterior, em estreita colaboração com a Secretaria de Política Econômica e com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, visando aprimorar os estudos e as políticas públicas a seu cargo.

No âmbito da respectiva jurisdição, são competências comuns a esta Superintendência Regional da Receita Federal as definidas no art. 209 da mencionada Portaria, com a redação dada pela Portaria MF nº 512, de 02 de outubro de 2013:

I - gerenciar os processos de trabalho inerentes às atividades e competências da RFB no âmbito da respectiva Região Fiscal;

II - propor metas e avaliar as atividades das unidades subordinadas;

III - avaliar a execução dos processos de trabalho no âmbito de atuação e propor melhorias e inovação;

IV - gerenciar projetos de interesse institucional;

V - cuidar da comunicação com vistas a preservar e fortalecer a imagem institucional; e

VI - fornecer apoio técnico, administrativo e logístico às subunidades das Unidades Centrais localizadas na região fiscal.

Para exercer suas competências e realizar sua missão, a RFB tem delineada sua estrutura organizacional em dois níveis: central e descentralizado. O primeiro nível, composto pelas Unidades Centrais, desenvolve atividades normativas, de supervisão e de planejamento; o segundo, composto por órgãos regionais e locais, desempenha as funções de execução e de operação. A estrutura funcional permite a cada nível desenvolver as funções básicas da Administração Tributária e Aduaneira.

Compõem a estrutura da RFB as Unidades Centrais, que compreendem as Unidades de Assessoramento Direto e as Unidades de Atividades Específicas, e as Unidades Descentralizadas:

a) Unidades de Assessoramento Direto:

- Gabinete – Gabin;

- Corregedoria – Coger;

- Assessoria Especial – Asesp

- Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional – Copav

- Coordenação-Geral de Auditoria Interna – Audit;

- Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação – Copei;

- Assessoria de Comunicação Social – Ascom;

- Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal – Cocif.

- Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros - Cetad

b) Unidades de Atividades Específicas:

- Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais – Suari:

- Coordenação-Geral de Administração Aduaneira – Coana;

- Coordenação-Geral de Relações Internacionais – Corin.

- Subsecretaria de Tributação e Contencioso – Sutri:
 - Coordenação-Geral de Tributação – Cosit;
 - Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial - Cocaj.
- Subsecretaria de Fiscalização - Sufis:
 - Coordenação-Geral de Fiscalização – Cofis;
 - Coordenação Especial de Maiores Contribuintes – Comac;
 - Coordenação-Geral de Programação e Estudos – Copes.
- Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento – Suara:
 - Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança – Codac;
 - Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal – Coaef;
 - Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros – Cocad;
 - Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição – Corec.
- Subsecretaria de Gestão Corporativa - Sucor:
 - Coordenação-Geral de Programação e Logística – Copol;
 - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – Cotec;
 - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – Cogep.

c) Unidades Descentralizadas: Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário. Às Superintendências compete a supervisão, no limite de suas jurisdições, das atividades de tributação, arrecadação, cobrança, fiscalização, controle aduaneiro, combate aos ilícitos fiscais e aduaneiros, cadastros, acompanhamento dos maiores contribuintes, interação com o cidadão, tecnologia e segurança da informação, gestão de pessoas e programação e logística.

Cada uma das dez Superintendências jurisdiciona sua respectiva Região Fiscal (RF):

Jurisdição das Regiões Fiscais

RF	Unidade da Federação	Sede
1ª RF	DF, GO, MT, MS e TO	Brasília
2ª RF	PA, AC, AM, RO, RR e AP	Belém
3ª RF	CE, MA e PI	Fortaleza
4ª RF	PE, AL, PB e RN	Recife
5ª RF	BA e SE	Salvador
6ª RF	MG	Belo Horizonte
7ª RF	RJ e ES	Rio de Janeiro
8ª RF	SP	São Paulo
9ª RF	PR e SC	Curitiba
10ª RF	RS	Porto Alegre

Subordinam-se às Superintendências as unidades locais da RFB, que se classificam em delegacias, inspetorias e alfândegas; às delegacias estão subordinadas agências e inspetorias de classes menores. Compõem ainda o conjunto de Unidades Descentralizadas 14 Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) diretamente subordinadas ao Subsecretário de Tributação e Contencioso. As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento são unidades especializadas nas atividades relacionadas ao contencioso administrativo-fiscal, sendo responsáveis pelo julgamento, em primeira instância, das impugnações apresentadas pelos contribuintes contra processos de determinação e exigência de créditos tributários.

Unidades descentralizadas da RFB

UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA RFB	QUANTIDADE
Superintendências (SRRF)	10
Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ)	14
Delegacias da Receita Federal (DRF)	97
Delegacias da Receita Federal de Administração Tributária (Derat)	1
Delegacias da Receita Federal de Fiscalização (Defis)	1
Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior (Delex)	1
Delegacias Especiais de Instituições Financeiras (Deinf)	1
Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas (Derpf)	1
Delegacias Especiais de Maiores Contribuintes (Demac)	3
Inspetorias da Receita Federal (IRF)	54
Alfândegas da Receita Federal (ALF)	26
Agências da Receita Federal (ARF)	356
TOTAL	565

Fonte: Anexos do Regimento da RFB, conforme Portaria RFB 1403, de 03/10/2013

Unidades descentralizadas da RF08

UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA RF08	QUANTIDADE
Superintendências (SRRF)	1
Delegacias da Receita Federal (DRF)	21
Delegacias da Receita Federal de Administração Tributária (Derat)	1
Delegacias da Receita Federal de Fiscalização (Defis)	1
Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior (Delex)*	1
Delegacias Especiais de Instituições Financeiras (Deinf)	1
Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas (Derpf)*	1
Delegacias Especiais de Maiores Contribuintes (Demac)	1
Inspetorias da Receita Federal (IRF)	1
Alfândegas da Receita Federal (ALF)	4
Agências da Receita Federal (ARF)	63
TOTAL	96

Fonte: Anexos do Regimento da RFB, conforme Portaria RFB 1403, de 03/10/2013

* A Delex e a Derpf entraram em funcionamento em 03/02/2014

Ao longo deste relatório será demonstrado como a RFB, no âmbito da 8ª Região Fiscal, tem buscado atingir os objetivos estratégicos, cumprindo a missão e perseguindo a visão de futuro. A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e prestado à sociedade serviços de alta qualidade, o que demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

O planejamento estratégico na RFB é um processo dinâmico por meio do qual são definidos os caminhos que a organização deverá trilhar mediante um comportamento proativo e coerente com sua missão, levando em conta a análise de seu ambiente, buscando atingir seus objetivos estratégicos e alcançar sua visão de futuro.

O atual ciclo de planejamento abrange o período de 2012 a 2015.

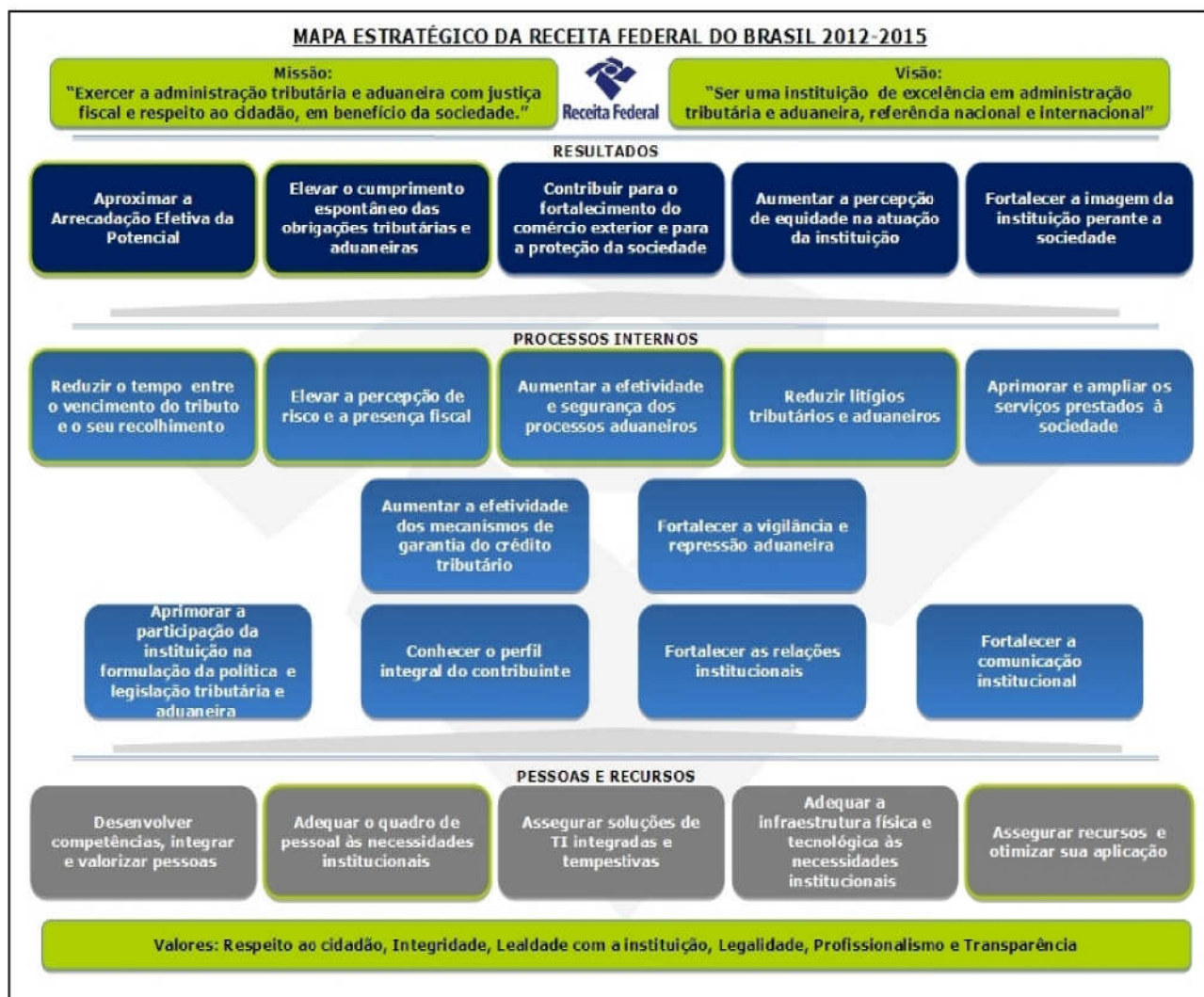
Os marcos institucionais da RFB, estão expressos em sua missão, sua visão de futuro e em seus valores institucionais.

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e seu corpo funcional são: respeito ao cidadão, integridade, lealdade com a instituição, legalidade e profissionalismo e transparência.

O Mapa Estratégico da RFB (figura a seguir) traduz a missão, a visão de futuro e a estratégia da RFB por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013

As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Instituição; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" - o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade. As três perspectivas são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB e englobando os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro da Instituição.

São 21 objetivos estratégicos perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo que 8 deles, identificados no Mapa com uma borda verde, são os "objetivos-batalha", selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração. Os objetivos estão distribuídos de forma balanceada pelas perspectivas do Mapa Estratégico:

Mapa Estratégico	
Perspectiva	Objetivo
Resultados	Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial
	Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras
	Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade
	Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição
	Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade
Processos Internos	Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento
	Elevar a percepção de risco e a presença fiscal
	Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros
	Reduzir litígios tributários e aduaneiros
	Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade
	Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário
	Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira
	Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira
	Conhecer o perfil integral do contribuinte
	Fortalecer as relações institucionais
Fortalecer a comunicação institucional	
Pessoas e Recursos	Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas
	Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais
	Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas
	Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais
	Assegurar recursos e otimizar sua aplicação

No ano de 2013, considerando a amplitude dos objetivos estratégicos, foram estabelecidas diretrizes a eles vinculadas. As diretrizes, apresentadas no quadro a seguir, são os caminhos a serem seguidos para o atingimento de tais objetivos:

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Prover a RFB de estrutura física compatível com suas necessidades
	Prover infraestrutura tecnológica atualizada e segura
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Implementar política permanente de ingresso e movimentação de servidores
	Ampliar Política de Trabalho a Distância
Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Ampliar a capacidade de elaboração de estudos e de simulações econômico tributárias
	Estimular a participação dos servidores das unidades descentralizadas na elaboração de normas.
	Descentralizar a elaboração/atualização dos Regulamentos tributários e aduaneiros
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Integrar os canais de atendimento e uniformizar a prestação de serviços
	Incentivar e facilitar a autorregularização pelo contribuinte
	Promover ações de Educação Fiscal integradas ao atendimento ao cidadão
	Simplificar normas, procedimentos e obrigações
	Intensificar o atendimento não presencial
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Vincular o Orçamento ao Planejamento Estratégico
	Padronizar a gestão dos procedimentos licitatórios e de contratos
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Instituir política de desenvolvimento interno de sistemas.
	Fortalecer uso de ferramentas de comunicação virtual
	Fortalecer a Governança em Tecnologia da Informação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Aprimorar a qualidade do lançamento para aumentar a recuperação do crédito tributário
	Aperfeiçoar os cadastros e permitir o intercâmbio de informações internas e externas.
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Aplicar os conceitos de gerenciamento de risco nos processos aduaneiros
	Racionalizar e uniformizar os processos de trabalho aduaneiros
	Integrar os sistemas de controle do comércio exterior a outros sistemas institucionais ou externos
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Estabelecer e consolidar fluxo de informações necessárias ao conhecimento do perfil integral do contribuinte.
	Incrementar ações de acompanhamento de grupos e setores econômicos
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Desenvolver as competências fundamentais, gerenciais e específicas dos servidores
	Consolidar a Política de Meritocracia
	Ampliar a capacitação por meio de Ensino a Distância
	Ampliar o programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho para unidades Regionais e Locais
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Alinhar os processos de trabalho da fiscalização aduaneira com a fiscalização de tributos internos
	Flexibilizar a jurisdição da fiscalização aduaneira
	Ampliar a atuação da RFB nas regiões de fronteira
	Estabelecer mecanismos mais efetivos para prevenção e combate aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.
	Implementar a Utilização da Escrituração Fiscal Digital-Social nos procedimentos fiscais
Ampliar o número de pessoas jurídicas médias e optantes do simples a serem fiscalizadas	

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
	Aperfeiçoar a elaboração de dossiês para a fiscalização
	Reduzir a evasão do crédito tributário
	Intensificar a divulgação das ações da RFB
Fortalecer a comunicação institucional	Aperfeiçoar a utilização de comunicação social para melhoria da imagem da RFB
	Aperfeiçoar a comunicação interna com o objetivo de motivar e integrar pessoas
Fortalecer a Vigilância e Repressão Aduaneira	Introduzir novas tecnologias de apoio aos processos aduaneiros
Fortalecer as relações institucionais	Fomentar e fortalecer a cooperação com outras Administrações Aduaneiras e Tributárias, com órgãos de fiscalização e controle nacionais e internacionais, e com organismos internacionais.
	Conhecer as partes interessadas nas atividades da RFB e identificar oportunidades de parceria
	Participar de fóruns que tratem de temas relevantes e de interesse da RFB
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Identificar temas divergentes no contencioso e propor soluções
	Agilizar a solução dos processos de consultas
	Disponibilizar legislação tributária e aduaneira e sua jurisprudência de modo acessível, completa e tempestiva
	Aprimorar e ampliar a edição de atos interpretativos
	Descentralizar a criação e a manutenção dos manuais de procedimentos
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Aproximar os procedimentos fiscais do fato gerador do tributo
	Reduzir o prazo para análise de créditos pleiteados pelo contribuinte
	Fortalecer as ações de cobrança administrativa.
	Agilizar a solução de litígios

A execução da estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, priorizadas e acompanhadas pelos dirigentes da Superintendência e das Unidades Locais, conforme o alcance da iniciativa.

Das 31 iniciativas estratégicas regionais propostas para alavancar o planejamento estratégico da RFB no ano de 2013, 10 foram concluídas e 21 estão em andamento.

Para determinar o grau de atingimento dos objetivos estratégicos e do avanço em direção à plena execução da estratégia da Instituição, estão associados àqueles objetivos 52 (cinquenta e dois) indicadores estratégicos (Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013). Para todos os indicadores disponíveis foram estabelecidas metas. 32 (trinta e dois) indicadores são desdobráveis até o nível regional e local e são medidores do desempenho das unidades descentralizadas (superintendências, delegacias, alfândegas e inspetorias).

No processo de avaliação dos resultados da Instituição no ano de 2013 é necessária a análise dos indicadores que estão vinculados a cada objetivo. Observando-se o Painel de Desempenho da Receita Federal do Brasil, neste relatório apresentado adiante no item 2.1 e a análise de cada um dos indicadores disponíveis apresentado no item 2.3, é possível verificar detalhadamente os fatores que influenciaram decisivamente o atingimento dos objetivos estratégicos.

1.3 - Organograma Funcional

A Superintendência Regional da 8ª Região Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRRF08, unidades descentralizada da RFB, tem a seguinte estrutura organizacional:

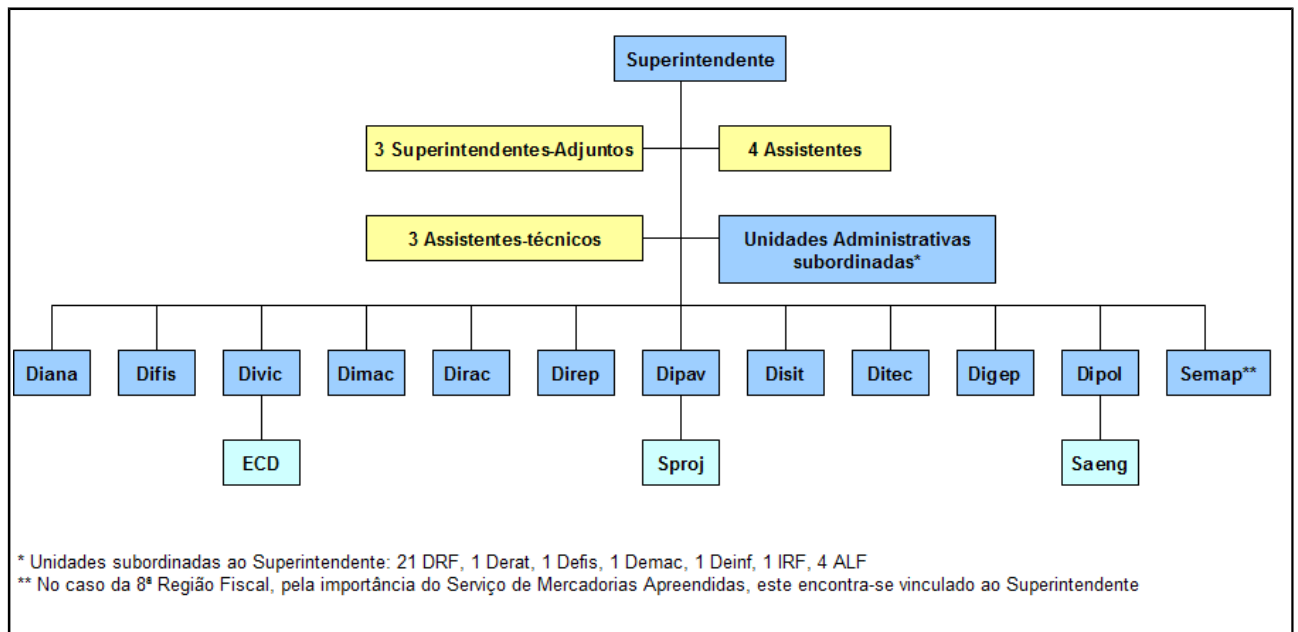
I - SUBUNIDADES DA SRRF08:

- Gabinete da SRRF08
- Divisão de Administração Aduaneira (Diana)
- Divisão de Fiscalização (Difis)
- Divisão de Interação com o Cidadão (Divic)
 - Equipe de Cadastro (ECD)
- Divisão de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (Dimac)
- Divisão de Arrecadação e Cobrança (Dirac)
- Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho (Direp)
- Divisão de Planejamento, Avaliação e Controle (Dipav)
 - Serviço de Gestão de Projetos (Sproj)
- Divisão de Tributação (Disit)
- Divisão de Tecnologia da Informação (Ditec)
- Divisão de Gestão de Pessoas (Digep)
- Divisão de Programação e Logística (Dipol)
 - Seção de Obras e Serviços de Engenharia (Saeng)
- Serviço de Gestão de Mercadorias Apreendidas (Semap)

II - UNIDADES LOCAIS:

- Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF)
 - Agências da Receita Federal do Brasil (ARF)
 - Inspeção da Receita Federal do Brasil (IRF) classe “A”
- Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária (Derat)
- Delegacia da Receita Federal do Brasil de Fiscalização (Defis)
- Delegacia Especial de Instituições Financeiras (Deinf)
- Delegacia Especial de Maiores Contribuintes (Demac)
- Inspeção da Receita Federal do Brasil (IRF) classe “Especial A”
- Alfândegas da Receita Federal do Brasil (ALF)

Organograma da SRRF08



Fonte: Dipav08

DESCRIÇÃO SUCINTA DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES GERAIS DA UJ:

À Superintendência Regional da 8ª Região Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRRF08) compete, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, gerenciar os processos de trabalho inerentes às atividades e competências da RFB no âmbito da respectiva Região Fiscal, propor metas e avaliar as atividades das unidades subordinadas, avaliar a execução dos processos de trabalho no âmbito de atuação e propor melhorias e inovação, gerenciar projetos de interesse institucional, cuidar da comunicação com vistas a preservar e fortalecer a imagem institucional, e fornecer apoio técnico, administrativo e logístico às subunidades das Unidades Centrais localizadas na região fiscal.

DESCRIÇÃO SUCINTA DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DAS UNIDADES DA UJ:

I – SUBUNIDADES DA UJ:

- Ao **Gabinete da SRRF08** compete gerenciar as atividades das demais subunidades da UJ e, especificamente: assistir o Superintendente e os Superintendentes-Adjuntos em sua representação institucional, no preparo e despacho do expediente, no encaminhamento de matérias e questões em geral que envolvam aspectos jurídicos e tributários e no exame e na elaboração de proposição de atos legais, regulamentares e administrativos; coordenar e executar as atividades de relações públicas, cerimonial e de promoção de eventos de interesse institucional; e gerenciar a política e as atividades de comunicação social interna e externa no âmbito de sua jurisdição.

- À **Divisão de Administração Aduaneira – Diana** compete gerenciar as atividades de pesquisa, seleção e fiscalização aduaneira e de habilitação de importadores e exportadores para operar no Siscomex; orientar acerca de procedimentos e sistemas informatizados da área aduaneira, além da aplicação da legislação aduaneira; examinar e emitir parecer em recursos administrativos contra atos decisórios praticados por autoridades diretamente subordinadas ao Superintendente relativos a matéria compreendida na legislação aduaneira; acompanhar, supervisionar e apoiar as atividades de controle aduaneiro desempenhadas pelas unidades jurisdicionadas; e desenvolver estudos e sugerir medidas para o aperfeiçoamento do controle aduaneiro.
- À **Divisão de Fiscalização – Difis** compete coordenar e gerenciar as ações de programação e fiscalização e a utilização de instrumentos de controle especiais aplicáveis às operações de produção e comercialização, exceto em relação aos tributos e direitos comerciais relativos ao comércio exterior.
- À **Divisão de Interação com o Cidadão – Divic** compete gerenciar as atividades de interação com o cidadão, inclusive quanto aos serviços prestados por conveniados, as atividades de Ouvidoria e de Educação Fiscal, bem como planejar, controlar e avaliar as atividades relativas aos cadastros da RFB.
 - À **Equipe de Cadastro – ECD** da Divic compete planejar, controlar e avaliar as atividades relativas aos cadastros da RFB e, subsidiariamente, proceder aos ajustes necessários nos cadastros da RFB no âmbito da região fiscal.
- À **Divisão de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes – Dimac** compete gerenciar as atividades de identificação e acompanhamento diferenciado de contribuintes de maior potencial tributário, inclusive a análise dos setores e grupos econômicos aos quais pertençam e propor metas para as unidades da região fiscal, bem assim, elaborar a previsão, acompanhamento e análise de receitas.
- À **Divisão de Arrecadação e Cobrança – Dirac** compete gerenciar as atividades de arrecadação e de cobrança de créditos tributários, propor metas e avaliar a execução nas unidades da região fiscal, e, em especial as atividades relativas às ações judiciais, restituição, compensação, ressarcimento, reembolso, imunidade, suspensão, isenção e redução de alíquotas em matéria tributária.
- À **Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho – Direp** compete gerenciar as atividades de vigilância e repressão aduaneira; executar ações de repressão ao contrabando, descaminho, porte ou transporte não autorizado de moeda, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, observada a competência específica de outros órgãos; formalizar os correspondentes autos de infração e representações fiscais, conforme planejamento das operações; e efetuar o levantamento e troca de informações internas e externas necessárias para o planejamento e execução das operações em sua área de atuação.
- À **Divisão de Planejamento, Avaliação e Controle – Dipav** compete gerenciar e integrar as atividades relacionadas com o planejamento, avaliação, desenvolvimento organizacional e gestão de processos no âmbito da região fiscal, e difundir metodologias, coordenar e avaliar a gestão de programas e projetos de interesse da região fiscal, em colaboração com as demais subunidades da Superintendência.
 - Ao **Serviço de Gestão de Projetos - Sproj** da Dipav compete difundir metodologias, coordenar e avaliar a gestão de programas e projetos de interesse da região fiscal.

- À **Divisão de Tributação – Disit** compete orientar as unidades da região fiscal acerca da interpretação da legislação e sobre as decisões em matéria tributária, na esfera administrativa ou judicial; examinar e emitir parecer em recursos administrativos dirigidos ao Superintendente, no âmbito de sua competência; examinar e propor informação em mandado de segurança impetrado contra o Superintendente; examinar e emitir parecer nos pedidos relativos a regimes fiscais especiais previstos na legislação tributária específica e de competência da Superintendência; e desenvolver estudos e pesquisas, com vistas a oferecer sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária.
- À **Divisão de Tecnologia da Informação – Ditec** compete gerenciar o ambiente informatizado; gerenciar e aplicar políticas, normas e procedimentos de segurança da informação; gerenciar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação; executar a prospecção, a avaliação, a internalização e a disseminação de tecnologias, produtos e serviços de informática; supervisionar e executar o cadastramento, habilitação e certificação digital de usuários e cadastradores do ambiente informatizado; e supervisionar as atividades relativas à guarda, recuperação e disseminação de informações econômico-fiscais.
- À **Divisão de Gestão de Pessoas – Digep** compete, ressalvada a competência específica das Unidades Descentralizadas dos órgãos setoriais do Ministério da Fazenda, gerenciar e supervisionar as atividades de gestão de pessoas, acompanhar ações judiciais pertinentes, realizar ações destinadas à promoção dos valores morais e éticos imprescindíveis ao enriquecimento da cultura organizacional, no âmbito da região fiscal, bem como executar as atividades de elaboração da folha de pagamento, concessão de vantagens, indenizações, gratificações, adicionais, ressarcimentos, consignações e benefícios, dos servidores em exercício nas unidades situadas no respectivo Estado.
- À **Divisão de Programação e Logística – Dipol** compete as atividades relacionadas à programação e execução orçamentária e financeira, contabilidade, logística, comunicação administrativa, licitações, gestão de contratos, supervisão e execução de projetos, obras e serviços de engenharia, gestão de documentos, apoio administrativo, gestão de recursos materiais e patrimoniais e serviços gerais, bem assim administrar e supervisionar as atividades relacionadas ao levantamento de necessidades de projetos, obras e serviços de engenharia, aquisições e locações imobiliárias, reparos e conservação de bens imóveis e de instalações prediais, bem como à supervisão e acompanhamento de projetos, obras e serviços de engenharia no âmbito da região fiscal.
 - À **Seção de Obras e Serviços de Engenharia - Saeng** da Dipol competem as atividades relacionadas ao levantamento de necessidades de projetos, obras e serviços de engenharia, aquisições e locações imobiliárias, reparos e conservação de bens imóveis e de instalações prediais, bem como à supervisão e acompanhamento de projetos, obras e serviços de engenharia no âmbito da região fiscal.
- Ao **Serviço de Gestão de Mercadorias Apreendidas – Semap** compete supervisionar as atividades relacionadas à administração de mercadorias apreendidas no âmbito da região fiscal.

II – UNIDADES LOCAIS

a) - DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - DRF, ALFÂNDEGAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ALF, e INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - IRF, Classe Especial

Às Delegacias da Receita Federal do Brasil - DRF's, Alfândegas da Receita Federal do Brasil - ALF's e Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF's de classes "Especial A", "Especial B" e "Especial C", quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, no que couber, desenvolver as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, de atendimento e interação com o cidadão, de comunicação social, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização, e modernização.

b) DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - DERAT

À Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária - Derat, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, excetuados os relativos ao comércio exterior, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, desenvolver as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de atendimento e interação fisco-contribuinte, de comunicação social, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística e de gestão de pessoas.

c) DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO – DEFIS

À Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização - Defis, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, excetuados os relativos ao comércio exterior, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, desenvolver as atividades de fiscalização, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística e de gestão de pessoas.

d) DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – DEINF

À Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras - Deinf, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, excetuando-se os relativos ao comércio exterior, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, desenvolver as atividades de controle e auditoria dos serviços prestados por agente arrecadador e ainda, em relação aos contribuintes definidos por ato do Secretário da Receita Federal do Brasil, desenvolver as atividades de tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e atendimento ao contribuinte, tecnologia e segurança da informação, programação e logística e gestão de pessoas.

e) DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE MAIORES CONTRIBUENTES – DEMAC

À Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes - Demac compete, no âmbito de sua jurisdição e de forma concorrente em todo território nacional, em relação aos contribuintes de relevante interesse, definidos de acordo com critérios aprovados por ato do Secretário da Receita Federal do Brasil, e aos demais contribuintes pertencentes ao mesmo grupo econômico ou a eles relacionados, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, desenvolver as atividades de acompanhamento e monitoramento de planejamento tributário e de fiscalização e ainda, desenvolver as atividades de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística e de gestão de pessoas.

f) INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - IRF Classe “A”

À Inspetoria da Receita Federal do Brasil - IRF de Classe "A", quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, no que couber, desenvolver as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, de atendimento e interação com o cidadão, de comunicação social, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística (exceto execução orçamentária, financeira e patrimonial), de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização e modernização.

g) AGÊNCIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (ARF)

Às ARF compete executar as atividades de atendimento ao contribuinte.

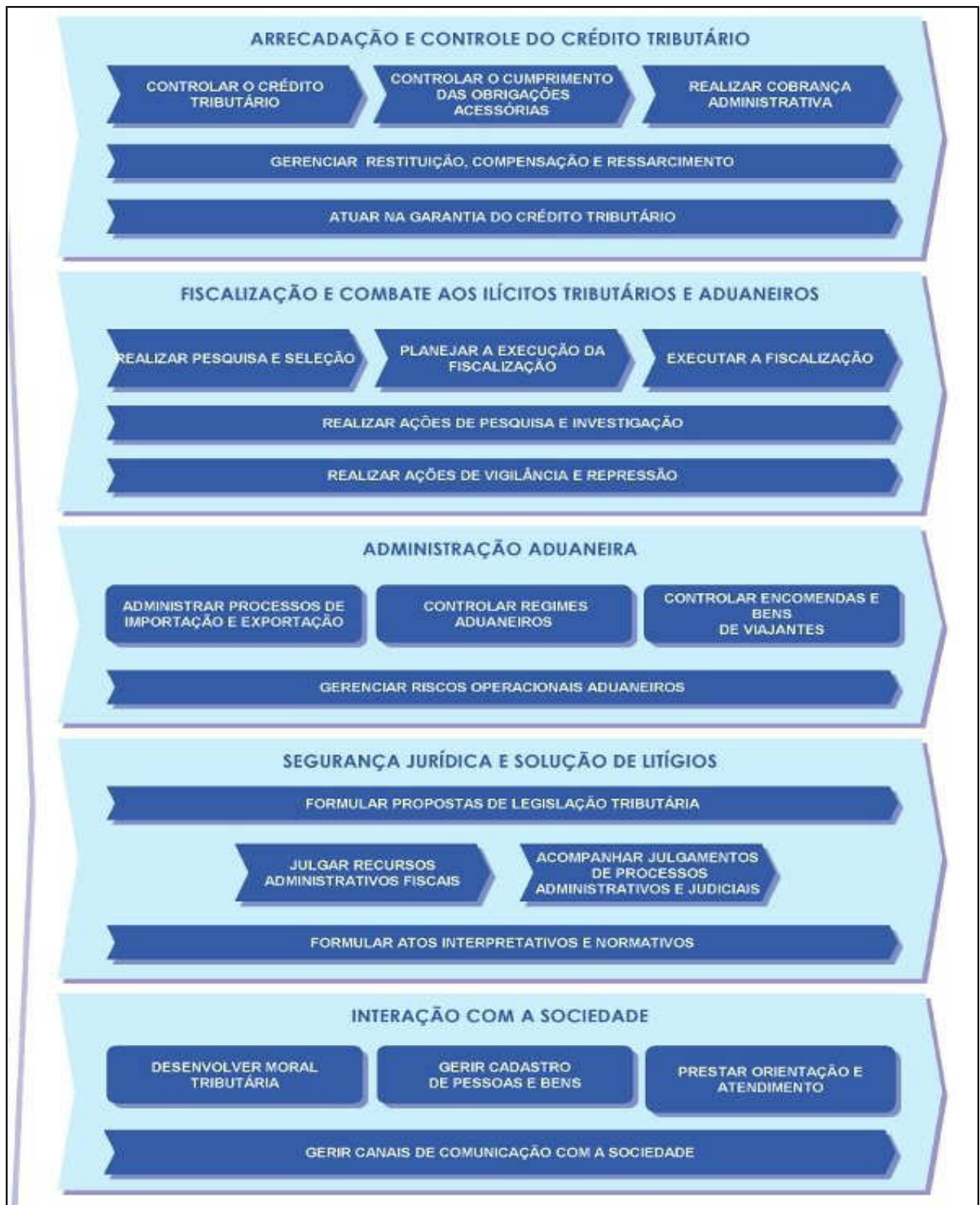
CORRELAÇÃO ENTRE OS MACROPROCESSOS, AS ÁREAS TÉCNICAS E OS PRINCIPAIS PRODUTOS RESULTANTES:

Macroprocessos Finalísticos	Principais Áreas Técnicas Responsáveis	Principais Produtos
Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	Dirac Dimac Difis Divic	<ul style="list-style-type: none"> - Previsão e análise da arrecadação tributária - Gestão da cobrança administrativa dos créditos tributários e obrigações acessórias - Gerenciamento de ressarcimentos, restituições e compensações - Atendimento aos contribuintes - Acompanhamento da rede arrecadadora
Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros	Difis Dimac Diana Direp	<ul style="list-style-type: none"> - Análise, seleção, planejamento e fiscalização de contribuintes - Acompanhamento dos grandes contribuintes - Ações de vigilância e repressão - Monitoramento de recintos alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias - Prevenção e combate aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores
Administração Aduaneira	Diana	<ul style="list-style-type: none"> - Despacho aduaneiro de importação e exportação - Controle de cargas - Habilitação dos intervenientes no comércio exterior
Segurança Jurídica e Solução de Litígios	Disit	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento do julgamento de processos administrativos e judiciais - Soluções de consultas sobre a interpretação da legislação tributária e aduaneira
Interação com a Sociedade	Gabinete/SRRF08 Divic ECD	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento aos contribuintes - Alimentação e manutenção do cadastro - Ações de Educação Fiscal e moral tributária, incluídas parcerias com outras instituições - Atividades de ouvidoria - Comunicação externa
Macroprocessos de apoio	Principais Áreas Técnicas Responsáveis	Principais Produtos
Gestão Estratégica, Projetos e Processos	Gabinete/SRRF08 Dipav Sproj	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento da gestão e da execução estratégica - Disseminação da metodologia de gestão por processos - Disseminação da metodologia de gerenciamento de projetos - Monitoramento de projetos e/ou iniciativas estratégicas
Gestão Institucional	Gabinete/SRRF08	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação externa dos resultados da UJ - Comunicação interna
Controle Institucional	Gabinete/SRRF08 Dipav	<ul style="list-style-type: none"> - Disseminação interna da ética - Atendimento às demandas dos órgãos de controle interno e externo
Gestão Orçamentária e Financeira	Gabinete/SRRF08	<ul style="list-style-type: none"> - Execução orçamentário-financeira

	Dipol	- Supervisão e orientação contábil
Governança de Tecnologia da Informação	Ditec	- Manutenção dos serviços de TI para os usuários - Gestão de sistemas - Gestão da segurança da informação - Gestão da infraestrutura de TI
Gestão de Pessoas	Gabinete/SRRF08 Digep	- Administração dos recursos humanos - Promover saúde e qualidade de vida dos servidores - Desenvolvimento dos recursos humanos
Gestão de Materiais e Logística	Dipol Semap Saeng	- Gestão de licitações e contratos - Gestão patrimonial - Gestão de mercadorias apreendidas - Gestão documental

Fonte: Dipav08

1.4 - Macroprocessos Finalísticos



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013, adaptado

1.4.1 - Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013, adaptado

a) Controlar o crédito tributário

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar a arrecadação dos créditos declarados e lançados de ofício;
- Dimensionar a arrecadação potencial;
- Realizar análises da performance da arrecadação de tributos, considerando-se a arrecadação prevista, a potencial e a efetiva;
- Controlar o crédito tributário em todas as fases, desde sua constituição até sua realização, garantindo agilidade de tramitação em todo o ciclo (envolvendo arrecadação, cobrança, parcelamento, contencioso administrativo e judicial); e
- Controlar de forma integrada todos os créditos do contribuinte com a finalidade de atuar na garantia do crédito.

Arrecadação:

Em 2013, foram arrecadados R\$ 1,138 trilhões em receitas federais acompanhadas pela RFB, sendo que R\$ 1,1 trilhões são de receitas administradas, através de cerca de 278 milhões de documentos de arrecadação. A rede arrecadadora é composta de 26 bancos.

Cartão de Débito:

Desde fevereiro de 2013, com a entrada da nova forma de arrecadação, com cartão de débito, ocorreram 19.034 transações, em um total de R\$ 11.1 milhões.

No âmbito da RF08, foram arrecadados R\$ 443 bilhões em receitas federais acompanhadas pela RFB, o que corresponde a uma participação de 40,28% do total arrecadado nacionalmente. A arrecadação apresentou um crescimento nominal da ordem de 10,68%, índice superior ao verificado em 2012, que foi de 6,17%.

b) Controlar o cumprimento das obrigações acessórias

Descrição sucinta das principais atividades:

- Proceder o controle da obrigatoriedade das entregas das declarações.

Atualmente, há um indicador estratégico, o Índice de Adimplência de Obrigação Acessória (IAOA) que mede o grau de entrega da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (Dirpf) de quem é obrigado a cumprir a obrigação. O resultado desse índice, para o nível Brasil, é de 97,4%.

Em relação ao controle do cumprimento das obrigações acessórias das pessoas jurídicas, durante o ano de 2013 foi especificado o sistema que controlará de forma centralizada a obrigatoriedade de entrega das diversas obrigações da pessoa jurídica (DCTF, Dirf, Sped). Por meio deste controle, será possível apurar as pessoas jurídicas omissas de declaração e iniciar as respectivas sanções legais. A implementação do sistema está prevista para 2014.

Para a RF08, o resultado do IAOA foi de 97,3%.

c) Realizar cobrança administrativa

Descrição sucinta das principais atividades:

- Efetuar a cobrança administrativa dos débitos declarados pelo contribuinte e lançados de ofício sem o respectivo pagamento, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Efetuar a cobrança e rescisão dos parcelamentos inadimplentes, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Validar as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário informadas pelo contribuinte; e
- Proceder a análise de emissão de pedidos de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos, e inscrição no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).
 - Na área de parcelamento não previdenciários, houve a implementação da exclusão mensal automática dos contribuintes inadimplentes e encaminhamento automático desses débitos para inscrição em Dívida Ativa da União;
 - De forma a evitar ilícito tributário na suspensão indevida na exigibilidade do crédito tributário por medida judicial, houve forte atuação no enfrentamento às fraudes com títulos da dívida pública, exercendo papel de liderança, juntamente com os demais órgãos de Estado, como a PGFN, STN e MPF e Judiciário, para identificar e combater este tipo de fraude contra o erário público; e
 - Foi desenvolvido o sistema Malha para a Declarações de Créditos e Débitos Tributários Federais (DCTF), que visa identificar e apurar possíveis inconsistências em relação aos valores declarados nas DCTF, aumentando a percepção de risco dos contribuintes infratores. Objetiva, ainda, a identificação de possíveis fraudes contra a Fazenda Pública, envolvendo a tentativa de obtenção de restituições ou certidões, indevidas.

Na RF08:

- Foi realizado no mês de junho o 1º Seminário de Arrecadação e Cobrança, cuja finalidade foi capacitar os chefes de cobrança das unidades locais a aprimorar as ações voltadas para a recuperação do crédito tributário. O evento contou com 23 participantes.
- Foram cobrados neste ano, nos meses de janeiro a novembro/2013, 675.666 Pessoas Jurídicas devedoras de tributos não previdenciários, totalizando R\$ 13,1 bilhões de créditos em cobrança. Desse total, foram recebidos em pagamento R\$ 215 milhões (1,64% do total cobrado), foram parcelados R\$ 349 milhões (2,66%) e extintos por compensação R\$ 123 milhões (0,93%), totalizando R\$ 688,6 milhões de créditos recuperados (5,25% do total de crédito tributário cobrado).
- Para os débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas, foram emitidas, no ano de 2013, 52.721 cartas de cobrança (Intimação para Pagamento - "IP"), para contribuintes inadimplentes. Do total cobrado, foram obtidos R\$ 1.003.418,28 em pagamentos, e R\$ 85.986.270,18 foram objeto de retificação.

d) Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Recepcionar, tratar, analisar e decidir pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso e declarações de compensação;
- Cobrar os débitos indevidamente compensados; e
- Pagar restituições e ressarcimentos deferidos, efetuando previamente a compensação de ofício caso o sujeito passivo tenha débitos no âmbito da RFB ou PGFN.

No ano de 2013, foram recepcionados 929.636 PER/DCOMP, sendo 628.460 declarações de compensação, 185.863 pedidos de restituição, 77.151 pedidos de ressarcimento e 38.162 pedidos de cancelamento, envolvendo créditos de aproximadamente R\$ 57 bilhões.

Foram transmitidos, ainda, 160.860 pedidos de restituição de contribuição previdenciária e de reembolso.

No ano de 2013, foram emitidas 63.528 comunicações eletrônicas pelo Sistema de Controle de Créditos e Compensações - SCC, sendo 22.579 intimações (em razão de incorreções ou inconsistências detectadas nos PER/DCOMP ou solicitando documentos complementares), 2.267 despachos decisórios de não admissibilidade de canceladora ou retificador e 38.682 despachos decisórios com apreciação de mérito envolvendo créditos de R\$ 4,6 bilhões.

No período de janeiro a dezembro de 2013, foram encaminhados de forma eletrônica para pagamento 70.450 processos de restituição ou ressarcimento, contabilizando aproximadamente R\$ 1,5 bilhão. Do total de processos, 82,95% foi efetivamente creditado, o que corresponde a 58.587 processos, totalizando, aproximadamente, R\$ 1,4 bilhão. Foram devolvidos, pelo motivo domicílio bancário inválido, um total de 11.863 processos, correspondendo a cerca de R\$ 91,5 milhões.

Houve o encaminhamento à rede bancária de aproximadamente R\$ 14 bilhões para pagamento de restituição de quase 12 milhões de pessoas físicas referente a imposto de renda retido ou recolhido a maior.

Na **RF08**, houve o encaminhamento à rede bancária de aproximadamente R\$ 4,4 bilhões para pagamento de restituição de 4 milhões de pessoas físicas referente a imposto de renda retido ou recolhido a maior, números que correspondem, respectivamente, a 31% e a 34% do total nacional.

A 8ª Região Fiscal fechou 2013 cumprindo as metas dos indicadores “Índice de Compensações Pendentes” e “Índice de Restituições Pendentes”.

O estoque de compensações pendentes foi reduzido de R\$ 31,044 bilhões para R\$ 15,467 bilhões até o final de 2013. O índice atingido de 50,18%, para uma meta de 35%, ou seja, o percentual de atingimento da meta foi de 143,36%. Grande parte desse resultado se deve ao projeto Sintonia, criado em 2011 com a finalidade de otimizar o acompanhamento regional dos pedidos de restituição, compensação e ressarcimento.

O Índice de Restituições Pendentes que inicialmente estava em 1.060 dias, foi reduzido até o final de 2013, para 597 dias, uma redução de 44,15%, para uma meta definida de 40%.

e) Atuar na garantia do crédito tributário

Descrição sucinta do processo de trabalho:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes tanto do lançamento de ofício quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

Iniciativas de natureza normativa e de orientação:

- Publicação da 2ª nota de "perguntas e respostas", com enfoque didático às questões formuladas por unidades descentralizadas da RFB, com o objetivo de padronizar os procedimentos afetos às medidas cautelares fiscais e procedimentos afetos ao arrolamento de bens;

Iniciativas de ordem operacional:

- disponibilização de listas com os créditos tributários dos sujeitos passivos às unidades descentralizadas, para realização de arrolamentos de bens e direitos;

- homologação de novas funcionalidades no sistema de controle da garantida - Conprovi, de gestão da Sufis;

- aprimoramento do sistema informatizado para levantamento e identificação do passivo tributário do contribuinte - Contágil, a cargo da Sufis;

Iniciativas de natureza gerencial:

- acompanhamento do indicador estratégico Índice de Garantida do Crédito Tributário, que mede a relação entre o valor de bens e direitos arrolados ou acautelados por medida cautelar fiscal e o passivo tributário sujeito à garantia. Desde o início da medição desse indicador, em janeiro de 2012, houve incremento de 232% no valor de bens e direitos arrolados,

chegando-se ao montante atual de R\$ 57,8 bilhões. Só em 2013, foram arrolados R\$ 29,5 bilhões em bens e direitos.

No âmbito da RF08 foi proposto o Programa Regional de Garantia do Crédito Tributário. As iniciativas foram executadas em três frentes: aprimorar os procedimentos de garantia no lançamento do crédito tributário; disseminar os procedimentos para constituição de garantias na área de cobrança; e sistematizar a propositura de medidas cautelares fiscais.

Na área de fiscalização, a iniciativa de Garantia e Efetividade do Crédito Tributário apresentou as seguintes entregas e resultados:

- Realização do 2º Ciclo de Palestras sobre Responsabilidade Tributária (13 a 15/08/2013), com participação presencial de servidores e transmissão por videoconferência para as Unidades da RF08, abrangendo principalmente o seguinte:

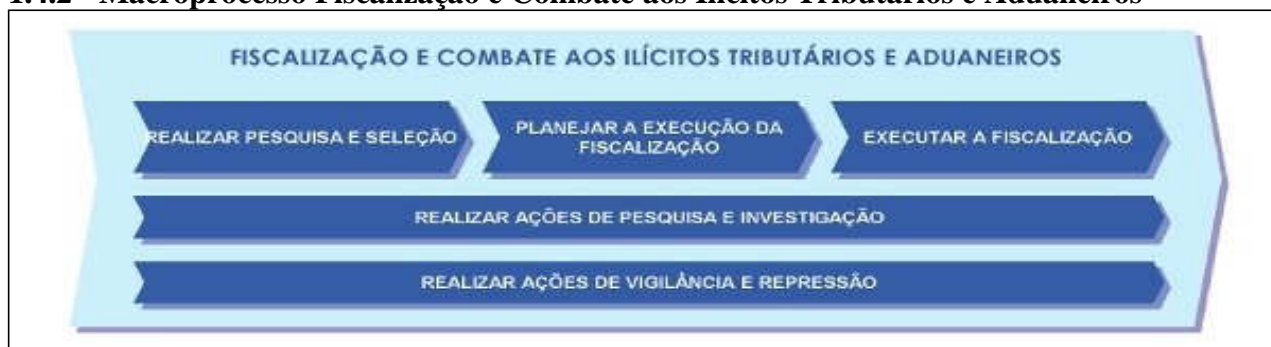
- a. Interposição de Pessoas em Tributos Internos;
- b. Representação Fiscal para Fins Penais;
- c. Crime de Lavagem de Dinheiro;
- d. Aplicação de Multa Qualificada;
- e. Fontes de Pesquisas Internas e Externas;
- f. Arrolamento de Bens e Medidas Cautelares.

- Acompanhamento de Ações Fiscais com caracterização de fraude.

- Reuniões prévias com a Procuradoria da Fazenda Nacional para propositura de Medidas Cautelares.

- Obtenção de êxitos nos deferimentos de Medidas Cautelares.

1.4.2 - Macroprocesso Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013, adaptado

a) Realizar pesquisa e seleção

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar estudos sobre operações evasivas e sobre elisão fiscal;
- Realizar estudos para subsidiar a seleção de contribuintes;
- Realizar pesquisa e seleção de operadores econômicos aduaneiros (despachantes, depositários, transportadores etc) a serem fiscalizados;
- Elaborar dossiês de contribuintes para subsidiar as fiscalizações;
- Realizar estudos sobre o impacto da fiscalização no cumprimento espontâneo das obrigações tributárias;
- Monitorar grandes contribuintes;
- Monitorar segmentos econômicos;
- Realizar pesquisa de contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior); e
- Selecionar contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior).

Escopo: todas as etapas do processo de pesquisa e seleção dos contribuintes a serem fiscalizados, aplicando os princípios da razoabilidade, da objetividade e da impessoalidade.

A avaliação desse processo se dá por meio do '*Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS*', resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma.

A primeira avaliação refere-se à soma da quantidade de dossiês provisórios cadastrados em relação à meta anual de seleção. A meta anual de seleção é calculada a partir da meta de sujeitos passivos a serem fiscalizados, a qual parte da hora média prevista para os procedimentos de fiscalização correspondente aos respectivos contribuintes.

Os contribuintes que integram a avaliação são os seguintes:

- Pessoas Jurídicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Jurídicas de médio porte;
- Demais Pessoas Jurídicas;
- Pessoas Físicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Físicas com elevada capacidade contributiva; e
- Demais Pessoas Físicas.

A segunda avaliação afere o total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado, em relação ao total de procedimentos de fiscalização cuja motivação foi seleção interna, encerrados com exame no período. Para o ano de 2013, a meta definida foi 85%, sendo alcançado o resultado de 85,57%.

Em 2013 foi realizada oficina de âmbito nacional para disseminar e integrar conhecimento entre as Equipes de Seleção, sendo produzidas 4 Notas Copes sobre Processos de Seleção.

Na RF08, em 2013 foi concluída a iniciativa Fortalecimento da Programação, que buscou a melhora na qualidade da seleção da fiscalização, alcançando resultados superiores aos de 2012. O crédito tributário médio por procedimento de fiscalização saltou de R\$ 11.642.392,71 para R\$ 17.891.169,42, o que representa um crescimento de 53,67%. Já o crédito tributário médio por Auditor-Fiscal da RF08 atingiu o valor de R\$ 102.480.618,41, superando em 94,58% o resultado de 2012, que foi de R\$ 52.666.392,03.

b) Planejar a execução da fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Planejar, acompanhar e avaliar a revisão de declarações;
- Planejar, acompanhar e avaliar as fiscalizações; e
- Monitorar o grau de aderência do crédito tributário lançado.

Escopo: todas as etapas do processo de planejamento da execução dos dossiês dos contribuintes a serem fiscalizados.

Parte da avaliação desse processo se dá por meio do '*Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS*', resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma. A avaliação desse indicador já consta do Processo 1 Realizar pesquisa e seleção.

A outra parte, relacionada ao planejamento, acompanhamento e ao monitoramento do grau de aderência do crédito tributário lançado é feita por meio do '*Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes -IGAM*', que mede a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas, por meio da seguinte fórmula:

$(0,25 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,35 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,40 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT}).$

Permitindo a visão integral do acompanhamento dos maiores contribuintes, pois, o indicador principal (IGAM), abarca todas as vertentes da referida atividade por meio de três indicadores auxiliares, relativos a: análise das distorções de arrecadação das receitas administradas pela RFB (IDA), solução prioritária das demandas e pendências dos contribuintes diferenciados (IPT) e exame do potencial econômico-tributário dos contribuintes diferenciados (ISE). O IPT está com seu cumprimento em 100% pelas RF, o IDA em 100% e o ISE em 100%, portanto, apresentando resultados satisfatórios.

Em 2013, a Receita Federal elaborou o Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira do ano 2013 – PNFA 2013. Nesse plano, publicado através da Portaria Coana nº 62/2012, foram aprovadas as metas a serem executadas pela fiscalização, o número de horas dedicadas à fiscalização pelos Auditores-Fiscais e a definição dos indicadores de gestão, em especial o novo indicador estratégico “Indicador Global da Fiscalização”- IGA-, dentre outros.

O acompanhamento das fiscalizações foi feito através de relatórios, que são compostos, dentre outros, dos seguintes dados: Quantidade de fiscalizações executadas, e quantas desta com resultado, em comparação com a meta estabelecida para o período; Valores lançados (créditos e apreensões); Análise do Grau de Eficácia da Seleção; Tempo médio das fiscalizações, em dias; Análise do preenchimento das horas no RHAF; Média das horas despendidas por tipo de operação fiscal e por grupo de operação fiscal.

A RF08 atingiu 95% da meta do IPT, 100% da meta do IDA e 100% da meta do ISE.

A Divisão de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (DIMAC) da 8ª Região Fiscal atingiu 99% da meta do IGAM. Além disso, participou, por meio de debates com a Coordenação-Geral de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (COMAC), do processo de aprimoramento do indicador.

O desenvolvimento da metodologia de acompanhamento desses setores econômicos - com a elaboração, por cada delegacia da 8ª RF, de estudos de setores econômicos escolhidos em conjunto com a DIMAC, pelo critério de relevância para a região e para a unidade - também integra o rol dos principais trabalhos realizados em 2013.

Acrescente-se ao exposto acima a continuidade, em 2013, da tarefa de aumentar a integração com as outras divisões ligadas ao gerenciamento das atividades-fim da Receita Federal do Brasil - notadamente com a Divisão de Fiscalização (DIFIS) e a Divisão de Arrecadação e Cobrança (DIRAC). No total, as ações de lançamento, análise de compensações e cobrança do crédito tributário e programação de fiscalização somaram aproximadamente R\$ 9 bilhões.

A Divisão de Administração Aduaneira (Diana) capitaneou uma iniciativa de centralização da pesquisa e seleção para fiscalização aduaneira, visando selecionar contribuintes da Capital e Grande São Paulo para execução nas Unidades do interior. Com essa iniciativa o resultado regional no indicador de grau de eficácia da seleção para fiscalização (IGES) passou de 83% em 2012 para 92% em 2013. Além disto foram utilizadas metodologias de realização dos trabalhos de modo que, na medida do possível, procurou-se autuar todas as empresas do setor/atividade econômica que incorreram na mesma falta de pagamento de tributos sobre o comércio exterior. O intuito foi de reforçar a presença fiscal no setor como um todo, proporcionando efeito educativo para o cumprimento espontâneo da obrigação tributária.

c) Executar a fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a revisão de declarações;
- Realizar fiscalizações;
- Realizar diligências;
- Lavrar autos de infração;
- Expedir notificações de lançamento;
- Arrolar bens dos contribuintes;
- Propor medida cautelar fiscal;
- Elaborar representação fiscal para fins penais; e
- Aplicar regimes especiais de fiscalização.

Escopo: todos os subprocessos que englobam a execução da fiscalização de todos os contribuintes, inclusive os processos de revisão das declarações.

Na área de tributos internos, a avaliação desse processo é realizada por meio do 'Indicador Global da Fiscalização - IGF', resultado da soma de três indicadores e suas respectivas ponderações:

- Indicador de Desempenho da Fiscalização - IDF, estabelecido em percentual de quantidade de procedimentos de fiscalização e de revisão de declarações realizados, multiplicados pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração, em relação às metas anuais estabelecidas para as fiscalizações e revisões de declarações, multiplicadas pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração. (Peso 70%);
- Indicador do Crédito Tributário - ICT, refere-se ao crédito tributário lançado no período, em relação à meta anual, composta pela média do crédito tributário lançado no triênio anterior, acrescida de dez por cento. (Peso 5%); e
- Indicador de Presença Fiscal - IPF, afere a quantidade de procedimentos fiscais por espécie (ação fiscal e diligências) considerando os diversos tipos de contribuinte (Pessoas Jurídicas Diferenciadas, Médio Porte, Demais Pessoas Jurídicas, Pessoas Físicas e Revisão de Malha). (Peso 25%).

Para o ano de 2013 a meta definida foi 100%, alcançando o resultado de 105,09%, com alcance desdobrado de 106,4% para o IDF; 163,7% para o ICT e 92,9% para o IPC.

No ano de 2013, destaca-se o recorde de lançamento de crédito tributário no valor de R\$ 190,2 bilhões, superando em 63,7% a meta estabelecida, em função do aprimoramento do processo de seleção dos contribuintes a serem fiscalizados.

No âmbito da fiscalização aduaneira em Zona Secundária, foram concluídas 1.015 ações fiscais em 2013, contemplando operações nas áreas de renúncia fiscal, combate a fraude, revisão aduaneira, importação e exportação irregulares e auditoria de intervenientes. Quase 90% dessas ações foram concluídas com resultado, gerando créditos (créditos tributários + apreensões de mercadorias) em 2013 da ordem de R\$ 4,3 bilhões.

A **RF08** alcançou o resultado de 104,94%, com alcance desdobrado de 103,2% para o IDF; 210,6% para o ICT e 88,7% para o IPF.

O lançamento de crédito tributário no valor de R\$ 105,5 bilhões superou em 82,74% o resultado de 2012, em função do aprimoramento do processo de seleção dos contribuintes a serem fiscalizados, aliado a um intenso programa de capacitação continuada dos Auditores-Fiscais e na utilização de tecnologia.

No âmbito da fiscalização aduaneira em Zona Secundária foram encerradas 423 ações fiscais, contemplando operações nas áreas de renúncia fiscal, combate à fraude, revisão aduaneira, importação e exportação irregulares e auditoria de intervenientes com crédito tributário lançado de R\$ 1,621 bilhão.

d) Realizar ações de pesquisa e investigação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar pesquisa e investigação sobre fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e investigação no combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Executar ações especializadas de inteligência;
- Realizar investigações no âmbito criminal em parceria com outros órgãos nas áreas de interesse da RFB e em função de parcerias estratégicas;
- Prospectar e desenvolver soluções tecnológicas para uso nas ações de pesquisa e investigação;
- Representar a RFB junto aos órgãos nacionais e internacionais de inteligência;
- Prestar assessoramento estratégico aos gestores da RFB; e
- Executar atividades de contrainteligência no âmbito da COPEI.

Este processo é exclusivo das Unidades Centrais.

e) Realizar Ações de Vigilância e Repressão

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar Operações de Vigilância e Repressão ao contrabando e descaminho;
- Realizar Operações de Vigilância e Repressão ao contrabando e descaminho em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e seleção de alvos; e
- Monitorar Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias.

Ao longo do ano de 2013, a Receita Federal realizou 2.999 operações de vigilância e repressão. Cabe destacar que algumas dessas operações foram realizadas conjuntamente ou contaram com o apoio de outros órgãos, entre os quais: Inmetro, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira.

Importante também ressaltar que a RFB implementou diversas iniciativas voltadas a aprimorar e estruturar a atividade de vigilância e repressão em 2013. Merecem destaque aquelas relacionadas ao Projeto Armamento Institucional, o qual envolve treinamento e acautelamento de pistola em calibre .40 e de equipamento não letal para os servidores da atividade; à construção de Reservas de Armamento; ao desenvolvimento do Projeto Cães de Faro; à renovação da frota de veículos; à aquisição de coletes balísticos; e ao Projeto de Aquisição e Instalação de Equipamentos de Detecção – tendo sido elaborada estratégia de instalação de equipamento para inspeção não invasiva de contêineres para os pontos de fronteira terrestre.

No ano de 2013, a apreensão total de mercadorias resultante da atuação de RFB nas áreas de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior (inclusive bagagem) foi inferior ao atingido no ano anterior, com resultado de R\$ 1,68 bilhão.

Resultados da RF08:

Este processo de trabalho é avaliado por meio de dois indicadores: o indicador *Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira* e o *Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira*. Os resultados da RF08 nesses indicadores foram, respectivamente, 111,90% e 94,92%.

Ao longo do ano de 2013, foram realizadas 153 operações de vigilância e repressão, com a lavratura de 114 Representações Fiscais para Fins Penais. A apreensão total de mercadorias atingiu um resultado de R\$ 111,9 milhões.

1.4.3 - Macroprocesso Administração Aduaneira



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013, adaptado

a) Administrar processos de importação e exportação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o despacho aduaneiro de importação e exportação;
- Realizar despacho de internação (ZFM);
- Gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior;
- Executar e controlar as políticas para operações de importação e exportação;
- Realizar o controle de cargas; e
- Realizar habilitação dos intervenientes no comércio exterior.

A Receita Federal do Brasil, em relação ao processo “Administrar processos de importação e exportação”, desembarçou 3,58 milhões de Declarações de importação e exportação.

Diversas ações visando a melhoria do processo foram desenvolvidas, dentre elas pode ser destacada a alteração do fluxo do processo de exportação, eliminando a necessidade de apresentação de documentos em papel para cerca de 90% dos despachos.

O lançamento do APP importação para tablets e iPads constituiu importante marco no aperfeiçoamento da comunicação entre o órgão e a sociedade, além de importante ferramenta de aumento da transparência do processo de importação. Deu-se seqüência na modelagem dos processos de trabalho com fim de aprimorar rotinas e procedimentos ligados ao processo de despacho aduaneiro.

Participou-se dos trabalhos relativos à implantação no Brasil de uma janela única de comércio exterior, o Portal Único do Comércio Exterior, iniciativa da RFB e MDIC, que em conjunto com os demais órgãos anuentes, almeja criar uma plataforma de fluxo único para os processos de importação e exportação, esta iniciativa é consagrada na literatura e na experiência internacional como importante instrumento de facilitação comercial e de incentivo ao aumento dos fluxos de comércio internacional.

Trabalhou-se para eliminar o fluxo de informação em meio papel nos processos de importação e exportação, eliminando a necessidade de apresentação em papel de documentos relativos a carga e embarcações do modal marítimo.

Preparou-se para a iminente migração da competência de gerir e arrecadar o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, do Departamento da Marinha Mercante para a Receita Federal,

incluindo-se ai, a preparação dos sistemas, manual e normas, permitindo que quando ocorrer efetivamente a transferência da atribuição, não haja a ocorrência de transtornos aos contribuintes, bem como não haja deficiências de controle.

A **RF08** desembarçou 1,33 milhão de Declarações de Importação, que corresponde a 52,23% do total de DIs desembarçadas no Brasil, e 444,5 mil Declarações de Exportação, que correspondem a 36,26% do total nacional.

b) Controlar regimes aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o controle de regimes aduaneiros.

Foi editada uma Instrução Normativa sobre Admissão Temporária, consolidando e modernizando tal regime aduaneiro, permitindo maior agilidade, eficiência e menores custos para os operadores privados, sem enfraquecer o controle aduaneiro.

Nova Instrução Normativa referente ao regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural - Repetro – lançada em dezembro, confere maior racionalidade de procedimentos e segurança ao regime.

c) Controlar encomendas e bens de viajantes

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar encomendas e bens de viajantes brasileiros e estrangeiros em trânsito internacional; e
- Controlar remessas postais internacionais.

No âmbito do processo “Controlar encomendas e bens de viajantes”, a RFB fiscalizou 20,8 milhões de remessas postais internacionais e processou 2,04 milhões de volumes de remessas expressas, além de ter controlado os bens de mais de 54 mil passageiros por dia nos aeroportos brasileiros, o que totaliza 19,8 milhões de viajantes aéreos. Ainda, efetuou o controle aduaneiro de entrada e saída de fronteiras terrestres de cerca de 70 milhões de pessoas e 31 milhões de veículos.

Merece destaque a implementação da e-DBV, Declaração Eletrônica de Bens de Viajante, em agosto de 2013, permitindo que os viajantes efetuem a declaração on-line de bens e valores em viagens internacionais. A e-DBV substitui duas declarações em papel, a Declaração de Bagagem Acompanhada (DBA) e a Declaração Eletrônica de Porte de Valores (e-DPV), facilitando o adimplemento das obrigações tributárias. Desde sua implantação, até o final de 2013, por meio da e-DBV foram realizadas cerca de 28 mil declarações.

Ainda em 2013, foi minutado novo modelo de controle de bagagens, que encontra-se em fase de revisão e deverá ser implementado em 2014, e foi iniciado o desenvolvimento de um sistema informatizado de controle aduaneiro de encomendas postais internacionais, que se baseará em informações eletrônicas recebidas dos Correios, geração automática de documento de tributação e conferência de encomenda com base em gerenciamento eletrônico de risco. Este sistema deverá ser implantado ainda em 2014 trazendo maior celeridade, padronização, segurança fiscal e previsibilidade no fluxo de importação das encomendas postais internacionais.

Resultados da RF08:

- No âmbito do processo “Controlar encomendas e bens de viajantes”, a RF08 fiscalizou 958.356 remessas postais internacionais (participação de 4,6% do total nacional) e processou 1.765.245 volumes de remessas expressas (participação de 86%), além de ter controlado os bens de mais de 28 mil passageiros por dia nos aeroportos paulistas, o que totaliza 10,3 milhões de viajantes aéreos (participação de 52%).
- Foram realizadas cerca de 6 mil declarações por meio da e-DBV.
- Ainda em 2013, houve aumento efetivo na fiscalização de remessas postais na RF08. No comparativo com 2012, o aumento foi de 30% na quantidade de NTS (Notas de Tributação Simplificadas) emitidas. Foram emitidas 522 mil NTS, em 2013, ante 399 mil, em 2012. A arrecadação aumentou 20%, passando de R\$ 58 milhões, em 2012, para R\$ 70 milhões em 2013.

d) Gerenciar riscos operacionais aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar riscos nas operações aduaneiras;
- Gerenciar riscos na cadeia logística;
- Gerenciar denúncias e informações externas.

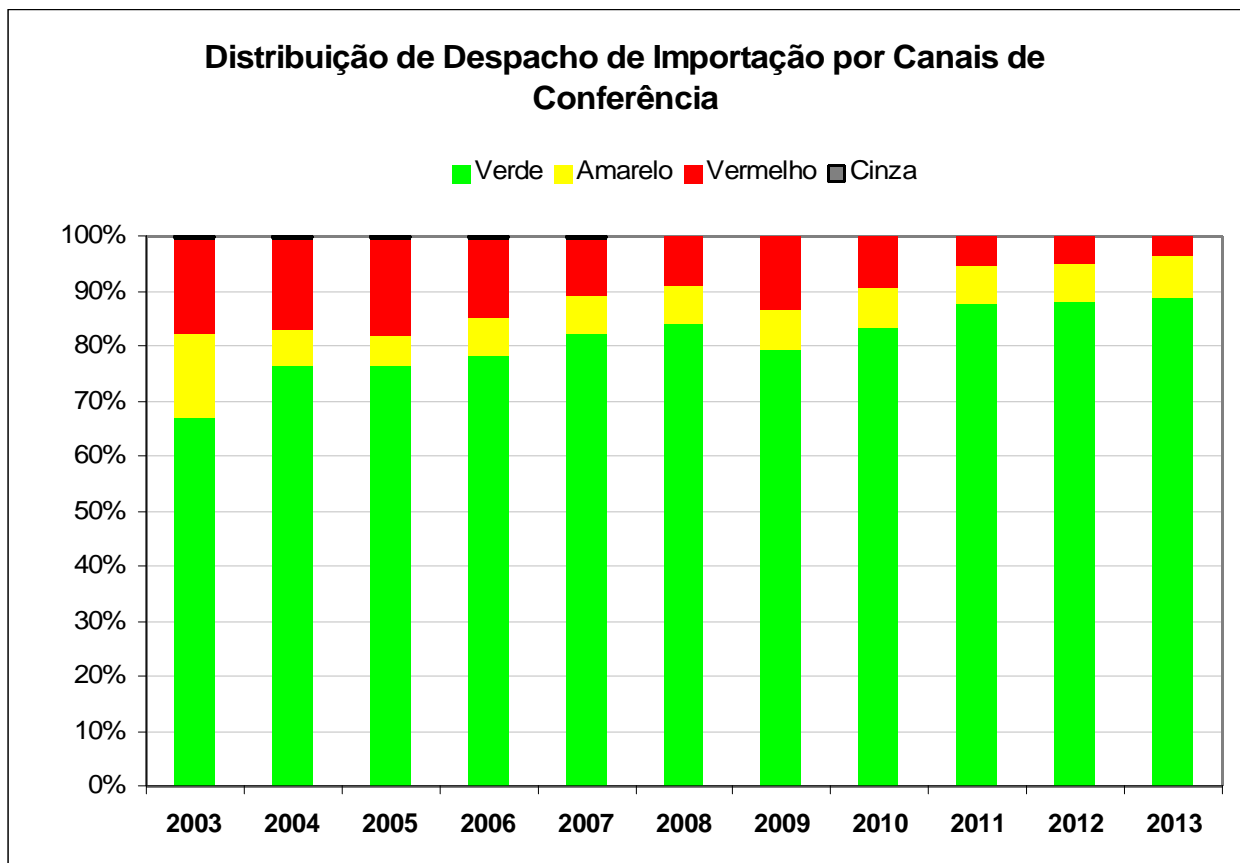
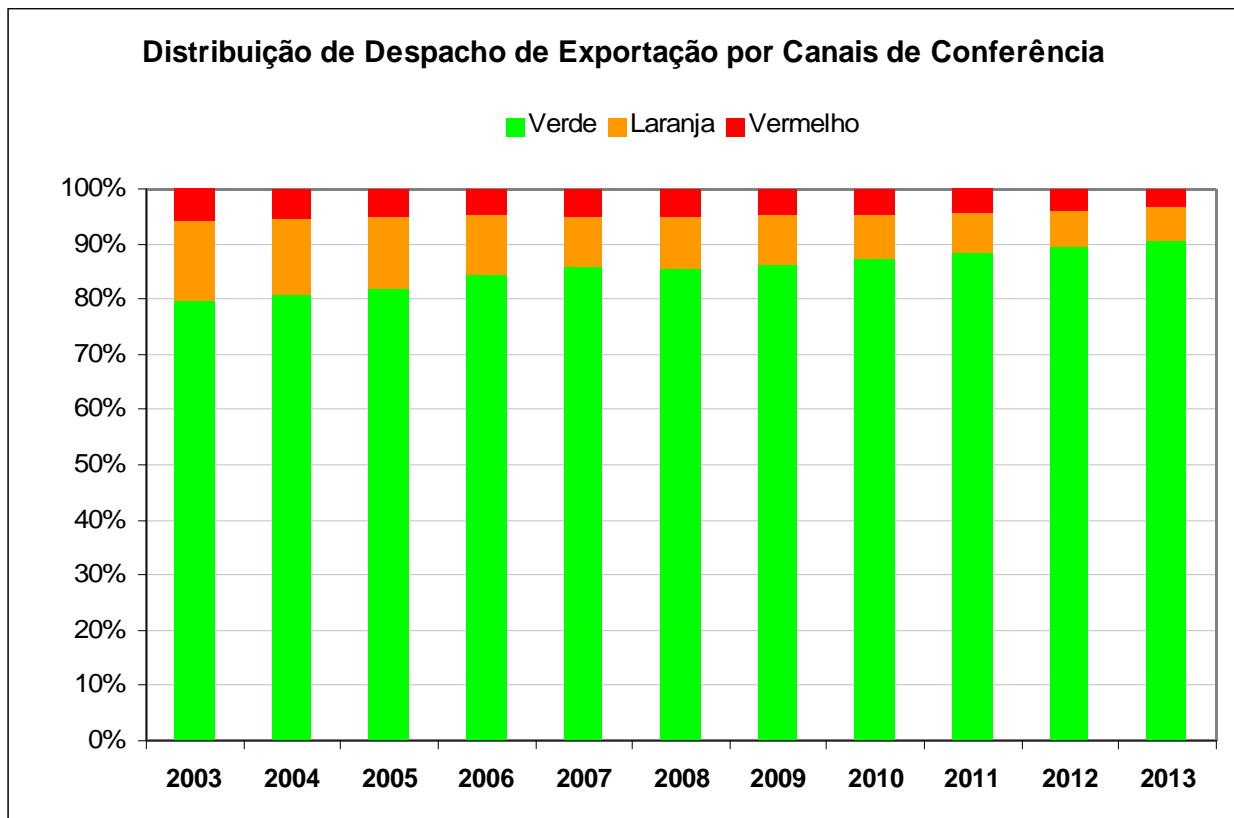
No ano de 2013, visto que uma aduana moderna não pode prescindir da inserção cada vez maior de ações de inteligência, e de intensa gestão dos riscos inerentes a sua atividade, o CERAD monitorou diversos setores econômicos específicos com elevado grau de risco de ocorrência de práticas irregulares nas operações de importação e exportação, o que possibilitou uma forte atuação da RFB no sentido de reprimir fraudes e combater a concorrência predatória na economia nacional. Ainda houve, por parte do Centro Nacional, intensificação do monitoramento e combate à interposição fraudulenta nas operações de comércio exterior.

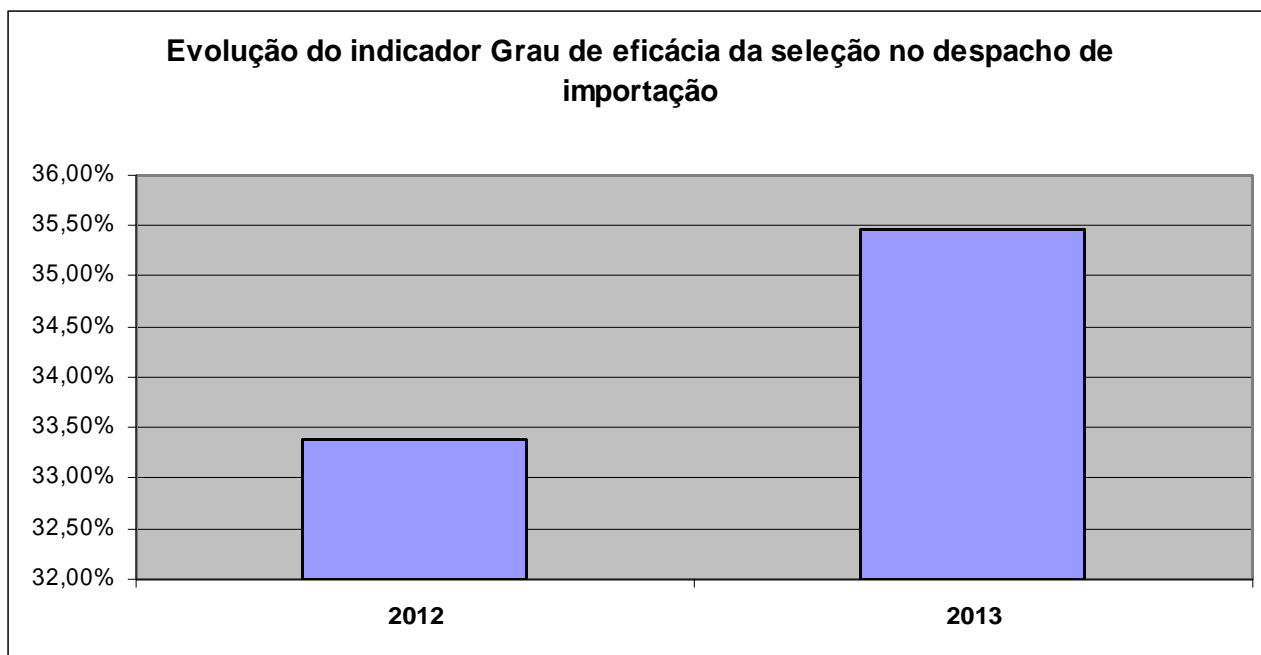
A Receita Federal tem aprimorado seus sistemas de análise de riscos, como o Analisador Inteligente e Integrado de Transações Aduaneiras - ANIITA e o Sistema Informatizado de Seleção por Aprendizado de Máquinas – SISAM.

Ao longo do ano de 2013, varias ações foram desenvolvidas, foram 2015 novos perfis de risco incluídos nos sistemas, concluindo em importantes resultados para a sociedade.

Devido a essas ações de inteligência e com o objetivo de garantir a observância da legislação nacional nas atividades de comércio exterior e oferecer à comunidade de importadores, exportadores e demais intervenientes sistemas de controle que não obstaculizem o comércio internacional legítimo, observamos uma tendência de redução na quantidade de declarações selecionadas para conferência* além do crescente grau de eficácia no despacho de importação, conforme apontado nos gráficos.

*(Na exportação, canais laranja e vermelho. Na importação, canais amarelo, vermelho e cinza.)





Complementarmente, **no âmbito da RF08**, a Diana desenvolveu um projeto de criação de ambiente informatizado para troca de informações entre os setores de procedimentos especiais no despacho das maiores alfândegas de sua jurisdição, servindo também de repositório de boas práticas, relatórios, pareceres, dados coletados, casos de sucesso, etc. O objetivo de tal banco de dados é o de difundir o conhecimento e as experiências acumuladas pelos Auditores-Fiscais que atuam na área de forma a dar maior segurança ao trabalho, ao mesmo tempo em que promove o seu aprimoramento. Atualmente, esse projeto encontra-se na fase de disseminação e incentivo à utilização do banco de dados criado.

Devido a essas ações de inteligência e com o objetivo de garantir a observância da legislação nacional nas atividades de comércio exterior e oferecer à comunidade de importadores, exportadores e demais intervenientes sistemas de controle que não obstaculizem o comércio internacional legítimo, observamos crescente grau de eficácia no despacho de importação, que passou de 26,51% em 2012 para 31,48% em 2013.

1.4.4 - Macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013, adaptado

a) Formular propostas de legislação tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar, conforme demanda externa, projetos de lei relacionados ao sistema tributário nacional (tributos internos e tributos de comércio exterior); e
- Propor projetos de lei de interesse da RFB.

Este processo é exclusivo das Unidades Centrais.

b) Julgar recursos administrativos fiscais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Julgar recursos administrativos fiscais em primeira instância administrativa e recursos da Lei nº 9.784/1999; e
- Julgar impugnações e manifestações de inconformidade nas DRJ.

Este processo é exclusivo das DRJ.

c) Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o julgamento de processos administrativos nas DRJ e no CARF;
- Acompanhar o julgamento de processos judiciais;
- Subsidiar a PGFN na defesa da Fazenda Nacional em processos administrativos e judiciais;
- Acompanhar a jurisprudência do CARF e dos Tribunais Superiores e disseminá-la internamente;

- Identificar interpretações divergentes no contencioso administrativo e propor soluções para a uniformização de entendimento; e
- Identificar assuntos passíveis de serem sumulados pelo CARF.

Este processo é exclusivo das Unidades Centrais.

d) Formular atos interpretativos e normativos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Formular, com base na jurisprudência, atos normativos;
- Realizar interpretação da legislação vigente e jurisprudência (para subsidiar a melhoria dos procedimentos); e
- Realizar soluções de consultas.

A Sutri participou da elaboração de:

- 25 Instruções Normativas, dentre as quais destacam-se:
 - IN RFB nº 1.370 - Disciplina a aplicação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto);
 - IN RFB nº 1.396 - Dispõe sobre o processo de consulta relativo à interpretação da legislação tributária e aduaneira e à classificação de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
 - IN RFB nº 1.397 - Dispõe sobre o Regime Tributário de Transição (RTT); e
 - IN RFB nº 1.415 - Dispõe sobre a habilitação e a aplicação do regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro).
- 09 Portarias RFB, dentre as quais destacam-se:
 - Portaria RFB nº 379/2013 - Disciplina a formulação, o encaminhamento e a solução de Consulta Interna relativa à interpretação da legislação tributária e dá outras providências;
 - Portaria RFB nº 1.098/2013 - Dispõe sobre atos administrativos no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Alterada pela Portaria RFB nº 1.195, de 26 de agosto de 2013;
 - Portaria RFB nº 1.880/2013 - Dispõe sobre a dispensa de apresentação de documentos com firma reconhecida no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil nos casos em que especifica; e
 - Portaria RFB Nº 1.887/2013 - Aprova o Manual de Redação e elaboração de atos administrativos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e define modelo padrão dos atos editados no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- 01 Ato Declaratório Interpretativo RFB.

- 27 Pareceres Normativos, sendo 25 revisando e atualizando Pareceres Normativos CST sobre IPI que, embora em vigor, faziam referência a normas já modificadas ou revogadas, 01 versando sobre as consequências da nova redação do art. 57 da MP nº 2.158-35, de 2001, pela lei nº 12.766, de 2012, e 01 dispondo sobre o cálculo de contribuições previdenciárias decorrente de decisões condenatórias ou homologatórias proferidas na justiça do trabalho contra empresas abrangidas pelo regime de tributação de que tratam os arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 2011.

A Cosit produziu também:

- 598 Notas Cosit
- 38 Notas Técnicas
- 31 Notas em Ação Judicial
- 01 Norma de Execução
- 01 Ordem de Serviço
- 74 Soluções de Consulta
- 39 Soluções de Divergência
- 43 Soluções de Consulta Interna

As Divisões de Tributação – Disit das 10 Regiões Fiscais responderam, em 2013, 2.474 Consultas.

Na RF08, a Divisão de Tributação – Disit respondeu, em 2013, a 503 consultas de interpretação à legislação tributária.

Para uma meta de 68% alcançamos 57,22%. Este resultado, que corresponde a 84% da meta, em grande parte pode ser explicado pelas perdas de quadros essenciais, com relevante conhecimento técnico. Em 2013 a área de tributação teve redução de cerca de 15% de seus quadros por conta de aposentadorias. E, apesar da autorização e realização de concursos públicos, por ser uma área especializada, demanda tempo elevado para que novos pareceristas tenham uma produtividade semelhante ao de um parecerista experiente.

A implantação, pelas Unidades Centrais, de nova sistemática de solução de consultas externas, acarretou sensível redução do estoque regional de consultas externas, caindo de 376 para 75.

1.4.5 - Macroprocesso Interação com a Sociedade



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013, adaptado

a) Desenvolver moral tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de educação fiscal;
- Realizar e estimular ações de desenvolvimento de moral tributária da instituição e da sociedade; e
- Realizar, em parceria com outras instituições, ações de educação fiscal e moral tributária.

Em 2013, o foco das ações de educação fiscal esteve voltado a estudantes universitários e a profissionais da área contábil e aduaneira.

Ao longo do ano foram realizados 13.153 eventos de Educação Fiscal em todo o Brasil, quantidade pouco superior à de 2012 (13.020).

Nos meses de fevereiro e julho, foram realizadas mais duas edições do evento “A Receita Federal Convida: Conheça Nossa Aduana”, programa de visita às unidades aduaneiras da Receita Federal, contando com a participação de mais de 1.900 pessoas.

Iniciativa de educação fiscal recentemente implementada, o Autoatendimento Orientado está em funcionamento desde agosto em diversas unidades da Receita Federal e já contabiliza cerca de 204 mil atendimentos nesse novo formato. O Autoatendimento Orientado consiste em um ambiente físico destacado nas unidades de atendimento, em que são disponibilizados microcomputadores para que os contribuintes possam obter serviços e informações por meio do sítio da Receita Federal na Internet, com a orientação de servidores da unidade.

Outra ação de educação fiscal de destaque em 2013 foram os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), que funcionam nas faculdades de Ciências Contábeis nos moldes dos já consagrados núcleos de prática jurídica das faculdades de direito e contam com a parceria da Receita Federal. Nesses núcleos os alunos prestam atendimento a contribuintes hipossuficientes e complementam sua formação com os conhecimentos adquiridos.

Atualmente, estão em atividade 30 NAF, sendo 22 no Rio Grande do Sul, 4 em Minas Gerais, 1 em Brasília, 2 em Alagoas e 1 em São Paulo.

Na RF08, ainda que enfrentando dificuldades orçamentárias e de recursos humanos a Educação Fiscal realizou diversas ações que permitiram superar a meta de realização de eventos em cerca de 49%. Foram realizados 2.512 eventos de sensibilização em educação, sendo a meta anual de 1.678 eventos.

Além do fortalecimento constante das parcerias institucionais, com outros órgãos como a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, Secretaria de Finanças do Município de São Paulo, Controladoria Geral do Município de São Paulo, CGU, Conselho Estadual de Direitos da Criança, dentre outros, importantes iniciativas realizadas contribuíram para consolidar o portfólio regional, destacando-se:

- Participação em feiras e exposições (Feira do Estudante CIEE e Feira Internacional de Acessibilidade – REATECH);
- Realização do 3º ciclo de educação fiscal para Conselheiros Municipais;
- Assinatura de prorrogação do Acordo de Cooperação com a Unifesp para implantação de disciplina eletiva Política Fiscal e Cidadania no currículo de estudantes de medicina daquela Universidade e realização da 1ª turma em 2013;
- Colaboração na criação e implantação de Observatórios Sociais nos municípios de Ribeirão Preto, São José dos Campos, São Sebastião e no início da construção de um observatório no município de São Paulo;
- Criação de peça teatral “Por dentro da bagagem” e realização de duas apresentações.

b) Gerir cadastro de pessoas e bens

Descrição sucinta das principais atividades:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos.

No ano de 2013, foi conduzida a consolidação do programa de reestruturação dos Cadastros da RFB.

Os atuais cadastros cumprem a função de identificar e localizar os contribuintes. Da análise de outros modelos internacionais, verificou-se a necessidade de reestruturação dos cadastros para que este, além de identificar e localizar os contribuintes, cumpra as seguintes funções:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação e controle aduaneiro;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias e aduaneiras a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;

- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e

- Apoiar a administração de riscos tributários, previdenciários e aduaneiros.

Para atingir esse novo modelo cadastral, foi construído o Programa de Integração de Cadastros – CadFisc, que é composto de 8 projetos, todos integrados, visando à revitalização dos cadastros da RFB e fundamentados em três pilares cadastrais, Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Imóveis. São eles:

- Pessoa Jurídica:

Novo CNPJ, REDESIM, CNAE e PUC 5 - atributos previdenciários no cadastro PJ;

- Pessoa Física:

Novo CPF e PUC5 - atributos previdenciários no cadastro PF – Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física (CAEPF)

- Imóveis:

Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR); Sistema de Gestão de Informações Territoriais do Brasil (SINTER); CAFIR WEB e Coletor do CAFIR; PUC – 5 – Cadastro Nacional de Obras

Todos esses cadastros deverão estar integrados e agregar atributos tributários, previdenciários e aduaneiros, cumprindo a função de respectivamente ser o cadastro fiscal de pessoas físicas, jurídicas e bens imóveis.

Foram entregues muitos produtos importantes em 2013, como se destaca abaixo:

- ampliação da integração com as Juntas Comerciais para o deferimento concomitante do CNPJ com os atos registrares, atingindo 480 mil inscrições no CNPJ deferidas pelas Juntas Comerciais, que representa 65% do total;

- simplificação nos procedimentos de baixa do CNPJ trazidas pela IN 1429 de 23/12/2013;

- pré-homologação dos sistemas para integração dos cadastros fazendários e previdenciários (Cadastro Nacional de Obras e Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física);

- apropriação de quase 2 milhões de título de eleitor à base do CPF, aumentando a integração e controles no Cadastro de Pessoas Físicas.

- entrada em produção do Sistema de Atendimento de CPF do Ministério das Relações Exteriores (MRE) – Nessa primeira versão do sistema foi disponibilizado somente o serviço de inscrição para estrangeiros vinculados ao Programa Mais Médicos;

- pré-homologação do coletor web do cadastro de imóveis rurais – CAFIR que permitirá a transmissão de eventos desse cadastro pela internet.

Na 8ª Região Fiscal, o convênio com a Jucesp foi iniciado em 11/03/2013; ao final do ano foram contabilizadas 223.676 inscrições no CNPJ deferidas pela Junta, além de 131.021 alterações, totalizando 354.697 operações.

c) Prestar orientação e atendimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar orientação e atendimento presencial ao cidadão;
- Realizar orientação e atendimento eletrônico ao cidadão;
- Gerir parcerias para orientação e atendimento ao cidadão;
- Estimular ações que facilitem o cumprimento e previnam erros na prestação das obrigações tributárias.

No exercício de 2013, houve incremento significativo no volume de atendimentos por todos os canais disponibilizados pela Receita Federal, com menor tempo médio de espera, apesar de menor quantitativo de atendentes, conforme se depreende da leitura dos indicadores a seguir apresentados.

A quantidade de atendimentos presenciais em 2013 foi superior a 20 milhões, correspondendo a 1,7 milhão de atendimentos mensais, em média. Desses atendimentos, cerca de 18% foram realizados com agendamento prévio.

O tempo médio de espera no atendimento para o contribuinte foi de 10m42s, sendo que 72% dos serviços foram atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos.

O sítio da Receita Federal na Internet contabilizou quase 2 bilhões de visitas a suas páginas (*page views*), enquanto que no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (Portal e-CAC) foram acessados mais de 78 milhões de serviços.

As instituições conveniadas com a Receita Federal prestaram juntas mais de 10 milhões de atendimentos de CPF.

O Receitafone 146, atendimento telefônico da Receita Federal e da PGFN, recebeu mais de 11 milhões de ligações.

Na RF08, no exercício de 2013, o principal projeto da área de atendimento foi o de estímulo ao autoatendimento. O grau de avanço tecnológico e de conclusividade de serviços pela internet permite investir no atendimento não-presencial como forma de propiciar maior conforto aos contribuintes e garantir a melhoria dos serviços prestados pelas unidades de atendimento.

Dos 97 pontos de atendimento, 70 já contam com o autoatendimento. O percentual de atendimentos realizados por meio dessa modalidade está em torno de 4% em relação aos atendimentos presenciais. Todavia, em algumas Unidades já é possível verificar um percentual maior de até 15%.

Somando-se a essa iniciativa, outros importantes projetos, como o convênio com a Jucesp, o Acesso São Paulo e o e-Poupa, órgãos estes do Estado de São Paulo, conseguimos obter a redução do quantitativo de atendimentos presenciais em cerca de 7,35%, no comparativo com o ano anterior, e em contrapartida os atendimentos realizados pelo e-CAC, na internet, cresceram 14,59% em igual período.

A quantidade de atendimentos presenciais em 2013 foi superior a 5,7 milhões, correspondendo a uma média mensal de 475.239 atendimentos. Desses atendimentos, cerca de 15% foram realizados com agendamento prévio.

O tempo médio de espera no atendimento para o contribuinte foi de 10m55s, sendo que, em média, 87,08% dos serviços foram atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos.

A Divisão de Tributação (Disit) foi uma das principais áreas responsáveis pela conclusão do Projeto de Isenção de IPI/IOF. Ao longo de sua execução os resultados esperados foram gradativamente sendo alcançados. Além de atender à expectativa de uniformizar os critérios de análise e padronizar os procedimentos, o projeto conseguiu reduzir o tempo de espera para análise de processos de isenção de IPI/IOF de mais de 100 dias para aproximadamente 7 dias.

d) Gerir canais de comunicação com a sociedade

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de divulgação dos resultados tributários e de controle aduaneiro para a sociedade;
- Monitorar notícias e opiniões públicas sobre assuntos de interesse da RFB;
- Realizar o fortalecimento da imagem institucional da RFB perante a sociedade;
- Gerenciar a comunicação interna da Receita; e
- Gerir ouvidoria.

Comunicação Social

A Comunicação Social é uma área de fundamental importância para qualquer corporação pública ou privada. Esse fato ganha especial relevo para uma instituição do porte da Receita Federal, que tem uma vasta área de atuação assim como um número enorme de servidores. Há que se ressaltar ainda a necessidade de interação com os mais diversos públicos, tais como contribuintes, servidores, órgãos públicos e outros entes federados.

Ciente da envergadura desse desafio a administração da Receita tem empreendido enorme esforço com vistas a fortalecer a imagem da instituição. Nesse sentido podemos destacar no ano de 2013 as iniciativas abaixo, já completamente concluídas ou em fase de implementação:

Internet - O sítio da RFB na internet é um dos mais acessados do Brasil. Nele o contribuinte pode acessar enorme gama de informações e serviços. Nesse sentido, buscando facilitar o acesso e a disposição das funcionalidades, a Receita Federal deu curso a um projeto para modernização do sítio que compreende a reformulação do layout e a forma de alimentação do conteúdo disponível.

Os benefícios recairão sobre o público externo que terá a sua disposição um sítio mais atraente e melhor organizado, e da mesma forma, sobre o público interno, pois a nova forma de gestão do conteúdo passará a ser descentralizada o que permitirá maior agilidade na atualização das informações.

Intranet - Visando modernizar esse canal de comunicação a Receita reformulou a sua intranet com o propósito de unificar no mesmo veículo de comunicação informações de interesse dos servidores e que ao mesmo tempo tragam facilidades práticas para o dia a dia dos que trabalham na instituição.

Rede social corporativa – A Conexão Receita, como é chamada a rede social interna da instituição permite ao servidor participar de forma colaborativa das discussões de vários temas de interesse interno da Receita Federal. Este software que entrou em funcionamento em 2013 tem forte potencial para propiciar uma maior interação da administração da Receita com os servidores de todo o país.

Manual de Identidade Visual - A Receita reformulou a sua identidade visual padronizando a forma de utilização da marca nas mais diversas aplicações. Veículos, fachadas, instalações, uniformes foram alguns dos itens que receberam uniformização com o propósito de fortalecer a imagem da instituição por meio dessa iniciativa de reforço da identidade visual institucional.

Fato Gerador - As atribuições da Receita Federal são as mais variadas, abrangendo por exemplo, a arrecadação de tributos, fiscalização, atendimento ao contribuinte e controle aduaneiro em portos aeroportos e pontos de fronteira. Para integrar as diversas áreas de atuação foi criado o Caderno Fato Gerador, de periodicidade semestral e que traz balanços e resultados da instituição, permitindo aos gestores e servidores que através do conhecimento dessas informações possam estar alinhados e preparados para comunicar as mensagens da instituição independente da área em que exerçam suas atividades .

TV Receita – TV Receita é uma TV web desenvolvida pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom), e conta em seu canal com gravações de entrevistas coletivas, como por exemplo a coletiva Alerta Simples Nacional que teve 2354 visualizações. Além de apresentar as inserções mais relevantes da Receita na mídia e vídeos históricos como o do curta metragem Comboio Nacional, com 6609 visualizações.

Youtube - No canal da TV Receita no Youtube, inaugurado em 2 de abril, os servidores da RFB e o público em geral podem acompanhar as principais notícias relacionadas à Receita Federal que foram veiculadas na imprensa. A lista de reprodução "Receita na Mídia" do canal no Youtube possibilita a recuperação da informação com mais agilidade. Assim, quem não conseguir assistir as reportagens nos meios tradicionais, pode acompanhar a Receita na mídia pelo Youtube.

Twitter – Presente nesta rede social a Receita Federal utiliza o twitter para se aproximar da sociedade por meio da divulgação de informações de interesse, público , prestação de serviços aos contribuintes e apresentação de resultados institucionais.

No âmbito da RF08, a Assessoria de Comunicação continuou desenvolvendo ações em parcerias com as Unidades locais dentro do projeto “Comunicação Integrada”.

Um dos exemplos foi a produção do vídeo de circulação nacional sobre a Declaração Eletrônica de Bens de Viajantes – e-DBV, em conjunto com a ALF/Guarulhos. Também foram produzidos vídeos em parceria com a Delegacia Especial de Fiscalização em São Paulo para divulgação de regras de bagagem no metrô de São Paulo. Também foram produzidos outros vídeos para divulgação de operações à imprensa: Obra Legal, Brinquedo Perigoso, Publicano e Mutirão de Destruição de Mercadorias.

Ao longo do ano de 2013 foram registrados 590 atendimentos à imprensa – média de 2,32 atendimentos por dia útil. O mês de maior movimento foi março, devido à declaração do IRPF, com registro de 104 atendimentos, o que equivale a quase 5 atendimentos por dia útil.

Ouvidoria da Receita Federal

A Ouvidoria da Receita Federal faz parte do Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda MF.

As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas pelo Sistema Ouvidor (SisOuvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia, ou reclamação), classificada por tipo de serviço, e repassadas às Unidades Central e Regionais da Receita Federal.

A Ouvidoria da Unidade Central trata as mensagens de âmbito geral e as mensagens relativas a Tecnologia da Informação. Compete também à Ouvidoria da Unidade Central a supervisão das ouvidorias regionais.

As ouvidorias da 3ª, 6ª e 9ª Regiões Fiscais são centralizadas na Superintendência Regional: Fortaleza, Belo Horizonte e Curitiba. As demais são descentralizadas e cada Delegacia ou Inspeção tem um ouvidor próprio e um substituto.

No decorrer do exercício de 2013 foram recebidas 64.622 mensagens na Ouvidoria da Receita Federal, com média mensal de 5.385 manifestações.

Quanto ao tipo de mensagem, foram contabilizados 590 Elogios, 622 Sugestões, 2.870 Solicitações diversas, 23.093 Pedidos de Informação e 34.820 Reclamações.

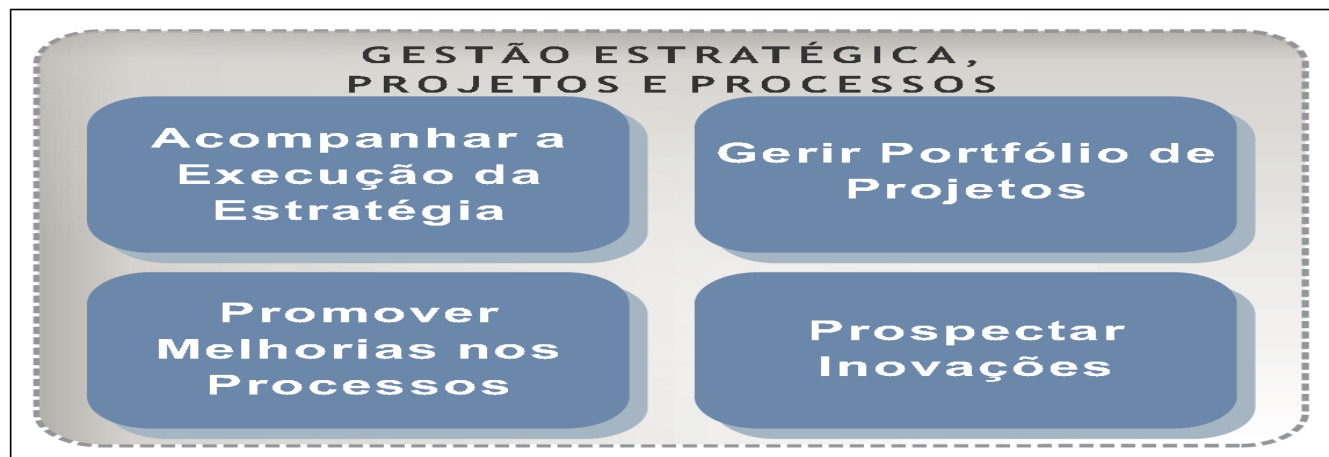
Na 8ª Região Fiscal, a Ouvidoria funciona, descentralizadamente, nas Unidades locais, sob supervisão regional.

No decorrer do exercício de 2013 foram recebidas 17.274 mensagens na Ouvidoria da Receita Federal, com média mensal de 1.440 manifestações.

Quanto ao tipo de mensagem, foram contabilizados 199 Elogios, 24 Sugestões, 795 Solicitações diversas, 6.526 Pedidos de Informação e 8.891 Reclamações.

1.5 - Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada

1.5.1 - Macroprocesso Gestão Estratégica, Projetos e Processos



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013, adaptado

a) Acompanhar a execução da estratégia

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o desempenho dos objetivos, indicadores e metas estratégicas em todos os níveis da organização; e
- Coordenar e subsidiar as regiões fiscais no desdobramento da estratégia institucional.

Para o acompanhamento da estratégia, o Gabinete da RFB com o apoio da Copav dispõe de um sistema via web, que é o Sistema de Apoio à Gestão Estratégica, SAGE-RFB, que tem como principal objetivo dar efetivo suporte aos procedimentos de gestão estratégica da Instituição e que possibilita o acompanhamento do desempenho dos objetivos estratégicos constantes do Mapa Estratégico da RFB, assim como os respectivos indicadores e metas.

O ciclo de planejamento estratégico da RFB vigente abrange o período de 2012 a 2015 e durante o ano de 2013, o processo “Acompanhar a execução da estratégia” teve a realização de quatro RAE Nacionais – Reuniões de Avaliação Estratégicas Nacionais, que conta com a presença do Secretário da RFB assim como do Secretário-Adjunto, dos Subsecretários e dos Superintendentes regionais, tiveram como foco a avaliação dos objetivos estratégicos e dos respectivos indicadores; além destas ocorreram oito RAE-UC, Reuniões de Avaliação Estratégicas das Unidades Centrais, que contam com a presença do Secretário da RFB assim como da Secretário-Adjunto e dos Subsecretários, tiveram como foco a avaliação dos projetos estratégicos institucionais.

O Gabinete da SRRF08 conta, para o acompanhamento da estratégia, com o apoio da Dipav, que utiliza o Sistema de Apoio à Gestão Estratégica, SAGE-RFB, cujo principal objetivo é dar suporte aos procedimentos de gestão estratégica da Instituição, e que possibilita o acompanhamento do desempenho dos objetivos estratégicos constantes do Mapa Estratégico da RFB, assim como os respectivos indicadores e metas.

Neste ano foi implantado o Painel de Indicadores Desdobrados, ferramenta gerencial complementar ao Sistema SAGE-RFB, que consolida informações dos desempenhos das unidades administrativas da 8ª Região Fiscal no conjunto de indicadores estratégicos da RFB e nos indicadores estratégicos regionais.

Durante o ano de 2013 houve a realização de dois Seminários Regionais de Planejamento e Avaliação Estratégica.

Visando aperfeiçoar o acompanhamento da estratégia, a Dipav promoveu ainda as seguintes iniciativas:

- Realização de Workshop Regional de Planejamento, com 53 participantes.
- Publicação da “Cartilha de Apoio à Rede de Planejamento da 8ª RF”, que traz conceitos de planejamento e de gerenciamento de projetos, bem como alinha o planejamento regional por meio de agenda mínima.

Consolidação do Índice RFB

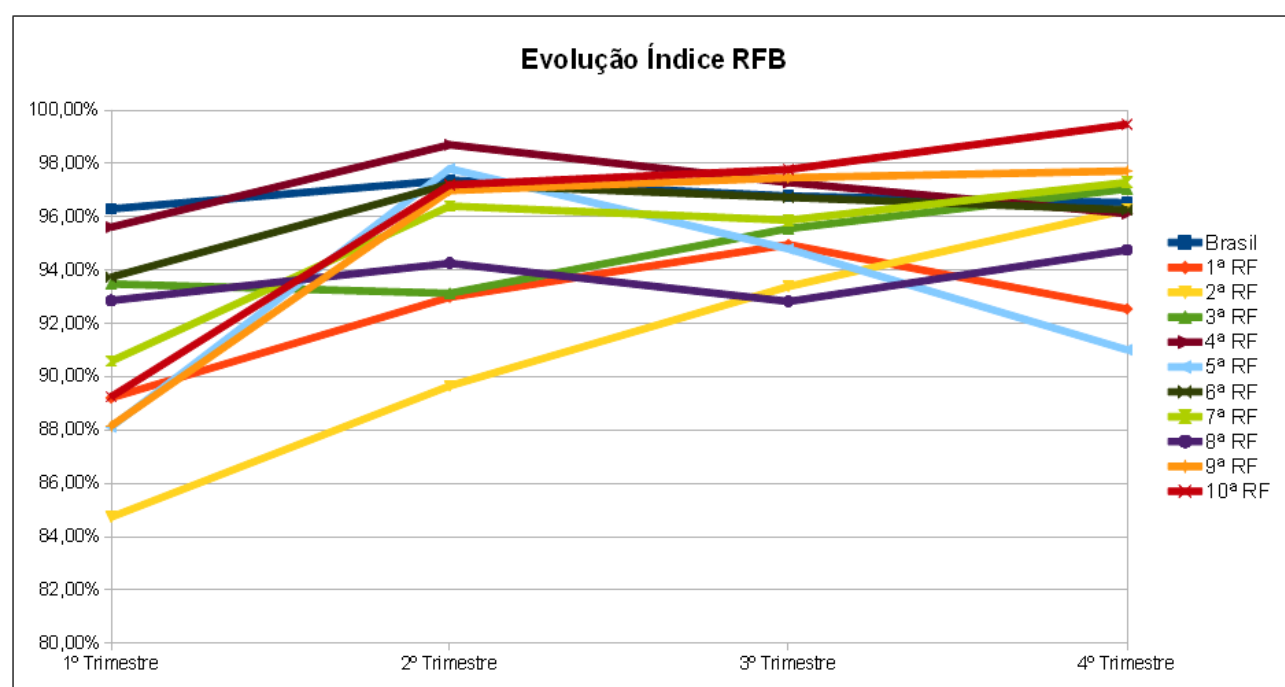
O Índice RFB, construído em 2011, com a colaboração das unidades centrais e regionais, procura agregar os resultados de indicadores estratégicos desdobráveis, para possibilitar a medição do desempenho da RFB e das unidades regionais. Consolidado como importante instrumento de avaliação institucional, o referido índice sofreu algumas alterações, consequência da revisão do Painel de Desempenho e teve, em 2013, a configuração apresentada a seguir:

Bloco	% Bloco	Indicador Estratégico	Peso	
			% Ind.	% Total
Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	18%	Índice de realização da meta global de arrecadação	50%	9,00%
		Índice de adimplência do crédito tributário	15%	2,70%
		Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	35%	6,30%
Fiscalização e combate aos ilícitos tributários e aduaneiros	28%	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	17%	4,76%
		Indicador global da fiscalização (IGF)	34%	9,52%
		Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)	8%	2,24%
		Índice global de fiscalização aduaneira (IGFA)	12%	3,36%
		Grau de eficácia da seleção e fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)	9%	2,52%
Administração Aduaneira	18%	Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira	20%	5,60%
		Grau de fluidez do despacho de importação	26%	4,68%
		Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação	26%	4,68%
Segurança Jurídica e Solução de Litígios	12%	Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação	48%	8,64%
		Tempo médio de contencioso de primeira instância	75%	9,00%
		Índice de litigância administrativa		
Interação com a Sociedade	12%	Índice de solução de consultas	25%	3,00%
		Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	58%	6,96%
		Indicador de tempo médio de estoque de restituição pendentes	26%	3,12%
Gestão Corporativa	12%	Indicador de atividade de educação fiscal	16%	1,92%
		Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento	40%	4,80%
		Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	40%	4,80%
		Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)	20%	2,40%

Pela tabela acima, verifica-se que sua fórmula de cálculo foi definida como o percentual médio ponderado do alcance das metas estabelecidas para 22 indicadores estratégicos selecionados. Esta ponderação é feita por meio da definição de pesos individuais para esses indicadores, que foram distribuídos pelos Macroprocessos da Cadeia de Valor, e outros pesos para os próprios Macroprocessos. Dois indicadores apresentam percentuais de participação igual a zero, pois ainda estão com status “Não disponível”.

A última apuração do Índice RFB ocorreu em janeiro de 2014, referente ao mês de dezembro de 2013. Abaixo, uma tabela e um gráfico com a comparação e evolução dos resultados apurados em 2013:

ÍNDICE RFB 2013									
RF	4º Trim/2012	1º Trimestre		2º Trimestre		3º Trimestre		4º Trimestre	
	Resultado	Resultado	Variação	Resultado	Variação	Resultado	Variação	Resultado	Variação
Brasil	93,21%	96,30%	3,31%	97,38%	1,12%	96,78%	-0,61%	96,53%	-0,26%
1ª	93,05%	89,21%	-4,13%	92,99%	4,23%	94,96%	2,12%	92,54%	-2,54%
2ª	95,51%	84,74%	-11,28%	89,66%	5,81%	93,39%	4,15%	96,26%	3,08%
3ª	94,08%	93,48%	-0,63%	93,13%	-0,37%	95,56%	2,61%	97,05%	1,56%
4ª	94,63%	95,61%	1,04%	98,70%	3,23%	97,29%	-1,43%	96,12%	-1,20%
5ª	95,66%	88,12%	-7,88%	97,81%	10,99%	94,80%	-3,08%	91,01%	-3,99%
6ª	90,55%	93,74%	3,52%	97,23%	3,72%	96,73%	-0,51%	96,26%	-0,48%
7ª	94,62%	90,59%	-4,26%	96,40%	6,42%	95,87%	-0,55%	97,29%	1,48%
8ª	91,54%	92,86%	1,45%	94,26%	1,50%	92,83%	-1,52%	94,76%	2,08%
9ª	89,64%	88,16%	-1,65%	96,99%	10,01%	97,47%	0,50%	97,72%	0,26%
10ª	96,95%	89,25%	-7,94%	97,20%	8,90%	97,78%	0,60%	99,47%	1,73%



Em que pese sua consolidação, o Índice RFB ainda é objeto de difusão e aperfeiçoamento contínuos, para que efetivamente sirva para sua finalidade. Novamente, neste processo de evolução, a participação e a contribuição das unidades centrais e descentralizadas têm sido e continuarão sendo de grande importância.

Consolidação do Plano de Contribuição

O **Plano de Contribuição para a Estratégia da RFB 2013/2014** foi um instrumento de gestão implementado durante o ano de 2012 e consolidado em 2013. Ele se propõe a direcionar e organizar a contribuição das subsecretarias, unidades de assessoramento direto ao Gabinete da RFB e superintendências regionais para a Estratégia da RFB. Isso se dá mediante a definição de diretrizes e seleção de iniciativas em alinhamento com os objetivos estratégicos.

As diretrizes têm o propósito de detalhar e dar foco aos objetivos estratégicos. Elas foram definidas pelas unidades centrais que estão envolvidas com o cumprimento dos objetivos estratégicos. A seguir, a relação das diretrizes por objetivo:

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Prover a RFB de estrutura física compatível com suas necessidades
	Prover infraestrutura tecnológica atualizada e segura
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Implementar política permanente de ingresso e movimentação de servidores
	Ampliar Política de Trabalho a Distância
Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Ampliar a capacidade de elaboração de estudos e de simulações econômico tributárias
	Estimular a participação dos servidores das unidades descentralizadas na elaboração de normas.
	Descentralizar a elaboração/atualização dos Regulamentos tributários e aduaneiros
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Integrar os canais de atendimento e uniformizar a prestação de serviços
	Incentivar e facilitar a autorregularização pelo contribuinte
	Promover ações de Educação Fiscal integradas ao atendimento ao cidadão
	Simplificar normas, procedimentos e obrigações
	Intensificar o atendimento não presencial
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Vincular o Orçamento ao Planejamento Estratégico
	Padronizar a gestão dos procedimentos licitatórios e de contratos
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Instituir política de desenvolvimento interno de sistemas.
	Fortalecer uso de ferramentas de comunicação virtual
	Fortalecer a Governança em Tecnologia da Informação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Aprimorar a qualidade do lançamento para aumentar a recuperação do crédito tributário
	Aperfeiçoar os cadastros e permitir o intercâmbio de informações internas e externas.
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Aplicar os conceitos de gerenciamento de risco nos processos aduaneiros
	Racionalizar e uniformizar os processos de trabalho aduaneiros
	Integrar os sistemas de controle do comércio exterior a outros sistemas institucionais ou externos
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Estabelecer e consolidar fluxo de informações necessárias ao conhecimento do perfil integral do contribuinte.
	Incrementar ações de acompanhamento de grupos e setores econômicos
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Desenvolver as competências fundamentais, gerenciais e específicas dos servidores
	Consolidar a Política de Meritocracia
	Ampliar a capacitação por meio de Ensino a Distância
	Ampliar o programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho para unidades Regionais e Locais
Eleva a percepção de risco e a presença fiscal	Alinhar os processos de trabalho da fiscalização aduaneira com a fiscalização de tributos internos
	Flexibilizar a jurisdição da fiscalização aduaneira
	Ampliar a atuação da RFB nas regiões de fronteira
	Estabelecer mecanismos mais efetivos para prevenção e combate aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores.
	Implementar a Utilização da Escrituração Fiscal Digital-Social nos procedimentos fiscais

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
	Ampliar o número de pessoas jurídicas médias e optantes do simples a serem fiscalizadas
	Aperfeiçoar a elaboração de dossiês para a fiscalização
	Reduzir a evasão do crédito tributário
	Intensificar a divulgação das ações da RFB
Fortalecer a comunicação institucional	Aperfeiçoar a utilização de comunicação social para melhoria da imagem da RFB
	Aperfeiçoar a comunicação interna com o objetivo de motivar e integrar pessoas
Fortalecer a Vigilância e Repressão Aduaneira	Introduzir novas tecnologias de apoio aos processos aduaneiros
Fortalecer as relações institucionais	Fomentar e fortalecer a cooperação com outras Administrações Aduaneiras e Tributárias, com órgãos de fiscalização e controle nacionais e internacionais, e com organismos internacionais.
	Conhecer as partes interessadas nas atividades da RFB e identificar oportunidades de parceria
	Participar de fóruns que tratem de temas relevantes e de interesse da RFB
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Identificar temas divergentes no contencioso e propor soluções
	Agilizar a solução dos processos de consultas
	Disponibilizar legislação tributária e aduaneira e sua jurisprudência de modo acessível, completa e tempestiva
	Aprimorar e ampliar a edição de atos interpretativos
	Descentralizar a criação e a manutenção dos manuais de procedimentos
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Aproximar os procedimentos fiscais do fato gerador do tributo
	Reduzir o prazo para análise de créditos pleiteados pelo contribuinte
	Fortalecer as ações de cobrança administrativa.
	Agilizar a solução de litígios

O Plano de Contribuição para a Estratégia da RFB 2013/2014 tem:

- 16 Objetivos Estratégicos impactados;
- 52 Diretrizes estabelecidas;
- 409 Iniciativas elencadas.

É importante ressaltar que o Plano de Contribuição para a Estratégia da RFB 2013/2014 serviu de base para a distribuição orçamentária do ano de 2014, alinhando o orçamento à estratégia.

O Plano de Contribuição 2013/2014 da 8ª Região Fiscal tem 51 iniciativas estratégicas, propostas em 2013 ou em exercícios anteriores e que visam impactar 12 objetivos estratégicos, atendendo a 24 diretrizes nacionais.

Plano de Contribuição 2013/2014		
Status	2013	
Não iniciada	1	1,96%
Em execução	25	49,02%
Concluída	16	31,37%
Outras	9	17,65%
Total	51	100%

b) Promover melhoria nos processos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar e disseminar a metodologia de gestão por processos.

Em relação ao processo "Promover Melhorias nos Processos", vale destacar a criação da Coordenação de Gestão de Processos Institucionais – Cproc, vinculada à Copav e conhecida como Escritório de Processos, cujo marco inicial é o Regimento Interno da SRFB aprovado pela Portaria MF nº 203, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com vigência a partir de julho de 2012. A criação do Escritório de Processos é parte de uma iniciativa estratégica institucional, liderada pela Copav e patrocinada pelo Gabinete da RFB, o projeto “Implantação do Escritório de Processos da RFB”.

Esta unidade, entre outras atribuições, é responsável por fornecer apoio técnico e metodológico em gestão por processos às unidades da RFB. No ano de 2013, além de iniciativas de sensibilização da organização para este tema, foram realizadas três oficinas de modelagem de processos, que capacitaram, em nível básico, 44 servidores designados pelas Subsecretarias e unidades diretamente vinculadas ao Gabinete do secretário da RFB, objetivando apoiar o desenvolvimento de projetos de melhoria e inovação em processos de trabalho.

Outro ponto de destaque no ano de 2013 foi a publicação da Portaria RFB nº 1234, no dia 03 de setembro de 2013, que teve por objetivo estabelecer diretrizes sobre o Modelo de Governança de Processos e procedimentos para Modelagem da Situação Atual de processos de trabalho no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, entre outras providências.

c) Gerir portfólio de projetos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Priorizar os projetos e/ou iniciativas estratégicas;
- Gerenciar e disseminar a metodologia de gerenciamento de projetos;
- Monitorar periodicamente o andamento dos projetos e/ou iniciativas estratégicas, para subsidiar a avaliação global do portfólio;
- Fazer o acompanhamento periódico com as equipes dos projetos; e
- Promover o gerenciamento dos projetos ou iniciativas estratégicas em conformidade com a metodologia estabelecida;

A 8ª Região Fiscal tem participado ativamente da disseminação da cultura em Gerenciamento de Projetos, através de indicação de servidores para a capacitação em Gerenciamento de Projetos no Ensino a Distância – EAD, promovido periodicamente pela Copav, sendo que em 2013 foram indicados 32 servidores.

Foi priorizada a capacitação, na modalidade presencial, na metodologia Project Model Canvas, que visa simplificar o processo de elaboração e gerenciamento de projetos, para um público de Assistentes de Planejamento regionais e locais, além de potenciais gerentes de projetos. Ao todo foram capacitados 52 servidores.

d) Prospectar inovações

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto à administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Está disponível na intranet da RFB o ambiente Canal da Inovação, onde o servidor pode conhecer ou compartilhar boas práticas implantadas com sucesso em áreas ou unidades e que poderiam ser disseminadas por toda a organização.

Endereço: <http://intranet.receita.fazenda/administracao/copav/canal-da-inovacao>

O Canal de Inovação permite a captação de ideias inovadoras que possam contribuir para a realização da estratégia organizacional ou que promovam a simplificação e a melhoria dos processos de trabalho. O Espaço de Colaboração disponibiliza uma ferramenta - WikiJur – que possibilita o acesso à legislação produzida na RFB em tempo real. O WikiJur permitirá a anotação, a inserção de comentários, o cadastramento para produzir minutas de evolução das normas produzidas internamente, Regulamentos Tributários e demais atos infralegais de competência da RFB. No ambiente Colabora pode-se ver o desenvolvimento das ideias nos fóruns de discussão e acesso aos documentos dos Programas e Projetos Estratégicos.

Compõe também o Canal da Inovação o ambiente Desafios para Inovação, um espaço para a prática da inteligência cooperativa para a melhoria de determinado assunto. Nesta página a administração posta um tema e os servidores têm oportunidade de manifestar-se como melhor construir a solução e melhorar o processo de trabalho ou atingir um objetivo estratégico específico.

1.5.2 - Macroprocesso Gestão Institucional



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013, adaptado

a) Gerir políticas e diretrizes institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a tomada de decisões institucionais;
- Gerenciar os processos decisórios em todos os âmbitos da RFB; e
- Gerir políticas, diretrizes e regimento interno.

b) Gerir relações institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar parcerias com entidades nacionais no interesse da RFB;
- Coordenar a solicitação e celebração de convênios para atendimento a solicitações de entidades nacionais;
- Supervisionar a execução dos convênios de parcerias;
- Coordenar o processo de cooperação e integração com as administrações tributárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Coordenar a representação da RFB em fóruns nacionais; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Estes processos são exclusivos das Unidades Centrais.

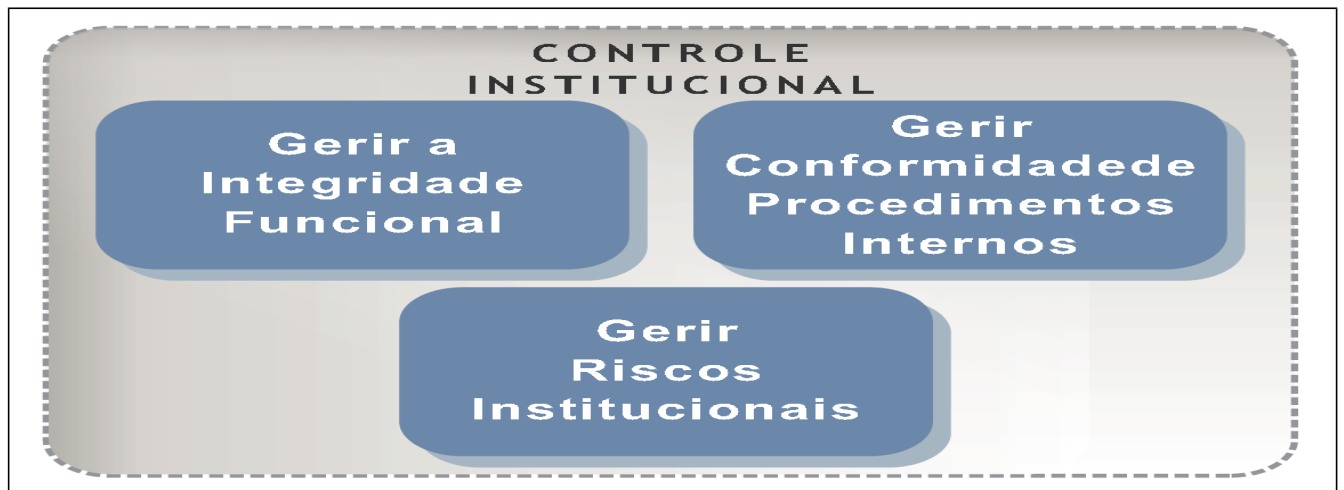
c) Gerir comunicação institucional

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de divulgação dos resultados tributários e de controle aduaneiro para a sociedade;
- Monitorar notícias e opiniões públicas sobre assuntos de interesse da RFB;
- Realizar o fortalecimento da imagem institucional da RFB perante a sociedade; e
- Gerenciar a comunicação interna da Receita.

Intranet - Este canal passou por uma reformulação conduzida pela Ascom do Gabinete da RFB. A **RF08**, por meio de sua Assessoria de Comunicação, promoveu em 2013 um grande esforço para a migração do Portal da 8ª RF para a nova Intranet.

1.5.3 - Macroprocesso Controle Institucional



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013, adaptado

O macroprocesso “Controle Institucional” integra a política “Definir Diretrizes para os Processos de Gestão”, apoia as políticas institucionais ao perpassar os demais macroprocessos finalísticos e de gestão e é composto por três processos: “Gerir a Integridade Funcional”, “Gerir Conformidade de Procedimentos Internos” e “Gerir Riscos Institucionais”. Em linhas gerais, estes três processos de trabalho têm como objetivos principais garantir a conformidade de procedimentos técnicos e administrativos, assegurar a adoção das melhores práticas de gestão e de governança, prover as demais áreas técnicas da RFB de instrumentos para operacionalizar o gerenciamento de riscos e o aproveitamento de oportunidades, além de garantir que a conduta funcional dos servidores esteja dentro dos princípios da moralidade e da ética pública.

É importante destacar que as atividades mencionadas somadas a outras desenvolvidas por áreas específicas com atribuições voltadas à correição, à segurança institucional, a padrões de comportamento ético e gestão de tecnologia da informação resultam no que convencionamos denominar Sistema de Controle Interno da RFB.

a) Gerir a integridade funcional

Descrição sucinta das principais atividades:

- Examinar e instruir processos administrativos disciplinares e demais expedientes sobre ética e disciplina funcionais que devam ser submetidos à apreciação das autoridades competentes;
- Examinar denúncias, representações e demais expedientes que tratem de irregularidades funcionais e promover sua apuração, atendendo aos requisitos legais;
- Realizar ações de prevenção aos ilícitos funcionais;
- Realizar ações de investigação para identificação das ocorrências de ilícitos funcionais, promovendo sua devida apuração; e
- Avaliar o comportamento ético dos servidores.

Este processo é exclusivo das Unidades Centrais.

b) Gerir conformidade de procedimentos internos e gerir riscos institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Propor políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para os procedimentos executados na RFB, bem como fornecer sugestões que auxiliem no processo decisório e na melhoria da gestão;
- Gerenciar relacionamento com órgãos de controle;
- Propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB;
- Gerenciar, implementar e disseminar metodologia de gestão de riscos na RFB; e
- Prospectar melhores práticas e métodos em gestão de riscos.

As atividades relacionadas a este processo são geridas pela Audit, e em algumas atividades específicas há a participação regional.

1.5.4 - Macroprocesso Gestão Orçamentária e Financeira



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013, adaptado

a) Realizar a gestão orçamentária e financeira

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar a proposta orçamentária anual com vinculação ao Mapa Estratégico da RFB;
- Acompanhar a execução orçamentária e financeira; e
- Efetuar a descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros para as Unidades Gestoras.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

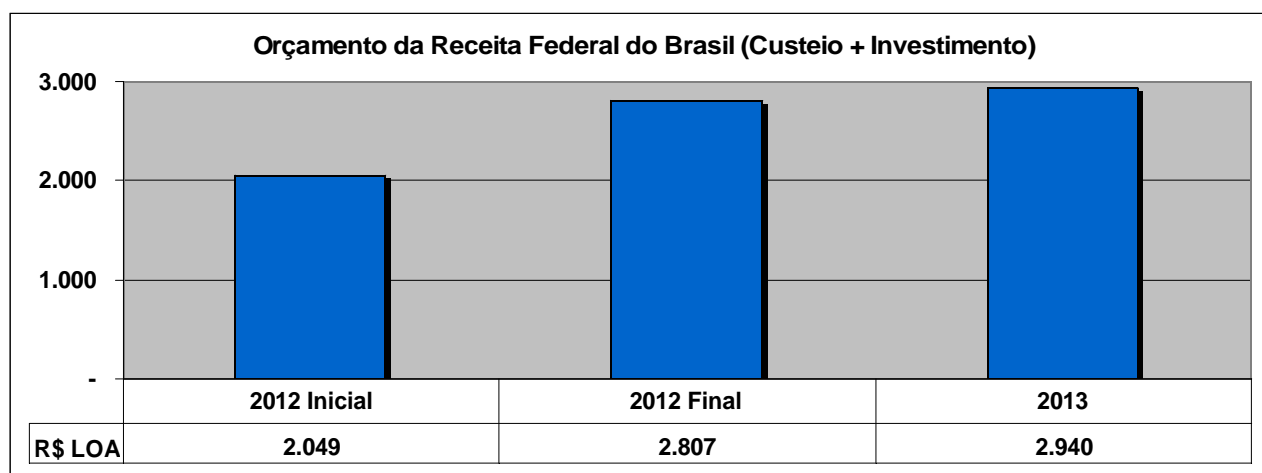
Desde 2010, o processo de planejamento orçamentário da Receita Federal do Brasil (RFB) tem evoluído no sentido de garantir o cumprimento das iniciativas estratégicas da organização, definidas conforme planejamento estratégico institucional, e as necessidades de manutenção das suas atividades finalísticas.

O processo orçamentário da Receita Federal do Brasil (RFB) inicia-se com o alinhamento do orçamento à estratégia da instituição, por meio de Iniciativas Estratégicas, vinculadas ao Mapa Estratégico e aprovadas pela área de planejamento e pelo Secretário da RFB.

Em seguida, a RFB coleta as necessidades orçamentárias de todas as suas 177 Unidades Gestoras, as analisa conforme as características de cada unidade e as consolida. Em caso de pedidos específicos, como Tecnologia da Informação e Treinamentos, as respectivas áreas também fazem uma análise crítica das necessidades apresentadas. Após feita a consolidação dos valores, tem-se a proposta orçamentária prévia. Em 2013, os valores solicitados para o orçamento da RFB somaram R\$ 3,492 bilhões de reais, valores estes referentes às ações discricionárias.

Posteriormente, a RFB recebe o referencial monetário, limitando o valor da proposta. Como geralmente as necessidades são maiores do que o valor disponibilizado, faz-se necessária uma readequação, com a eliminação de despesas anteriormente previstas. Para tanto, são feitas várias discussões, com a participação de atores diversos. Em 2013, a LOA da RFB foi de R\$ 2,940 bilhões de reais, representando 84,2% do pedido (em relação às despesas discricionárias).

Apesar de o Congresso Nacional não ter aprovado o orçamento de 2013 tempestivamente, o exercício foi iniciado com uma expectativa positiva, pois quando da elaboração da proposta orçamentária, em 2012, houve, mesmo que parcialmente, o resgate do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - Fundaf, cuja finalidade é o reaparelhamento e reequipamento da RFB e da intensificação das ações de repressão, o que significou um aumento de 43% relativamente à LOA 2012 inicial (5% da LOA 2012 final).



No que se refere apenas às despesas discricionárias, após levantamento de suas necessidades, a RFB solicitou para 2013 o montante de R\$ 3,492 bilhões de reais, tendo sido consignado em LOA R\$ 2,940 bilhões de reais, o que representa 84,2% do valor solicitado. Desse valor, R\$ 413 milhões estavam vinculados à reestruturação e modernização das atividades da RFB em todo o território nacional.

Durante o exercício, porém, a situação não se mostrou tão positiva. O atraso na aprovação do orçamento resultou no bloqueio dos recursos de investimento no início do ano e, como consequência, impediu que as diversas unidades da RFB pudessem iniciar seus processos de contratação já nos primeiros meses do exercício. Além disso, tão logo o orçamento foi aprovado, houve contingenciamento de R\$ 1.051 milhões (35,7% do orçamento total, que representava 50,5% do custeio total) o que obrigou a RFB a solicitar a aplicação de parte do contingenciamento em recursos de investimento, do contrário seria impossível manter suas atividades até o final do exercício.

Adicionalmente, houve também uma forte limitação à execução das despesas de custeio, que foram inicialmente limitadas a 80% dos valores gastos em 2012, por itens de gasto dispostos na Portaria MPOG nº 268/2013, mas que posteriormente foi flexibilizado para 80% do total gasto em 2012, diante da notória impossibilidade de manter as 662 unidades da RFB em funcionamento sem o mencionado ajuste.

Como resultado de todos os desafios expostos, foi necessário que a RFB negociasse junto a diversas instâncias do Ministério da Fazenda (MF) para buscar a redução no contingenciamento aplicado ao órgão e expansão dos limites para empenho de despesas de custeio.

Não obstante a essas dificuldades, a RFB encerrou o exercício de 2013 com a utilização 98% da dotação orçamentária disponível (LOA menos o valor contingenciado que ficou em R\$ 465,6 milhões, sendo R\$ 272,2 milhões em custeio e R\$ 193,4 para investimento).

Não fossem as situações já mencionadas que adiaram as contratações, há fortes indícios de que a RFB executaria a totalidade do seu planejamento estratégico reservado a 2013, pois somente no mês dezembro de 2013 foram empenhados 69% da dotação disponibilizada para investimento.

A **RF08** deu plena execução aos créditos orçamentários disponibilizados, especialmente na condução das despesas fixas e variáveis com 100% de execução, 93,6% de execução no PROEDUC (impactado negativamente pela falta de disponibilidade orçamentária em outubro e novembro), ficando apenas aquém do programado, no início do exercício, as despesas decorrentes de custeio previstas em reformas prediais e que foram fortemente contidas pela Portaria MPOG 268/2013.

A execução orçamentária e financeira das despesas de investimento ficou próxima à totalidade do teto disponibilizado. Da meta anual de R\$ 32.822.185,00 foram executados R\$ 30.944.822,83, ou seja 94,86%.

O teto disponível de R\$ 21 milhões para obras de engenharia de grande vulto – chamadas obras destacadas – foi empenhado em sua totalidade, sendo a obra de construção da nova sede da DRF de Franca em SP a que contratou o maior valor: R\$ 16,8 milhões.

Há que se destacar a continuidade das obras de construção do novo edifício sede da DRF/Santos, ainda com crédito orçamentário inscrito em restos a pagar, situação semelhante à ampliação do edifício sede da DRF/Araçatuba.

b) Realizar gestão contábil

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a supervisão e orientação dos registros contábeis das Unidades da RFB;
- Coordenar o processo de Prestação de Contas Anual; e
- Implementar as alterações nos princípios, procedimentos e rotinas contábeis emanadas do Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal.

Escopo: Todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O foco em 2013, teve como principais atividades:

- a) Conversão de 3.300 processos de depósitos recursais oriundos de autuações do Ministério do Trabalho em renda da União;
- b) Contabilização mensal, conforme legislação contábil vigente, dos impostos e contribuições federais a receber. Em 2013, o estoque desses créditos no Ativo da RFB representou cerca de 970 bilhões de reais;
- c) Contabilização mensal da previsão de restituições do imposto de renda da pessoa física;
- d) Registro mensal da conformidade contábil que representa a regularidade dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista dos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, da tabela de eventos, do plano de contas aplicado ao setor público e da conformidade dos registros de gestão das Unidades Gestoras;
- e) Mapeamento de processos de trabalho da Setorial de Contabilidade da RFB;
- f) Atividades relacionadas à elaboração e entrega, ao TCU e CGU, do Processo de Prestação de Contas Anual da RFB;
- g) Análise e regularização da conta de depósitos de terceiros da RFB que apresentava inconsistências há vários anos. A regularização consistiu em baixa de saldos de aproximadamente

5.000 CNPJ's e CPF's que apresentavam valores recolhidos aos cofres da União através de códigos inválidos de DARF's;

h) Orientação e acompanhamento em relação à elaboração e envio, por parte de todas as UG's da RFB, da Declaração de Imposto Retido na Fonte - DIRF;

i) Treinamento, atualização e aperfeiçoamento dos servidores da Setorial de Contabilidade da RFB em razão das mudanças na contabilidade pública que serão implantadas a partir de 2014 e 2015 como o novo plano de contas do governo federal e a nova plataforma do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;

j) Orientação tempestiva e adequada aos contadores das Setoriais Regionais de Contabilidade na solução das inconsistências contábeis detectadas pelas Unidades Gestoras da RFB;

l) Gestão e execução contábil utilizada como ferramenta indispensável para a prestação de assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União; e,

m) Geração de informações a partir da escrituração contábil objetivando a tomada de decisões na RFB com base em fatos reais e dentro de uma técnica comprovadamente eficaz.

1.5.5 - Macroprocesso Governança de Tecnologia da Informação



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013, adaptado

a) Realizar governança de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o gerenciamento e relacionamento com o prestador de serviços de TI;
- Planejar e organizar as atividades de TI;
- Adquirir e implementar soluções tornando-as serviços de TI;
- Entregar e manter serviços de TI aos usuários finais da instituição;
- Monitorar e avaliar os processos de TI; e
- Gerir todo o ciclo de vida de serviços de TI desde o levantamento das necessidades institucionais e solicitação por solução de TI, especificação, construção, homologação, implantação, produção e desativação do serviço.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na RF08, ao longo de 2013, a Gestão de Serviços fez o acompanhamento de diversos chamados demandados pelos usuários em um universo de mais 100 mil acionamentos, buscando a satisfação dos clientes internos e externos.

A prestação de serviços em TI passou por um monitoramento constante. A constatação da necessidade de aprimoramento do fluxo de atendimentos fez com que ações de capacitação fossem elaboradas para os usuários da 8ª Região Fiscal, por meio de palestras e workshops. Ao mesmo tempo, subsídios foram reunidos para a tomada de ações corretivas em relação gestão dos contratos com os prestadores de serviço, proporcionando uma melhor alocação dos recursos públicos.

Novas ferramentas foram prospectadas para o incremento da Gestão de Serviços. O software de monitoração Zabbix entrou em fase piloto, o que aprimorará o gerenciamento das redes da RF08.

b) Gerir sistemas da informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas para desenvolvimento de sistemas;
- Definir arquitetura de sistemas de informação;
- Definir arquitetura de informações; e
- Coordenar o desenvolvimento de sistemas.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Diversas ações foram realizadas com o objetivo permanente de aperfeiçoamento deste processo de trabalho, dando continuidade a melhoria da metodologia de desenvolvimento de sistemas, consolidando o seu uso, disseminando a prática e treinando usuários e técnicos em pré-especificação, modelagem de dados e na técnica de medição de projetos Pontos por Função (PF).

Ainda neste ano, houve a elaboração do conjunto normativo para a atividade estabelecendo o Modelo de Desenvolvimento Interno (MDI). Neste modelo, o conceito abrangente de ciclo de vida de software é fundamental, pois representa uma perspectiva de tratar a solução tecnológica em todas etapas desde sua concepção até o eventual descarte. Trata-se não só de desenvolver (codificar) um sistema, mas também de executar as tarefas de implantação, produção e manutenção da aplicação.

Sendo assim, foi definido e detalhado o ciclo de vida dos sistemas, englobando cada fase, com processos, atividades, tarefas, papéis, artefatos e responsabilidades específicas dos sistemas de informação.

Esse conjunto de normas permite a estruturação efetiva dos sistemas desenvolvidos internamente para soluções corporativas em todas as suas fases, estabelecendo métodos e regulamentando esse desenvolvimento desde a definição de seus requisitos até a sua saída de produção. Sendo assim, será possível garantir que se alcancem resultados positivos, utilizando-se processos e metodologias que permitam alcançar a estabilidade, segurança e continuidade dessas soluções.

c) Gerir segurança da informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir e promover a política de segurança da informação da RFB em conformidade com a legislação vigente;
- Gerenciar a implantação e a aplicação das normas de segurança da informação;
- Definir e gerir a infraestrutura de segurança da informação; e
- Coordenar as atividades de controle de acesso aos sistemas e recursos de tecnologia da informação da RFB.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Neste ano, a área de segurança de TI implementou o Ciclo de Palestras de Segurança – palestras técnicas, gerenciais e educativas – cujos objetivos são fomentar discussões sobre temas atuais, assim como alertar e conscientizar os usuários acerca dos riscos inerentes à utilização inadvertida das tecnologias disponíveis na Instituição. Iniciado em maio, três etapas do Ciclo já foram realizadas, num total de sete palestras previstas. Diferentes temas foram abordados: o uso de dispositivos móveis para testes de invasão; o gerenciamento de dispositivos móveis e uso de dispositivos pessoais no ambiente corporativo; as pragas digitais que estão atacando o Android; as técnicas de desenvolvimento seguro de aplicações para dispositivos móveis; as implicações da Lei nº 12.737, conhecida como Lei Carolina Dieckmann; e os perigos inerentes à navegação na internet, aspectos técnicos pertinentes e medidas simples para tornar essa navegação mais segura.

Outra iniciativa da área de segurança de TI foi a realização do primeiro módulo do curso Gestão de Segurança da Informação. Realizado no final do segundo semestre, esse curso é de extrema importância no processo de capacitação dos Gestores de Segurança da Receita Federal, dado que tem como foco a atualização dos conhecimentos que visam preservar e aprimorar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações da Instituição, bem como garantir a continuidade dos negócios no grau de qualidade requerido pela Receita Federal. Um segundo módulo, ou módulo complementar, está previsto para ser ministrado no primeiro semestre de 2014.

Por fim, com a finalidade de dar mais consistência e robustez no desempenho das atividades de aprovação dos certificados digitais e-CPF para funcionários da Instituição, bem assim dar cumprimento à regulamentação da ICP-Brasil, em 2013, foi realizado, sob a gestão da área de segurança de TI, treinamento para os Agentes de Registro da Receita Federal, em grafoscopia e documentoscopia, na modalidade de ensino a distância. Constituído de um total de 9 turmas, esse treinamento foi obrigatório para os servidores que desempenham essas funções e contou com mais de 550 participantes.

Na RF08, a Ditec promoveu iniciativas complementares às capitaneadas pela Cotec:

- Foi realizado treinamento para cadastradores de usuários e Agentes de Registro da Receita Federal de todas as Unidades locais.
- Foi realizada a análise de conformidade interna dos Postos da Autoridade de Registro (PAGR) na SRRF08 e em 8 Unidades locais: Deinf/SPO, Demac/SPO, DRF/Barueri, DRF/Campinas, DRF/Guarulhos, DRF/Limeira, DRF/São José dos Campos e DRF/Taubaté.
- Em novembro/2013 foi realizado um workshop que reuniu os gestores de segurança de toda a região com o objetivo de capacitá-los, reciclando e compartilhando conhecimentos e fomentando as boas práticas de gestão nas atividades de gestão de segurança. Ao todo foram capacitados 29 servidores.

d) Gerir infraestrutura de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas e a infraestrutura tecnológica;
- Gerir a infraestrutura tecnológica;
- Internalizar soluções tecnológicas; e
- Gerenciar ambientes informatizados.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na RF08, em 2013 foi executado o projeto de análise de todos os circuitos com relação à necessidade de atualização. Foram analisadas cerca de 100 redes, com a autorização para upgrade em 32 delas, sendo que 27 já foram concluídas.

Foram promovidas ações voltadas para a elevação do percentual de usuários com certificação digital para acesso ao ambiente informatizado, aumentando de 75% para cerca de 95%.

1.5.6 - Macroprocesso Gestão de Pessoas



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013, adaptado

a) Recrutar, selecionar e alocar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Recrutamento Externo;
- Gerir Seleção Interna;
- Gerir Alocação e Movimentação Interna e Externa;
- Gerir Estagiários; e
- Gerir Provimento e Vacância de Cargos.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Gerir Recrutamento Externo – No âmbito da RFB os concursos públicos são autorizados pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e realizados em parceria com a Escola de Administração Fazendária. Os novos servidores devem participar do Programa de Formação Profissional (PFP) ao longo do primeiro ano de exercício profissional. O PFP iniciado em 2013 teve como público-alvo, na RF08, os sete Auditores-Fiscais e 300 Analistas Tributários aprovados nos concursos públicos de 2012 pelos Editais Esaf nº 23 e 24 que ingressaram nas Unidades da Região.

Gerir Alocação e Movimentação Interna e Externa - Em decorrência dos 2 concursos internos de remoção, homologados em 5 de outubro de 2012, foram movimentados em 2013, na RF08, 359 Auditores-Fiscais (181 entradas de outras RF, 99 saídas para outras RF e 79 movimentações internas) e 442 Analistas Tributários (177 entradas, 160 saídas e 105 movimentações internas).

Gerir Estagiários - A contratação de estagiários no âmbito da RF08 totalizou 817 estagiários, com investimento de R\$ 4.681.897,78.

Gerir Provimento e Vacância de Cargos – Na RF08 o ano de 2013 foi marcado pela nomeação e posse de 297 servidores integrantes da Carreira de Auditoria, sendo sete ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal e 290 ocupantes do cargo de Analista-Tributário. A vacância de cargos totalizou 372 registros, sendo 241 aposentadorias (171 Auditores-Fiscais, 50 Analistas-Tributários e 20 de outras carreiras), 101 vacâncias para posse em cargo inacumulável, 15 exonerações, 10 falecimentos e 5 demissões.

b) Reconhecer e valorizar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Promover Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho; e
- Promover Reconhecimento e Valorização.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Promover Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho: A inauguração do Espaço Conexão pode ser destacada como a principal iniciativa regional voltada para melhorar a qualidade de vida dos servidores que laboram no Edifício Sede do Ministério da Fazenda. Esse centro de convivência possui ambientes para prática de diversas atividades esportivas, culturais e recreativas, que possibilitam maior integração do corpo funcional, e tornou-se um modelo para iniciativas semelhantes no plano regional.

O programa regional de Qualidade de Vida buscou incentivar a adoção da prática de ginástica que consiste de breves exercícios, de natureza leve, que não levam o praticante ao cansaço e busca compensar posturas inadequadas e prevenir as doenças por esforços repetitivos, conhecidas como LER/DORT. Das 30 Unidades locais, 22 já implantaram a ginástica laboral.

Promover Reconhecimento e Valorização: A 8ª Região Fiscal possui uma política de elogio através de portarias expedidas pelos dirigentes das Unidades locais e pelo Superintendente da SRRF08, distinguindo de forma especial servidores que se destacam por maior grau de comprometimento e pelo caráter de honradez e ética. No âmbito da SRRF08 foram expedidas 13 portarias de elogio.

c) Administrar e avaliar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Avaliação de Desempenho;
- Gerenciar Cadastro de Servidores;
- Administrar Jornada de Trabalho;
- Gerir Remuneração; e
- Gerir Contencioso Judicial e Administrativo.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

No âmbito da 8ª Região Fiscal, as atividades de gestão de pessoas são realizadas pela Digep, EGP - Equipes de Gestão de Pessoas e Segep – Serviço de Gestão de Pessoas ou Sagep – Seção de Gestão de Pessoas, com o acompanhamento do padrão de qualidade aferido trimestralmente por indicador regional, intitulado IQGP – Índice de Qualidade da Gestão de Pessoas. Note-se que essa estrutura recentemente implementada permitiu a descentralização gradativa de atividades que antes estavam centralizadas pela Digep e maior proximidade com o servidor que é o destinatário dos serviços. Houve diretriz regional para que as unidades locais tivessem, pelo menos, um servidor exclusivo para cada 50 servidores da unidade, sendo este quesito avaliado trimestralmente. Esse conjunto de ações possibilitou significativa melhora na qualidade e maior agilidade na área de gestão de pessoas.

d) Capacitar e desenvolver pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir formação inicial
- Gerir capacitação permanente
- Gerir Competências

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Gerir formação inicial: Em 2013 a formação inicial foi propiciada pelo Programa de Formação Profissional – PFP. O Programa tem o objetivo geral de propiciar a formação integral do novo servidor, preparando-o para o desempenho no primeiro posto de trabalho. O período de realização é ao longo do primeiro ano de trabalho do servidor da Carreira ARFB, com carga horária mínima de 160 horas para os Analistas-Tributários e 240 horas para os Auditores-Fiscais. São quatro as etapas previstas: Ambientação e Integração; Prática Supervisionada; Núcleo Comum e Núcleo Específico – que buscam estimular no novo servidor uma atitude pró-ativa, proporcionar uma visão geral dos principais processos de trabalho e fornecer os conhecimentos mínimos necessários para atuação no posto de trabalho. Durante as etapas de treinamento presencial do PFP foram capacitados sete Auditores-Fiscais da RF08 no polo de Brasília e 291 Analistas-Tributários da RF08 no polo de São Paulo.

Gerir capacitação permanente: Representada pelo Programa de Educação Corporativa (Proeduc). O Proeduc consolida o modelo de capacitação por competências, focando na redução das principais lacunas identificadas e no fortalecimento das competências críticas para o sucesso da RFB. No ano de 2013 foram capacitados, na RF08, 4.928 servidores em pelo menos um evento de capacitação técnica, gerencial ou comportamental.

A 8ª Região Fiscal tem priorizado não apenas os cursos técnicos, mas, também, os cursos atitudinais e comportamentais. Nessa sentido, em 2013, foram realizados cursos na área de inteligência emocional e as capacitações no âmbito do Projeto Midas – Módulo Interativo de Desenvolvimento de Atitudes e Sinergia.

Apenas em relação à área atitudinal/comportamental tivemos 1.057 treinandos durante o ano de 2013, em cursos como Inteligência Emocional, Midas, Resiliência e Coaching.

Gerir Competências: Desde 2010 a RFB vem atuando na gestão por competências, tendo realizado o mapeamento que resultou no inventário de 12 competências institucionais e 251 competências individuais, classificadas por sua vez em gerenciais (5), fundamentais (9) e específicas (237). No ano de 2013 foi realizado o 2º Ciclo de Diagnóstico de Competências, que consistiu na autoavaliação pelos servidores e avaliação 180º pela chefia imediata. Foram identificadas as principais lacunas e domínios por tipo de competências e por nível organizacional, de forma a subsidiar a elaboração do Programa de Educação Corporativa para os anos de 2014 e 2015. Neste 2º Ciclo, 4.483 ou 74,41% dos servidores em exercício na RF08 realizaram a autoavaliação e 97,40% dos gestores da RF08 avaliaram os servidores diretamente subordinados.

1.5.7 - Macroprocesso Gestão de Materiais e Logística



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013, adaptado

a) Realizar aquisições e contratações

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Administração de Contratos;
- Executar a Administração de Contratos;
- Orientar a Gestão de Licitação; e
- Executar a Gestão de Licitação.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2013, foram institucionalizados dois projetos para a melhoria dos processos de aquisições e contratações.

O primeiro, o Projeto Padrões de Despesas Nacionais, tem como metas a definição de parâmetros objetivos para a contratação de serviços e a quantificação dos postos de trabalho terceirizados a serem contratados. No cenário atual, os serviços e os postos de terceirizados são contratados de forma segmentada em cada Região Fiscal. As dotações orçamentárias são obtidas a partir da atualização monetária do valor constante do orçamento em execução. O orçamento representa uma série histórica repetitiva que não reflete as necessidades atuais da instituição. Como consequência, a RFB apresenta dificuldades na distribuição dos recursos orçamentários e possui diferentes padrões de serviço e de condições de trabalho disponibilizados aos servidores, ocasionando na falta de identidade para a instituição. Dessa forma, há a necessidade de garantir padrões adequados de qualidade nos serviços contratados, compatíveis com o orçamento, a todas as unidades da RFB. Para a elaboração do trabalho, a Copol/Dinot coordenou, ao longo de 2013, a formação de grupos, compostos por representantes de todas as regiões fiscais, para levantamento da situação atual das unidades; elaboração, discussão e aprovação de propostas de normatização; bem como elaboração de portaria de padronização por parte do Secretário da RFB;

O segundo, o Plano Nacional de Aquisições – PNA 2014-2015, objetiva racionalizar as compras de itens de material permanente na RFB, organizando as demandas de todas as unidades, a fim de aumentar a eficiência logística da instituição e, conseqüentemente, otimizar a utilização dos recursos orçamentários e humanos, e criar padrões de qualidade nos materiais.

As aquisições poderão ocorrer de forma centralizada ou mesmo descentralizada, desde que obedecendo a um padrão definido e sob a coordenação da Copol, área gestora deste processo de trabalho. Foram levantadas as demandas de todas as unidades gestoras e em 2014 serão aprimoradas as especificações dos itens e licitadas as quantidades priorizadas em conjunto com representantes de todas as regiões fiscais.

b) Gerir patrimônio e obras

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Gestão de Materiais, Transportes e Serviços Diversos;
- Executar a Gestão de Materiais, Transporte e Serviços Diversos;
- Orientar a Gestão de Imóveis; e
- Gerir os Imóveis.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O Plano de Engenharia é diretamente vinculado ao objetivo estratégico de “adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais” que é traduzido em “disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional”. Na cadeia de valor da RFB são definidas políticas institucionais, dentre elas, “definir diretrizes para os processos de gestão” e, dentro do processo de “Gestão de Materiais e Logística”, há destaque para a ação permanente “Gerir Patrimônio e Obras”.

A execução orçamentária 2013 apontou um total de R\$ 190 milhões aplicados no segmento de Engenharia da RFB, um expressivo aumento de 90% em relação ao exercício anterior.

Destaca-se ainda a contratação de 35 projetos de adaptação de Agências Modelo que serão construídas ao longo de 2014.

Além disso, a RFB obteve a aprovação junto ao MPOG de 63 iniciativas de Reformas, sujeitas à Portaria MPOG nº 268/2013 e a aprovação do Sr. Ministro da Fazenda para 6 grandes obras.

Na RF08 figuram as seguintes unidades, dentre as contempladas com os maiores recursos aplicados no segmento de Engenharia da RFB:

UNIDADE	R\$
DRF RIBEIRAO PRETO	29.105.690
DRF FRANCA	16.899.999
DRF SANTOS	7.546.857
SAMF-SP >> ED SEDE SÃO PAULO	4.170.000
DEFIS SÃO PAULO	2.765.335

Principais contratações:

- Contratação das obras do novo edifício sede da DRF/Franca com empenho de R\$ 16,9 milhões (97% do valor total de obra destacada do PPA 2012-2015);
- Complementação do crédito orçamentário para a conclusão da obra de construção do novo edifício sede da DRF/Santos (com inauguração prevista no exercício 2014) no valor de R\$

7,2 milhões;

- A contratação da construção do novo edifício sede da DRF/Ribeirão Preto com empenho integral do valor total da obra de R\$ 29 milhões;
- Complementação de R\$ 2,8 milhões para a conclusão da reforma do edifício sede da DEFIS/SPO;
- Contratação da readequação da rede lógica e elétrica da DRF/Sorocaba com empenho no valor de R\$ 1,0 milhão;
- Contratação do projeto básico com empenho de R\$ 363 mil visando a construção do novo edifício sede da DRF/Bauru.

c) Gerir mercadorias apreendidas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir mercadorias apreendidas.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Mercadorias Apreendidas, as normas relativas a leilão e a destruição foram aperfeiçoadas, notadamente para viabilizar o leilão de resíduos de mercadorias apreendidas antes de sua efetiva destruição, com repasse dos encargos de destruição ao arrematante, que deve dar a adequada destinação final de todo o resíduo gerado no procedimento, inclusive daquele cuja reciclagem não seja economicamente viável. Com esta inovação, o procedimento alinha-se às diretrizes da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, além de economia de recursos públicos, vez que foram evitadas despesas necessárias ao pagamento de serviços de transporte, de destruição e de aterro sanitário, que deixaram de ser suportadas pela própria Administração.

O Sistema de Leilão Eletrônico (SLE) consolidou-se no que tange à participação de pessoas físicas, democratizando-se a participação dos licitantes e aumentando a competitividade.

Em dezembro/2013, foram homologadas demandas evolutivas do SLE. Destacam-se a criação de um portal para conferir um maior destaque na divulgação dos lotes pela Internet; e a integração com o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, da Controladoria Geral da União (CGU), para fins automatizar o controle das impossibilidades na participação das licitações.

Também foram implantadas demandas de melhoria no Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas - CTMA, objetivando aperfeiçoar os controles, simplificar procedimentos e aumentar a segurança dos processos de gestão contábil e procedimental de mercadorias apreendidas.

Foram retirados de circulação e destruídos aproximadamente 17 mil toneladas de material potencialmente nocivo à saúde, à segurança e ao meio ambiente, o que equivale ao montante da ordem de R\$ 721 milhões em autuações fiscais.

Houve redução de cerca de 24% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 130 (à disposição de autoridades administrativas), e de cerca de 26% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 210 (custódia), o que demonstra o esforço das unidades na adoção de providências para evitar a obsolescência, depreciação ou perecimento dos bens apreendidos.

Resultados da RF08

No âmbito regional, a SRRF08 e mais 12 unidades da 8ª RF participaram intensamente dos Mutirões Nacionais de Destruição. No XI Mutirão foram destruídas 851,53 toneladas de mercadorias, avaliadas em R\$ 56.234.151,56, representando, dos totais, 18,9% em peso e 28,7% em valor. Já no XII Mutirão, 787,45 toneladas, com valor aproximado de R\$ 59,75 milhões, representando, dos totais, 14,31% em peso e 21,18% em valor.

No último mês do ano, a SRRF08 realizou o primeiro leilão eletrônico destinado exclusivamente à alienação de resíduos de mercadorias apreendidas, com as inovações trazidas pela Portaria RFB nº 1.443/2013, que regulamentou o procedimento de repasse da responsabilidade e do encargo pela destruição ou inutilização ao arrematante. Assim, a este cabe destruir e inutilizar as mercadorias, observando a legislação ambiental e a adequada destinação final de todo o resíduo gerado no procedimento, inclusive daquele cuja reciclagem não seja economicamente viável. Foram vendidas aproximadamente 45 toneladas de produtos, resultando numa arrecadação de R\$ 35.720,00, com ágio de 268,25%. Com este inovador procedimento de destinação por alienação, a Receita Federal alinhou-se às diretrizes da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, além de economia de recursos públicos que seriam necessários para o pagamento dos serviços de transporte e de aterro sanitário, no caso de ter sido adotada a destinação por destruição. Ressalta-se que todo o procedimento de destruição/inutilização deve ser realizado no local em que a mercadoria se encontra depositada e acompanhado por Comissão de Destruição, composta por, no mínimo, três servidores em exercício na RFB, sendo que a entrega do resíduo ao arrematante será autorizada e efetuada somente depois que esta Comissão atestar que as mercadorias constantes do lote foram efetivamente destruídas/inutilizadas.

Dentre as principais incorporações e doações ao longo de 2013 destacam-se:

- Equipamentos médico/hospitalares: R\$ 6.416.480,01
- Equipamentos de informática e eletrônicos: R\$ 978.385,75
- Vestuário: R\$ 2.284.951,92
- Perecíveis: R\$ 805.417,14

O indicador estratégico RFB na área de mercadorias apreendidas, o IGMA (Índice de Gestão de Mercadorias Apreendidas) atingiu 95,19%. No final de 2013, o estoque base de mercadorias apresentou considerável redução de 51,80%.

d) Realizar gestão documental

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Gestão Documental; e
- Executar a Gestão Documental.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2013, a Divisão de Normas e Orientações Técnicas (Dinot) finalizou a minuta de Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade. Este trabalho demandou dezenas de reuniões junto ao Arquivo Nacional, tendo havido, adicionalmente, uma revisão da proposta de texto final por parte das Coordenações responsáveis pela produção documental.

Cabe salientar a entrega de toda a fundamentação legal para estabelecimento de prazos de guarda e eliminação, a qual foi elaborada no ano de 2013.

Espera-se a conclusão definitiva dos instrumentos de gestão documental para o primeiro semestre de 2014.

A partir da conclusão dos trabalhos, iniciaremos os procedimentos de eliminação documental.

1.6 - Principais Parceiros (externos à Unidade Jurisdicionada, da Administração Pública ou da Iniciativa Privada) Relacionados à Atividade-fim da Unidade

Os principais parceiros da RFB são:

- Ministério da Fazenda (MF) e órgãos subordinados/vinculados: Secretaria-Executiva, Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional (PRFN), Procuradorias-Seccionais da Fazenda Nacional (PSFN), Centro Regional de Treinamento da ESAF em São Paulo (CENTRESAF/SP), Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN); Banco do Brasil S/A (BB); Caixa Econômica Federal (CAIXA);
- Ministério da Previdência Social (MPS) e órgãos subordinados/vinculados: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev);
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e órgãos subordinados/vinculados: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE);
- Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- Ministério da Defesa (MD) e Comandos Militares;
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Ministério Público Federal (MPF);
- Departamento de Polícia Federal (DPF);
- Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP);
- Secretarias de Fazenda dos Estados e Municípios;
- Juntas Comerciais (JC);
- Cartórios de Registro Civil;
- Órgãos que compõem o denominado “Sistema S”: Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Serviço Social de Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha (DPC), Fundo Vinculado ao Ministério da Aeronáutica;
- Controladoria-Geral da União (CGU);
- Secretarias de Segurança Pública dos Estados;
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF);
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CORREIOS);

- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- Tribunal de Contas da União (TCU);
- Advocacia Geral da União (AGU); e
- Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL - SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 2: Planejamento e Resultados Alcançados
(Item 2, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

2.1 - Planejamento da Unidade Jurisdicionada

O plano estratégico da RFB abrange o período de 2012 a 2015.

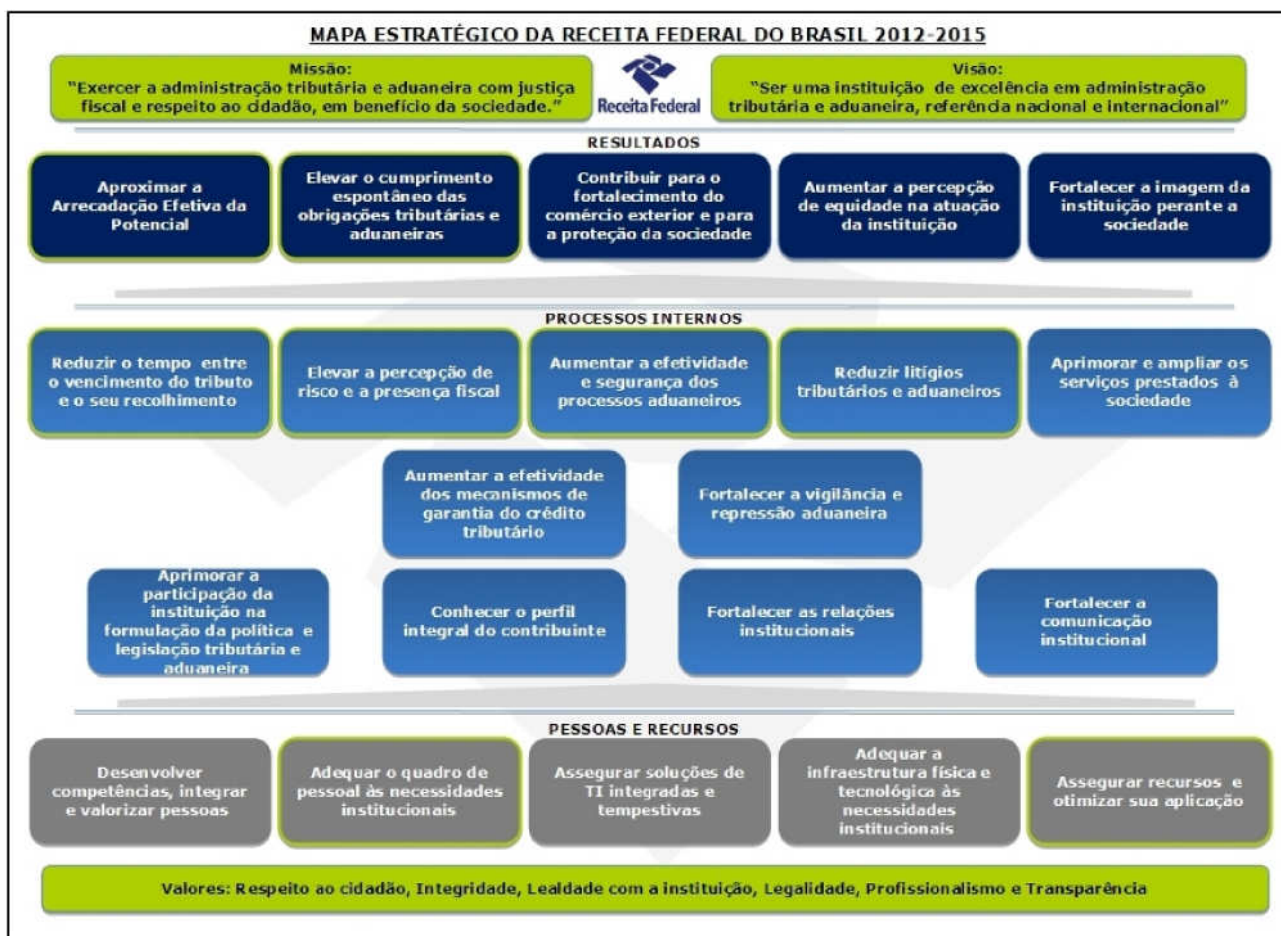
A vinculação do plano estratégico da RFB com suas competências constitucionais, legais e normativas está expressa não somente em sua missão e visão institucionais, as quais juntamente com os valores institucionais compõem os marcos institucionais da RFB, mas está claramente expressa no conjunto de objetivos estratégicos eleitos para o novo ciclo de gestão (2012-2015).

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e de seu corpo funcional são: Respeito ao cidadão, Integridade, Lealdade com a instituição, Legalidade, Profissionalismo e Transparência. Este último valor foi acrescentado para o período de 2012 a 2015 aos outros cinco que já constavam como valores da Instituição no ciclo de planejamento anterior (2009-2011).

Os principais objetivos estratégicos da unidade no ano de 2013 estão expressos no Mapa Estratégico da RFB em vigor (figura a seguir), nele a estratégia da RFB está representada por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013

As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Casa; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" - o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade, são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB, as quais englobam os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão, contando a história da estratégia.

Como vemos no Mapa estratégico, estão elencados, por parte da RFB, 21 objetivos estratégicos, sendo cinco (5) da perspectiva Pessoas e Recursos, onze (11) da perspectiva Processos Internos e cinco (5) da perspectiva Resultados, conforme descritos a seguir.

Descrição dos Objetivos Estratégicos

Os Objetivos Estratégicos são os fins a serem perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo distribuídos de forma balanceada pelas Perspectivas do Mapa Estratégico, conforme abaixo.

I) Perspectiva de Resultados:

1. **Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial** - Envidar esforços para que o montante arrecadado pela RFB se aproxime da arrecadação potencial.
2. **Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras** - Ampliar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras empreendendo ações coordenadas que

elevem a percepção de risco, simplifiquem o cumprimento, orientem o cidadão, fomentando uma aliança entre a Instituição e a sociedade.

3. **Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade** - Fortalecer o comércio exterior por meio da administração aduaneira transparente, ágil, eficiente e segura, proporcionando a proteção da economia e sociedade.
4. **Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição** - Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição, demonstrando a correta e justa aplicação da legislação tributária e aduaneira.
5. **Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade** - Fazer com que a sociedade reconheça a RFB como uma organização que cumpre sua missão com excelência, transparência, integridade e profissionalismo.

II) Perspectiva de Processos Internos:

6. **Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento** - Racionalizar e agilizar os processos de controle e de recuperação do crédito tributário permitindo a redução do tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento.
7. **Elevar a percepção de risco e a presença fiscal** - Intensificar a atuação da instituição na administração de tributos internos e de comércio exterior, visando o aumento da presença fiscal e a elevação da percepção de risco pela sociedade.
8. **Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros** - Proporcionar processos aduaneiros integrados e harmônicos, garantindo agilidade aos operadores que atuam de acordo com os requisitos legais e aumentar a segurança e a efetividade dos procedimentos para coibir ilegalidades.
9. **Reduzir litígios tributários e aduaneiros** - Melhorar a qualidade do lançamento do crédito tributário, apreciar e julgar casos de litígios tributários e aduaneiros, em âmbito administrativo, com qualidade, celeridade e menor custo e reduzir a quantidade de divergências internas na interpretação da legislação tributária e aduaneira.
10. **Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade** - Adotar medidas de ampliação e aprimoramento dos serviços prestados pela instituição, visando aumentar a satisfação da sociedade.
11. **Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário** - Assegurar a arrecadação de tributos, por meio de mecanismos de garantia do crédito tributário, inclusive em relação ao patrimônio de contribuintes que possuam débitos, no interesse da Fazenda Nacional.
12. **Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira** - Adequar recursos e procedimentos necessários visando melhorar e ampliar o desempenho das atividades de vigilância e repressão aduaneira em todo o território nacional.
13. **Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira** - Aprimorar a participação da RFB nos fóruns de discussão de políticas e legislação tributária e aduaneira, subsidiando de forma ativa e efetiva as decisões tomadas em âmbito político, defendendo os interesses da administração tributária e aduaneira.

14. **Conhecer o perfil integral do contribuinte** - Conhecer e identificar o perfil cadastral, econômico, fiscal e contributivo e o comportamento dos contribuintes perante o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras, de forma a permitir uma atuação integral no atendimento, monitoramento e controle fiscal e aduaneiro.
15. **Fortalecer as relações institucionais** - Fortalecer parcerias estratégicas nacionais e internacionais, e promover um relacionamento integrado, harmônico e sincronizado com as administrações tributárias estaduais, distrital e municipais, com órgãos do Ministério da Fazenda, bem como com entidades e organismos que atuem em atividades afins.
16. **Fortalecer a comunicação institucional** - Aprimorar a comunicação institucional de forma que as informações que sejam de interesse dos públicos interno e externo sejam transmitidas de maneira objetiva, tempestiva e clara.

III) Perspectiva de Pessoas e Recursos:

17. **Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas** - Capacitar, desenvolver e valorizar as pessoas tendo em conta as competências individuais necessárias (fundamentais, gerenciais e específicas) ao alcance da estratégia institucional.
18. **Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais** - Prover as unidades organizacionais do quadro de pessoal necessário e suficiente para o bom desempenho de seu papel institucional, com vistas à presença efetiva e distribuída adequadamente pelo território nacional, tendo em conta os perfis profissionais e as características de cada unidade.
19. **Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas** - Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas, garantindo as condições necessárias ao desenvolvimento institucional.
20. **Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais** - Disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional.
21. **Assegurar recursos e otimizar sua aplicação** - Assegurar recursos orçamentários, financeiros e logísticos e otimizar a sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais.

Conforme será visto no decorrer deste Relatório de Gestão, a RFB, na busca de seus objetivos, tem cumprido sua missão e continua no alcance de sua visão. A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e tem prestado à sociedade um serviço de alta qualidade, o qual demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

Estratégias Adotadas pela Unidade para Atingir os Objetivos Estratégicos

A RFB consolidou quatro instrumentos basilares, componentes de sua estratégia para o ciclo de 2012 - 2015, quais sejam: a **Cadeia de Valor**, o **Mapa Estratégico**, o **Painel de Desempenho** e o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais**.

A Cadeia de Valor é referência para vinculação dos Projetos Estratégicos Institucionais aos Macroprocessos, para efeitos de priorização.

O Mapa Estratégico, com a finalidade de evidenciar as estratégias adotadas para alcançar os objetivos estratégicos da RFB, destacou, entre seus 21 objetivos estratégicos, oito (8) deles, identificados no Mapa estratégico com uma borda verde, como “objetivos-batalha”, os quais foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração. Os objetivos batalhas estão assim distribuídos no Mapa: dois (2) da perspectiva Pessoas e Recursos, quatro (4) da perspectiva Processos Internos e dois (2) da perspectiva Resultados, a saber: Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais, Assegurar recursos e otimizar sua aplicação, Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento, Elevar a percepção de risco e a presença fiscal, Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros, Reduzir litígios tributários e aduaneiros, Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial, Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras

Quando da elaboração do Mapa estratégico, depois de estabelecidos a missão, visão e objetivos, foram associados aos objetivos estratégicos indicadores que pudessem ser ferramentas para determinar se a organização está alcançando seus objetivos estratégicos e avançando rumo à plena implementação de sua estratégia e, posteriormente, vinculada uma meta a cada indicador de gestão, a fim de indicar o quanto devemos melhorar em cada indicador.

Após a construção de um elenco de indicadores, outra estratégia considerada relevante pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos foi a construção de um Painel de desempenho.

O Painel de Desempenho, figura a seguir, é igualmente uma representação gráfica, porém mostra os 52 Indicadores Estratégicos que foram eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB. Desses indicadores, 44 estão disponíveis para apuração e tiveram metas estabelecidas para o ano de 2013, excetuando dois que dependem de pesquisa de opinião realizada pela primeira vez ano passado. Entre os indicadores disponíveis para apuração, 32 são desdobráveis até o âmbito regional, servindo como medida do desempenho das unidades regionais e locais no alcance dos objetivos relacionados.

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2013

RESULTADOS

Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial	Índice de atingimento da arrecadação potencial	Índice de realização da meta global de arrecadação		
Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras	Índice de adimplência do crédito tributário	Índice de adimplência das obrigações acessórias	Indicador de atividade de educação fiscal	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação
Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade	Índice de fortalecimento do comércio exterior			
Aumentar a percepção de equidade na atuação da instituição	Índice de percepção de equidade			
Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade	Índice de inserções positivas da RFB na mídia	Índice de percepção da RFB pelo público externo		

PROCESSOS INTERNOS

Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício	Índice de recuperação da cobrança	Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	Tempo médio de contencioso de primeira instância	Tempo médio de contencioso em delegacias de julgamento
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	Indicador global da fiscalização (IGF)	Indicador global da atividade de inteligência fiscal (IGIF)	Índice de qualidade da atividade de inteligência fiscal (IQAIF)	Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)			
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Índice de solução de consultas	Percentual de apreciação de consultas e solução dedivergências no contencioso	Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos	Índice de litigância administrativa	Índice de variação da litigância judicial
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes	Grau de fluidez do despacho de exportação	Grau de fluidez do despacho de importação	Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Índice de crédito tributário garantido				
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira	Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira			
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária aduaneira	Índice de atingimento da qualidade dos estudos setoriais			
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)				
Fortalecer as relações institucionais	Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias	Grau de cobertura dos convênios	Grau de ativação de convênios	Grau de inserção internacional	
Fortalecer a comunicação institucional	Nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB				

PESSOAS E RECURSOS

Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento			
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Índice de adequação da lotação			
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Índice de tempestividade das soluções de TI			
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação imobiliária (NAI)	Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF)	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)	
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos	

Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013

Atualmente, todas as organizações, dentre elas a Receita Federal do Brasil - RFB, trabalham com programas e projetos não obstante a existência de limitações de recursos para a sua implementação. Nesse cenário, faz-se necessário otimizar a aplicação dos recursos de acordo com a estratégia adotada pela organização.

Na RF08, a execução da estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas e acompanhadas pelos dirigentes, com o apoio de uma estrutura denominada Rede de Planejamento.

Diretriz e Desafios da 8ª Região Fiscal

Para o ciclo de planejamento do quadriênio 2012-2015 a RF08 adotou uma diretriz institucional e sete desafios, como segue:

Diretriz institucional:

Institucionalizar a visão gerencial na 8ª Região Fiscal de uma só Unidade, um só Objetivo.

Desafios da RF08:

- 1 - Cumprir a meta de arrecadação
- 2 - Aumentar a qualidade dos atendimentos prestados à sociedade
- 3 - Incorporar qualidade aos processos de trabalho
- 4 - Aumentar a qualidade e a efetividade da atividade de fiscalização
- 5 – Incorporar o e-Processo e aproveitar a era digital em prol da RFB
- 6 - Implantar hoje uma aduana do futuro
- 7 - Investir na capacitação gerencial com foco em resultados

Por meio da diretriz e dos desafios acima, a 8ª Região Fiscal definiu a aplicação da estratégia da RFB à sua realidade, organizando-a em eixos temáticos em torno dos quais são alinhados os principais projetos e ações regionais. Os desafios não são diretamente mensuráveis por meio de indicadores próprios porque a criação de tais indicadores acarretaria, fatalmente, uma superposição com os indicadores dos objetivos estratégicos da RFB.

A relação de desafios acima foi elaborada de forma participativa em um seminário de planejamento, realizado no fim do ano de 2011 e que reuniu todos os gestores da 8ª Região.

De um conjunto de iniciativas foram escolhidas aquelas que tiveram ou terão os esforços e recursos concentrados para alavancar a estratégia nacional e superar os desafios regionais.

As principais iniciativas da 8ª Região Fiscal estão destacadas no quadro a seguir:

Principais Iniciativas Estratégicas Regionais	Descrição
*Metodologia e Pesquisa da Qualidade do Atendimento	Desenvolver metodologia de pesquisa de satisfação dos cidadãos durante o atendimento presencial
*Projeto Sintonia	Direcionar o trabalho das unidades na atividade de compensação de créditos tributários, incentivar a quebra de jurisdição e cumprir o índice ICP – Índice de Compensações Pendentes
*Fortalecimento da Programação	Aumentar a qualidade e efetividade da fiscalização através da melhoria dos processos de seleção efetuados pela Programação
*Construindo o Caminho para o uso efetivo do e-Processo	Padronização da Configuração de Equipes no sistema e-Processo. Definição dos fluxos padrões a serem controlados nos Gerenciais. Capacitação gerencial com foco na nova sistemática de trabalho. Construção e implantação de indicadores operacionais
*Gerenciamento do Risco Aduaneiro	Desenvolver e disponibilizar ambiente e ferramenta informatizados para o registro, sistematização e compartilhamento, no âmbito da 8ªRF, de informações, conhecimentos e experiência adquiridos pelos servidores nas atividades de gerenciamento de risco no despacho de importação, exportação e trânsito aduaneiros
*Expansão da Disseminação do Planejamento Estratégico	Construir um modelo de disseminação do Planejamento Estratégico da RFB que permita a compreensão, o envolvimento e o comprometimento de todos os servidores da 8ª Região Fiscal
*Garantia e Efetividade do Crédito Tributário	Conscientizar os Auditores-Fiscais sobre a importância do Arrolamento de Bens e da Cautelar Fiscal, bem como da identificação do real sujeito passivo e solidário
*Treinamento Midas – Módulo Interativo de Desenvolvimento de Atitudes e Sinergia	Adotar na 8ª RF uma nova configuração de trabalho, baseada no trabalho cooperativo
*Pós-graduação em Direito Tributário para 8ª RF	Qualificar, em nível de pós-graduação <i>latu sensu</i> , servidores da 8ª RF selecionados e que trabalham com a interpretação e aplicação da legislação tributária federal
*Estímulo ao autoatendimento	Implantação de método e estrutura específicos para disponibilizar nas Unidades de atendimento os serviços do Portal e-CAC
*Convênio Acesso São Paulo	Oferecer instrumentos práticos e efetivos de capacitação dos monitores do e-Poupatempo e do Acesso São Paulo, que lhes permitam aumentar sua capacidade de atuação ao lidarem com as demandas relativas aos serviços virtuais da Receita Federal

	do Brasil na internet
*Convênio Cadastro CNPJ	Integração com a JUCESP para o deferimento concomitante do CNPJ com os atos registrares agilizando os processos de inscrição e alteração do cadastro CNPJ
*Comunicação Integrada	Reduzir a distância entre as unidades da 8ª RF e entre as divisões da superintendência, buscando estimular a prática de comunicação interna e de divulgação para a mídia
*Criação da Derpf/SPO	Criar e implantar a Derpf/SPO – Delegacia Especial de Pessoas Físicas no município de São Paulo e reestruturar a Defis/SPO e a Derat/SPO
*Programa Intervenções para aperfeiçoamento da infraestrutura física da 8ª RF	Adequação da infraestrutura física das unidades às suas reais necessidades
*Programa Inteligência Emocional	Oferecer ferramentas que possam ser utilizadas na administração das emoções aprimorando relacionamentos interpessoais e intrapessoais, fortalecendo, assim, o autoconhecimento, automotivação, a agregação entre os servidores, a empatia, incentivando a criatividade e melhor gerenciamento do estresse
*Institucionalização da Rede de Gestão de Pessoas	Fortalecer a estrutura da Rede de Gestão de Pessoas
*Acompanhamento de Setores e Grupos Econômicos	Aplicar o formato da VIC (Visão Integral do Contribuinte) a Setores e Grupos Econômicos, com a ajuda da expertise da DIRAC em relação ao acompanhamento da arrecadação regional
*Espetáculo Musical “Por dentro da bagagem”	Produzir uma peça teatral abordando a importância dos serviços aduaneiros prestados pela Receita Federal e apresentar o espetáculo interna e externamente
*Incremento da Destruição	Agilizar e aprimorar os procedimentos de destruição de mercadorias apreendidas a fim de atingir metas estabelecidas

No que tange às estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados, a RFB adotou várias formas de fazer com que o Planejamento estratégico permeasse toda a instituição, pois a Receita Federal tem bem presente que seus servidores devem conhecer os Marcos Institucionais, o Mapa Estratégico da organização, a Cadeia de Valor e o Portfólio de Projetos Institucionais.

Neste sentido, elaborou-se um Plano de Comunicação da Estratégia que busca assegurar que, de algum modo, todos os servidores tenham acesso ao material do plano estratégico e que, também, tenham a percepção de sua importância para a instituição e que o mesmo se constitui em prioridade para a gestão da RFB.

Material de Divulgação:

- **Cartaz do Mapa Estratégico;**
- **Cartaz da Cadeia de Valor;**
- **Calendário de mesa com apresentação dos marcos institucionais da RFB e imagens do Mapa Estratégico e da cadeia de Valor;**

MISSÃO

“ Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade ”



Janeiro

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

1- Confraternização Universal

Fonte: Copav

A 8ª Região Fiscal tem participado ativamente da disseminação da cultura do planejamento e de Gerenciamento de Projetos, distribuindo material de divulgação elaborado pela Copav, conforme tabela abaixo:

UNIDADES DA 8ª RF	Calendários – Ano 2013	Mapa Estratégico	Cadeia de Valor
ALF-AEROPORTO DE SAO PAULO	225	30	30
ALF-AEROPORTO DE VIRACOPOS	185	30	30
ALF-PORTO DE SANTOS	295	40	40
ALF-SÃO PAULO	100	41	41
IRF-SAO PAULO	140	25	25
DEFIS-SAO PAULO	480	50	50
DEINF-SAO PAULO	155	25	25
DEMAC-SAO PAULO	90	25	25
DERAT-SAO PAULO	720	70	70
DRF-BARUERI	100	25	25
DRF-CAMPINAS	280	31	31
DRF-GUARULHOS	175	31	31
DRF-JUNDIAÍ	165	34	34
DRF-LIMEIRA	175	35	35
DRF-OSASCO	160	29	29
DRF-PIRACICABA	155	33	33
DRF-RIBEIRAO PRETO	185	31	31
DRF-SANTO ANDRÉ	165	29	29
DRF-SANTOS	205	33	33
DRF-S.BERNARDO DO CAMPO	130	27	27
DRF-S.JOSÉ DOS CAMPOS	235	31	31
DRF-SOROCABA	200	35	35
DRF-ARACATUBA	130	33	33
DRF-ARARAQUARA	100	27	27
DRF-BAURU	175	31	31
DRF-FRANCA	100	29	29
DRF-MARÍLIA	120	31	31
DRF-S.JOSE DO RIO PRETO	225	31	31
DRF-TAUBATE	170	33	33
DRF-PRESIDENTE PRUDENTE	110	29	29
UNIDADES LOCAIS	5.850	984	984
SRRF - 8ª REGIÃO FISCAL	425	124	124
Outras Unidades	320	92	92
TOTAL DA 8ªRF	6.595	1.200	1.200

Fonte: Dipav08

Quanto à divulgação dos resultados alcançados, através da Intranet da RFB (imagem a seguir), os servidores da casa podem através da categoria (*tag*) “acompanhar a execução da estratégia”, ter acesso, por exemplo, às apresentações que ocorrem nas Reuniões de Avaliação Estratégica - Nacional (RAE N), onde são avaliados os objetivos e indicadores estratégicos.

INTRANET

Página Inicial | Espaço do Servidor | TV Receita | Conexão Receita | Educação Corporativa | Biblioteca

Gestão Estratégica

Receita Federal
GESTÃO ESTRATÉGICA

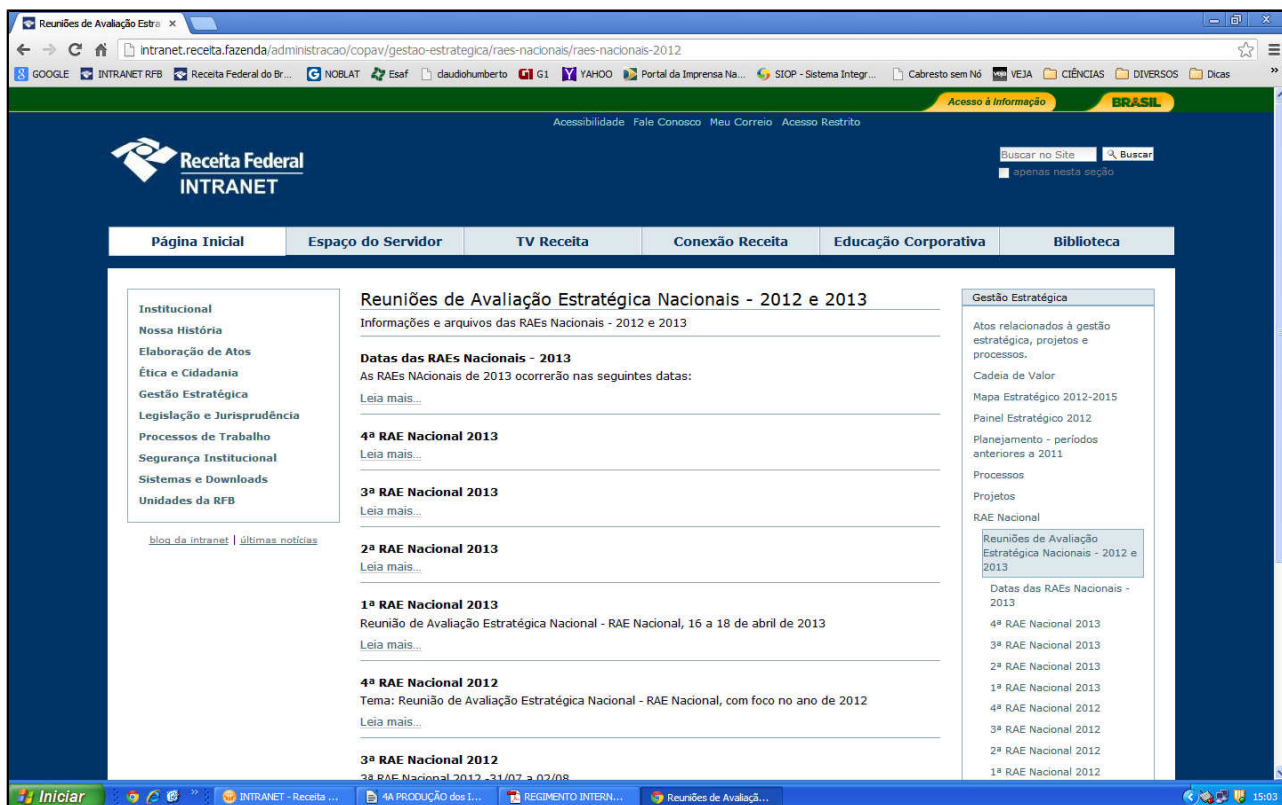
Gestão Estratégica RFB 2012-2015

- **Planejamento Estratégico**
O Mapa Estratégico para o quadriênio 2012-2015 possui 21 objetivos, sendo que oito deles são “objetivos-batalha”, identificados com a marcação de uma borda verde, os quais foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e são acompanhados com atenção especial pela administração. Para saber mais visite os links úteis abaixo e os itens do menu à direita.
- **Projetos Estratégicos - Portfólio**
Em sintonia com a estratégia estabelecida para o período 2012-2015, foi definido pela Alta Gestão o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais da RFB**, que é acompanhado diretamente pelo Gabinete do Secretário e utiliza a Metodologia de Gerenciamento de Projetos da RFB.
- **Processos de Trabalho - Cadeia de Valor**
No processo de formulação da estratégia para o período 2012-2015, foi incorporada a construção da **Cadeia de Valor da RFB que apresenta como são organizados e agrupados os processos de trabalho** para que a RFB cumpra sua Missão e gere valor para o Estado, sociedade, contribuintes, parceiros institucionais e servidores.
- **Sistema de Apoio à Gestão Estratégica - Sage RFB**
O Sistema de Apoio à Gestão Estratégica da Secretaria da Receita Federal do Brasil (**Sage-RFB**) tem como **principal objetivo dar efetivo suporte aos procedimentos de gestão estratégica da Instituição**, nos âmbitos nacional, regional e local, com base em uma visão integrada dos seus diversos elementos, os Objetivos Estratégicos, Indicadores Estratégicos e Iniciativas Estratégicas.

Links Úteis

Gestão Estratégica

- Atos relacionados à gestão estratégica, projetos e processos.
- Cadeia de Valor
- Mapa Estratégico 2012-2015
- Painel Estratégico 2012
- Planejamento - períodos anteriores a 2011
- Processos
- Projetos
- RAE Nacional
- Índice RFB
- Rede de Planejamento
- Sage - RFB
- Apresentações da 4ª RAE Nacional 2013



Fonte: Intranet da Receita Federal do Brasil – 05/02/2014

Por intermédio da Portaria MF nº 512, de 2 de outubro de 2013, o Ministério da Fazenda aprovou alterações no Regimento Interno da RFB (Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012). Entre as principais mudanças destacam-se:

- Criação da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior (Delex) no município de São Paulo.
- Criação da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas (Derpf) no município de São Paulo.

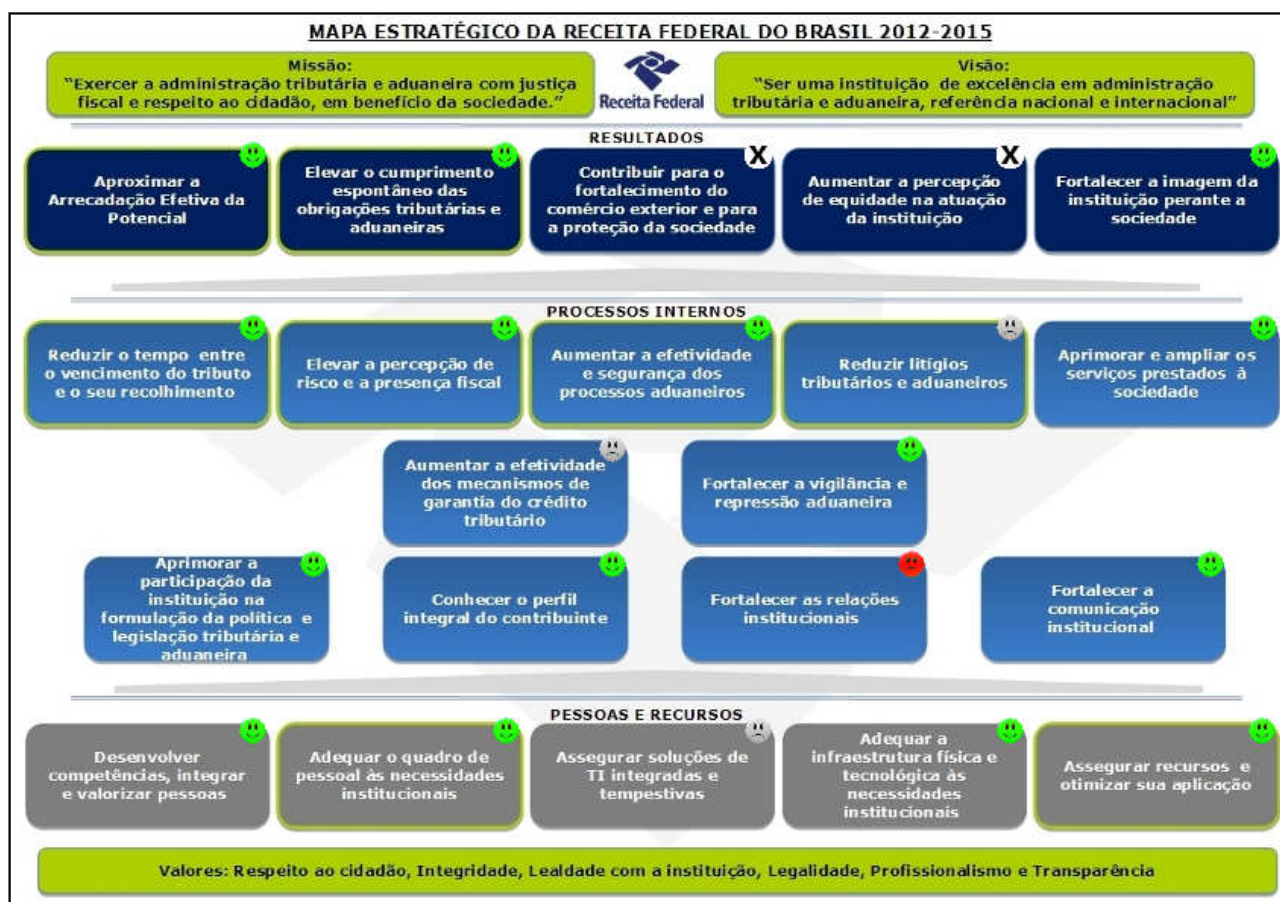
Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações para o Exercício

O acompanhamento dos resultados que a Instituição está obtendo, em relação às metas estabelecidas para cada um de seus indicadores estratégicos, em relação ao grau de realização dos Objetivos Estratégicos, assim como em relação à execução dos Projetos Estratégicos Institucionais, é feito ao longo de todo o ano.

A sistemática para tal acompanhamento e avaliação de resultados, no que se refere aos objetivos e indicadores, baseia-se num instrumento de comunicação visual (semáforos) que pretende sinalizar, de forma simples e de fácil compreensão, por meio de codificação por cores, como está o desempenho da Instituição e de suas unidades administrativas regionais.

Esses semáforos servem de base para elaboração das análises de desempenho das dimensões da gestão estratégica, para realização das reuniões de avaliação nos diversos níveis, e para o eventual redirecionamento da própria estratégia da Instituição. Eles funcionam como alerta para a possível ocorrência de situações que exigiriam cuidados e providências especiais, dando subsídios para a tomada de decisões.

Vemos, no Mapa Estratégico, ano de referência 2013, a seguir, os semáforos referentes a cada objetivo da RFB.



Fonte: sistema SAGE

O semáforo verde indica que o objetivo está sendo atingido dentro do esperado; o amarelo, que o resultado está um pouco abaixo do esperado; o vermelho, que está muito abaixo do esperado; o cinza indica que o resultado está muito acima do esperado; o branco informa que os indicadores que permitiriam a avaliação do resultado não estão disponíveis; o ponto de exclamação indica que não se está no período de avaliação; o ponto de interrogação indica que os resultados ainda não estão informados no sistema; e, finalmente, o “X” indica que o indicador teve resultados, mas não teve meta estabelecida.

De forma geral, os objetivos não apresentaram comportamento insatisfatório. Somente o objetivo estratégico “Fortalecer as relações institucionais” apresenta uma situação muito abaixo da esperada (semáforo vermelho). Contudo, isso se deve ao fato de que o referido objetivo, não obstante seja medido por quatro indicadores, teve seu resultado influenciado apenas por um indicador com semáforo vermelho, uma vez que os outros três estavam com status “não disponível”.

Para uma leitura mais aprofundada dos resultados da instituição do que ocorreu no ano de 2013 com cada objetivo, torna-se necessário uma análise dos indicadores estratégicos que estão por trás de cada objetivo. Neste sentido, recorrendo-se ao Painel de desempenho (figura a seguir – Fonte: Sage 06/02/2013), é possível verificar, indicador a indicador o que está influenciando mais decisivamente a realização de cada objetivo estratégico (os indicadores estão detalhados no item 2.3).

O Painel de Desempenho é uma representação gráfica mostrando os 52 Indicadores Estratégicos que foram eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB. Desses indicadores, 44 estão disponíveis para apuração e tiveram metas estabelecidas para o ano de 2013, excetuando dois que dependem de pesquisa de opinião realizada pela primeira vez ano passado. Entre os indicadores disponíveis para apuração, 29 são desdobráveis até o âmbito regional, servindo como medida do desempenho das unidades regionais e locais no alcance dos objetivos relacionados.

O Painel de desempenho da RF08 – 2013, mostra a seguinte situação:

- Total de Indicadores Estratégicos – 52;
- Indicadores Estratégicos não disponíveis – 3 (os 3 na perspectiva Processos Internos);
- Indicadores Estratégicos cujos resultados não são desdobrados por Região Fiscal – 20 (5 na perspectiva Resultados, 13 na Processos Internos e 2 na perspectiva Pessoas e Recursos);
- Indicadores Estratégicos com análise de resultados – 29 (4 na perspectiva Resultados, 21 na Processos Internos e 9 na perspectiva Pessoas e Recursos).

Dos 29 indicadores cujo grau de atingimento da meta pode ser visto no Painel abaixo, temos:

- Indicadores Estratégicos com resultado dentro do esperado (semáforo verde) – 22 (4 na perspectiva Resultados, 14 na Processos Internos, 4 na Pessoas e Recursos);
- Indicadores Estratégicos com resultado um pouco abaixo do esperado (semáforo amarelo) – 4 (1 na perspectiva Processos Internos e 3 na Pessoas e Recursos);
- Indicadores Estratégicos com resultado muito abaixo do esperado (semáforo vermelho) – 2 (2 na perspectiva Processos Internos), a saber: Tempo médio de contencioso em delegacia de julgamento e Grau de inserção internacional; e
- Indicadores Estratégicos com resultado muito acima do esperado (semáforo cinza) – 3 (1 na perspectiva Resultados e 2 na Processos Internos).

Não foi apurado nenhum resultado muito abaixo do esperado (semáforo vermelho).

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2013

RESULTADOS

Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade Aumentar a percepção de equidade na atuação da instituição Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade	Índice de atingimento da arrecadação potencial	Índice de realização da meta global de arrecadação			
	Índice de adimplência do crédito tributário	Índice de adimplência das obrigações acessórias	Indicador de atividade de educação fiscal	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação	
	Índice de fortalecimento do comércio exterior				
	Índice de percepção de equidade				
	Índice de inserções positivas da RFB na mídia	Índice de percepção da RFB pelo público externo			

Ano de referência: 2013
 Âmbito: RF08

PROCESSOS INTERNOS

Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento Elevar a percepção de risco e a presença fiscal Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros Reduzir litígios tributários e aduaneiros Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira Conhecer o perfil integral do contribuinte Fortalecer as relações institucionais Fortalecer a comunicação institucional	Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício (ND) Indicador global de desempenho da seleção (IGDS) Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação Índice de solução de consultas Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15) Índice de crédito tributário garantido Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária aduaneira Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM) Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias Nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB	Índice de recuperação da cobrança Indicador global da fiscalização (IGF) Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES) Percentual de apreciação de consultas e soluções de divergências ou contenciosas Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira Índice de atingimento da qualidade dos estudos setoriais Grau de cobertura dos convênios Grau de ativação de convênios Grau de inserção internacional	Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes Indicador global da atividade de inteligência fiscal (IGIF) Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos Grau de fluidez do despacho de exportação Índice de litigância administrativa Grau de fluidez do despacho de importação	Tempo médio de contencioso em primeira instância (ND) Índice de qualidade da atividade de inteligência fiscal (IQAIF) Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA) Índice de variação da litigância judicial Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PESSOAS E RECURSOS

Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento Índice de adequação da lotação Índice de tempestividade das soluções de TI Nível de adequação imobiliária (NAI) Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF) Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT) Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

No que se refere a eventos e ações de acompanhamento em nível regional, no decorrer de 2013 foram realizadas, na RF08:

- Dois Seminários de Avaliação Estratégica, nos meses de maio e outubro, com a participação de todos os Administradores da RF08, para avaliação de resultados, apresentação de projetos e compartilhamento de boas práticas, dentre outros temas.
- Extraordinariamente, foi realizado em março um Seminário de Cenários Econômicos que contou com renomados palestrantes da área governamental, dos setores empresarial e financeiro e da área acadêmica, bem como especialistas da própria RFB. O objetivo desse evento foi o de trazer ao corpo gerencial da RF08 as perspectivas do cenário econômico para os dois anos subsequentes, fornecendo assim subsídios para o aperfeiçoamento da previsão e análise da arrecadação e para a elaboração do planejamento estratégico regional.
- Duas Reuniões de Avaliação Estratégica, com a participação dos Superintendentes Adjuntos, dos Chefes de Divisão da SRRF08 para avaliação do andamento de iniciativas estratégicas.
- Sete reuniões gerenciais no âmbito da SRRF08 para tratar de temas relacionados à avaliação do desempenho regional.
- Dez Diálogos de Gestão com as unidades locais, que consistem em reuniões individualizadas com os gestores, visando o aprimoramento da gestão de cada uma delas e também da Superintendência.

A tabela a seguir demonstra as datas de início e previsão de término, além do % executado de cada uma das principais Iniciativas Estratégicas regionais que foram priorizadas em 2013.

	Principais Iniciativas	Área	Início	Término	%
Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	Projeto Sintonia	Dirac	28/01/13	09/12/13	100%
Fiscalização e combate aos ilícitos tributários e aduaneiros	Fortalecimento da Programação	Difis	28/01/13	18/12/13	100%
	Garantia e Efetividade do Crédito Tributário	Difis	08/03/12	31/08/13	100%
	Acompanhamento de Setores e Grupos Econômicos	Dimac	08/03/13	31/12/13	100%
Administração Aduaneira	Gerenciamento do Risco Aduaneiro	Diana	02/01/13	31/12/14	30%
	Incremento da Destruição	Semap	05/03/12	30/06/14	40%
Segurança Jurídica e Solução de Litígios	Pós-graduação em Direito Tributário para 8ª RF	Disit	01/11/12	31/12/14	55%
Interação com a sociedade	Metodologia e Pesquisa da Qualidade do Atendimento	Divic	30/11/12	30/12/13	75%
	Estímulo ao Autoatendimento	Divic	02/03/12	31/12/14	90%
	Convênio Acesso São Paulo	Divic	05/03/12	31/07/13	85%
	Convênio Cadastro CNPJ	Divic	01/03/12	31/07/13	100%
	Espectáculo Musical “Por dentro da bagagem”	PNEF	01/03/13	31/12/15	15%
Gestão Corporativa	Programa intervenções para aperfeiçoamento da infraestrutura física da 8ª RF	Dipol	02/01/10	31/12/15	30%
	Programa Inteligência Emocional	Digep	01/03/12	31/12/14	50%
	Institucionalização da Rede de Gestão de Pessoas	Digep	01/06/12	31/12/14	70%
Gestão	Construindo o Caminho para o uso efetivo do e-Processo	SRRF08	05/10/12	31/12/14	50%
	Expansão da Disseminação do Planejamento Estratégico	Dipav	13/05/13	31/10/14	50%
	Treinamento Midas – Módulo Interativo de Desenvolvimento de Atitudes e Sinergias	SRRF08	02/05/12	05/12/13	95%
	Comunicação Integrada	Ascom	15/02/12	31/03/14	85%
	Criação da Derpf	SRRF08	03/10/11	31/01/14	70%

Fonte: Dipav08 e sistema SAGE

2.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

Quadro 2 - AÇÕES

Identificação da Ação						
Código	10AX			Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos - SP					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda Código: 2110 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.000.000	7.765.000	7.765.000	0	0	0	7.546.856
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Edifício construído		percentual de execução	33,0	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6.595.050	4.493.309	0	percentual de execução	percentual de execução	20,0	

Análise da execução

O ritmo da obra foi retomado em 2013 com conclusão prevista para 2014.

Fatores intervenientes que concorreram para os resultados de objetivo e ou ação

Execução das metas: foi prejudicada nos exercícios anteriores, por dificuldades administrativas diversas com a contratada, as quais foram superadas somente em 2013. A expectativa é a conclusão da obra em 2014.

Fatores intervenientes: dificuldades administrativas diversas, não orçamentárias.

Restos a pagar: os valores foram inscritos em RAP para preservar os recursos orçamentários, diante de possíveis limitações orçamentárias nos exercícios subsequentes.

Ações Prioritárias na LDO: não há.

Identificação da Ação						
Código	147X			Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Franca - SP					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda Código: 2110 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.000.000	16.900.000	16.899.999	3.000	3.000	0	16.896.999
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obra concluída		percentual de execução física	20,0		1,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
320.814	305.512	0	Obra concluída		percentual de execução física	1,0

Análise da execução

A execução da obra foi licitada e contratada em Dezembro de 2013, com início previsto para o 1º trimestre de 2014.

Fatores intervenientes que concorreram para os resultados de objetivo e ou ação

Execução das metas: avaliação a partir de 2014, com o início da construção.

Fatores intervenientes: dificuldades administrativas, não orçamentárias.

Restos a pagar: não há.

Ações Prioritárias na LDO: não há.

Identificação da Ação						
Código	147Y			Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil em Campinas - SP					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda Código: 2110 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.000.000	100.000	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obra concluída		percentual de execução física	15,0		0,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	Obra concluída	percentual de execução física	0,0	

Análise da execução

A obra ficou inviabilizada por impossibilidade de registro do terreno para a RFB. A ação será cancelada e objeto de novos estudos para exercícios futuros.

Fatores intervenientes que concorreram para os resultados de objetivo e ou ação

Execução das metas: a ação será cancelada e substituída, no futuro, por outro projeto de construção.

Fatores intervenientes: dificuldades administrativas, não orçamentárias.

Restos a pagar: não há.

Ações Prioritárias na LDO: não há.

Identificação da Ação						
Código	14IF			Tipo: Projeto		
Título	Obra de Recuperação do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda de São Paulo - SP					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda Código: 2110 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.000.000	100.000	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obra concluída		percentual de execução física	16,0		0,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
14.200	14.200	0	Obra concluída		percentual de execução física	1,0

Análise da execução

A reforma está sendo tratada pela Secretaria Executiva do MF que considera a execução por Parceria Público Privada-PPP.

Fatores intervenientes que concorreram para os resultados de objetivo e ou ação

Execução das metas: projeto básico em desenvolvimento. Pelo vulto da obra, a Secretaria Executiva do MF considera a execução por Parceria Público Privada-PPP, o que pode afetar o modelo de implantação e os recursos orçamentários da ação.

Fatores intervenientes: dificuldades administrativas, não orçamentárias.

Restos a pagar: não há.

Ações Prioritárias na LDO: não há.

2.3 - Informações Sobre Outros Resultados da Gestão

Indicador: Índice de realização da meta global de arrecadação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	99,32	98,65	98,22	98,13	97,81	101,28	101,52

- **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global de arrecadação definida no processo orçamentário como sendo a estimativa de ingressos constante dos decretos de execução do orçamento.
- **Fórmula de cálculo:** [(Arrecadação realizada em p no ano X) / (meta de arrecadação em p no ano X) x 100].
- **Fonte dos Dados:** DW-Arrecadação e Decretos de Execução do Orçamento.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Este índice reflete a função precípua do Fisco, de prover recursos para o Estado, e vincula-se ao objetivo de aproximar a arrecadação efetiva da potencial. Para a 8ª Região Fiscal, a meta de arrecadação no ano de 2013, das Receitas Administradas pela RFB, foi estipulada em R\$ 436,561 bilhões, sendo que o valor efetivamente auferido atingiu R\$ 443,192 bilhões, o que representa 101,52% da meta estipulada.

De todas as regiões fiscais, a 8ª Região Fiscal responde por mais de 40% do montante arrecadado no país, percentual este que repete o padrão dos últimos anos. Deve-se observar que a 8ª Região Fiscal está entre as cinco únicas que superaram a meta de arrecadação, tendo alcançado o terceiro melhor índice entre as Regiões Fiscais, apesar de um ambiente difícil e desafiador experimentado pela economia brasileira.

Pontos críticos:

A seguir, os aspectos que impediram uma melhor performance da Região Fiscal nesse indicador:

a) o acréscimo de valores às rubricas Outras Receitas Administradas pela RFB e Contribuições Previdenciárias, com vistas a compatibilizar a previsão de arrecadação às necessidades de caixa do Governo Federal expressas por meio do decreto 8.021/2013, de 29 de maio de 2013;

b) diminuição dos pagamentos relativos ao IOF incidente sobre operações de crédito, independentemente de seu titular, e relativo às incidências sobre derivativos, aplicações financeiras e sobre a entrada de moeda estrangeira, o que parece estar relacionado a alterações na conjuntura internacional, particularmente no que se refere à condução da política monetária norte-americana;

c) diminuição, em termos reais, dos recolhimentos relativos ao IRRF incidente sobre os rendimentos auferidos com o trabalho assalariado, apesar dos indicadores do IBGE apontarem incremento da massa salarial (12,00% na comparação dez/12-nov/13 X dez/11-nov/12, para trabalhadores com carteira assinada de São Paulo) compatível com as projeções da Secretaria de Política Econômica (11,64% para a média de 2013), o que significa perda de arrecadação, particularmente nos setores financeiro e de seguros e previdência privada, por conta da alteração da legislação relativa a tributação dos programas de participação em lucros e resultados, que passaram a adotar uma tabela progressiva independente da utilizada para rendimentos do trabalho assalariado; e

d) redução, em termos reais, dos recolhimentos relativos ao ajuste anual de IRPJ e CSLL das entidades financeiras.

Encaminhamentos:

Não há.

Observações:

O fato preponderante para a boa performance da arrecadação na 8ª RF foi a vigência da lei 12.865/2013, com os benefícios por ela concedidos, por meio da redução de acréscimos legais para o pagamento de alguns débitos no caso da desistência de demandas judiciais (questionamento da inclusão das receitas financeiras e do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS e a tributação do lucro de controladas e coligadas no exterior) e reabertura de prazos para adesão a parcelamentos previstos na lei 11.941/2009, o que trouxe uma arrecadação extraordinária de R\$ 12,68 bilhões no bimestre novembro-dezembro (revertendo o desempenho frente a previsão global de arrecadação, que até então era deficitário). Essa nova legislação também trouxe efeitos positivos sobre a COFINS e o PIS das Entidades Financeiras em novembro, e arrecadação extraordinária referente a lançamentos de ofício e receitas da dívida ativa em dezembro.

Indicador: Índice de adimplência do crédito tributário

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	95,80	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
97,00	96,70	96,40	96,40	95,90	95,80	96,00	95,80	95,80	95,80	95,70	95,80

- **Finalidade:** Medir a relação entre os pagamentos efetuados no mês do vencimento e os pagamentos que deveriam ter sido realizados no mês do vencimento.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o montante pago no mês do vencimento do crédito tributário (excluído lançamento de ofício) e os débitos declarados relativos a esse mês (montante pago no mês + saldos a pagar).
- **Fonte dos Dados:** Sistemas DW Arrecadação, DW DCTF, Sinal, DW Pagamentos, DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 8ª Região Fiscal atingiu sua meta em relação a este índice, atingindo o valor proposto de 95,80%.

Pontos críticos:

Há defasagem na apuração do índice, o que prejudica o seu desdobramento para as Unidades locais. Nível de governabilidade limitado sobre os fatores que influenciam o indicador.

Encaminhamentos:

Não há

Observações:

Não há

Indicador: Índice de adimplência das obrigações acessórias

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	97,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
97,36	97,27	97,30	97,32

- **Finalidade:** Medir a relação entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Omissos.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A meta estipulada foi a mesma para todas as Regiões Fiscais, de 97% e a 8ª Região Fiscal superou a meta obtendo o resultado de 97,32% no último trimestre do ano.

Pontos críticos:

A medição considera exclusivamente a entrega da DIRPF, não avaliando as demais obrigações acessórias. Desse modo, os dados do 1º e parte do 2º trimestres refletem a omissão de declarações dos anos anteriores. Por enquanto a parametrização do sistema Omissos é nacional o que limita, em parte, a ação regional.

Encaminhamentos:

Não há. Aguarda-se o início da medição de outras obrigações acessórias (DCTF, DIPJ, DIRF).

Observações:

O desdobramento do indicador na 8ª RF mostrou um desempenho homogêneo entre as Delegacias, com destaque para a Derat/SPO, que atingiu o índice de 98,14%.

Indicador: Indicador de atividade de educação fiscal

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Número relativo	Positiva	1678,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
487,08	1176,54	1841,49	2541,55

- **Finalidade:** Aferir o esforço da RFB na realização de eventos de educação fiscal que contribuam para a estratégia institucional, ponderando-os em razão da aderência às diretrizes institucionais, ao público-alvo e ao tipo de evento.
- **Fórmula de cálculo:** Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB x peso definido pela Coaef.
- **Fonte dos Dados:** Planilhas preenchidas pelos representantes de educação fiscal em cada região fiscal.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 8ª Região Fiscal superou a meta anual de 1.678 eventos de educação fiscal em mais de 51%, considerando que no ano de 2013 foram realizados 2.541 eventos. Dentre os eventos realizados, merecem destaque:

- Participação em 8 Mutirões da Cidadania, que são realizados em finais de semana, organizados pela sociedade civil, oferecendo informações sobre o e-CAC e realizando dinâmicas de educação fiscal para o público infantil;
- Realização de visitas guiadas de grupos de estudantes do nível fundamental e médio ao Espaço Cidadão, localizado no Ed. Sede do Ministério da Fazenda em São Paulo;
- Realização de Simpósios e Seminários, na capital e municípios do interior, destacando-se os destinados ao público-alvo de professores da rede pública estadual de ensino fundamental e médio.

Pontos críticos:

A redução dos quadros de servidores da 8ª RF por aposentadorias, remoções etc também tem afetado a atividade de educação fiscal, pois algumas Unidades locais perderam servidores com grande conhecimento no assunto, como a DRF/São José dos Campos que possuía uma equipe de três servidores e dois deles, que eram referências regionais, não estarão mais nas atividades de educação fiscal em 2014.

Encaminhamentos:

Não há.

Observações:

Não há.

Indicador: Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	86,30	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
81,94	80,62	80,93	81,60	81,32	81,24	81,37	81,06	81,53	81,83	81,93	81,91

- **Finalidade:** Medir o cumprimento das obrigações aduaneiras na importação.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por aleatoriedade, desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** Siscomex (DW Aduaneiro).
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Este Índice indica a adequação do importador às normas da importação. A 8ª Região Fiscal mostrou desempenho uniforme, em torno de 81%, durante todo o ano de 2013 e próximo da meta. Com esse resultado foi atingido 94,91% da meta estipulada, estando o indicador com semáforo verde.

Pontos críticos:

Não há.

Encaminhamentos:

Não há.

Observações:

Não há.

Indicador: Índice de recuperação da cobrança

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara	Percentual	Positiva	4,46	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
4,51	5,17	7,30	5,00

- **Finalidade:** Medir o resultado das ações de cobrança administrativa.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre os valores recuperados (valores pagos, parcelados, compensados e depositados) e os valores cobrados.
- **Fonte dos Dados:** Sief.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A meta da 8ª Região Fiscal, em 2013, para este indicador era de 4,46%, e o resultado final foi de 5%. Em termos numéricos, obteve-se a recuperação de R\$ 207.421.851,56 em créditos, de um total em cobrança, após feitas exclusões por impedimentos e inclusões, de R\$ 2.903.625.661,71. Registrou-se ainda o envio à PGFN de créditos no valor de R\$ 403.634.250,48. Estes resultados estão baseados nas listas 2 e 3 encaminhadas pela Codac.

Pontos críticos:

A mudança de cultura da área de cobrança, para alcançar a proatividade na busca de recuperação dos créditos tributários, requer tempo e treinamento.

Encaminhamentos:

Aprimorar o treinamento da área de cobrança, dentro dos critérios estabelecidos pela Norma de Execução Codac nº 3/2012.

Observações:

Não há.

Indicador: Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	35,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
7,50	23,50	40,70	50,20

- **Finalidade:** Medir a redução do valor do estoque de compensações pendentes, declaradas nos últimos 5 anos.
- **Fórmula de cálculo:** $[(\text{Saldo inicial DCOMP} - \text{saldo atual DCOMP}) / (\text{saldo inicial DCOMP})] \times 100$.
- **Fonte dos Dados:** DW-PER/DCOMP.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 8ª Região Fiscal atingiu 143,4% da meta, tendo reduzido o estoque de compensações pendentes em 50,2%. É importante destacar que a implantação do Projeto Sintonia criado para gerenciar a distribuição e o acompanhamento das Per/Dcomp a serem trabalhadas no período, bem como o compartilhamento supervisionado de trabalho entre Unidades locais, foi o grande diferencial para o atingimento do resultado ao final de 2013.

Pontos críticos:

Apesar da meta ter sido atingida pela região fiscal, observamos que algumas Unidades ainda resistem à mudança de paradigma, isto é, efetuar trabalhos de contribuintes de outras DRF. Porém, com a implementação do Projeto Sintonia, esta resistência começa a ser quebrada de maneira espontânea.

Encaminhamentos:

Manutenção do Projeto Sintonia para o Gerenciamento do estoque e da distribuição dos Per/Dcomp a serem trabalhados em 2014, bem como adoção do mesmo Projeto para os pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso a serem trabalhados em 2014.

Observações:

Não há.

Indicador: Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	85,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
95,00	94,85	43,85	44,40	44,61	44,70	44,68	45,08	59,62	59,86	59,76	81,46

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da seleção da ação fiscal.
- **Fórmula de cálculo:** $(S \times 0,5) + (R2 \times 0,5)$.
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Portal Copes.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Para o ano de 2013, a meta definida para esse indicador foi 85% e o resultado alcançado foi de 81,46%. A 8ª Região Fiscal atingiu 95,83% da meta, tendo ficado com semáforo verde no indicador.

Apesar de o resultado ter ficado um pouco abaixo da meta estipulada, comparando-se este resultado ao verificado no ano de 2012, que ficou no patamar de 72,84%, observa-se que o índice atual foi 11,83% superior ao do ano passado.

Pontos críticos:

Em parte, o baixo grau de lotação da 8ª Região Fiscal reflete-se na área de programação que ainda não possui a proporção ideal de auditores em relação à área de fiscalização.

Encaminhamentos:

Seleção de melhores práticas na busca de padronização de procedimentos e aproximação do lançamento efetivo e potencial, reduzindo assim a brecha fiscal.

Observações:

Não há.

Indicador: Indicador global da fiscalização (IGF)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
6,20	13,40	24,70	32,80	40,50	52,40	60,40	67,10	75,30	83,10	92,30	104,90

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da fiscalização sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais.
- **Fórmula de cálculo:** (Índice de Desempenho da Fiscalização IDF x 0,70) + (Índice de Realização de Crédito Tributário ICT x 0,05) + (Índice de Presença Fiscal IPF x 0,25).
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Para uma meta de 100% até dezembro, o alcance do IGF na 8ª Região Fiscal superou a meta definida alcançando o resultado de 104,90%.

Este indicador global é composto de três subindicadores: Indicador de Desempenho da Fiscalização (IDF), Indicador do Crédito Tributário (ICT) e Indicador de Presença Fiscal (IPF). No IDF a 8ª Região Fiscal alcançou 103,2%, no ICT o resultado foi de 210,6%, com o montante de crédito tributário lançado de R\$ 105,5 bilhões, valor que superou em 82,74% o total das autuações ocorridas no ano de 2012. No IPF o resultado foi de 88,7% e, apesar de ser inferior a 100%, foi superior ao verificado no ano de 2012, cujo alcance havia sido de 81,8%.

Pontos críticos:

O IPF, cujo peso no índice global é de 25%, contribui de forma desfavorável para o IGF da 8ª RF, pois depende do número de servidores para garantir a presença fiscal desejável. Todavia, como a 8ª RF tem o pior grau de lotação da RFB, é praticamente impossível alcançar a média nacional.

Encaminhamentos:

Acompanhamento gerencial mais próximo visando melhorar o desempenho das Unidades locais.

Comentários:

Não há.

Indicador: Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
23,40	41,70	61,70	92,70

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da fiscalização aduaneira sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais
- **Fórmula de cálculo:** (Índice de Presença Fiscal Aduaneiro IPFA x 0,25) + (Índice de Crédito Tributário Aduaneiro ICTA x 0,05) + (Índice de Desempenho da Fiscalização Aduaneiro IDFA x 0,70).
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 8ª Região Fiscal atingiu ao final de 2013 o índice de 92,70% no IGFA. Este resultado, apesar de um pouco abaixo da meta desejável, permitiu à 8ª RF obter o semáforo verde no indicador.

O resultado foi afetado pelo desempenho dos subindicadores IDFA e IPFA, cuja participação no indicador corresponde, respectivamente, a 70% e a 25%. O IDFA (cumprimento de metas de fiscalização), embora tenha ficado abaixo do esperado, atingiu cerca de 92% das metas propostas, enquanto que o IPFA obteve 84%.

Por outro lado, no ICTA (credito tributário aduaneiro) que também compõe este indicador, a 8ªRF alcançou ótimo resultado de 140% em 2013.

Pontos críticos:

Principalmente no segundo semestre, o processo de reestruturação das Unidades na cidade de São Paulo exigiu a redefinição de competências, a definição de critérios de alocação servidores e a readequação logística das unidades envolvidas, o que impactou os resultados do IDFA nesse período.

Além disso, durante o ano de 2013 ocorreram diversas aposentadorias de servidores alocados na fiscalização aduaneira, sobretudo nas unidades do interior do estado.

Por fim, a 8ªRF não alcançou os 100% do IPFA devido à quantidade de operadores de comércio exterior existentes em sua jurisdição, que é maior do que a força de trabalho disponível.

Encaminhamentos:

Não há.

Observações:

Não há.

Indicador: Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	90,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
93,00	91,00	93,00	92,00

- **Finalidade:** Medir a relação entre as ações fiscais aduaneiras de zona secundária concluídas com resultado e as ações fiscais concluídas.
- **Fórmula de cálculo:** (Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100.
- **Fonte dos Dados:** DW Aduaneiro e Ação Fiscal Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 8ª Região Fiscal superou a meta de 90%, atingindo o resultado de 92%. Esse resultado, superior ao índice de 83%, alcançado em 2012, deveu-se à estratégia adotada de pesquisa e seleção regional realizada na DIANA e consequente distribuição de ações fiscais de empresas jurisdicionadas pela IRF/SPO para unidades do interior.

Pontos críticos:

Não há.

Encaminhamentos:

Não há.

Observações:

Não há.

Indicador: Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	37,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
26,45	28,29	29,17	29,08	29,17	31,30	31,35	31,64	31,22	31,17	31,23	31,48

- **Finalidade:** Medir a eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação.
- **Fórmula de cálculo:** Número de DI selecionadas com retificação (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês / número total de DI selecionadas (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** Siscomex (DW Aduaneiro).
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 8ª Região Fiscal ficou próxima da meta e apresentou sensível melhora em relação ao resultado alcançado no ano anterior, que foi de 26,51%. Nenhuma das 10 Regiões Fiscais conseguiu atingir a meta estipulada. Todavia, a RFB tem investido no aprimoramento da gestão de risco aduaneiro, visando à melhoria da parametrização. Além das atividades de análise de risco efetuadas pelo CERAD, a 8ª RF está concluindo o projeto regional de gerenciamento de riscos aduaneiros, com o objetivo de atingir as especificidades locais, compartilhando informações, conhecimentos e experiências.

Pontos críticos:

Melhorar a porcentagem de retificação nas Unidades aduaneiras que apresentam alta porcentagem de DI não aleatórias selecionadas para exame tributário.

Encaminhamentos:

O indicador está em processo de revisão pela Coana. O objetivo da mudança é permitir avaliar de forma separada os resultados que decorrem da parametrização nacional – ou seja, pela atuação do CERAD – da parametrização regional, que está no âmbito de governabilidade das Unidades.

Observações:

Não há.

Indicador: Índice de solução de consultas

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	68,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
36,00	40,88	50,00	57,22

- **Finalidade:** Mensurar o percentual de solução das consultas internas e externas.
- **Fórmula de cálculo:** Número de consultas respondidas pela unidade da RFB / (acervo inicial de consultas do período analisado que aguardavam solução na unidade da RFB + número de consultas recebidas pela unidade da RFB no período analisado).
- **Fonte dos Dados:** Levantamento manual.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 8ª Região Fiscal, com o resultado de 57,22%, atingiu 84% da meta estipulada, índice que ficou abaixo do alcançado no ano anterior.

Pontos críticos:

A 8ª Região Fiscal tem enfrentado um período de muitas perdas de quadros essenciais às atividades do órgão, sobretudo por aposentadorias, com uma média mensal de 20 aposentadorias/mês. Nesse contexto, a Disit também foi afetada pela redução de seu quadro de especialistas.

Encaminhamentos:

Buscar restabelecer a composição do quadro de servidores da Disit.

Comentários:

Não há.

Indicador: Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	92,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
91,90	91,50	92,30	92,40

- **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário sub judice controlado em processo e o total de crédito tributário sub judice.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o crédito tributário sub judice controlado em processo e o total de crédito tributário sub judice.
- **Fonte dos Dados:** DW Devedores.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 8ª Região Fiscal, com o resultado de 92,40%, superou a meta estabelecida em 0,40 p.p. Este resultado também é superior ao obtido no ano anterior, cujo índice foi de 90,70%. O desempenho das Delegacias foi homogêneo no trabalho aferido pelo indicador, com apenas quatro delas ficando abaixo da meta regional.

Pontos críticos:

O resultado é afetado negativamente pela situação dinâmica da fórmula de cálculo, pois o aumento dos créditos tributários declarados sub judice em DCTF e/ou a solução dos litígios dos créditos controlados em processo provocam a diminuição do percentual alcançado, o que não reflete a realidade do trabalho regional.

O indicador foca apenas o valor dos créditos tributários, não incorporando uma análise de risco dos mesmos, notadamente com relação a processos sem depósito em garantia.

Encaminhamentos:

A 8ª RF utilizou a ferramenta do OpJud para identificar créditos tributários a serem cadastrados em processo, assim como aqueles que estavam suspensos indevidamente.

Observações:

Não há.

Indicador: Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Dia	Negativa	0,22	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
0,51	0,42	0,24	0,35	0,40	0,31	0,33	0,35	0,66	0,52	0,64	0,27

- **Finalidade:** Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de exportação.
- **Fórmula de cálculo:** Somatório dos tempos entre a recepção de cada declaração de exportação e o respectivo desembarço dividido pela quantidade de declarações de exportação desembaraçadas.
- **Fonte dos Dados:** GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 8ª Região Fiscal ficou ligeiramente abaixo da meta regional. A ALF/GRU teve o seu índice distorcido pela inclusão dos despachos “a posteriori” no cálculo do indicador. Tais despachos são realizados posteriormente ao embarque das mercadorias para o exterior. O que significa que o seu tempo de despacho não impacta na operação de exportação, mas como o encerramento do despacho ocorre posteriormente, a mensuração do índice fica comprometida.

Pontos críticos:

A inclusão dos despachos “a posteriori” no cálculo do índice é o causador da distorção do mesmo.

Encaminhamentos:

A 8ª RF encaminhou estudo para COANA, solicitando o expurgo dos despachos “a posteriori” no cálculo do índice e adequação das metas. A COANA concordou com o expurgo dos despachos “a posteriori” a partir das apurações de 2014.

Observações:

Não há.

Indicador: Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	84,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
76,75	89,01	90,77	84,22	91,03	92,73	86,95	93,56	91,68	95,33	90,62	69,12

- **Finalidade:** Aferir o percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos, nas unidades de atendimento.
- **Fórmula de cálculo:** [(Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos) / (quantidade de atendimento presencial)] x 100.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - Saga.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 8ª Região Fiscal, ao longo de 2013, conseguiu atingir a meta definida de fevereiro a novembro, ficando abaixo da meta apenas nos meses de janeiro e de dezembro. Em dezembro/2013, por conta das paralisações de sistemas previdenciários em virtude da migração de plataforma, o índice atingiu o seu nível mais baixo (69,12%). Outro fator que impactou o índice foi o encerramento de parcelamentos especiais no dia 30 de dezembro, cobranças e intimações para se atingir meta de arrecadação, entre outros.

Como fator positivo, mas cujos efeitos deverão ser sentidos ao longo de 2014, podemos destacar a simplificação de procedimentos de baixa de CNPJ e a não exigência de firma reconhecida em algumas situações.

Pontos críticos:

A migração dos sistemas previdenciários e a reabertura do parcelamento da Lei 11.941/2009 foram fatores que também contribuíram para esse desempenho abaixo do esperado, no mês de dezembro.

Encaminhamentos:

As simplificações de procedimentos estabelecidas nas Portarias referentes a baixa de Empresa, não exigência de reconhecimento de firma e entrega de documentos digitalizados deverão ficar mais claras e ajudar no atendimento.

Observações:

A meta de 86% para o ano de 2014, sendo que para janeiro o valor estipulado foi de 70%, mostra-se alcançável em situações normais de atendimento.

Indicador: Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Dia	Negativa	636,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
977,00	871,00	725,00	592,00

- **Finalidade:** Medir o tempo médio do estoque de pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso pendentes (PER).
- **Fórmula de cálculo:** (Somatório do nº de PER pendentes x nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente) / total de PER pendentes.
- **Fonte dos Dados:** DW PERDCOMP.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 8ª Região Fiscal atingiu 110,4% da meta, tendo reduzido o estoque em 44,2%.

Pontos críticos:

Não há.

Encaminhamentos:

Foram identificados casos passíveis de resolução mais rápida, com baixo risco, e padronizados procedimentos simplificados de análise, de sorte que se conseguiu melhorar a velocidade de atingimento da meta.

Observações:

Não há.

Indicador: Grau de fluidez do despacho de importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	86,97	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
84,07	83,80	84,38	84,59	84,00	84,17	83,97	83,94	83,73	83,70	83,54	83,39

- **Finalidade:** Medir a fluidez do despacho de importação.
- **Fórmula de cálculo:** Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês / número total de declarações de importação desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 8ª Região Fiscal conseguiu cumprir 95,88% da meta estipulada, obtendo o semáforo verde neste índice.

Este indicador depende muito das características das DI de cada unidade, que podem ser de consumo, admissão temporária, entreposto aduaneiro, etc. No caso de DI de regimes aduaneiros especiais e que pleiteiam benefícios fiscais, a parametrização para canais diferentes de verde faz parte da definição do SISCOMEX. A 8ªRF possui inúmeras DI destes tipos, o que acarreta uma análise mais demorada, incluindo muitas vezes a conferência física das mercadorias e desembaraço mediante processo fiscal. Assim, consideramos que, embora haja espaço para melhoria do indicador, o resultado apresentado pode ser considerado dentro dos parâmetros esperados.

Pontos críticos:

Não há.

Encaminhamentos:

Não há.

Observações:

Não há.

Indicador: Índice de crédito tributário garantido

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDA DE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	7,40	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
8,70	10,50	10,50	15,00

- **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total de crédito tributário.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total do crédito tributário sujeito a garantia.
- **Fonte dos Dados:** DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Com meta de 7,4% para este indicador, em 2013, a 8ª Região Fiscal superou a meta atingindo 15,0% no 4º trimestre. No entanto, tal resultado deve-se, essencialmente, às atividades da fiscalização, relativas ao crédito lançado.

Pontos críticos:

Apesar de ser um indicador importante para direcionar o trabalho de garantia do crédito tributário, o trabalho é moroso e há a necessidade de melhorias no sistema Conprovi que ainda não possui gerencial para agilizar a avaliação das ações a serem desenvolvidas.

A área de arrecadação está se familiarizando com os procedimentos necessários para a efetivação da garantia do crédito tributário, atividade que antes era realizada essencialmente pela área de fiscalização.

Encaminhamentos:

Capacitação dos servidores da área de arrecadação para que incorporem a cultura da garantia do crédito tributário.

Planejamento para capacitação do sistema Conprovi conjuntamente pelas áreas de Arrecadação e Cobrança e de Fiscalização.

Observações:

Não há.

Indicador: Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Milhão de R\$	Positiva	88,75	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
0,41	1,90	5,42	44,14	44,33	44,68	48,07	48,16	97,78	104,01	104,53	111,90

- **Finalidade:** Mensurar o valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira.
- **Fórmula de cálculo:** Somatório dos valores apreendidos e dos créditos tributários lançados no mês, provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira.
- **Fonte dos Dados:** Levantamento manual.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A meta anual foi atingida já em setembro, fruto dos trabalhos de investigação prévia, de casos de iniciativa da Direp, onde culminou-se com autos de infração de conversão de perdimento em multa de elevado valor que se somaram as apreensões substanciais feitas em depósitos ao longo do ano. A RF08 foi a região com maior valor absoluto nesse indicador.

Pontos críticos:

Volatilidade do indicador.

Encaminhamentos:

Consolidação das ferramentas de investigação de organizações complexas voltadas para o descaminho.

Observações:

Não há.

Indicador: Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
150,00	120,00	119,44	105,66	95,52	90,48	91,67	83,33	80,00	82,35	83,93	94,92

- **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global das operações de vigilância (em Zona de Vigilância Aduaneira - ZVA) e repressão aduaneira definida no Plano Nacional de cada ano.
- **Fórmula de cálculo:** (Pontuação realizada no período / Pontuação prevista no período) x 100, onde:

Pontuação = (quantidade de operações de pequeno porte x 1) + (quantidade de operações de médio porte x 2) + (quantidade de operações de grande porte x 4).

- **Fonte dos Dados:** Controles gerenciais da Corep, a partir de relatórios mensais recebidos das unidades regionais.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Circunstâncias sazonais e mudanças temporárias nas estratégias de atuação por parte da Direp e algumas contribuições de unidades locais levaram a recuperação do indicador que não alcançou os 100%, mas se aproximou consideravelmente do objetivo, uma vez que em dezembro/2013, o índice obtido foi de 94,92%.

Pontos críticos:

O processamento de mercadorias da Direp que absorve mão-de-obra em detrimento de sua disponibilidade para realização de operações. Há, também, o risco de unidades locais deixarem de atuar na atividade, em especial DRF/SJR. O foco em resultados reduziu o número de ações em detrimento de menor quantidade com resultados mais expressivos, mas que demandam muita dedicação individualmente.

Encaminhamentos:

Distribuição das metas das unidades locais e uso do sistema e-OVR que facilitará o controle das Operações de Vigilância e Repressão.

Observações:

Indicador formulado com base em série estocástica, desprezando a quantidade de homem-hora dedicada à atividade.

Indicador: Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
19,42	40,00	63,59	99,00

- **Finalidade:** Medir a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas.
- **Fórmula de cálculo:** $(0,25 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,35 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,40 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT})$.
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Sistemas da Arrecadação.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

O Acompanhamento do Resultado com os Maiores Contribuintes na 8ª RF atingiu 99% do Indicador Global de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes – IGAM, de uma meta de 100%, para o ano de 2013.

O IGAM é composto pela soma ponderada de três sub-índices que mensuram as ações voltadas ao Indicador de Tratamento do Passivo Tributário - IPT, com peso de 40%, ao Indicador de Setor Econômico - ISE, com peso de 35% e do Indicador de Quedas ou Distorções da Arrecadação - IDA, com peso de 25%.

A 8ª Região Fiscal, no ano de 2013, atingiu a meta prevista para a execução do Passivo Tributário e, portanto 100% no Indicador de Tratamento do Passivo Tributário – IPT. Compõem este indicador quatro ações que tratam compensações (IDN), ações judiciais no SIEF (IMV), processos suspensos por medida judicial (IPJ) e processos com exigibilidade suspensa administrativamente em órgãos preparadores (ISP). Com relação ao segundo sub-índice que mensura as ações sobre as quedas ou distorções de arrecadação - IDA, a 8ª RF atuou de forma a alcançar 95% da meta. Já no último sub-índice, trabalho nos Setores Econômicos - ISE, a 8ªRF alcançou, a meta prevista, correspondendo a 100% da meta estipulada. O resultado do ano de 2013 para a região foi praticamente o cumprimento da meta.

Pontos críticos:

Os estudos com foco no Setor Econômico nos Maiores Contribuintes exigem uma grande quantidade de homens-hora para desenvolvimento dos trabalhos de forma adequada. Uma vez que estão escassos os recursos humanos, cria-se um obstáculo ao incremento dos resultados propostos pela Metodologia. Soma-se a isto, a característica da 8ªRF, que possui Unidades com uma concentração de Grandes Contribuintes, o que acaba por distorcer os resultados mensurados no índice que avalia os trabalhos realizados com Quedas ou Distorções de Arrecadação – IDA de modo desfavorável à Região.

Encaminhamentos:

Não há.

Observações:

Não há.

Indicador: Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
21,58	63,39	90,10	121,55

- **Finalidade:** Aferir o percentual de servidores capacitados por unidade, bem como a quantidade de horas de treinamento por servidor no exercício.
- **Fórmula de cálculo:** $\{0,6 \times [(carga\ horária\ total\ de\ capacitação / total\ de\ treinandos\ sem\ repetições) / meta]\} + \{0,4 \times [(total\ de\ treinandos\ capacitados\ sem\ repetições / total\ de\ servidores\ em\ exercício) / meta]\}$.
- **Fonte dos Dados:** Siscad.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A situação atual é bastante satisfatória, pois a meta do IGACD foi superada em 21,55 p.p.

O resultado de 2013 revela-se melhor do que aquele atingido em 2012, quando a região praticamente alcançou a meta, que era de 105%, obtendo o resultado de 104,98%.

A realização do Programa de Formação Profissional - PFP tem contribuído significativamente para o atingimento da meta, uma vez que a estrutura do indicador privilegia o grau de aprofundamento das capacitações. Das 232.569 horas investidas em capacitação em 2013, mais de 60.000 horas se referem a esse programa. Portanto, para os anos de 2013 e 2012, a implementação desse programa foi determinante para o atingimento das metas estipuladas.

Pontos críticos:

A restrição orçamentária se apresenta como o principal risco ao atingimento do índice, não obstante o grande empenho e priorização da SRRF08 em custear as ações de capacitação.

Das 30 unidades da região fiscal, 10 não atingiram o índice. Cabe-nos ressaltar que algumas delas não obtiveram êxito em virtude cancelamento de eventos por falta de recursos.

Encaminhamentos:

Não há.

Observações:

Em 2014, a 8ª RF, provavelmente, receberá 236 novos ATRFB, que terão uma carga horária individual mínima de 160 horas de capacitação, o que deverá contribuir para o atingimento da meta.

Indicador: Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
83,61	83,53	84,20	84,16	85,70	87,42	87,59	88,84	88,84	88,84	88,84	91,09

- **Finalidade:** Apurar o nível de adequação e aprofundamento das ferramentas do ambiente informatizado.
- **Fórmula de cálculo:** [(IWC = Indicador de webconference x 0,20) + (IRM = Indicador de RFBMail x 0,10) + (IRS = Indicador de rede sem fio x 0,10) + (IAC = Indicador do acelerador wan x 0,20) + (IDK = Indicador de estações de trabalho do tipo desktop x 0,20) + (INB = Indicador de estações de trabalho do tipo notebook x 0,20)] x 100.
- **Fonte dos Dados:** Levantamento com base em questionário.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual:

O indicador atingiu o resultado de 91,09% para o quarto trimestre de 2013, e portanto abaixo da meta que é de 100%.

Pontos críticos:

Quanto ao RFBMail houve um incremento de 2,53% no resultado com relação ao terceiro trimestre, refletindo a campanha que tem sido feita pela Ditec junto às XTecs.

Com relação ao indicador Rede Sem Fio, a Ditec está trabalhando para aprimorar e agilizar o levantamento de informações que permitam identificar, rapidamente, as Unidades locais que necessitam aprimorar-se nesse quesito.

Encaminhamentos:

Criação do "Grupo de Qualidade" na Ditec que será responsável pelo Planejamento Estratégico, avaliação e acompanhamento de indicadores estratégicos regionais e nacionais.

RFBMail: campanha de divulgação do serviço.

Observações:

Não há.

Indicador: Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
89,11	89,12	88,94	89,12	89,84	85,90	84,68	77,96	89,30	89,46	90,95	92,73

- **Finalidade:** Apurar o nível de adequação da infraestrutura tecnológica.
- **Fórmula de cálculo:** [(IA = Estações de trabalho adequadas x 0,20) + (IB = Estações de trabalho gerenciadas pela solução de segurança x 0,20) + (IC = Usuários com obrigatoriedade de acesso à rede Windows via certificação digital x 0,20) + (ID = Controladores de domínio (DC) Windows sem erros de replicação x 0,20) + (IE = Utilização da banda dos circuitos de rede wan x 0,20)] x 100.
- **Fonte dos Dados:** Levantamento com base em questionário.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

O indicador atingiu o valor 92,73% ao final do quarto trimestre de 2013, permanecendo abaixo da meta de 2013. Neste índice apenas três regiões conseguiram atingir o limite aceitável para obtenção do semáforo verde, que é de 98%.

Como ponto positivo, convém destacar que a certificação digital teve um aumento de 20,72% em relação ao terceiro trimestre, atingindo o percentual de 94,55%, embora ainda abaixo da meta. O resultado deve-se à implementação do script que excluiu os usuários padrão sem certificação digital.

Não obstante a 8ª Região Fiscal não ter atingido a meta prevista para o exercício, o percentual alcançado está acima do resultado nacional, que foi de 91,44%, para uma meta de 100%.

Pontos críticos:

A Solução de segurança teve uma diminuição inexpressiva de 0,08% em relação ao terceiro trimestre, atingindo o percentual de 91,22% continuando abaixo da meta. A variação no valor pode estar relacionada a problema ocorrido na solução de segurança (SEP).

Encaminhamentos:

Foi formalizado o "Grupo de Qualidade" na Ditec no mês de dezembro, responsável pelo Planejamento Estratégico, avaliação e acompanhamento de indicadores estratégicos regionais e nacionais.

Observações:

Não há.

Indicador: Nível de adequação imobiliária (NAI)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	76,89	SEMESTRAL

RESULTADOS

Sem1	Sem2
71,52	73,09

- **Finalidade:** Verificar a padronização das instalações físicas das unidades da RFB.
- **Fórmula de cálculo:** Média ponderada dos índices de adequação imobiliária dos imóveis, com peso 1 para os imóveis com pontuação igual ou superior a 60, peso 2 para os imóveis com pontuação inferior a 60 mas superior ou igual a 40, e peso 3 para os imóveis com pontuação inferior a 40.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Edifica.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

O indicador NAI da 8ª RF no segundo semestre ficou em 73,09%, apenas 3,38% abaixo da meta para esta RF, que era de 76,89%; 13,09 p.p. acima de 60%, que significa que a média dos imóveis da Região encontra-se em condições aceitáveis, e 14,90% acima da meta nacional, que foi de 58,19%.

Pontos críticos:

A melhoria/reinstalação das instalações físicas não é um processo simples e rápido, depende de vários procedimentos que muitas vezes travam, independentemente da vontade/disposição do administrador. Entre o início e o fim do processo, desde a elaboração de um bom plano de necessidades, que propicie um edital sem falhas e a entrega definitiva da obra, existem várias etapas, e em cada uma delas são encontradas dificuldades: atrasos nas entregas dos projetos, na aprovação dos órgãos oficiais, licitações desertas, revisões de cronograma etc

Encaminhamentos:

Prosseguir com as obras em andamento e demais iniciativas estratégicas da 8ª RF cadastradas no SAGE e com as previstas no Plano de Engenharia.

Observações:

Não há.

Indicador: Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
11,90	34,00	78,16	95,17

- **Finalidade:** Apurar o desempenho da gestão de mercadorias apreendidas, considerando: valor arrecadado em leilões (ILE), o estoque base (IEB) e os processos fiscais antigos (IPF).
- **Fórmula de cálculo:** $[(0,4 \times ILE) + (0,3 \times IEB) + (0,3 \times IPF)]$, onde:

ILE = valor arrecadado em leilões;

IEB = estoque base; e

IPF = processos fiscais antigos.

- **Fonte dos Dados:** CTMA.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

As metas de redução do estoque-base e de redução de processos antigos foram superadas, quanto à meta de arrecadação em leilões alcançamos 88% do previsto para o ano.

Pontos críticos:

Embora a quantidade de leilões realizados tenha aumentado, o valor arrecadado diminuiu em relação ao ano anterior. Houve uma quantidade muito grande de lotes não arrematados, devido principalmente aos elevados valores envolvidos. Outro fator que contribuiu para diminuição da arrecadação foi uma grande quantidade de lotes arrematados e não pagos.

Encaminhamentos:

Os lotes não arrematados serão oferecidos novamente por valores inferiores.

Observações:

Não há.

Indicador: Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
0,46	8,41	16,37	25,40	33,45	41,38	49,90	58,05	66,63	74,38	80,22	96,22

- **Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação ao teto definido para as despesas de custeio.
- **Fórmula de cálculo:** [Valor executado (empenhado a liquidar + liquidados) dividido pelo teto disponível (descontingenciado) de custeio anual da RF] x 100.
- **Fonte dos Dados:** Siafi.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A RF08 atingiu 96,22%, quarto melhor resultado entre as Regiões Fiscais.

As despesas fixas e variáveis, que correspondem a 94% do total definido para a execução do custeio regional, foram empenhadas na sua totalidade.

Pontos críticos:

A falta de crédito orçamentário nos meses de outubro e novembro, decorrente do contingenciamento, além das determinações da Portaria MPOG 268/2013, culminaram com a postergação ou cancelamento de algumas iniciativas, fato que impactou diretamente a execução do PROEDUC (93,12%), bem como a das iniciativas constantes do plano de Engenharia, especialmente aquelas voltadas para promover a acessibilidade e serviços diversos caracterizados como emergenciais.

Encaminhamentos:

Não há.

Observações:

Não há.

Indicador: Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
0,59	1,09	10,74	61,26

- **Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação aos valores liberados para as despesas de investimentos.
- **Fórmula de cálculo:** $(0,4 \times \text{VALOR.MP}) + \{0,6 \times [(0,6 \times \text{VALOR.OBRAS}) + (0,4 \times \text{QTDE.OBRAS})]\}$, em que VALOR.MP = Valor Executado em investimentos para materiais permanentes (empenhado a liquidar + liquidados, grupo de despesas de investimento) / Total liberado para despesas em Investimentos para materiais permanentes. VALOR OBRAS = Valor Executado em Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas (empenhado a liquidar + liquidados, grupo de despesas de investimento) / Total liberado para despesas em investimento para Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas. QTDE OBRAS= Quantidade de Obras/Serviços executados integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas / Total de Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas.
- **Fonte dos Dados:** Siafi.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Atingiu-se 61,26% da meta. Sendo o resultado final prejudicado pela edição da Portaria MPOG 268/2013, que limitou drasticamente as intervenções, principalmente em relação às iniciativas referentes à acessibilidade e a várias iniciativas de reforma.

Pontos críticos:

Muito embora os investimentos para o reaparelhamento institucional da RF08 tenham contado com empenhos emitidos no valor de R\$ 7 milhões, o resultado da aquisição de material permanente foi prejudicado pelo fato de que vários itens previstos na programação de compras da RF08 passaram a integrar o Plano Nacional de Aquisições, especialmente aqueles ligados à Tecnologia da Informação.

Encaminhamentos:

Não há.

Observações:

Não há.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL - SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 3: Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão
(Item 3, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

3.1 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 3 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação					
	1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Análise Crítica:

Em relação a 2012, a principal alteração na avaliação do sistema de controles internos é a do item 4, referente à existência de um código de ética ou de conduta, cuja nota passou de 1 a 5. O motivo dessa alteração foi a aprovação, em 24/06/2013, mediante a Portaria RFB nº 773, do Código de Conduta dos Agentes Públicos em exercício na Secretaria da Receita Federal do Brasil.

De maneira geral, receberam avaliação 3 os itens do questionário cuja responsabilidade cabe às Unidades Centrais, não cabendo à UJ exercer ação direta. Os itens avaliados com a nota 4 são aqueles nos quais existem ações consistentes tomadas pela UJ no sentido das respectivas afirmativas, mas ainda com necessidade de aperfeiçoamento. A avaliação foi realizada pelos Superintendentes da SRRF08 com auxílio da Divisão de Planejamento, Avaliação e Controle - DIPAV da SRRF08.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL - SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 4: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira
(Item 4, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

4.1 - Execução das Despesas

Quadro 4 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	170010	170133	04306211020120001	0,00	0,00	7.414,61
Recebidos	170010	170133	04301211020040001	0,00	0,00	73.583,62
Recebidos	170010	170133	04125211020VF0001	0,00	0,00	1.005.172,11
Recebidos	170010	170133	04125211020VF0001	0,00	0,00	3.105.627,13
Recebidos	170010	170133	04129211022380001	0,00	0,00	13.925.886,56
Recebidos	170010	170133	04122211020000001	0,00	0,00	154.500.976,17
Recebidos	170010	170133	04125211022370001	0,00	0,00	5.488.003,68
Recebidos	170010	170133	04125211020VF0001	0,00	0,00	195.234,74
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	170010	170133	04125211020VF0001	31.752.069,23	0,00	0,00
Recebidos	170010	170133	04125211020VF0001	7.147.675,11	0,00	0,00
Recebidos	170010	170133	04122211010AX0001	7.546.856,65	0,00	0,00
Recebidos	170010	170133	041222110147X0035	16.900.000,00	0,00	0,00
Recebidos	170010	170133	04122211020000001	763.499,99	0,00	0,00
Recebidos	170010	170133	04125211020VF0001	1.028.000,00	0,00	0,00
Recebidos	170010	170133	04125211020VF0001	1.999,00	0,00	0,00
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Siafi Gerencial

Quadro 5 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	112.686.331,42	143.477.204,65	111.996.121,34	104.478.943,06
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	250.873,95	0,00	238.373,95
c) Concorrência	13.040.116,93	30.597.639,58	13.040.116,93	14.140.183,41
d) Pregão	99.646.214,49	112.628.691,12	98.956.004,41	90.100.385,70
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	39.942.008,08	50.528.824,89	39.187.404,87	38.416.831,51
h) Dispensa	35.536.356,44	45.726.628,53	34.889.670,59	34.183.618,31
i) Inexigibilidade	4.405.651,64	4.802.196,36	4.297.734,28	4.233.213,20
3. Regime de Execução Especial	70.034,94	71.994,67	70.034,94	71.994,67
j) Suprimento de Fundos	70.034,94	71.994,67	70.034,94	71.994,67
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	4.109.926,08	4.793.351,42	4.103.346,90	4.793.351,42
k) Pagamento em Folha	0,00	231.980,79	0,00	231.980,79
l) Diárias	4.109.926,08	4.561.370,63	4.103.346,90	4.561.370,63
5. Outros	5.100.377,93	4.809.240,37	5.093.092,77	4.591.329,49
6. Total (1+2+3+4+5)	161.908.678,45	203.680.616,00	160.450.000,82	152.352.450,15

Fonte: Sistema Siafi Gerencial

Quadro 6 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal	0,00	231.980,79	0,00	231.980,79	0,00	0,00	0,00	231.980,79
08 - Outros Benef.Assistenciais	0,00	231.980,79	0,00	231.980,79	0,00	0,00	0,00	231.980,79
92 – Desp. Exerc. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	175.961.849,88	167.015.051,05	160.717.097,18	150.867.191,62	15.244.752,70	16.147.859,43	159.316.084,55	149.981.987,48
39 – Outros.Serv.Pes.Jurídica	93.221.687,90	92.508.777,83	83.220.305,07	82.501.208,91	10.001.382,83	10.007.568,92	82.474.866,07	82.113.351,18
37 – Locação de Mão de Obra	67.045.898,61	53.808.096,75	62.657.183,58	49.643.457,54	4.388.715,03	4.164.639,21	62.051.258,92	49.203.871,02
14 – Diárias - Pessoal Civil	4.102.597,13	4.561.370,63	4.102.597,13	4.561.370,63	0,00	0,00	4.096.017,95	4.561.370,63
Demais elementos do grupo	11.591.666,24	16.136.805,84	10.737.011,40	14.161.154,54	854.654,84	1.975.651,30	10.693.941,61	14.103.394,65
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos	64.876.418,26	36.433.584,16	1.191.581,27	2.138.481,88	63.684.836,99	34.295.102,28	1.133.916,27	2.138.481,88
51 – Obras e Instalações	57.868.410,91	23.464.581,23	317.100,67	1.070.377,19	57.551.310,24	22.394.204,04	317.100,67	1.070.377,19
52 – Equipam. Mat.Permanente	6.982.914,32	12.942.589,57	871.600,60	1.041.691,33	6.111.313,72	11.900.898,24	813.935,60	1.041.691,33
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	25.093,03	26.413,36	2.880,00	26.413,36	22.213,03	0,00	2.880,00	26.413,36
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Siafi Gerencial

Análise Crítica:

Com relação ao Quadro 4, não há nenhum destaque significativo a ser feito nas movimentações do ano de 2013.

Com relação ao Quadro 5 observa-se a acentuação da tendência constatada no exercício anterior: incremento de 7,19% nos valores pagos referentes as despesas por modalidade de licitação.

Observou-se, também, a opção pela utilização preferencial da modalidade Pregão para a contratação de bens e serviços comuns, que mantém a tendência de acréscimo nas despesas pagas, este ano com aumento de 9,82%.

As contratações diretas mantiveram-se praticamente constantes, quando comparadas com o exercício anterior, com pequeno aumento das despesas pagas em 2,61%, sendo que as despesas com dispensas de licitação tiveram aumento de 2,06% e as despesas com inexigibilidades de licitação tiveram aumento de 1,52%.

Com relação ao Quadro 6, no que se refere às despesas correntes constata-se a manutenção da tendência observada no ano anterior de pequeno acréscimo de despesas empenhadas em “outras despesas correntes” - este ano de apenas 5,36% (no ano anterior de 7%), o que retrata que houve manutenção dos serviços essenciais nos mesmos patamares do exercício anterior, acrescidos dos reajustes e repactuações dos contratos. Note-se que 90,91% destas despesas foram relativas aos elementos de despesa “339039 – outros serviços – pessoa jurídica” e “339037 – locação de mão de obra”. Em 2013 foram liquidadas 91,36% das despesas empenhadas, semelhantes a 2012, quando foram liquidadas 90,4%.

No que se refere às despesas de capital, destaque para o aumento de 78,07% nos valores empenhados, sendo que, 89,20% dos valores, referem-se a obras.

Deste percentual, os valores empenhados para as obras da DRF/Ribeirão Preto (R\$ 29.046.728,49) e DRF/Franca (R\$ 16.908.519,17) correspondem a 79,39% .

4.2 - Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 7 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	50.442.961,71	32.001.754,58	3.800.601,99	14.640.605,14
2011	2.285.861,64	315.278,31	1.938.162,42	32.420,91
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	875.056,61	807.784,44	5.040,00	62.232,17
2011	31.587,78	0,00	8.563,28	23.024,50
2010	313,50	0,00	0,00	313,50

Fonte: Siafi

Análise Crítica

SRRF08 – SÃO PAULO – 170133

Restos a pagar não processados

O saldo a pagar de R\$ 55.273,13 refere-se às seguintes situações:

- 1) Faturas referentes ao mês de dezembro não recebidas ou recebidas e não pagas no exercício;
- 2) Várias situações alheias à governança da RFB determinaram que inúmeras iniciativas fossem postergadas ou canceladas, gerando a necessidade de reprogramarmos a entrega de vários itens adquiridos ao longo do exercício.

Destacaríamos como determinante em nossas programações a convocação dos novos servidores, inicialmente prevista para fevereiro de 2013 e consumada apenas em julho, assim como a instalação da nova Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoa Física em São Paulo - DERPF, que só se consumou em 03 de fevereiro de 2014, e a indisponibilidade de recursos financeiros no último bimestre, especialmente em dezembro quando tivemos liberação apenas às 17 horas do dia 31 de dezembro, o que inviabilizou vários pagamentos.

Outras iniciativas foram suspensas em decorrência da edição da Portaria MPOG 268/2013, especialmente a concorrência que visava a locação de um Edifício para abrigar a sede da nova delegacia (DERPF), bem como a execução de reformas que visavam definir novos layouts em vários andares desta Superintendência.

Em função destas alterações, vários itens de mobiliário tiveram sua entrega postergada, haja vista a falta de espaço para recepcionar o mobiliário bem como a necessidade de readequar os espaços nos Edifício onde estão instaladas a DERAT e a DEFIS, justamente onde estão sendo instaladas as Divisões da DERPF, e para onde se destinam vários destes itens que estão sendo recebidos neste primeiro bimestre de 2014.

Restos a pagar processados

Os valores de R\$ 7.032,22 (empenhos 2011NE800058 e 59) referem-se a resíduo devido a empresa. Retidos para custear possíveis ações trabalhistas, uma vez que a empresa desapareceu e não cumpriu o contrato.

O valor de R\$ 9.937,22 (empenho 2011NE800429) refere-se ao último pagamento devido à empresa. Retido para custear possíveis ações trabalhistas, uma vez que a empresa desapareceu e não cumpriu o contrato.

Os valores de R\$ 8.736,23 (empenhos 2012NE800027 e 028) referem-se a resíduo devido a empresa. Retidos para custear possíveis ações trabalhistas, uma vez que a empresa desapareceu e não cumpriu o contrato.

O valor de R\$ 0,35 (empenho 2012NE800023) refere-se a saldo a ser cancelado.

DRF/ARACATUBA – 170134

Restos a pagar não processados

Em relação ao saldo a pagar, em 31/12/2013, no valor de R\$ 6.674.410,87, temos a esclarecer que se trata de valor a ser pago durante a execução da obra de reforma e ampliação do Edifício Sede da DRF/Araçatuba (obra em andamento).

Restos a pagar processados

Quanto ao saldo a pagar, no valor de R\$ 2.508,26, trata-se de lançamento em valor julgado suficiente para pagar a despesa. Entretanto, o valor foi insuficiente para pagamento da fatura da

CPFL, o que foi efetivamente pago através de processo de reconhecimento de dívida, pois sistema SIASG não permitiu o cancelamento à época. A unidade está tomando as medidas necessárias para obter orientações do Setorial Contábil a fim de, finalmente, anular o referido saldo indevido.

DRF/CAMPINAS – 170136

Restos a pagar não processados

Os saldos de Restos a Pagar não Processados em 31 de dezembro de 2013 referem-se a valores retidos que aguardam determinação judicial para pagamento de ordem bancária judicial.

Os saldo de Restos a Pagar não Processados de 2012, remanescentes em 2013, referem-se a valores que não foram pagos devido à falta de emissão de nota fiscal de entrega de bens, de prestação de serviços e de repactuações e/ou ajustes por parte das empresas.

Restos a pagar processados

Os saldos de Restos a Pagar Processados de 2011 remanescentes em 31 de dezembro de 2013 referem-se a valores retidos que aguardam determinação judicial para pagamento de ordem bancária judicial.

DRF/RIBEIRÃO PRETO – 170138

Restos a pagar não processados

O saldo a pagar em 2011 de R\$ 187.990,41, refere-se a despesas com Projeto Básico do Prédio da DRF/Ribeirão Preto e o pagamento foi efetuado em 03/04/2013, no valor de R\$ 179.618,72 e em 19/12/2013, no valor de R\$ 8.371,68, total pago em 2013 de R\$ 187.990,40, sendo cancelado o valor de R\$ 0,01.

O saldo a pagar em 31/12/2013 de R\$ 17.128,15, refere-se a despesas com telefonia da DRF/Ribeirão Preto, no exercício de 2012. As faturas foram devolvidas para detalhamento das ligações, ainda sem retorno para efetuar o pagamento.

DRF/SANTOS – 170141

Restos a pagar não processados

O montante dos valores inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, na DRF/Santos – UG 170141, foi composto na maior parte pelo valor empenhado para pagamento dos serviços referentes ao contrato de construção da nova Sede da Delegacia.

Não ocorreu na UG 170141 a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro sem pagamento.

Não ocorreram no exercício de 2013 registros no SIAFI de valores vigentes referentes a restos a pagar de exercícios anteriores sem que suas vigências tenham sido prorrogadas.

DRF/TAUBATÉ - 170143

Restos a pagar não processados

Com relação à DRF/Taubaté, o volume de Restos a pagar inscritos para o exercício de 2013 se referiu em sua quase totalidade a valores empenhados para aquisição de móveis, eletrodomésticos e persianas. O pregão eletrônico que originou tais aquisições foi encerrado em 07/12/2012, de forma que não foi possível concluir tais procedimentos naquele exercício financeiro, sendo necessária a inscrição em RP para conclusão dos trâmites no exercício seguinte. Já em 2013, após reavaliações, houve um novo planejamento que ensejou o cancelamento de parte das aquisições de material permanente ora mencionadas, correspondente a pouco mais de um terço dos valores inscritos em Restos a pagar para o exercício de 2013. O saldo existente em 31/12/2013 se refere à aquisição de armários de aço para a DRF/Taubaté, onde houve atraso na entrega do material, ficando a execução dessa despesa postergada para o exercício de 2014. Não houve impacto na gestão financeira da UG

170143 por conta dos restos a pagar, haja vista tratar-se de despesas de investimento, não afetando o fluxo de pagamento das despesas correntes.

DRF/LIMEIRA – 170145

Restos a pagar não processados

O saldo a pagar em 31/12/2013 de R\$ 58,17, refere-se a despesas com Telefonia da DRF/Limeira, no exercício de 2012. As Faturas foram devolvidas para detalhamento das ligações, ainda sem previsão de retorno para que se efetue o pagamento.

Restos a pagar processados

O saldo a pagar em 31/12/2013 de R\$ 12.589,88, refere-se a diferenças de faturas da DRF/Limeira, no exercício de 2012, que não foram enviadas pelas empresas.

DRF/SANTO ANDRÉ – 170147

Restos a pagar não processados

No final do exercício de 2012 esta Delegacia, na condição de órgão participante do Registro de Preços nº 07/2012 da DRF/TAU, adquiriu mobiliários de escritório diversos, com emissão das notas de empenho ainda no exercício de 2012 para pagamento ao longo do ano seguinte, quando dos recebimentos dos móveis, no valor total de R\$ 348.252,94, o que corresponde a 60,95% do valor total registrado. Desse modo, o montante registrado como Restos a Pagar Não Processados de 2012 foi totalmente atípico, não refletindo a normalidade de uma UJ do porte desta Delegacia.

O saldo remanescente em 31/12/2013, no valor de R\$ 4.095,00, refere-se a uma Nota Fiscal de fornecimento decorrente do Registro de Preços acima, que não foi liquidada em 2013 por conta de desconformidades constatadas nos móveis entregues. Considerando a necessidade da Administração na aquisição dos referidos móveis, optou-se por insistir junto ao fornecedor para saneamento das pendências em lugar de cancelar-se a compra. Uma vez solucionadas as pendências, a nota fiscal foi liquidada em 09/01/2014.

A fim de reduzir o impacto orçamentário dos restos a pagar no exercício seguinte, esta Delegacia tem solicitado a seus prestadores de serviços terceirizados que antecipem o faturamento correspondente ao mês de dezembro, para possibilitar a liquidação das despesas ainda dentro do exercício e evitar sua inscrição em restos a pagar.

ALF/GUARULHOS – 170150

Restos a pagar não processados

Os restos a pagar não processados referem-se à montante empenhado em 2012 para aquisição de material permanente destinado a atender demandas da UG 170150.

Do total empenhado, uma parte foi utilizada em 2013 e já liquidada, o saldo remanescente será utilizado pela UG 170150, oportunamente, na consecução das aquisições restantes, de responsabilidade do setor de licitações.

Esclareço inclusive que os empenhos foram realizados com base em processos licitatórios iniciados em 2012, a execução financeira ocorreu parcialmente em 2013 e deverá ser concluída em 2014.

Quanto a impactos decorrentes de restos a pagar não processados é certo que há alguma repercussão no montante de créditos orçamentários a serem disponibilizados à UG, porém como se trata de demandas ainda não atendidas, torna-se necessária a manutenção dos empenhos para a finalização das aquisições pendentes.

DRF/SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – 170262

Restos a pagar não processados

A UG 170262 paga as faturas referentes aos serviços prestados no mês de dezembro somente em janeiro do ano subsequente. Dessa forma, todo ano temos a inscrição de restos a pagar não processados, referentes às faturas não vencidas até 31 de dezembro. Por vezes, os empenhos para pagamento de despesas de custeio são estimativos, como no caso das faturas de água, energia elétrica, correios e outros. Nesses casos, existem sempre duas possibilidades, ter que cancelar parte do empenho não utilizado, ou solicitar recursos referentes a exercícios anteriores para complementar o valor empenhado a menor. Além disso, é comum recebermos recursos para aquisição de material permanente em dezembro. Normalmente, esses valores são empenhados num exercício, mas o bem só é recebido no exercício seguinte, havendo a necessidade de inscrição dos valores respectivos em restos a pagar.

No ano de 2012, houve uma modificação na sistemática de inscrição de restos a pagar, ficando a UG responsável por sua inscrição. Entretanto, nada foi dito a respeito de valores que já estivessem inscritos do exercício anterior. Esta UG entendeu que esses valores seriam automaticamente cancelados, porém isso não ocorreu. Dessa forma, o valor de R\$ 2.894,49 (dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta e nove centavos) permaneceu na conta de restos a pagar não processados. Tão logo esta unidade percebeu que o valor não tinha sido cancelado automaticamente, providenciou seu cancelamento, o que ocorreu somente em janeiro de 2013. Esse valor referia-se a faturas de telefonia não pagas em função de divergência de valores.

Já o valor de R\$ 27.577,00, que permaneceu empenhado em 31 de dezembro de 2013, refere-se a material permanente adquirido em dezembro de 2012 e que deveria ter sido entregue em 2013. A empresa contratada entregou o bem, pela primeira vez, totalmente em desacordo com o licitado e esta UG teve que fazer a devolução. Entregou um segundo protótipo que também não foi aceito pela Administração. Deu-se início ao processo de aplicação de penalidade, mas com o decurso dos prazos e, com a empresa se comprometendo a entregar o bem no início de 2014, o empenho não foi cancelado.

DRF/MARÍLIA – 170287

Restos a pagar não processados

A razão de constar restos a pagar não processados deve-se ao fato de começarmos uma obra de reforma da sede da DRF Marília/SP em 2011. Porém, devido à rescisão do contrato com a empresa que realizava a reforma e consequente paralisação da obra, os créditos não puderam ser liquidados e realizados os pagamentos dos serviços.

DERAT – 170312

Restos a pagar não processados

A maior parte do montante inscrito em RP não processados em 2012, refere-se a despesas contratuais de execução continuada com periodicidade de desembolso mensal relativas ao mês de dezembro, cuja liquidação somente se completa no mês seguinte. Daí decorrendo a necessidade de sua inscrição em restos a pagar não processados a liquidar. Uma parte menor, cerca de um terço dessas despesas, relacionam-se a aquisição de materiais de consumo e permanentes que no final do exercício ainda estavam pendentes de implemento de condição (entrega do bem) pelos respectivos fornecedores.

A permanência de valor inscrito referente a 2011 deve-se a pendências com contratos de terceirização de mão de obra, das quais R\$ 72.363,50 foram depositados por via judicial, e os restantes R\$ 3.729,85 foram bloqueados por terem sua validade vencida.

ALF/SANTOS - 170168

Restos a pagar processados

A gestão financeira dos Restos a Pagar da ALFSTS tem sido efetuada de acordo com as disposições legais.

O valor inscrito em Restos a Pagar Processados, em 31/12/2013, refere-se valor liquidado em favor de empresa contratada terceirizada que abandonou o contrato durante sua vigência. Tal valor deverá ser recolhido em atendimento à demanda judicial, assim que o registro no sistema seja normalizado (encontra-se em erro de sistema). Aguardando regularização desde 01/07/2013.

DEINF – 170313

Restos a pagar não processados

O saldo de R\$ 87.454,30 refere-se à aquisição de mobiliário para esta Deinf/SPO, cujas faturas foram liquidadas e pagas em 2013. Os valores serão devidamente cancelados.

Restos a pagar processados

O saldo de R\$ 37.081,10 refere-se aos contratos de prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas, fornecimento de mão de obra terceirizada de recepcionistas, locação de purificadores de água e digitalização de processos, para pagamento das faturas no exercício de 2013. Os valores serão devidamente cancelados.

DRF/JUNDIAÍ – 170318

Restos a pagar não processados

Os valores inscritos em Restos a Pagar não Processados referem-se a despesas referentes ao mês de Dezembro, cujos valores não podem ser previamente determinados, tais como, energia elétrica, água encanada, correspondências, reprografia, combustível e despesas que embora tenham seu montante previamente conhecido possuem seus pagamentos parcelados (Contratos).

Esta unidade realiza seus pagamentos em consonância com os artigos 62 e 63 da Lei 4320/64, somente após a efetiva prestação dos serviços. Dessa forma, todas as citadas despesas são inscritas em Restos a Pagar não Processados aguardando sua efetiva liquidação.

O valor de R\$ 9.761,30 (nove mil, setecentos e sessenta e um reais e trinta centavos) está pendente de ordem judicial, pois a empresa não pagou todas as verbas rescisórias de seus funcionários.

Restos a pagar processados

O valor de R\$ 832,30 (oitocentos e trinta e dois reais e trinta centavos) está pendente de ordem judicial, pois a empresa não pagou todas as verbas rescisórias de seus funcionários.

DRF/FRANCA – 170323

Restos a pagar não processados

Em relação ao Saldo a pagar em 31/12/2013, esclarecemos que:

- O valor de R\$ 9.087,59 refere-se a contas da Empresa Telefônica contestadas pelo fiscal de contrato quando do seu vencimento e estamos aguardando a reemissão das faturas.
- O valor de R\$ 15.301,83 refere-se a fatura pendente (em fase final) da Empresa C & P Arquitetura Ltda. EPP, responsável pela elaboração do projeto básico da futura sede da DRF/Franca.

DEFIS – 170385

Restos a pagar não processados

O saldo de R\$ 1.279.103,24 em 31/12/2013 refere-se a valor de Restos a Pagar não Processados de 2012 correspondentes ao saldo de empenhos pendentes de liquidação em função do andamento de uma obra de reforma do edifício sede da DEFIS/SPO: 2012NE80005391 no valor de R\$ 897.137,31 e 2012NE80050791, no valor de R\$ 381.965,93 (Elmo Eletro Montagens Ltda – EPP).

O saldo de R\$ 75.052,00 na linha do exercício de 2011 refere-se a valor de Restos a Pagar não Processados de 2011 que foram reinscritos em janeiro de 2013 e automaticamente bloqueados/cancelados por Decreto 93872/86, sendo a soma dos dois empenhos: 2011NE800386 98, no valor de R\$ 31.052,00 e 2011NE80038798, no valor de R\$ 44.000,00 (Modern Service Locação de mão de obra). Foram inscritos em janeiro de 2012 sem ocorrência de cancelamento ou pagamento neste exercício, e trata-se de valores referentes a dois contratos (02/2010 e 01/2011) de serviços terceirizados de Recepcionistas, cujos pagamentos não ocorreram por descumprimento contratual e cujos procedimentos de aplicação de penalidades à contratada encontram-se em andamento na equipe de Gestão de Contratos (EQGEC/SEPOL) desta DEFIS.

Unidades com saldos zerados de restos a pagar:

DRF/BAURU – 170135;
 DRF/PRESIDENTE PRUDENTE – 170137;
 DRF/SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – 170139;
 DRF/SOROCABA – 170142;
 DRF/GUARULHOS – 170144;
 DRF/OSASCO – 170146;
 DRF/SÃO BERNARDO DO CAMPO – 170261;
 DRF/PIRACICABA – 170321;
 DRF/ARARAQUARA – 170322;
 DRF/BARUERI – 170551;
 ALF/VIRACOPOS – 170148;
 ALF/SÃO PAULO – 170533;
 IRF/SÃO PAULO – 170259;
 DEMAC/SP – 170320.

Para estas Unidades, via de regra ficam inscritos, em restos a pagar, somente os valores referentes às notas fiscais/faturas relativas aos serviços prestados durante o mês de dezembro e bens adquiridos, cujos prazos de entrega alcançam o mês de janeiro. Portanto, no mês de janeiro do ano seguinte geralmente são totalmente liquidados, pagos, ou cancelados, não ocorrendo impactos na gestão financeira advindos do pagamento de restos a pagar de exercício anteriores.

Como se pode verificar, os valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados, tanto Em Liquidação quanto A Liquidar, foram suficientes para atender as despesas estimadas pela Unidade, cancelando-se o excedente.

4.3 - Suprimentos de Fundos

Quadro 8 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	10	1.157,65	263	69.527,30	70.684,95
2012	-	-	10	795,30	270	71.201,05	71.996,35
2011	-	-	20	7.946,24	340	84.675,97	92.622,21

Fonte: SIAFI

Quadro 9 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Código da UG :	170133	Limite de Utilização da UG	192.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Benjamin Menezes Gadagnotto	068.773.768-03	192.000,00	702,15	5.509,33	6.211,48
Total Utilizado pela UG			702,15	5.509,33	6.211,48
Código da UG :	170134	Limite de Utilização da UG:	24.000,00		
João Carlos Farias	179.289.231-49	8.000,00	-	2.521,28	2.521,28
Cláudio Violato	705.441.158-72	8.000,00	-	610,30	610,30
Ana Cláudia Kazuko I.M. Bueno	218.690.078-59	8.000,00	-	442,00	442,00
Total Utilizado pela UG			-	3.573,58	3.573,58
Código da UG :	170135	Limite de Utilização da UG:	15.000,00		
Claudinei Cincotto Soares	078.943.808-90	15.000,00	-	3.277,29	3.277,29
Total Utilizado pela UG			-	3.277,29	3.277,29
Código da UG :	170136	Limite de Utilização da UG:	27.500,00		
Marcelo Zanelli Grotti	117.284.238-80	15.500,00	-	153,00	153,00
Total Utilizado pela UG			-	153,00	153,00
Código da UG :	170137	Limite de Utilização da UG:	39.000,00		
Isabel Dias Gazone	023.178.398-12	31.000,00	-	1.767,70	1.767,70
Fábio Luís Lobo Tinti	058.805.108-08	8.000,00	-	2.424,37	2.424,37
Total Utilizado pela UG			-	4.192,07	4.192,07
Código da UG :	170138	Limite de Utilização da UG:	100.000,00		
Jose Luiz Alves	862.594.828-68	100.000,00	-	1.895,42	1.895,42
Total Utilizado pela UG			-	1.895,42	1.895,42
Código da UG :	170139	Limite de Utilização da UG:	8.000,00		
Luiz Antonio P. Anchieta	974.680.458-57	8.000,00	200,00	1.667,54	1.867,54
Total Utilizado pela UG			200,00	1.667,54	1.867,54
Código da UG :	170142	Limite de Utilização da UG:	100.000,00		
Clayton Manoel Pascoal	276.860.388-07	41.000,00	-	656,29	656,29
Tercio Valim Ormonde	202.600.768-30	41.000,00	-	682,08	682,08
Total Utilizado pela UG			-	1.338,37	1.338,37
Código da UG :	170143	Limite de Utilização da UG:	15.000,00		
Jorge André S. Fischer	011.101.847-19	4.000,00	-	1.065,65	1.065,65
Total Utilizado pela UG			-	1.065,65	1.065,65
Código da UG :	170144	Limite de Utilização da UG:	30.000,00		
Rondinele Souza Santos	282.437.328-88	10.000,00	-	1.249,18	1.249,18
Ludmila Versiani Pimenta	080.375.336-54	20.000,00	-	88,60	88,60
Total Utilizado pela UG			-	1.337,78	1.337,78
Código da UG :	170147	Limite de Utilização da UG:	30.446,05		
Darcy Villas Boas	178.248.918-52	15.132,85	-	566,86	566,86
Veronica Motomura Paes	156.452.468-02	15.313,20	-	825,80	825,80
Total Utilizado pela UG			-	1.392,66	1.392,66
Código da UG :	170150	Limite de Utilização da UG:	10.500,00		
Carolina Coelho Paranhos Motta	874.244.951-00	3.500,00	-	349,70	349,70
Marcos Tadeu de Miranda	292.608.478-18	7.000,00	66,20	2.080,30	2.146,50
Total Utilizado pela UG			66,20	2.430,00	2.496,20
Código da UG :	170259	Limite de Utilização da UG:	22.500,00		
Alexandre Soares Costa	220.913.048-40	13.500,00	-	852,02	852,02
Total Utilizado pela UG			-	852,02	852,02
Código da UG :	170261	Limite de Utilização da UG:	12.000,00		
Flavio Alves Ferreira	071.612.776-80	12.000,00	-	5.661,25	5.661,25
Total Utilizado pela UG			-	5.661,25	5.661,25

Código da UG :	170262	Limite de Utilização da UG:		100.000,00	
Airton Aparecido Pires	663.816.148-20	20.000,00	-	1.838,38	1.838,38
Vera Lucia Domingos	019.394.138-42	20.000,00	-	2.688,05	2.688,05
Total Utilizado pela UG			-	4.526,43	4.526,43
Código da UG :	170287	Limite de Utilização da UG:		46.200,00	
Anaildes dos Santos Santana	003.933.748-07	46.200,00	159,30	1.510,80	1.670,10
Total Utilizado pela UG			159,30	1.510,80	1.670,10
Código da UG :	170312	Limite de Utilização da UG:		100.000,00	
Fernando Ribeiro Bortoletti	012.915.836-45	10.000,00	-	3.022,18	3.022,18
Adriana Shiramizu	273.669.988-26	4.000,00	-	295,73	295,73
Total Utilizado pela UG			-	3.317,91	3.317,91
Código da UG :	170313	Limite de Utilização da UG:		8.000,00	
Celso Mitsumori Uhima	101.125.838-22	8.000,00	-	665,12	665,12
Total Utilizado pela UG			-	665,12	665,12
Código da UG :	170320	Limite de Utilização da UG:		30.000,00	
Claudia Nogueira	056.960.408-70	30.000,00	-	4.464,79	4.464,79
Total Utilizado pela UG			-	4.464,79	4.464,79
Código da UG :	170322	Limite de Utilização da UG:		24.000,00	
Marco da Silva Fogaccia	091.626.228-62	8.000,00	-	84,49	84,49
Maria de Fátima N Farias	018.758.488-51	8.000,00	-	355,00	355,00
Total Utilizado pela UG			-	439,49	439,49
Código da UG :	170323	Limite de Utilização da UG:		24.000,00	
João Mauricio Santos Lopes	026.894.747-35	8.000,00	-	3.527,17	3.527,17
Total Utilizado pela UG			-	3.527,17	3.527,17
Código da UG :	170385	Limite de Utilização da UG:		96.000,00	
Manoel David Affonso Jankops	662.933.758-15	48.000,00	30,00	5.651,56	5.681,56
Total Utilizado pela UG			30,00	5.651,56	5.681,56
Código da UG :	170533	Limite de Utilização da UG:		8.000,00	
Antonio Carlos Soares	047.637.648-37	8.000,00	-	6.157,94	6.157,94
Total Utilizado pela UG			-	6.157,94	6.157,94
Código da UG :	170551	Limite de Utilização da UG:		55.000,00	
Luiz Carlos Alves	943.279.398-20	55.000,00	-	4.919,43	4.919,43
Total Utilizado pela UG			-	4.919,43	4.919,43
Total Utilizado pela UJ			1.157,65	69.527,30	70.684,95

Fonte: SIAFI

Quadro 10 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	87	70.684,95	100	71.996,35	118	92.622,21

Fonte: SIAFI

Verificamos as seguintes diferenças em relação ao Relatório do ano passado:

Nos Quadros 8 e 10:

- R\$ 750,00 a menos nas faturas de 2012:
 - R\$ 2,00 a mais na UG 170143 – DRF Taubaté, proveniente de erro de digitação;
 - R\$ 752,00 a menos na UG 170313 – DEINF, devido à inclusão equivocada de fatura referente ao mês de dezembro/2011, cujo pagamento foi efetuado em janeiro/2012.

No Quadro 8:

- 29 faturas a menos em 2012:
 - 6 faturas a menos na UG 170313 – DEINF e 23 na UG 170320 - DEMAC, por terem entendido no ano anterior que o campo fatura era referente à quantidade de operações com o Cartão de Crédito Corporativo e não ao número de faturas efetivamente pagas.
- 33 faturas a menos em 2011:
 - 8 faturas a menos na UG 170313 – DEINF e 21 na UG 170320 – DEMAC, pelo mesmo motivo acima;
 - 4 faturas a menos na consolidação final por divergências entre informações prestadas pelas UGs nos Relatórios de 2012 e 2011.

No Quadro 10:

- 17 prestações de contas aprovadas de suprimentos de fundos a menos em 2012:
 - 4 prestações de contas a menos na UG 170143 – DRF Taubaté, 4 a menos na UG 170287 – DRF Marília, 4 a menos da UG 170312 – DERAT e 2 a menos na UG 170313 – DEINF, por interpretação equivocada do manual TCU no ano anterior (haviam informado faturas ao invés de prestação de contas);
 - 3 prestações de contas a menos na consolidação final por divergências entre informações prestadas pelas UGs nos Relatórios de 2012 e 2011.
- 22 prestações de contas aprovadas de suprimentos de fundos a menos em 2011:
 - 1 prestação de contas a menos na UG 170143 – DRF Taubaté, 6 a menos na UG 170287 – DRF Marília, 6 a menos na UG 170312 – DERAT e 2 a menos na UG 170313 – DEINF, pelo mesmo motivo acima;
 - 7 prestações de contas a menos na consolidação final por divergências entre informações prestadas pelas UGs nos Relatórios de 2012 e 2011.

Análise Crítica dos quadros 8, 9 e 10

SRRF08 - 170133

Os Suprimentos de Fundos concedidos em 2013 por meio de CPGF, foram utilizados para atender despesas de pequeno vulto com material de consumo e prestação de serviço.

As despesas foram devidamente comprovadas pelo suprido e aprovadas pelo Gestor Financeiro e Ordenador de Despesas.

DRF/Araçatuba - 170134

A unidade somente utiliza a sistemática de suprimento de fundos através do CPGF. Os gastos do CPGF encontram-se descritos e comprovados nos processos de prestação de contas que estão arquivados nessa Delegacia. Além desta prestação de contas, o ordenador de despesas, mensalmente acompanha as transações referentes ao CPGF, através de faturas e demonstrativos mensais, com objetivo de verificar se as condições estabelecidas pelo ato de concessão estão sendo mantidas. Os

gastos foram realizados em conformidade com a legislação vigente, somente atendendo a despesas eventuais, que exijam pronto pagamento ou para atender despesas de pequeno vulto, observando sempre os limites estabelecidos em Portaria do Ministério da Fazenda. O uso desta medida excepcional só se deu em situações não passíveis de planejamento e que exigiram pronto atendimento, evitando prejuízos à Administração.

DRF/Bauru - 170135

Os recursos utilizados por meio da sistemática de Suprimentos de Fundos se dão exclusivamente através do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), na modalidade fatura. A aplicação destes recursos está em conformidade com a legislação vigente e são utilizados em caso de emergência ou quando não há possibilidade de se instaurar processo para contratação direta ou por meio de licitação, sendo que referidas despesas efetuadas por um único suprimento, são acompanhadas pelo setor financeiro para assegurar a aplicação correta das mesmas.

DRF/Campinas - 170136

Na gestão de 2013 não foram realizadas despesas através de conta Tipo “B”. Foi gasto por meio de CPGF, na modalidade fatura, o valor de R\$ 153,00.

Foram realizadas despesas de caráter excepcional, de pequeno vulto e emergencial, em conformidade com o Decreto 93.872 /1986, o Decreto 7.372/2010, o Decreto 6.370/2008 e a Portaria GMF/MF 95/2002.

DRF/Presidente Prudente - 170137

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Presidente Prudente se utiliza somente da sistemática do Cartão de Pagamentos do Governo Federal – CPGF.

Quando da indicação do suprimento, o mesmo recebe todas as orientações legais relativas ao uso do CPGF, sendo que o gestor de compras é quem repassa as demandas ao suprimento. Na prestação de contas, o ordenador de despesas ainda avalia a correta aplicação destes recursos.

A utilização de suprimento de fundos, com a sistemática do CPGF, imprime mais agilidade e facilita o controle das despesas eventuais e de pequeno vulto.

DRF/Ribeirão Preto - 170138

Os gastos com CPGF, são para pequenos valores e também de urgência, referidas autorizações são solicitadas pelas Chefias desta Delegacia e ARF's jurisdicionadas, se for o caso, com as informações necessárias para que o Ordenador de Despesas aprove referidos gastos, servindo ainda para nosso controle interno, assegurando que a aplicação de referidos recursos está em conformidade com a legislação vigente.

Referidas prestações de contas são efetuadas dentro dos prazos.

DRF/São José do Rio Preto - 170139

A unidade utilizou durante o exercício de 2013, para aquisição de materiais diversos e contratações de serviços – PJ, o Cartão de Pagamento do Governo Federal, para pagamento, nas opções de saque e crédito.

Os gastos efetuados estão devidamente justificados, comprovados e aprovados, conforme documentações anexas aos respectivos processos de concessão de suprimento de fundos – CPGF – (16011.000026/2013-91 e 10850.722424/2013-02).

Os valores utilizados para as aquisições e contratações de serviços são classificados como gastos excepcionais e de pequeno vulto, em conformidade com a legislação vigente.

DRF/Santos - 170141

A unidade UG 170141 concentrou esforços para realizar as aquisições de materiais e serviços por meio de licitações, evitando assim a utilização dos Suprimentos de Fundos.

DRF/Sorocaba - 170142

A Unidade somente efetua gastos com Suprimento de Fundos utilizando-se do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) na modalidade “Fatura”. Como pode se verificar pela série histórica os valores vem diminuindo a cada exercício, evidenciando o planejamento realizado pela Unidade.

Todas as despesas realizadas têm como base legal o inciso III do artigo 45 do Decreto 93.872/1986 – despesas de pequeno vulto; os valores envolvidos estão enquadrados nos limites legais e utilizados apenas quando não há possibilidade de instauração de processo administrativo para contratação mediante dispensa/inexigibilidade de licitação ou por meio de procedimento licitatório.

Todos os gastos são previamente autorizados e acompanhados pelo Setor Financeiro pra assegurar a correta aplicação dos recursos e eliminar a possibilidade de aquisição de material cuja característica se enquadre em uma Natureza de Despesa diferente da aprovada no ato da Concessão.

As prestações de contas são apresentadas tempestivamente, analisadas pelo Gestor Financeiro e posteriormente aprovadas pelo Ordenador de Despesas. Toda a documentação pertinente ao exercício 2013 se encontra nos processos 16034.000006/2013-52, 16034.000017/2013-32 e 16034.000026/2013-23, arquivados na Unidade.

DRF/Taubaté - 170143

A unidade utiliza a sistemática de suprimento de fundos através do CPGF. Os gastos do CPGF encontram-se descritos e comprovados nos processos de prestação de contas e estão devidamente arquivados na Delegacia. Além da prestação de contas, o Ordenador de Despesas, mensalmente acompanha as transações referentes ao CPGF, através de faturas e de controles e demonstrativos, com o intuito de verificar se os procedimentos e as condições estabelecidas pelo ato de concessão estão nos limites estabelecidos em Portaria do Ministério da Fazenda. A utilização do CPGF é somente para situações não passíveis de planejamento e que exijam pronto atendimento, evitando prejuízos à Administração.

DRF/Guarulhos - 170144

O cartão de crédito corporativo foi utilizado para compras de pequena monta e de característica extraordinária. Durante o exercício de 2013 a Unidade restringiu o uso do cartão corporativo devido a um melhor planejamento das aquisições necessárias para o bom andamento dos trabalhos.

DRF/Santo André - 170147

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo André utiliza a sistemática de suprimento de fundos através do CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal, somente para a realização de despesas de caráter excepcional e de pequeno vulto. O cartão não é utilizado na modalidade saque. A Delegacia não efetua despesas por meio de contas tipo “B”.

Durante o exercício 2013, a unidade teve 2 (dois) supridos distintos, identificados no Quadro 9. Os cartões foram utilizados na aquisição de material de consumo, em caráter emergencial.

A despesa realizada é precedida de pesquisa de preços e previamente autorizada pelo ordenador de despesas.

O controle é efetuado através de processo administrativo individual pelo setor financeiro do SEPOL/DRF/SAE, bem como pelo próprio suprido que tem prazo para prestação de contas do Suprimento e a aquisição comprovada através de Notas Fiscais ou Cupom Fiscal.

ALF/Guarulhos - 170150

As despesas realizadas pela unidade por meio da sistemática de suprimentos – CPGF – obedeceram às orientações legais. Essa unidade não fez uso de Suprimento de Fundos por conta tipo “B” no exercício de 2013.

Foi adotada, como forma de controle interno dos gastos por meio do CPGF, prévia autorização de qualquer aquisição pelos Ordenadores de Despesa da unidade, bem como posterior ateste da Nota Fiscal por quem gerou a demanda.

A utilização do CPGF, por contemplar situações urgentes e não passíveis de planejamento, evitou prejuízos e trouxe eficiência à Administração.

IRF/São Paulo - 170259

As despesas realizadas por meio de Suprimento de Fundos do exercício de 2013 foram efetuadas somente com o uso de cartão de crédito corporativo (fatura) e o montante no valor de R\$ 852,02 foi utilizado para compras de pequena monta necessárias para a manutenção emergencial de bens imóveis, elétrico e veículos, conforme atestam os documentos constantes nos processos administrativos 10314.720728/2013-02, 10314.720726/2013-13, 10314.724729/2013-18, 10314.727969/2013-74 e 10314.970/2013-07.

DRF/São Bernardo do Campo - 170261

A unidade não usa a conta do tipo “B”, utilizando apenas o CPFPG para o Suprimento de Fundos.

Os gastos são de pequena monta, tanto para serviços como para materiais de consumo; sempre se utiliza a modalidade “crédito”, não havendo saques no cartão.

Existe a segregação de funções na utilização, sendo o suprido um servidor distanciado da função orçamentária-financeira e de licitações.

A utilização do CPGF como instrumento de aquisições, apesar de sua excepcionalidade, tem se mostrado bastante eficaz para a celeridade e princípio da continuidade do serviço público, uma vez que outras modalidades de aquisição na emergência se mostram mais morosas.

DRF/São José dos Campos - 170262

A unidade vem reduzindo a utilização de Suprimento de Fundos ao longo dos anos, centralizando as aquisições através de procedimentos licitatórios e Dispensa de Licitação, de forma a obter melhores preços e dar maior transparência e concorrência aos processos de aquisição. Da mesma forma, obtém-se essa condição ao não utilizar a Conta tipo “B” ou saques através de Cartão de Crédito.

Com os procedimentos licitatórios, procura-se, também, padronizar aquisições ganhando na economia de escala, pois adquire-se menor variedade de itens, porém em maior quantidade, otimizando os preços e padronizando-se o material a ser utilizado na Unidade.

Procura-se utilizar o Suprimento de Fundos, sempre através de Cartão de Crédito Corporativo na opção fatura, em situações excepcionais, quando efetivamente não é possível esperar para adquirir um material ou quando ele não se encontra dentre os itens padronizados, seja pela excepcional necessidade ou pela quantidade necessária para o consumo, não justificando sua inclusão em licitação.

DRF/Marília - 170287

Em casos excepcionais, o ordenador de despesas autorizou o pagamento por meio de Suprimento de fundos com cartão corporativo.

Todas as despesas foram de pequeno vulto ou eventuais, urgentes e inadiáveis.

Os prazos de aplicação e prestação de contas foram devidamente respeitados.

Os documentos comprobatórios originais da aquisição do material ou do serviço contratado (Notas Fiscais, Recibos) foram organizados por elemento de despesa e ordenados por data de emissão e foram devidamente atestados pelo demandante da despesa.

Foram tomados os cuidados básicos na análise da prestação de contas.

DERAT/SPO - 170312

A utilização de suprimentos de fundos na unidade, nos exercícios relacionados (2011, 2012 e 2013) restringiu-se à modalidade Cartão de Pagamentos do Governo Federal, somando-se ao fato de que apenas foram utilizados pagamentos mediante fatura. Não foi realizado nenhum saque em espécie.

As operações efetuadas foram de valores baixos, e justificaram-se em razão da inviabilidade e antieconomicidade de sua sujeição às modalidades normais de aplicação. Todas as despesas efetuadas com suprimento de fundos da unidade no período em foco foram feitas em total conformidade com a legislação vigente. Para tanto, os supridos usaram o Cartão de Pagamentos apenas com expressa autorização do Gestor Financeiro desta unidade, em cada operação realizada.

DEINF - 170313

Houve uma redução nos gastos com materiais e serviços de pequeno vulto e pronto pagamento, do exercício de 2011, passando por 2012 e chegando no exercício de 2013, conforme o Quadro 10. A opção pela modalidade de Suprimento de Fundos decorreu da necessidade de atendimento de aquisição de materiais e serviços para a Unidade em prazo menor do que por dispensa de licitação.

Ano de 2011: Aquisição de materiais e serviços de pequeno vulto, sendo o maior valor o de R\$469,90, referindo-se a aquisição de madeiras para montagem de sala onde foi armazenado material para reforma dos elevadores e além disto, aquisição de material hidráulico, materiais de informática, porta crachás, serviços de emolduramento de foto.

Ano de 2012: Refere-se à aquisição de materiais de pequeno vulto, cujas compras individuais não somavam valores superiores a R\$250,00: materiais elétricos, materiais de expediente, cabos de rede, piso pastilhado emborrachado tático, pequenos objetos para copa, serviços de manutenção de calculadora, manutenção de micro-ondas, postagens.

Ano de 2013: Refere-se às aquisições cujo maior valor foi de R\$256,00; despesas com aquisição de pastas, diesel, material de expediente, serviços de encadernação de apostilas para os novos servidores – Analistas concurso nomeados em 2013.

DEMAC/SPO - 170320

A utilização de Suprimento de Fundos por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal pela DEMAC/SPO respeita a previsão legal do art. 74, § 3º, do Decreto-Lei nº 200/67, bem como os artigos 45 a 47, do Decreto nº 93.872/86. O valor realizado de suprimento de fundos no exercício de 2013 corresponde a compras de pequeno vulto, assim entendidos aquelas cujo valor, em cada caso,

não ultrapassam o limite estabelecido em Portaria do Ministério da Fazenda (Portaria GM/MF nº 95/02).

Foram respeitados todos os requisitos conforme o manual de suprimento de fundos da Setorial de Contabilidade – Coope – COPOL tais como:

- inexistência de restrição para concessão de suprimento de fundos ao servidor responsável;
- respeito dos limites para cada ato de concessão de suprimento por meio de cartão de pagamento do governo federal nas despesas de pequeno vulto;
- abertura de processo contendo todos os requisitos para concessão;
- respeito do prazo máximo de aplicação (até 90 dias);
- prestação de contas contendo todos os documentos comprobatórios da despesa e realizada dentro do prazo estipulado.

As despesas das compras com suprimento de fundos foram inferiores aos exercícios anteriores (2012 e 2011).

DRF/Araraquara - 170322

A utilização de suprimento de fundos deveu-se a situação excepcional conforme orientação da CGU (Manual de Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento).

DRF/Franca - 170323

As despesas realizadas mediante a utilização do cartão de crédito corporativo referem-se a materiais e/ou serviços demandados pela unidade e também por suas unidades jurisdicionadas, cuja necessidade de realização era imediata ou emergencial (sob pena de comprometimento da segurança ou das condições mínimas de trabalho dos servidores). Estas despesas possuem natureza diversificada, pois dificilmente os objetos se repetem ao longo dos meses e os valores individuais são muito pequenos, tornando-se inviável e antieconômico a realização de um certame licitatório ou mesmo os casos de sua dispensa.

No exercício de 2013 não houve saques com cartão corporativo nem GRU's.

Cada despesa efetivamente realizada foi cadastrada no sistema SIASG / SCP, opção detalhar compra / saque.

O valor gasto com cartão corporativo no ano de 2013 foi aproximadamente 12,5 % menor que o valor gasto no exercício de 2012.

Os gastos com suprimentos de fundos são rigorosamente controlados por meio de processo administrativo eletrônico (e-processo) no qual são juntadas as respectivas notas fiscais referentes aos gastos e cada despesa é atestada pelo setor competente. Ao final é feita a prestação de contas e a reclassificação das despesas.

DEFIS/SPO - 170385

A unidade utiliza a sistemática de Suprimento de Fundos – CPGF para realizar pequenas despesas com aquisição de materiais de pequeno vulto e a realização de pequenos serviços quando essas aquisições ou serviços têm um caráter de urgência e excepcionalidade e se enquadram nas normas vigentes.

Os controles consistem na disponibilização aos Supridos das normas legais que regem essa matéria e a prévia aprovação do Gestor Financeiro, com suporte da Equipe de Programação e Execução Orçamentária e Financeira, realizada a cada compra/contratação nessa modalidade. O resultado obtido com a aplicação dessa modalidade de realização de despesa tem sido a agilidade e

praticidade na obtenção de solução para situações que dificilmente são percebidas no planejamento de contratações/licitações por seu caráter excepcional.

ALF/São Paulo - 170533

Declaro, para os fins dispostos na Parte A, Item 4, Conteúdo Geral, Anexo II, DN TCU nº 127/2013, Portaria TCU Nº 175/2013 e página 33 do modelo de Relatório de Gestão 2013, que as despesas efetivadas através do Cartão de Pagamentos do Governo Federal mencionadas nos quadros 8, 9 e 10 - Tomada de Contas - UG 170533 - ALF SP, foram utilizados em proveito dessa Unidade da Receita Federal do Brasil. Todas as solicitações de aquisição de bens e serviços são submetidas à Chefia de Logística e, após aprovação, encaminhadas ao suprimento a fim de que a compra seja efetuada. As aquisições são realizadas apenas quando não há disponível outra modalidade de aquisição e cumulativamente, haja a necessidade da celeridade no suprimento da demanda ocorrida. Todas as aquisições efetuadas estão de acordo com a legislação vigente e especificadamente corresponderam aos elementos de despesa, material de consumo e serviços de terceiros pessoa jurídica.

DRF/Barueri - 170551

A unidade trabalha apenas com o CPGF, não possuindo “conta tipo B”.

Foram abertos 4 processos de Suprimento de Fundos em 2013, totalizando R\$ 4.919,43 em aplicação de recursos.

As despesas consistiram em compras de : Material de manutenção de bens imóveis, Material de Expediente, Material Elétrico e Eletrônico, Ferramentas, Material p/ Audio, Vídeo e Foto, Material de Sinalização, Material de Proteção e Segurança, Material de Processamento de Dados, Serviços de Manutenção e Conservação de Bens Móveis e Serviços Gráficos.

Todas as despesas foram realizadas em conformidade com a legislação vigente e pautadas na urgência/excepcionalidade dos gastos, com resultado rápido e eficaz na resolução das demandas apresentadas.

O CPGF não fica em poder do Suprido. Somente após solicitada uma compra ao SEPOL (Serviço de Programação e Logística) e aprovada pelo Gestor e Ordenador Financeiro é que o cartão é entregue ao Suprido para que realize a compra dos materiais ou serviços solicitados. Os servidores do financeiro, ao receberem a fatura do CPGF enviada pelo Banco do Brasil, comparam os gastos discriminados na fatura com as autorizações de compras aprovadas pelo Gestor e Ordenador Financeiro e encaminham a fatura aos mesmos para que eles também confirmem os gastos realizados e aprovelem seu pagamento.

As Unidades **DRF/Limeira - 170145**, **DRF/Osasco - 170146**, **ALF/Viracopos - 170148**, **ALF/Porto de Santos - 170168**, **DRF/Jundiaí - 170318** e **DRF/Piracicaba - 170321** não efetuaram despesas mediante suprimento de fundos no ano de 2013.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL - SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 5: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados
(Item 5, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

Introdução

Na Receita Federal do Brasil, a gestão de pessoas é realizada pelas Regiões Fiscais e Unidades Centrais sob coordenação da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) da Subsecretaria de Gestão Corporativa (Sucor), a qual compete regimentalmente planejar e gerenciar os processos de trabalho de gestão de pessoas, abrangendo, entre outros, os processos de recrutar, selecionar, alocar, administrar, avaliar, capacitar, desenvolver, reconhecer e valorizar pessoas, observadas as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos Órgãos dos Sistemas Federais de Recursos Humanos. Nas Regiões Fiscais, a gestão de pessoas está a cargo das Divisões, Seções, Serviços e Equipes de Gestão de Pessoas (Digep, Sagep, Segep e EGP), subordinadas administrativamente às Superintendências Regionais e tecnicamente à Cogep.

As Áreas de GP executam, no âmbito de suas respectivas unidades, desde as atividades de rotinas do cadastro funcional, da folha de pagamento, de concessão de direitos, de análise de cumprimento de deveres e da gestão da capacitação até a implementação das iniciativas estratégicas da política de Gestão de Pessoas que impactam todos os processos de trabalho elencados no parágrafo anterior.

O trabalho de confecção dos quadros de Gestão de Pessoas foi executado procurando-se seguir as orientações contidas na Portaria TCU nº 175/2013 e introduzindo novo modelo de trabalho, construído a partir de Workshop realizado em outubro de 2013, com participação de representantes das dez Regiões Fiscais da Receita Federal do Brasil, Audit, Copol, Cotec, CGU e áreas técnicas da Cogep.

O objetivo do novo modelo de trabalho consistiu em integrar e aperfeiçoar o processo de extração de dados e análise de resultados, através da descentralização das atividades para as Regiões Fiscais. Isso só foi possível com a disseminação do *know-how* desenvolvido pela Cogep desde 2010. O conhecimento foi propagado em duas vertentes: atividades preparatórias para a Prestação de Contas e extração, tabulação e análise dos dados.

Em relação às atividades preparatórias, foram diagnosticados pontos críticos, implementadas soluções de melhoria e elaborado um plano de ação para padronização das rotinas e fluxos dos processos de trabalho relativos a cadastro de pessoal e folha de pagamento. Como consequência da reflexão do grupo sobre a execução da Prestação de Contas, houve consenso sobre os seguintes tópicos:

- O cronograma de extração e entrega dos dados não é compatível com o calendário da rotina de gestão de pessoas desenvolvida via Siape. Por exemplo, o lançamento de ocorrências de afastamentos do mês de dezembro pode ser realizado até o mês de fevereiro, a depender do calendário da folha de pagamento. Outro exemplo é a disponibilidade de dados no DW Siape: a informação consolidada de dezembro de 2013 só ficou acessível no final de janeiro de 2014. Caso o preenchimento dos quadros fosse totalmente baseado no DW, não haveria tempo hábil para conclusão do trabalho.

- Em alguns itens, o detalhamento das informações solicitadas na Portaria TCU nº 175/2013 não é de fácil entendimento. Muitas vezes não fica claro qual é o objetivo pretendido pelo TCU com os dados. Por exemplo, as remoções foram alocadas no quadro referente a “Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Unidade Jurisdicionada”. Porém, entendemos que essa não é a melhor maneira de se apresentar tal informação, pois ela reflete mais a movimentação dentro do quadro funcional do que redução da força de trabalho. Essa informação em âmbito nacional não faz sentido, pois os servidores são removidos dentro da própria RFB e, portanto, não representam redução na força de trabalho. Acreditamos que os números sobre remoção são importantes para o gerenciamento da movimentação dentro da instituição, por isso serão apresentados em quadro separado, considerando todo o ano de 2013 e não apenas o dia 31/12 (o que também não entendemos o sentido);
- São solicitados três quadros com informações do Sisac, porém o sistema não fornece dados gerenciais, tampouco desagregados por região fiscal. A RFB desenvolveu um módulo próprio no Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3 com inserção manual dos mesmos atos já lançados no Sisac. Esse é um **trabalho a mais** para os cadastradores, que impacta a rotina operacional, porém é a única forma de entregar os quadros devidamente preenchidos.
- Desde 2010 as reuniões com CGU, Audit e Copol têm colaborado para dirimir dúvidas e alinhar conceitos, aperfeiçoando a qualidade da informação a ser apresentada.

Já em relação à extração, tabulação e análise dos dados, listamos os seguintes pontos:

- As dificuldades para extração de dados, relacionadas desde o relatório 2010, permanecem vigentes. Nenhuma alteração substancial foi implantada no Siape ou Siapecad que facilitasse tal trabalho. Mesmo a versão DW do Siape não trouxe soluções plenamente adaptáveis à estrutura funcional detalhada dos órgãos da Administração Federal. Por esses motivos, a grande maioria dos quadros é preenchida com informações gerenciais formatadas pelo SA3. Desde 2010 são desenvolvidos e aperfeiçoados módulos no SA3 para auxiliar a Prestação de Contas. O que deveria ser a exceção tornou-se regra;
- As extrações da folha de pagamento e de estagiários continuam sendo realizadas de forma centralizada pela Cogep, através do DW Siape. Identificamos para o plano de capacitação 2014 da Rede de Gestão de Pessoas da RFB a necessidade de cursos sobre a ferramenta, com o objetivo de descentralizar a extração;
- Os dados do DW Siape permanecem com a necessidade de tratamento para que os mesmos sejam concatenados conforme instrução do TCU, o que inviabiliza o uso para extração de dados do cadastro funcional utilizados na maioria dos quadros.

A manutenção do modelo dos quadros e do conteúdo da informação em 2013 facilitou o processo de disseminação do conhecimento e aperfeiçoamento da compreensão dos dados. Gerou estabilidade para construção do Workshop e maior sinergia entre os órgãos integrantes da Prestação, pois as discussões necessárias foram no sentido de esclarecer a interpretação do conteúdo de cada quadro e não sobre novas alterações de formato.

Ainda permanecem as dificuldades com as informações sobre servidores cedidos e requisitados, na sua grande maioria em relação às ferramentas do Siape que não oferecem todos os subsídios necessários para contemplar a informação gerencial. Por exemplo, no caso dos cedidos, com a saída do servidor para o novo órgão, há perda da gestão dos dados do cadastro funcional. Isso impede identificar a nova função (FG ou DAS) no outro órgão do servidor cedido.

5.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro 11 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	11.394	5.505	302	380
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5+1.2.6)	11.394	5.505	0	0
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	11.394	5.464	302	380
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	2	0	0
1.2.5 Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112*	Não há	2	0	0
1.2.6 Outros **	Não há	37	0	0
2. Servidores em Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	11.394	5.505	302	380

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

* Servidores requisitados conforme art. 93, parágrafo 7º da Lei 8.112

** "Outros" abrange cedidos e anistiados

NOTAS EXPLICATIVAS

- Os servidores de carreiras abrangem a Carreira ARFB e PECFAZ do Ministério da Fazenda em exercício na RFB.
- A lotação autorizada abrange apenas a Carreira ARFB, pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF. A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.
- Consideramos como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB (provimento originário).
- Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões.
- Incluído item 1.2.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112.
- Incluído item 1.2.6 para demonstração dos servidores cedidos e anistiados.
- A extração dos dados foi realizada no dia 2/1/2014 em relação ao dia 31/12/2013. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.

Quadro 12 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	37
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	Não Disponível
1.2. Exercício de Função de Confiança	Não Disponível
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	Não Disponível
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercícios de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge / companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
3.6 Por Decisão Judicial	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	3
4.1. Doença em pessoa da família	1
4.2. Capacitação	2
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	3
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	3
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	95
6.1 Licença Prêmio por assiduidade - Lei 9527/97, art 7º	18
6.2 Licença Gestante - Lei 8112/90, art 207	16
6.3 Licença Adotante - Lei 8112/90, art 210	0
6.4 Licença para tratamento de saúde - Lei 8112/90, art 202	57
6.5 Licença por Acidente em Serviço - Lei 8112/90, art 211	1
6.6 Falecimento pessoa da família - Lei 8112/90, art 97, inciso III, alínea b	0
6.7 Reclusão - Lei 8112/90, art 229 e EC 20/98, art 13	0
6.8 Afastamento Temporário - Lei 8429/92, art 20, parágrafo único	2
6.9 Afastamento para Integrar Comissão - Lei 8112, art 152, §1º	0
6.10 Afastamento para Juri e outros serviços - Lei 8112/90, art 102, inciso VI; Lei 8868/94, art 15; Lei 8504/97, art 98	1
6.11 Afastamento para Justiça Eleitoral - Lei 6992/81, art 2º, §1º	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	138

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A extração dos dados de servidores cedidos não permite parametrizar a tipologia da cessão, dessa forma não foi possível identificar os casos relativos a exercício de cargo em comissão, ou função de confiança.
2. Normas relacionadas ao processo de cessão:
 DECRETO Nº 4.050, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001.
 LEI Nº 11.890, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.
 NOTA TÉCNICA Nº 66/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP.
 INSTRUÇÃO NORMATIVA (PR) Nº 10, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1993.
 DECRETO Nº 3.699, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2000.
 OFÍCIO-CIRCULAR Nº 69/SRH/MP.
 NOTA TÉCNICA Nº 520/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.
 NOTA TÉCNICA Nº 536/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.
 NOTA TÉCNICA Nº 101 /2011/DENOP/SRH/MP.

1. Para todos os itens foram consideradas apenas ocorrências lançadas no Siape até o dia 22 de janeiro de 2014 e vigentes em 31 de dezembro de 2013. Ocorrências lançadas após o dia 22 de janeiro de 2014, retroativas ao ano de 2013, podem gerar valores diferentes em relação a extração original da Prestação de Contas.
2. As ocorrências de licenças médicas têm seus números impactados pelo atraso dos lançamentos das licenças via SIASS (Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor) pelo órgão competente.
3. De acordo com instrução da Prestação de Contas, foram incluídos subitens relativos a outras situações (6.1 a 6.11), por serem considerados relevantes.
4. Para os valores de remoção do item 3, foram considerados servidores que estavam em trânsito em 31/12/2013 em razão de remoção. Tais servidores se encontram contabilizados na força de trabalho da UJ de origem da remoção, portanto devem ser deduzidos nesse quadro da UJ de origem.
5. Em razão do entendimento de que remoção não é redução da força de trabalho, mas sim movimentação interna, apresentamos a informação detalhada em quadro separado, abaixo. Foram contabilizadas todas as remoções ocorridas no ano de 2013.

		RF destino													
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
1	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO	1												1	
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE	1						1						2	
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	10		3	4	3	3	3	24	8	1		18	77	
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4	3		1	1	1	1	3	4		1	7	26	
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO	15		1							1	2	6	25	
	DECISÃO JUDICIAL								1					1	
1 Total		31	3	4	5	4	4	5	28	12	2	3	31	132	
		RF destino													
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
2	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO							1						1	
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE			1				1						2	
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	9	25	6	6	5		5	56	13	10		31	166	
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2	4		2			1	2		1		8	20	
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO		13		2		1	2	1	1		2	1	23	
	DECISÃO JUDICIAL					2								2	
2 Total		11	42	7	10	7	1	10	59	14	11	2	40	214	
		RF destino													
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
3	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO			4	2								2	8	
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO			10	1				1				3	15	
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO	1	1	28	1				2		1	5	1	40	

	DECISÃO JUDICIAL			1										1
3 Total		1	1	43	4				3		1	5	6	64
		RF destino												
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total
4	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO			1				1						2
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE				1									1
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO		1		1	1			1					4
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1	1	1	8	1		1					4	17
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO			1	12		1		2	1		3	1	21
	DECISÃO JUDICIAL				4									4
4 Total		1	2	3	26	2	1	2	3	1		3	5	49
		RF destino												
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total
5	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO					1								1
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE					1								1
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1				16	1	2	1				1	22
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1	1		1	16	1		1				3	24
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO		2		1	10	2							15
	DECISÃO JUDICIAL							1						1
5 Total		2	3		2	44	4	3	2				4	64
		RF destino												
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total
6	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE						2							2
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO						8	4	2		2			16
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO		1			1	11	4	2	1			8	28
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO					2	17					2	2	23
	DECISÃO JUDICIAL					1	1	1						3
6 Total			1			4	39	9	4	1	2	2	10	72
		RF destino												
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total
7	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO								1					1
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE				1									1
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1			2			28	1	1	3			36
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO						2	17	5				2	26
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO							57				3	2	62
	DECISÃO JUDICIAL						1	1						2
7 Total		1			3		3	103	7	1	3	3	4	128
		RF destino												
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total

8	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO							2	2			1		5
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE						1	1						2
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1	2	4	2	5	6	19	157	9		3	5	213
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4		1		1	4	4	31	3	1		15	64
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO								59			5	3	67
	DECISÃO JUDICIAL							2						2
8 Total		5	2	5	2	6	11	28	249	12	1	9	23	353
RF destino														
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total
9	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO									2				2
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE									1	1			2
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1	1	1	2	1	5	5	11	36	1			64
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1	1				1	1	3	20	1	1	5	34
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO						1		1	20	1	3	3	29
	DECISÃO JUDICIAL									3				3
9 Total		2	2	1	2	1	7	6	15	82	4	4	8	134
RF destino														
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total
10	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO							1						1
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE									1				1
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	2		3			3	9	22	15	29		4	87
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO		1					2	1	2	9	1	4	20
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO							1			24		3	28
10 Total		2	1	3			3	13	23	18	62	1	11	137
RF destino														
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total
DRJ	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1							7					8
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO			2				2	1	4	2			11
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO	1	3	2	1		4	1	4	3	1	25	3	48
DRJ Total		2	3	4	1		4	3	12	7	3	25	3	67
RF destino														
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total
UC	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO	1				1			1					3
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE				1								1	2
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	11	2			3			14	3			32	65
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	9	1	1	4	2	10	13	4	3	3		18	68
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO	6		2		4	1	6	4	2	2	8	12	47

	DECISÃO JUDICIAL						1							1
UC Total		27	3	3	5	10	12	19	23	8	5	8	63	186
Total		85	63	73	60	78	89	201	428	156	94	65	208	1600

Para complementação da informação, disponibilizamos quadro resumo de remoções concatenado com outras informações gerenciais no item Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.

Quadro 13 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	300	297	66	70
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	300	296	66	70
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	1	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
1.2.6 Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	723	688	173	174
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	723	688	173	174
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total dos servidores em cargo e em função (1+2)	1023	985	239	244

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de Portarias de nomeação e exoneração da função (um mesmo servidor pode estar contabilizado mais de uma vez). No caso da RFB, não é comum o aumento da força de trabalho por intermédio de ocupação de função. O padrão é a ocupação das funções por servidores do próprio quadro funcional.
2. Para servidores requisitados, não é possível extrair via sistema informações de ingressos/egressos.
3. Incluído item 1.2.6 - Servidores de carreira em exercício provisório para alinhamento com o quadro da Força de Trabalho.
4. Não há como extrair dos sistemas a informação sobre ex-servidores da RFB que atualmente ocupam funções para preenchimento do item 1.2.5 - Aposentados

Quadro 14 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	229	881	1362	1635	413
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	229	875	1.354	1.613	409
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4 Outros*	0	6	8	22	4
2. Provimento de cargo em comissão	29	194	354	339	69
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	41	120	113	20
2.3. Funções gratificadas	26	153	234	226	49
3. Totais (1+2)	258	1.075	1.716	1.974	482

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

*Outros envolvem: Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112, Cedidos, Anistiados e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, para que o universo de pessoas seja o mesmo do quadro Força de Trabalho.

Pelo quadro acima, percebe-se o elevado perfil etário da RFB. A classe predominante, com 36% dos servidores, é a de 51 a 60 anos.

Quadro 15 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de cargo efetivo				9	642	3866	512	121	20	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos										
1.2. Servidores de Carreira				9	642	3829	512	121	20	
1.3. Servidores com Contratos Temporários										
1.4. Outros*						37				
1.5. Outros Servidores**										3
2. Provimento de cargo em comissão					94	890	182	39	6	1
2.1. Cargos de Natureza Especial										
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					3	293	90	16	2	1
2.3. Funções gratificadas					91	597	92	23	4	
3. Totais (1+2)				9	736	4756	694	160	26	4

LEGENDA- Nível de Escolaridade

1- Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto ; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós-doutorado; 10 - Não Classificada

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

* O item "1.4 Outros" abrange cedidos e anistiados. Para os níveis de escolaridade de 7 a 9, cedidos e anistiados estão contidos no item 1.2.

** O item "1.5 Outros Servidores" abrange Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112 e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, para os quais não existe informação sobre nível de escolaridade do cargo nem de eventuais especializações de níveis 7 a 9.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Não existe banco de informações sobre a formação acadêmica dos servidores.
2. Os dados existentes para as classes 7, 8 e 9 foram extraídos do Banco de Talentos cuja participação dos servidores é facultativa.
3. Em relação às classes 4, 5 e 6 utilizamos o nível de escolaridade exigido para cada cargo.
4. Os dados referentes às classes 7, 8 e 9 são subconjuntos da classe 6.
5. Na classe 7 foram incluídos os MBA.

Para os itens de escolaridade de 7 a 9, cuja prestação da informação é de caráter facultativo pelos servidores da RFB, percebemos aumento de 9% em relação ao ano passado. Isso pode ser explicado pela entrada de novos servidores, para os quais é reforçada a existência do Banco de Talentos e a importância do fornecimento dessas informações.

Quadro 16 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2013										0,00
	2012										0,00
	2011										0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2013	827.016.859,35	81.596,44	67.944.754,01	24.692.370,71	25.129.828,28	27.883.607,23	454.857,18	1.208.614,99	4.747.223,36	979.159.711,55
	2012	813.499.725,04	81.672,69	66.103.491,96	22.946.728,12	21.749.497,76	27.242.821,74	385.417,52	103.610,82	5.111.590,78	957.224.556,43
	2011	854.362.501,33	54.175,48	70.394.761,13	24.283.559,44	23.361.166,56	27.939.831,62	319.141,05		6.482.248,63	1.007.197.385,24
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013										0,00
	2012										0,00
	2011										0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	9.706.579,88	6.106,98	1.012.621,45	448.788,84	193.432,39	426.152,91	228,65	876,92	98.247,44	11.893.035,46
	2012	9.152.805,32	10.245,38	727.197,18	249.720,09	157.490,33	319.285,67	269,47		75.710,07	10.692.723,51
	2011	9.757.321,21	7.578,04	799.558,57	298.922,37	175.492,34	313.320,03	70,17		94.133,38	11.446.396,11
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013										0,00
	2012										0,00
	2011										0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	74.697.077,10	6.338.411,66	6.812.243,42	2.466.809,07	1.639.520,92	2.411.968,65	62.729,42	135.993,26	452.488,05	95.017.241,55
	2012	70.715.132,01	6.160.947,50	6.408.845,10	2.242.632,62	1.321.375,36	2.097.327,59	47.513,46	13.549,25	372.697,38	89.380.020,27
	2011	70.477.160,47	6.068.225,09	6.318.245,60	2.204.939,44	1.320.425,14	2.347.056,80	37.561,89	0,00	492.458,81	89.266.073,24
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2013	122.799.696,64	3.332.103,92	10.404.248,88	3.709.467,97	3.435.983,38	3.720.457,18	129.231,45	85.206,34	511.992,88	148.128.388,64
	2012	118.758.115,48	3.302.823,18	10.116.401,78	3.470.566,17	2.849.796,95	3.332.579,23	125.078,22	18.155,60	536.550,06	142.510.066,67
	2011	119.645.389,77	3.291.734,95	10.352.225,41	3.602.177,30	2.905.218,50	3.351.778,23	108.589,70	0,00	747.656,95	144.004.770,81

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Fonte dos dados: DW Siapenet.
2. Os dados apresentados foram extraídos de acordo com orientações para a elaboração dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes aos respectivos exercícios. Ressalta-se que a partir do exercício de 2011, houve reclassificação de rubricas de acordo com as definições das Portarias TCU nº 123/2011, nº 150/2012 e nº 175/2013. Dessa forma, não é possível

comparar os resultados dos anos de 2011, 2012 e 2013 com os resultados apresentados no Relatório de Gestão integrante da Prestação de Contas do ano de 2010 e dos anos anteriores.

3. Os custos relativos à folha de pagamento das DRJ estão alocados nos respectivos quadros das Regiões Fiscais.
4. A extração dos dados obedece a seguinte ordem:
 - a) As rubricas selecionadas de acordo com a classificação TCU são vinculadas aos servidores que as receberam;
 - b) Os servidores são classificados quanto à sua tipologia / exercício de acordo com a classificação TCU;
 - c) As rubricas são vinculadas à classificação TCU;
 - d) A extração é realizada por UPAG RFB para classificação posterior em RF / UC.
5. Em relação à linha servidores cedidos com ônus ou em licença, o único filtro disponibilizado pelo DW para cobrir o parâmetro licença tem por nome “afastamento”. Foi verificado que a maior parte dos afastamentos vinculados a esse filtro tratavam-se de licenças, entretanto é perceptível que nem todas as licenças estão vinculadas ao filtro e a quantidade das ocorrências está aquém do número real.
6. As rubricas extraídas independente da classificação de crédito ou débito são todas somadas. Dessa forma, os créditos são as despesas da União com remunerações e os débitos são as despesas da União com tributação.

Quadro de apoio à Folha de Pagamento 2013

RUBRICAS VERIFICADAS NO ART 51 DA LEI 8112							
UNIDADE	Ajuda de custo	Diárias	Transporte	Auxílio Moradia	Auxílio Funeral	Auxílio Pré-Escolar	TOTAL
8ª RF	478.240,32	4.103.373,31	0,00	5.400,00	133.943,62	0,00	4.720.957,25

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Valores pagos fora da folha de pagamento dos servidores, via Siafi pela Coordenação de Logística.

Quadro 17 - ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos sujeitos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	302	0	300	0
Totais	302	0	300	0

Fonte: Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac e Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3.

Os atos de admissão têm prazo de 60 dias, a partir do exercício do servidor, para serem cadastrados no SISAC. Dessa forma, é possível que a entrada de novos servidores nos meses de novembro e dezembro seja cadastrada no ano subsequente. Isso pode gerar uma defasagem entre as informações de entrada de servidores como força de trabalho (atos sujeitos a registro no exercício) e a quantidade de atos cadastrados no SISAC no exercício.

Os lançamentos dos atos de admissão resultam de um processo de parceria entre a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e as Divisões de Gestão de Pessoas das Regiões Fiscais, onde a Cogep libera os números dos processos que são instruídos e lançados no Sisac pelas Digeps, sob supervisão da Cogep.

Quadro 18 - ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

RFB - 8ª Região Fiscal Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	132	1	133	0
Cancelamento de desligamento	1	1	2	0
Totais	133	2	135	0

Fonte: Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac

- Os atos de desligamento têm prazo de 30 dias, a partir da sua publicação, para serem cadastrados no SISAC. Dessa forma, é possível que o desligamento de servidores no mês de dezembro seja cadastrado no ano subsequente. Isso pode gerar uma disparidade entre as quantidades de desligamentos ocorridos e a quantidade de atos de desligamento cadastrados no SISAC no exercício.
- A RFB possui apenas um código de órgão de atuação no Sisac, sendo os lançamentos dos atos administrados de forma centralizada pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. As consultas do Sisac não permitem desagregar a informação lançada por região fiscal ou unidade organizacional. Para construção do quadro de desligamento por UJ foi necessário o controle manual e trabalhoso dos atos durante todo o ano.
- Os atos de desligamento são lançados exclusivamente pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. São processos simples, baseados em um documento de desligamento (portaria de vacância por posse em cargo inacumulável, demissão, exoneração ou falecimento). O lançamento dos atos de aposentadorias não é de competência da RFB.
- De acordo com recente resposta da CGU, foi necessário retificar a informação da quantidade de atos de desligamento cadastrados em 2012. Um ato de desligamento sujeito à

comunicação ao TCU em 2012 foi cadastrado em 2013, tempestivamente. Mesma situação se aplica a 1 ato de cancelamento de desligamento.

- Importante ressaltar que, apesar de apresentarmos os atos de 2013 por UJ, em cada relatório específico, para a coluna 2012 não é possível desagregar os valores da mesma forma. Para esta Prestação de Contas, como já mencionado, foi feito um trabalho manual de contagem regionalizada dos atos de desligamento, mas o mesmo esforço seria inviável para o ano anterior. Assim, os atos 2012 são apresentados apenas no relatório nacional, exceto para os 2 casos mencionados acima.

Quadro 19 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	17	283	0	0
Total	17	283	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	133	0	0	0
Cancelamento de Desligamento	1	0	0	1
Total	134	0	0	1

Fonte: Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac e Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

Como já dito na introdução, foi criado módulo no SA3 para permitir a extração da informação deste quadro.

O total de atos deste quadro corresponde ao total de atos cadastrados nos quadros anteriores, ou seja, existem atos sujeitos a registro de 2012 e 2013.

No caso dos atrasos dos registros, as causas estão relacionadas com o grande volume de atos a serem cadastrados no SISAC, somado ao fato de que a formalização do processo de admissão de servidores é minuciosa e detalhada, demandando tempo dos responsáveis pelo processo.

Por não se tratar de órgão instituidor de aposentadorias e pensões, não é pertinente o preenchimento do quadro “Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU”.

Item 5.1.1 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Absenteísmo

O indicador de absenteísmo apurado pela RFB tem a seguinte fórmula:

$$\frac{\sum \text{dias de licenças médicas} + \sum \text{dias de faltas injustificadas}}{\text{N}^\circ \text{ de servidores} \times \text{N}^\circ \text{ de dias do ano}}$$

UNIDADE	2010	2011	2011B	2012	2012B	2013
1ª RF	1,96%	2,50%	1,98%	2,06%	2,66%	2,50%
2ª RF	2,30%	2,20%	2,52%	3,42%	3,49%	2,51%
3ª RF	2,30%	1,73%	2,79%	2,33%	2,40%	2,29%
4ª RF	1,52%	1,65%	2,28%	2,71%	2,81%	1,73%
5ª RF	2,17%	2,01%	2,41%	2,30%	2,60%	1,99%
6ª RF	3,11%	3,20%	3,17%	3,39%	3,52%	2,65%
7ª RF	2,29%	1,62%	2,83%	2,09%	2,49%	2,81%
8ª RF	2,01%	2,11%	2,43%	2,65%	2,79%	2,43%
9ª RF	1,73%	1,80%	1,70%	2,54%	2,65%	2,30%
10ª RF	1,94%	1,53%	1,68%	1,95%	1,94%	1,51%
DRJ	2,12%	2,06%	1,95%	2,51%	2,55%	1,70%
UC	1,50%	1,66%	1,65%	1,75%	1,95%	1,93%
RFB	2,09%	2,02%	2,34%	2,48%	2,68%	2,30%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, **extraído em 22/01/2014**

Na tabela acima apresentamos o histórico do indicador de absenteísmo, conforme dados informados em Relatórios de Gestão de exercícios anteriores, porém com duas colunas adicionais: 2011B e 2012B. Estas colunas representam os dados de 2011 e 2012 respectivamente, mas com extrações atualizadas em janeiro de 2014. Notamos dois efeitos ao compará-las com o que foi apresentado anteriormente:

- diminuição do absenteísmo em algumas Regiões Fiscais, onde detectamos o cancelamento de faltas por motivo de greve pela atuação dos sindicatos das categorias de servidores da RFB;
- aumento do absenteísmo na grande maioria das Regiões Fiscais, aqui justificado pelo já relatado problema com o SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor). Com estes números comparativos conseguimos portanto evidenciar os atrasos nos lançamentos das licenças feitas através do Subsistema, que somaram quase 1.000 de diferença em 2012 e 500 em 2011.

Os números de 2013, possivelmente, também poderão vir a sofrer alterações devido à intempestividade dos registros no SIASS, dificultando uma análise em relação aos anos anteriores. A ausência ou atraso no registro dessas ocorrências pode acarretar graves prejuízos para o servidor, desde um corte parcial na folha de pagamento até demissão por desídia.

Reposição do quadro

Grau de Reposição de egressos em 2013.

Fórmula: Σ entradas / (Σ vacâncias + Σ exonerações + Σ aposentadorias + Σ falecimento + Σ demissão)

As entradas consideraram provimento originário.

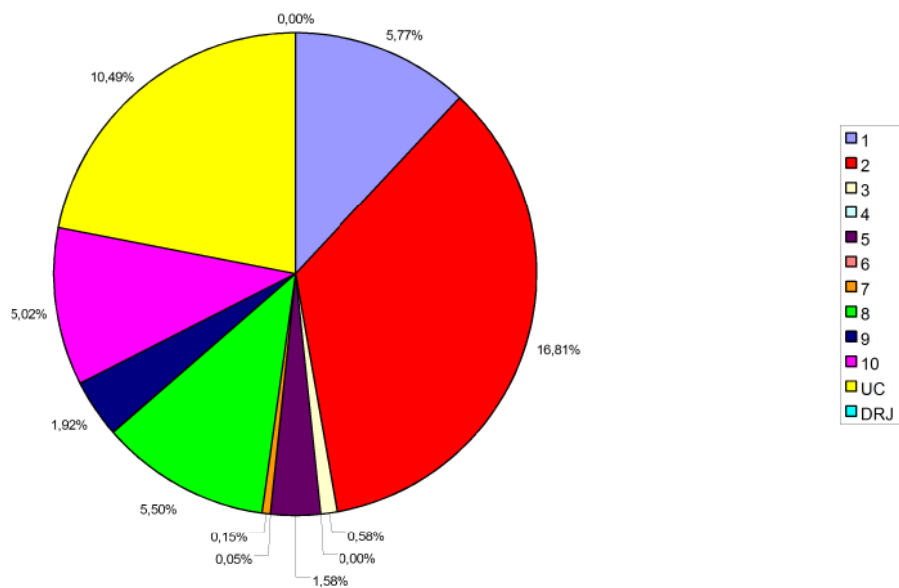
RF	Ingressos 2013	Egressos 2013	Reposição do quadro
1	98	116	0,84
2	236	58	4,07
3	7	51	0,14
4	0	82	0,00
5	20	71	0,28
6	1	134	0,01
7	5	179	0,03
8	302	380	0,79
9	46	106	0,43
10	91	102	0,89
UC	151	56	2,70
DRJ	0	41	0,00
RFB	957	1.376	0,70

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

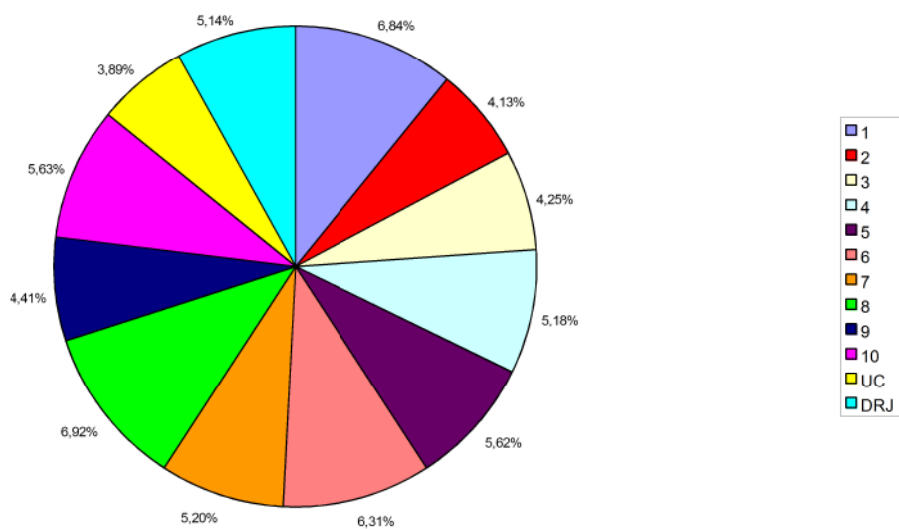
O indicador de reposição de aposentadorias, apresentado na Prestação anterior, foi modificado para refletir de forma mais clara a situação de reposição do quadro funcional. Os resultados indicam a proporção ingressos sobre egressos. Os valores abaixo de 1 indicam perdas. Apenas duas UJ (2ª RF e UC) receberam mais servidores do que perderam ao longo do ano.

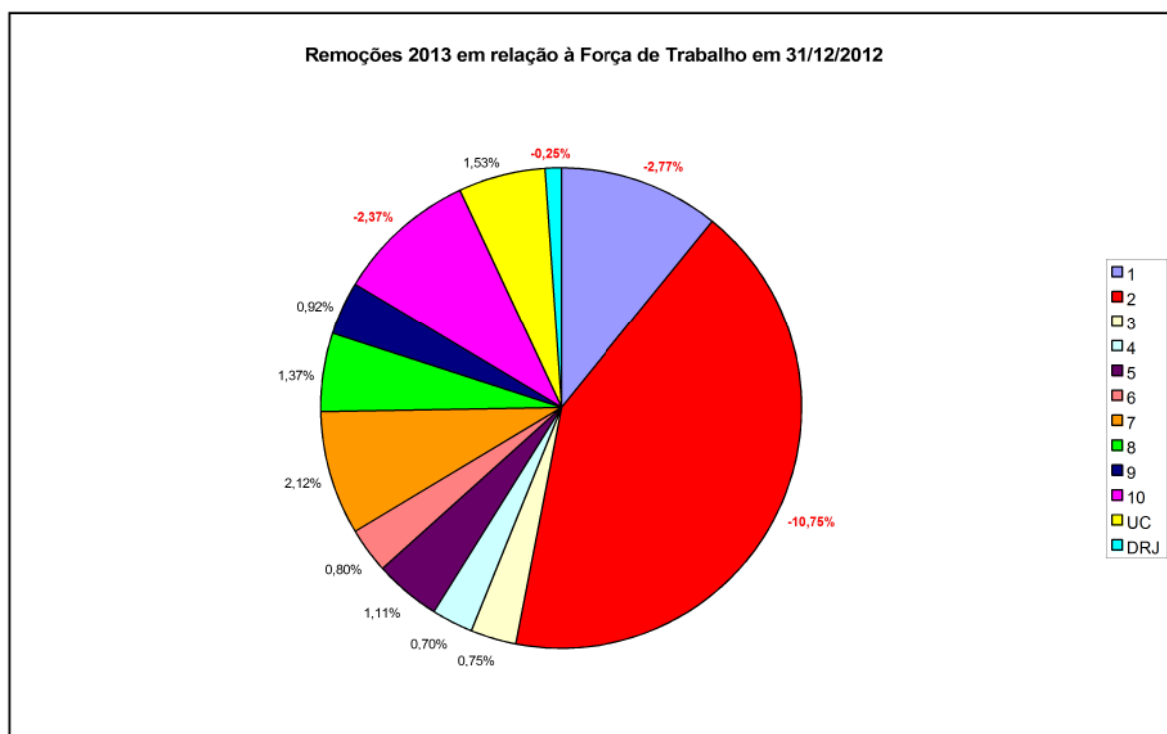
Para complementar a informação, no quadro abaixo são apresentados dados da movimentação de servidores, tanto externa (ingressos e egressos) quanto interna (remoção). São comparados os números brutos com a Força de Trabalho (FT) em 31/12/2012, de acordo com a Prestação de Contas 2012/2013.

Ingressos 2013 em relação à Força de Trabalho em 31/12/2012



Egressos 2013 em relação à Força de Trabalho em 31/12/2012





Podemos inferir dos dados e gráficos:

- Mesmo com a entrada de 957 servidores em 2013, a força de trabalho da RFB foi reduzida em 2%, cenário que vem se repetindo nos últimos anos;
- O valor expressivo de 1.376 egressos no ano de 2013 está associado a duas vertentes:
 - Alto número de aposentadorias, 869 em 2013, situação de risco que deve persistir de acordo com a informação do quadro “Quantidade de servidores da UJ por faixa etária”, em que 47% dos servidores se encontram nas classes acima de 50 anos; e
 - Alto índice de vacância por posse em cargo inacumulável, 384 em 2013, evidenciando a diminuição de atratividade da RFB em relação a outros órgãos públicos.
- A interpretação do gráfico de ingressos deve ser feita juntamente com a do gráfico de remoções. A 2ª RF, por exemplo, sendo a que mais exporta servidores na remoção, para compensar tal perda, é a maior receptora de novos servidores por concurso público;

A política de movimentação de pessoal objetiva equalizar a distribuição dos servidores entre as unidades. Como o egresso percentual é homogêneo e a política de remoção atua na movimentação das RF de fronteira (1ª, 2ª, 9ª e 10ª) para as demais, os ingressos funcionam como compensações desse fluxo.

Grau de Lotação Bruto

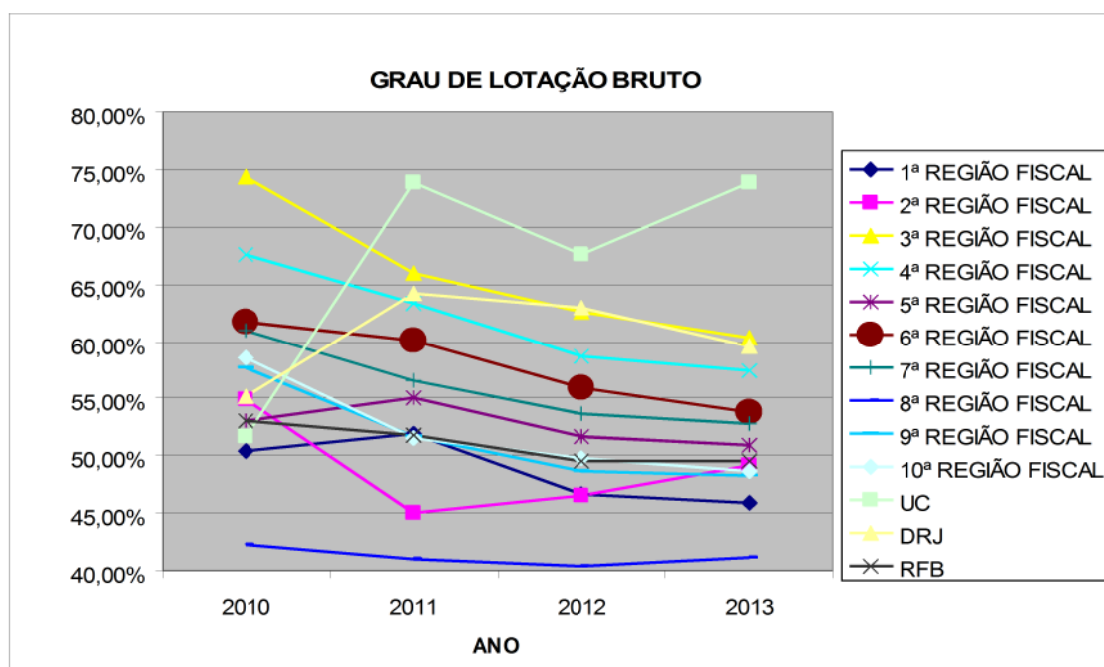
Fórmula: (nº de servidores da carreira ARFB em 31/12) / (lotação autorizada)

A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

	2010	2011	2012	2013
1ª REGIÃO FISCAL	50,39%	51,86%	46,62%	45,85%
2ª REGIÃO FISCAL	54,89%	45,06%	46,48%	49,12%
3ª REGIÃO FISCAL	74,34%	65,91%	62,62%	60,33%
4ª REGIÃO FISCAL	67,60%	63,36%	58,69%	57,42%
5ª REGIÃO FISCAL	53,05%	55,10%	51,64%	50,88%
6ª REGIÃO FISCAL	61,68%	60,07%	55,88%	53,80%
7ª REGIÃO FISCAL	60,99%	56,56%	53,63%	52,79%
8ª REGIÃO FISCAL	42,22%	41,05%	40,34%	41,11%
9ª REGIÃO FISCAL	57,63%	51,70%	48,63%	48,30%
10ª REGIÃO FISCAL	58,53%	51,54%	49,74%	48,67%
UC	51,64%	73,83%	67,64%	73,89%
DRJ	55,13%	64,19%	62,90%	59,59%
RFB	53,06%	51,76%	49,50%	49,50%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

A manutenção do valor do grau de lotação da RFB, em relação ao ano anterior, é resultado do ingresso de Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários, que apenas compensou as perdas da Carreira ARFB ao longo de 2013. Devemos ter cuidado na comparação com o Grau de Reposição do Quadro, que considera também as Carreiras Administrativas.



Os dados sobre o Grau de Lotação corroboram os anteriormente apresentados sobre a reposição do quadro. A RFB, mesmo com a entrada de novos servidores, não consegue suprir as saídas, vendo seu quadro diminuir ao longo dos últimos anos. O grau de 49,50% pode ser separado para cada um dos cargos da Carreira Auditoria, e vemos pelo quadro abaixo que eles estão entre os menores dentre as carreiras típicas de Estado:

Órgão	Cargo	Lotação Real [1]	Lotação Máxima[2]	Grau de Lotação Nov2013
Receita Federal do Brasil	AFRFB	11.088	20.395	54,37%
	ATRFB	7.550	16.677	45,27%
Ministério das Relações Exteriores	Diplomata	1.557	1.805	86,26%
	Oficial de Chancelaria	881	1.893	46,54%
Polícia Federal	Delegado	1.714	2.187	78,37%
	Agente	6.240	8.033	77,68%
Ministério do Trabalho e Emprego	Auditor Fiscal do Trabalho	2.795	3.644	76,70%
Média sem a RFB				73,11%

[1] Boletim Estatístico de Pessoal 211 do MP, de novembro de 2013

[2] Publicação “Dados LDO” do MP, Portaria 1992 de 30/11/12

Fica claro com estas comparações o baixo índice de provimento da lotação da carreira ARFB. As carreiras típicas de Estado compõe o Núcleo Estratégico do Estado, do qual decorrem os objetivos fundamentais e as políticas públicas formuladas pelo governo. É essencial que tal Núcleo seja robusto, sem apresentar as distorções atuais.

Educação Continuada

O Grau de Amplitude traduz a relação entre o número de servidores capacitados em 2013 sobre o número total de servidores. Dessa forma, em 2013 a RFB capacitou 72,39% dos seus servidores em pelo menos uma ação de desenvolvimento. O Grau de Aprofundamento traduz a carga horária média alocada aos servidores que foram capacitados em 2013. Assim, em 2013 a RFB alocou em média 48,40 horas de capacitação em cada um dos 72,39% dos seus servidores capacitados em 2013. Ambos os resultados trazem melhorias em relação ao ano passado, cujos valores foram de 72% e 43,73 horas, respectivamente.

UNIDADE	GRAU DE APROFUNDAMENTO horas	GRAU DE AMPLITUDE %
RFB	48,40	72,39
UC	71,67	89,70
1ª RF	47,50	57,04
2ª RF	63,40	82,00
3ª RF	67,88	67,78
4ª RF	35,64	73,77
5ª RF	44,01	70,54
6ª RF	36,17	74,70
7ª RF	37,71	77,52
8ª RF	52,21	72,76
9ª RF	39,97	67,36
10ª RF	54,46	71,25
DRJ	43,76	57,86

Fonte: Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas da RFB - Siscad

5.2 - Terceirização de Mão de Obra e Contratação de Estagiários

5.2.1 - Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 20 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 08ª REGIÃO FISCAL / DIPOL													
UG/Gestão: 170133							CNPJ: 00.394.460/0117-71						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	V	O	SRRF08 13/2013	07.447.264/0001-37	29/07/2013	28/03/2015	20	20					A
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA/SP													
UG/Gestão: 170134/00001							CNPJ: 00.394.460/0119-33						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	03/2011	10.362.943/0001-18	19/05/2011	18/05/2016	13	12	0	1	0	0	P
2012	V	O	07/2012	11.413.243/0001-78	13/12/2012	12/12/2017	37	30	0	7	0	0	P
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU													
UG/Gestão: 170135/0001							CNPJ: 00.394.460/0120-77						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	01/2011	10.362.943/0001-18	21/03/2011	20/07/2014	11	11					A
2007	V	O	04/2007	07.447.264/0001-37	01/12/2007	31/03/2013			23	23			E
2012	V	O	04/2012	11.107.458/0001-60	01/04/2013	28/02/2014			23	23			A

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 08º REGIÃO FISCAL / DIPOL													
UG/Gestão: 170133							CNPJ: 00.394.460/0117-71						
Observações: 01/2011..... EMPRESA FEST CLEAN 04/2007.....EMPRESA AÇO FORTE / 04/2012.....EMPRESA ARAUJO													
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS													
UG/Gestão: 170136/00001							CNPJ: 00.394.460/0121-58						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	10/2011	49.727.241/0001-26	21/11/11	20/07/13	22	22					E
2013	L	O	06/2011	10.398.338/0001-05	23/09/13	22/09/14	22	22					A
2012	V	O	10/2012	05.408.389/0001-22	27/12/12	12/12/13			39	39			A
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP													
UG/Gestão: 170137							CNPJ: 00.394.461/0122-39						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	V	O	8/2007	00.332.087/0001-02	06/12/2007	05/06/2013	25	25					E
2013	V	O	2/2013	09.010.446/0001-71	15/06/2013	14/02/2015	25	25					A
2009	L	O	5/2009	06.279.924/0001-55	29/06/2009	28/06/2014	9	9					A
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO													
UG/Gestão: 170138							CNPJ: 00.394.460/0126-62						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	11/2013	10.896.293/0001-90	20/09/13	19/05/15		17					A
2010	V	O	18/2010	07.447.264/0001-37	01/06/10	31/05/15		12					P
Unidade Contratante													

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 08º REGIÃO FISCAL / DIPOL													
UG/Gestão: 170133							CNPJ: 00.394.460/0117-71						
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP													
UG/Gestão: 170139/00001							CNPJ: 00.394.460/0124-09						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	04/2010	08850292/0001-63	09/06/10	08/06/15	16	16	-	-	-	-	P
2012	V	O	04/2012	10478353/0001-55	19/12/12	18/12/14	-	-	34	34	-	-	P
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS													
UG/Gestão: 170141 - 00001							CNPJ: 00.394.460/0123-10						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	04/2012	10.964.698/0001-19	28/12/2012	07/05/2013	12	12					E
2013	L	O	02/2013	22.873.000/0001-12	02/07/2013	27/12/2014	12	12					P
2012	V	O	01/2012	05.408.389/0001-22	18/05/2012	17/05/2014			34	34			P
Unidade Contratante													
Nome:DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA													
UG/Gestão:170142 / 00001							CNPJ:00.394.460/0127-43						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	03/2008	05.576.482/0001-46	20/03/2008	19/03/2013	20	19	-	-	-	-	E
2011	V	O	05/2011	08.818.229/0001-40	01/11/2011	31/10/2014	-	-	35	35	-	-	P
2013	L	O	02/2013	11.390.583/0001-20	20/03/2013	19/03/2014	20	20	-	-	-	-	A
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP													
UG/Gestão: 170143 / 00001							CNPJ: 00.394.460/0125-81						
Informações sobre os Contratos													
Ano do	Área	Nat.	Identificação	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das		Nível de Escolaridade Exigido						Sit.

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 08º REGIÃO FISCAL / DIPOL													
UG/Gestão: 170133							CNPJ: 00.394.460/0117-71						
Ano do Contrato			Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Atividades Contratadas		dos Trabalhadores Contratados						
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	V	O	06/2007	07.447.107/0001-21	14/12/2007	13/12/2013			27	24			E
2011	L	O	08/2011	00.482.840/0001-38	30/09/2011	29/09/2014	17	17					P
2013	V	O	10/2013	07.447.107/0001-21	23/12/2013	22/08/2015			23	23			A
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GUARULHOS/SP													
UG/Gestão: 170144							CNPJ: 00.394.460/0128-24						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	06/2011	10.297.576/0001-16	01/05/11	31/08/14	11	11	-----	-----	-----	-----	P
2012	V	O	02/2012	07.447.264/0001-37	01/06/12	31/01/15	20	20	-----	-----	-----	-----	P
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA/SP													
UG/Gestão: 170145/00001							CNPJ:00.394.460/0129-05						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	07/2009	07.447.264/0001-37	01/01/10	31/12/13			8	8			P
2011	L	O	02/2011	56.977.937/0001-76	01/04/11	31/07/14	22	22					P
2012	V	O	05/2012	11.170.458/0001-60	11/07/12	10/03/14			5	5			A
Observações: Os contratos de vigilância da DRF e das ARF foram segregados, devido à redução de gastos promovida pela contratação da vigilância eletrônica nessas segundas. Com isso, substituíram-se os postos de vigilantes diurnos e noturnos 12x36 por vigilantes 44 horas semanais.													
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO – SP													
UG/Gestão: 170146/000001							CNPJ: 00.394.460/0130-49						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades		Nível de Escolaridade Exigido dos						Sit.

Unidade Contratante														
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 08ª REGIÃO FISCAL / DIPOL														
UG/Gestão: 170133						CNPJ: 00.394.460/0117-71								
						Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Trabalhadores Contratados						
								F		M		S		
						Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	(L)	(O)	SRRF 08 N° 3/2009	09.508.389/0001-55	22/07/2009	30/06/2014	14	14					(P)	
2011	(V)	(O)	DRF/OSA N° 4/2011	07.447.264/0001-37	01/07/2011	30/06/2014	28	28					(P)	
Unidade Contratante														
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ														
UG/Gestão: 170147/00001						CNPJ: 00.394.460/0131-20								
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2008	V	O	06/2008	05.457.677/0001-77	19/03/2008	07/07/2013	28	28					E	
2013	V	O	11/2013	05.457.677/0001-77	03/09/2013	02/09/2014	28	28					A	
2012	L	O	03/2012	10.643.999/0001-40	27/12/2012	26/12/2014	14	14					P	
Unidade Contratante														
Nome: ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS														
UG/Gestão: 170148/00001						CNPJ: 00.394.460/0133-91								
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2012	L	O	ALFVCP 04/2012	10.722.897/0001-10	19.06.2012	18.06.2014	9	9					P	
Unidade Contratante														
Nome: ALFANDÊGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS														
UG/Gestão: 170150						CNPJ: 00.394.460/0132-00								
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 08º REGIÃO FISCAL / DIPOL													
UG/Gestão: 170133							CNPJ: 00.394.460/0117-71						
2012	L	O	11/2012	10.722.897/0001-10	01/01/2013	31/08/2014	15	15					A
2012	V	O	12/2012	05.408.502/0001-70	01/01/2013	31/08/2014			21	21			A
Unidade Contratante													
Nome: ALFÂNDEGA DO PORTO DE SANTOS													
UG/Gestão: 170168							CNPJ: 00.394.460/0364-13						
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	12/2011	10.722.897/0001-10	08/12/11	07/04/15 (60 meses 07/12/16)	31	31					P
2012	V	O	05/2012	11.413.243/0001-78	30/11/12	29/11/14 (60 meses 29/11/17)	14	14					P
Unidade Contratante													
Nome: INSPETORIA DA RFB EM SÃO PAULO – IRF/SPO													
UG/Gestão: 170259							CNPJ: 00.304.460/0348-01						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	01/2011	03.038.653/0001-58	01/03/2011	28/02/2015	40	40					P
2011	L	O	07/2011	07.409.625/0001-50	28/11/2011	27/11/2014	17	17					P
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO													
UG/Gestão:170261							CNPJ:00.394.460/0362-51						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	DRF/SBC/12/2009	10.643.999/0001-40	02/05/2014	01/05/2014	10	9		1			P
2013	V	O	DRF/SBC/02/2013	11.413.243/0001-78	13/12/2013	11/03/2013			22	22			A
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS													
UG/Gestão: 170262 / 0001							CNPJ: 00.394.460/0363-32						

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 08º REGIÃO FISCAL / DIPOL													
UG/Gestão: 170133							CNPJ: 00.394.460/0117-71						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	Contrato DRF/SJC Nº 11/2011	00.482.840/0001-38	15/03/2011	15/07/2014	14	12		2			P
2012	V	O	Contrato DRF/SJC nº 12/2012	05.408.389/0001-22	25/10/2012	24/10/2014			26	26			P
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA													
UG/Gestão: 170287							CNPJ: 00.394.460/0361-70						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	16/2010	01.642.871/0001-71	03/01/2011	02/09/2014	20	20	0	0	0	0	P
2012	V	O	02/2012	07.447.264/0001-37	01/07/2012	30/06/2014	32	32	0	0	0	0	P
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO - DERAT/SPO													
UG/Gestão:170312/00001							CNPJ: 00.394.460/0454-04						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	DERAT nº 05/2012	04.067.408/0001-31	12/11/13	11/07/15	13	13					A
2010	L	O	DERAT nº 09/2010	07.409.625/0001-50	31/10/13	30/06/15	43	43					A
2013	V	O	DERAT nº 01/2013	11.413.243/0001-78	30/03/13	29/11/14	35	35					A
2010	V	O	DERAT nº 16/2010	66.700.295/0001-17	30/12/13	29/12/14	2	2					P
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA ESPECIAL DA RFB DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM SÃO PAULO													
UG/Gestão: 170313 / 00001							CNPJ: 00.394.460/0480-04						
Informações sobre os contratos													

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 08ª REGIÃO FISCAL / DIPOL													
UG/Gestão: 170133							CNPJ: 00.394.460/0117-71						
Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	04/2009	09.508.389/0001-55	01/01/2010	31/12/2014	12	12					P
2011	V	O	05/2011	66.063.256/0001-56	01/01/2012	31/12/2014	11	11					P
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ													
UG/Gestão: 170318/00001							CNPJ: 00394460/0471-05						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	Contrato 02/2011	00.482.840/0001-38	17/03/11	16/07/14	10	10					P
2010	V	O	Contrato 05/2010	03.038.653/0001-58	30/06/10	31/10/13	14	14					E
2013	V	O	Contrato 06/2013	12.652.261/0001-75	01/12/13	30/11/14	14	14					A
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE MAIORES CONTRIBUINTES EM SÃO PAULO - DEMAC													
UG/Gestão: 170320/000001							CNPJ: 00.394.460/0476-10						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	Demac nº 10/2010	10.565.981/0001-78	06/09/10	05/09/15	6	6					P
2012	V	O	Demac nº 02/2012	10.710.336/0001-00	01/05/12	31/12/13			12	12			E
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA/SP													
UG/Gestão: 170321/00001							CNPJ: 00.394.460/0479/62						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	03/2012	11.107.458/0001-60	15/05/2012	14/01/2014					29		E

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 08ª REGIÃO FISCAL / DIPOL													
UG/Gestão: 170133							CNPJ: 00.394.460/0117-71						
2013	V	E	37/2013	03.805.877/0001-48	01/08/2013	14/01/2013					29		E
2012	L	O	02/2012	11.305.804/0001-15	09/05/2012	08/09/2015					17		A
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA													
UG/Gestão: 170322/00001							CNPJ: 00.394.460/0453-23						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	170133 - 04/2009	09508389000155	301112	290714	19	19					A
2012	V	O	06/2012	05457677000177	010812	310714	14	14					A
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA													
UG/Gestão: 170323 / 00001							CNPJ: 00.394.460/0474-58						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	3/2008	03.038.653/0001-58	15/08/2008	14/08/2013	21	19					E
2013	V	O	3/2013	08.752.749/0001-05	15/08/2013	14/04/2015	19	19					A
2012	L	O	1/2012	11.301.568/0001-69	01/03/2012	17/12/2014	7	7					P
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO - DEFIS/SPO													
UG/Gestão: 170385/00001							CNPJ: 00.394.460/0456-76						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	06/2009	09.508.389/0001-55	15/09/2009	14/09/2014	14	14					P
2011	V	O	02/2011	10.478.353/0001-55	28/09/2011	27/09/2014			15	15			P
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI													

Unidade Contratante														
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 08º REGIÃO FISCAL / DIPOL														
UG/Gestão: 170133							CNPJ: 00.394.460/0117-71							
UG/Gestão: 170551/00001							CNPJ: 00.394.460/0448-66							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	V	O	8/2012	11.107.458/0001-60	01/01/13	31/12/14	9	9						P
2010	L	O	4/2010	10.214.412/0001-88	15/07/10	14/07/14	5	5						P
Unidade Contratante														
Nome: ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO														
UG/Gestão: 170533							CNPJ: 00.394.460/0527-02							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
<p>Observação: UG NÃO TEM CONTRATOS DE LIMPEZA E VIGILÂNCIA , TAIS SERVIÇOS SÃO CONTRATADOS PELA IRF/SPO (UG170259), JÁ QUE OCUPA O MESMO PRÉDIO.</p> <p style="text-align: center;">LEGENDA</p> <p>Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Fonte: SIASG</p>														

5.2.2 - Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 21 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 08º REGIÃO FISCAL / DIPOL													
UG/Gestão: 170133							CNPJ: 00.394.460/0117-71						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	1	O	SRRF08 13/2013	07.447.264/0001-37	29/07/2013	28/03/2015	20	20					A
2011	4	O	SRRF08 17/2011	05.897.975/0001-88	01/08/2011	30/11/2014	8	8					A
2013	10	O	SRRF08 12/2013	42.515.478/0001-02	17/07/2013	11/01/2016	4	4					A
2013	9	O	SRRF08 03/2013	67.645.002/0001-09	26/02/2013	25/02/2014	9	9			2	2	A
2013	12	O	SRRF08 04/2013	08.340.256/0001-50	05/03/2013	04/11/2014	2	2					A
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA/SP													
UG/Gestão: 170134/00001							CNPJ: 00.394.460/0119-33						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	04/2012	11.015.977/0001-07	01/03/2012	28/02/2017	1	0	0	1	0	0	P
2013	5	O	05/2013	11.015.977/0001-07	05/04/2013	01/01/2017	0	0	24	19	0	5	A
2013	12	O	01/2013	11.015.977/0001-07	20/02/2013	19/02/2018	2	1	0	1	0	0	P
2013	7	O	16/2013	15.718.607/0001-89	06/08/2013	05/08/2018	0	0	2	1	0	1	A
2013	2	O	15/2013	00.482.840/0001-38	15/07/2013	14/07/2018	2	2	0	0	0	0	A
2014	9	O	01/2014	07.718.194/0001-04	05/02/2014	04/09/2016	1	1	2	2	0	0	A
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA RECEITA FEDERAL EM BAURU													

UG/Gestão: 170135 / 001				CNPJ: 00.394.460/0120-77										
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	09	O	02/2010	01.211.015/0001-61	10/03/2010	09/03/2015			2	2				A
2011	12	O	12/2010	56.851.611/0002-89	01/01/2011	30/04/2014	25	17	19	16	1	1		A
2011	12	O	12/2011-SRRF	01.307.379/0001-40	27/06/2011	26/06/2013			3	1				E
2013	05/12	O	05/2013	03.591.937/0001-77	15/05/2013	14/05/2014	1	1	23	23				A
Observação: : 02/2010 - Empresa CIBAM – manutenção predial 12/2010 - Empresa DÍNAMO – administração do depósito regional de mercadorias apreendidas- supressão de 11 postos de trabalho 12/2011 - SRRF – EMPRESA CNC – digitalização de processos 05/2013 - Empresa APG – secretarias, recepcionistas e mensageira														
Unidade Contratante														
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS														
UG/Gestão: 170136/00001				CNPJ: 00.394.460/0121-58										
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	4	O	09/2011	03.848.916/0001-94	10/10/11	09/06/13	1	1						E
2013	4	O	10/2013	07.447.720/0001-49	18/09/13	17/09/13	1	1						A
2012	5	O	04/2012	13.944.843/0001-98	24/05/12	10/03/13			10	10				E
2013	5	O	01/2013	04.798.395/0001-70	11/03/13	23/05/14			10	10				A
2012	11	O	05/2012	12.922.080/0001-11	27/07/12	26/07/14	2	2						A
2011	11	O	02/2011	01.048.117/0001-08	22/02/11	21/10/12			2	2				E
2011	9	O	04/2011	08.014.891/0001-47	04/03/11	03/07/14			1	1				A
2012	9	O	09/2012	08.014.891/0001-47	13/08/12	12/08/14	1	1	1	1				A
Observações: O contrato 04/2012 teve início de vigência em 24/05/2012 e início de execução em 28/05/2012.														
Unidade Contratante														
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP														

UG/Gestão: 170137				CNPJ: 00.394.460/0122-39										
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2007	4	O	Nº 09/2007	03.927.256/0001-37	26/12/2007	25/06/2013	01	01						E
2007	5	O	Nº 09/2007	03.927.256/0001-37	26/12/2007	25/06/2013			03	03				E
2007	12	O	Nº 09/2007	03.927.256/0001-37	26/12/2007	25/06/2013			09	09				E
2007	2	O	Nº 10/2007	03.927.256/0001-37	26/12/2007	25/06/2013	01	01						E
2007	12	O	Nº 09/2007	03.927.256/0001-37	26/12/2007	25/06/2013	02	02						E
2011	7	O	Nº 24/2011	06.983.541/0001-63	01/12/2011	31/07/2013			02	02				E
2013	12	O	Nº 05/2013	15.718.607/0001-89	15/07/2013	14/03/2015					01	01		A
2013	12	O	Nº 04/2013	15.718.607/0001-89	15/07/2013	14/03/2015	03	03						A
2013	4	O	Nº 04/2013	15.718.607/0001-89	15/07/2013	14/03/2015	01	01						A
2013	5	O	Nº 04/2013	15.718.607/0001-89	15/07/2013	14/03/2015			19	19				A
2013	2	O	Nº 06/2013	03.133.738/0001-15	15/07/2013	14/03/2015	02	02						A
2011	7	O	Nº 24/2011	06.983.541/0001-63	01/12/2011	31/07/2013			02	02				E*
2013	7	O	Nº 01/2013	04.798.395/0001-70	01/05/2013	31/01/2014			02	02				E
Observações: *contrato rescindido unilateralmente em abril/2013.														
Unidade Contratante														
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO														
UG/Gestão: 170138				CNPJ: 00.394.460/0126-62										
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	9	Ordinária	01/2012	67.645.002/0001-09	12/03/2012	11/07/2015	02			03	03			P
2011	12	Ordinária	22/2011	04.798.395/0001-70	21/11/2011	20/03/2015		01						P
2011	5	Ordinária	28/2011	04.798.395/0001-70	21/11/2011	20/03/2015				10				P
2013	12	Ordinária	01/2013	04.798.395/0001-70	21/01/2013	20/03/2015				07				P
2010	12	Ordinária	14/2010	07.188.842/0001-68	01/05/2010	31/04/2015		01						P

2010	7	Ordinária	12/2010	07.188.842/0001-68	01/05/2010	31/04/2015				02				P
2011	2	Ordinária	05/2011	08.604.419/0001-64	03/10/2011	01/02/2015				01				P
2013	4	Ordinária	12/2013	10.805.776/0001-32	20/09/2013	19/05/2015		01						A
Unidade Contratante														
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP														
UG/Gestão: 170139/00001					CNPJ: 00.394.460/0124-09									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	12	O	05/2009	10299217000106	11/05/09	10/05/14	2	2	-	-	-	-	-	P
2011	4	O	04/2011	69207850000161	01/09/11	01/01/15	6	6	-	-	-	-	-	P
2012	5	O	01/2012	04798395000170	16/01/12	15/05/15	-	-	20	20	-	-	-	P
2012	9	O	02/2012	08014891000147	12/07/12	11/07/14	-	-	2	2	-	-	-	P
Unidade Contratante														
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS														
UG/Gestão: 170141 - 0001					CNPJ: 00.394.460/0123-10									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	2	O	08/2011	08.604.419/0001-64	02/12/2011	01/04/2015			01	01				P
2012	4	O	03/2012	04.798.395/0001-70	27/09/2012	26/05/2014	01	01						A
2011	5	O	05/2011	11.733.844/0001-68	01/06/2011	30/09/2014			23	20				P
2010	9	O	05/2010	08.014.891/0001-47	03/01/2011	02/05/2014			03	03				P
2012	11	O	02/2012	04.798.395/0001-70	27/09/2012	26/05/2014			03	03				A
2012	12	O	SRRF 02/2012	04.833.107/0001-71	06/02/2012	05/06/2015			05	05				P
Unidade Contratante														
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA														
UG/Gestão: 170142 / 00001					CNPJ: 00.394.460/0127-43									
Informações sobre os Contratos														

Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	9	O	02/2008	07.485.335/0001-96	01/02/2008	30/01/2013	1	1	2	2	-	-	E
2013	9	O	01/2013	08.014.891/0001-47	31/01/2013	30/01/2014	1	1	2	2	-	-	E
2012	5	O	01/2012	05.400.513/0001-03	01/11/2012	31/10/2014	-	-	12	12	-	-	P
2012	12	O	02/2012	11.444.462/0001-14	01/11/2012	10/01/2013	2	2	-	-	-	-	E
2012	12	O	03/2012	02.780.863/0001-54	17/12/2012	16/12/2014	2	2	-	-	-	-	P
2013	02	O	05/2013	05.400.513/0001-03	20/08/2013	19/08/2014	-	-	2	2	-	-	A

Observações: Contrato nº 02/2012 rescindido em 10.01.2013.

Unidade Contratante

Nome: DELEGACIA DA RECEITA DEFERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP

UG/Gestão: 170143 / 00001

CNPJ: 00.394.460/0125-81

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	04/2012	04.039.911/0001-83	02/07/2012	01/07/2014			4	4			A
2012	12	O	05/2012	04.039.911/0001-83	02/07/2012	01/07/2014	2	2					A
2012	4	O	08/2012	04.039.911/0001-83	02/08/2012	01/08/2014	1	1					A
2012	11	O	06/2012	00.482.840/0001-38	02/07/2012	01/07/2014			14	14			A
2012	12	O	09/2012	56.851.611/0002-89	13/12/2012	12/12/2013	8	8	7	7			A
2012	9	O	03/2012	09.274.298/0001-00	01/06/2012	30/09/2015	1	1	1	1			A

Unidade Contratante

Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GUARULHOS

UG/Gestão: 170144

CNPJ: 00.394.460/0128-24

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	

2010	12	O	17/2010	00.482.840/0001-38	01/10/10	30/09/15			3	3			P
2012	5	O	03/2012	06.090.065/0001-51	01/06/12	31/07/13			14	14			E
2013	5	O	04/2013	03.133.738/0001-15	01/08/13	31/07/14			14	14			A
2011	2	O	10/2011	09.445.502/0001-09	29/11/11	28/07/13			1	1			E
2013	2	O	02/2013	03.133.738/0001-15	01/07/13	28/02/15			2	2			A
2011	11	O	11/2011	07.951.388/0001-55	01/01/12	31/12/12			8	6			E
2012	9	O	07/2012	12.139.246/0001-28	19/12/12	18/12/14			4	4			A

Unidade Contratante

Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA/SP

UG/Gestão: 170145 / 00001

CNPJ: 00.394.460/0129-05

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	1	O	07/2009	07.447.264/0001-37	01-jan-10	31-dez-14			8	8				P
2011	9	O	01/2011	08.014.891/0001-47	01-fev-11	31-mai-14			2	2				P
2011	12	O	02/2011	56.977.937/0001-76	01-abr-11	31-jul-14	21	21						P
2012	11	O	01/2012	10.299.217/0001-06	01-mai-12	31-ago-15			2	2				P
2012	1	O	05/2012	11.107.458/0001-60	11-jul-12	10-mar-14			5	5				A
2012	5	O	03/2012	03.133.738/0001-15	01-ago-12	31-mar-14			7	7				A
2012	11	O	06/2012	05.483.831/0001-85	02-jan-13	31-ago-14	3	3						A
2013	8	O	04/2013	15.514.434/0001-87	01-jul-13	28-fev-15			1	1				A
2013	11	O	09/2013	15.277.274/0001-08	01-set-13	30-abr-15	1	1						A
2013	4	O	11/2013	16.646.290/0001-85	01-set-13	30-abr-15	1	1						A
2013	11	O	18/2013	07.447.720/0001-49	15-jan-14	14-set-15	1	1						A
2011	8	O	07/2011	05.029.862/0001-60	01-jun-11	31-mar-13			1	1				E
2009	11	O	04/2009	10.299.217/0001-06	01-set-09	31-ago-13	1			1				E
2009	4	O	03/2009	10.299.217/0001-06	01-set-09	31-ago-13	1	1						E
2011	6	O	12/2011	01.307.379/0001-40	27-fev-12	27-nov-13			2	2				E
2012	11	O	02/2012	10.227.498/0001-83	15-mai-12	14-jan-14	1	1						E

Unidade Contratante

Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO – SP

UG/Gestão: 170146/000001					CNPJ: 00.394.460/0130-49								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	(1)	(O)	4/2011	07.447.264/0001-37	01/07/2011	30/06/2014			28	28			(P)
2012	(5)	(O)	2/2012	03.623.340/0001-67	03/04/2012	03/04/2014			22	22			(P)
2013	(2)	(O)	1/2013	08.284.452/0001-54	01/02/2013	31/01/2015	2	2	1	1			(P)
2013	(9)	(O)	15/2013	01.211.015/0001-61	01/01/2014	31/12/2014	1	1	1	1			(A)
2012	(9)	(O)	4/2012	01.011.976/0004-75	01/12/2012	30/11/2013	1	1	1	1			(E)
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ/SP													
UG/Gestão: 170147/00001					CNPJ: 00.394.460/0131-20								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	9	O	03/2011	12.139.246/0001-28	29/04/2011	28/08/2014			02	02			P
2012	5	O	02/2012	68.970.680/0001-00	24/01/2012	23/05/2015			10	10			P
2012	2	O	04/2012	10.227.498/0001-83	18/12/2012	17/12/2013	02	02					E
2013	2	O	14/2013	10.227.498/0001-83	20/12/2013	19/08/2015	02	02					A
Unidade Contratante													
Nome: ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS													
UG/Gestão: 170148/00001					CNPJ: 00.394.460/0133-91								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	1	O	05/2012	10.478.353/0001-55	28.03.2012	27.03.2013			10	10			E
2010	4	O	08/2010	57.695.058/0001-14	03.01.2012	02.01.2014	1	1					P

2012	12	O	08/2012	03.623.340/0001-67	27.07.2012	26.03.2014	10	10					A
2011	12	O	02/2011	10.299.217/0001-06	25.03.2012	24.03.2014	2	2					P
Unidade Contratante													
Nome: ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS													
UG/Gestão: 170150				CNPJ: 00.394.460/0132-00									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	3	O	06/2012	02.942.678/0001-19	10/07/2012	09/03/2014			6	6			A
2012	1	O	03/2012	01.568.515/0001-55	01/12/2013	10/03/2014			21	21			P
2012	4	O	05/2012	10.227.498/0001-83	20/06/2012	19/02/2014			3	3			A
2012	12	O	06/2012	02.088.746/0001-24	20/06/2012	19/02/2014	3	3					A
2012	2	O	07/2012	02.088.746/0001-24	20/06/2012	19/02/2014			1	1			A
2013	5	O	01/2013	03.133.738/0001-15	22/07/2013	21/03/2015			x				A
2013	5	O	02/2013	56.419.420/001-09	22/07/2013	21/03/2015			4	4			A
Unidade Contratante													
Nome: ALFÂNDEGA DO PORTO DE SANTOS													
UG/Gestão: 170168				CNPJ: 00.394.460/0364-13									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	2	O	06/2011	03.790.751/0001-47	16/06/11	15/10/14 (60 meses 15/06/16)	2	1					P
2012	4	O	03/2012	04.293.000/0001-88	01/10/12	31/05/14 (60 meses 30/09/17)	2	2					A
2011	5	O	05/2011	12.441.717/0001-58	16/06/11	15/10/14 (60 meses 15/06/16)			2	2			P
2008	8	O	05/2008	08.325.767/0001-00	17/04/08	16/04/13	2	2	1	1			E
2013	8	O	03/2013	08.325.767/0001-00	22/07/13	21/07/14 (60 meses 21/07/18)	2	2	1	1			A
2010	9	O	10/2010	09.274.298/0001-00	01/07/10	30/06/15 (60 meses 30/06/15)	4	4	5	5	1	1	P
2011	12	O	SRRF 23/2011	07.244.760/0001-93	28/12/11	27/08/13			2	2			E

2011	12	O	SRRF08 21/2011	06.983.541/0001-63	30/12/11	25/01/13			4	4			E
2013	12	O	01/2013	14.130.882/0001-14	18/02/13	17/10/14 (60 meses 17/10/18)			4	4			A
2011	12	O	SRRF08 12/2011	01.307.379/0001-40	27/06/11	26/06/13 (60 meses 26/06/16)			2	2			E
2012	12	O	SRRF08 07/2012	08.800.421/0001-09	02/07/12	01/03/14 (60 meses 01/07/17)			7	7			A

Unidade Contratante

Nome: INSPETORIA DA RFB EM SÃO PAULO – IRF/SPO

UG/Gestão: 170259

CNPJ: 00.304.460/0348-01

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	4	O	01/2012	04.039.911/0001-83	01/09/12	03/11/13	2	2						P
2012	5	O	01/2012	04.039.911/0001-83	01/09/12	03/11/13			13	13				P
2012	12*	O	01/2012	04.039.911/0001-83	01/09/12	03/11/13	15	15	8	8				P
2008	9	O	07/2008	05.823.840/0001-78	23/06/08	22/06/13								P
2013	4	O	06/2013	04.039.911/0001-83	04/11/13	03/11/14	2	2						A
2013	5	O	06/2013	04.039.911/0001-83	04/11/13	03/11/14			4	4				A
2013	12**	O	06/2013	04.039.911/0001-83	04/11/13	03/11/14	8	8	6	6	13	13		A
2011	8	O	06/2011	62.082.821/0001-71	17/10/11	16/10/14					1	1		P
2013	9	O	02/2013	05.823.840/0001-78	23/06/13	22/06/14								A
2013	10	O	02/2011	03.038.653/0001-58	01/03/11	28/02/15	4	4						P
2013	12***	O	05/2012	56.851.611/0002-89	11/02/13	10/02/15	43	43						P

Observações: A área 12* refere-se a: ajudantes (3), motorista (4), telefonista (4) e contínuos (12),

A área 12** refere-se a: ajudantes (3), motorista (4), telefonista (2), contínuo (5) e secretária (13)

A área 12*** refere-se a: fiel(1), aux. fiel (1), conferentes (10), ajudantes (20), op. de ponta rolante (2), op. de empilhadeira (2), assistente (1), auxiliares (2), digitadores (3) e artífice (1)

Unidade Contratante

Nome:DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO E ARF/DIADEMA

UG/Gestão: 170261

CNPJ: 00.394.460/0362-51

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit
-----------------	------	-----	---------------------------	---------------------------	-----------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------	-----

							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	2	O	DRF/SBC 04/2010	08.268.712/0001-06	05/07/2010	04/07/2015			2	2			P
2008	9	E	DRF/SBC 11/2008	68.287.143/0001-60	02/01/2009	02/03/2014	1	1	5	5			P
2010	5	O	DFR/SBC 06/2010	68.970.680/0001-00	08/12/2010	08/11/2014			16	16			P

Unidade Contratante

Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

UG/Gestão: 170262/0001

CNPJ: 00.394.460/0363-32

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	12 (motorista)	O	13/2011	07.781.620/0001-54	08/07/2011	07/03/2013	1	1					E
2009	9	O	12/2009	01.211.015/0001-61	12/11/2009	11/11/2014	4			4			P
2011	12 (serviços gerais e mensageiro)	O	22/2011	00.482.840/0001-38	30/09/2011	30/01/2015	2			2			P
2012	5	O	01/2012	06.090.065/0001-51	26/06/2012	25/08/2013			18	17		1	E
2011	4	O	23/2011	10.299.217/0001-06	09/11/2011	08/03/2015	1			1			P
2013	5	O	16/2013	06.372.798/0001-89	08/08/2013	07/08/2014			19	19			A
2013	12 (motorista)	O	14/2013	10.227.498/0001-83	05/04/2013	04/04/2014	1	1					A

Unidade Contratante

Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA

UG/Gestão: 170287

CNPJ: 00.394.460/0361-70

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	2	O	04/2013	08.268.712/0001-06	09/04/13	08/12/14	2	2	0	0	0	0	A
2011	5	O	02/2011	09.369.335/0001-56	13/06/11	12/10/14	8	8	0	0	0	0	A
2012	5	O	08/2012	03.133.738/0001-15	26/12/12	25/08/14	21	21	0	0	0	0	A
2013	7	O	01/2013	08.284.452/0001-54	01/02/13	30/09/14	2	2	0	0	0	0	A
2013	9	O	14/2013	05.080.967/0001-44	25/11/13	24/11/14	3	3	0	0	0	0	A

2012	12	O	05/2012	69.207.850/0001-61	01/08/12	31/03/14	2	2	0	0	0	0	A
2012	12	O	03/2012	69.207.850/0001-61	01/08/12	31/03/14	1	1	0	0	0	0	A

Unidade Contratante
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO - DERAT/SPO
UG/Gestão: 170312/00001
CNPJ: 00.394.460/0454-04
Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	12	O	DERAT nº 24/2008	02.970.430/0001-61	10/05/13	09/05/14			2	2			P
2008	9	O	DERAT nº 19/2008	68.287.143/0001-60	01/03/12	31/08/13	5	5	10	10	2	2	E
2011	5	O	DERAT nº 11/2011	07.951.388/0001-55	27/09/11	26/05/13			35	35			E
2011	6	O	DERAT nº 12/2011	01.307.379/0001-40	27/03/13	26/06/14	18	18					A
2011	2	O	DERAT nº 07/2011	09.445.502/0001-09	29/08/13	28/08/14			5	5			A
2011	12	O	DERAT nº 15/2011	03.002.122/0001-77	08/12/13	07/12/14			21	21			A
2012	10	O	DERAT nº 06/2012	07.447.264/0001-37	16/04/12	15/08/15	1	1					A
2012	5	O	DERAT nº 04/2012	06.090.065/0001-51	28/02/12	29/05/13			27	27			E
2013	5	O	DERAT nº 13/2013	03.133.738/0001-15	24/02/13	21/12/14			126	126			A
2013	12	O	DERAT nº 14/2013	03.623.340/0454-04	01/06/13	30/11/15	43	43					A
2013	9	O	DERAT nº 15/2013	68.287.143/0001-61	01/09/13	28/02/16	2	2	10	10	1	1	A
2013	8	O	DERAT nº 16/2013	76.674.704/0001-01	24/07/13	23/01/16			2	2			A
2013	8	O	DERAT nº 10/2013	76.674.704/0001-01	24/07/13	23/01/16			1	1			A
2013	4	O	DERAT nº 03/2012	02.297.586/0001-23	01/03/12	02/01/14	2	2					A
2013	12	O	DERAT nº 20/2013	03.360.551/0001-54	02/12/13	01/06/16	7	7					A

Unidade Contratante
Nome: DELEGACIA ESPECIAL DA RFB DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM SÃO PAULO
UG/Gestão: 170313 / 00001
CNPJ: 00.394.460/0480-04
Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	

2011	5	O	35/2011	07.951.388/0001-55	20/12/2011	19/08/2013			13	13			E
2011	11	O	03/2011	68.287.143/0001-60	08/08/2011	08/12/2014			2	2			P
2011	11	O	04/2011	62.082.821/0001-71	01/09/2011	31/08/2014			2	2			P
2013	5	O	08/2013	04.039.911/0001-83	11/10/2013	10/10/2014			13	12			A
2013	14	O	08/2013	04.039.911/0001-83	11/10/2013	10/10/2014			4	4			A
2013	06	O	01/2013	03.623.340/0001-67	01/01/2013	31/12/2014			1	1			P

Unidade Contratante

Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

UG/Gestão: 170318/00001

CNPJ: 00394460/0471-05

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	9	O	06/2009	01.211.015/0001-61	01/10/12	30/09/13			2	2			E
2013	9	O	05/2013	12.139.246/0001-28	01/11/13	31/10/14			2	2			A
2012	5	O	01/2012	11.015.977/0001-07	20/01/12	19/09/14			14	14			P
2010	12	O	09/2010	00.482.840/0001-38	11/08/10	10/08/15			2	2			P
2010	4	O	10/2010	05.405.098/0001-80	01/10/10	31/03/14	1	1					P
2012	12	O	03/2012	10.299.217/0001-06	25/07/12	24/07/14	1	1					P
2012	12	O	05/2012	02.088.746/0001-24	26/09/12	25/09/14	1	1					P

Unidade Contratante

Nome: DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE MAIORES CONTRIBUINTE

UG/Gestão: 170320/00001

CNPJ: 00.394.460/0476-10

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	2	O	SRRF08 06/2010	04.356.735/0001-03	17/08/10	17/12/13			2	2			E
2010	9	O	Demac/ 06/2010	67.645.002/0001-09	18/11/10	17/03/14			3	3			P
2011	5	O	Demac 01/2011	07.781.620/0001-54	01/06/11	31/01/13			3	3			E

2011	9	O	Demac/ 04/2011	68.287.143/0001-60	01/08/11	31/12/14			1	1			P
2012	4	O	Demac 03/2012	02.297.586/0001-23	15/06/12	14/02/14			2	2			A
2012	12	O	Demac 04/2012	03.623.340/0001-67	02/07/12	30/06/14			7	7			P
2013	5	O	Demac 01/2013	00.152.070/0001-65	01/02/13	30/09/14			3	3			A
2013	12	O	Demac 02/2013	00.152.070/0001-65	01/02/13	30/09/14			3	3			A
2013	2	O	Demac 04/2013	04.039.911/0001-83	11/12/13	10/12/14			2	2			A

Unidade Contratante

Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

UG/Gestão: 170321/00001

CNPJ: 00394460/0479-62

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	1	E	37/2013	03.805.877/0001-48	01/08/2013	14/01/2013	0	0	0	29	0	0	E
2012	1	O	03/2012	11.107.458/0001-60	15/05/2012	14/01/2014	0	0	0	29	0	0	E
2012	4	O	04/2012	03.133.738/0001-15	08/11/2012	08/04/2014	0	0	0	2	0	0	A
2011	5	O	27/2011	04.798.395/0001-70	10/11/2011	09/03/2015	0	0	0	12	0	0	A
2008	9	O	01/2008	07.718.194/0001-04	02/04/2008	01/04/2013	0	0	0	4	0	0	E
2013	9	O	06/2013	09.610.090/0001-07	17/10/2013	16/07/2015	0	0	0	3	0	0	A
2010	7	O	05/2010	66.059.510/0001-42	03/12/2010	26/02/2014	0	0	0	1	0	1	A
2012	12	O	05/2012	10.299.217/0001-06	14/11/2011	14/07/2014	0	0	0	4	0	0	A
2013	12	O	04/2013	04.833.107/0001-71	26/08/2013	25/04/2015	0	2	0	0	0	0	A

Unidade Contratante

Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA

UG/Gestão: 170322/00001

CNPJ: 00.394.460/0453-23

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	9/8	O	03/2008	07718194000104	010412	310313	02	02					E
2010	5	O	06/2010	09369335000156	010412	310314			11	11			A

2010	5	O	07/2010	09369335000156	010412	310314			02	01			A
2010	5	O	08/2010	09369335000156	010412	310314			02	01			A
2010	7	O	09/2010	09369335000156	010412	310314			02	01			A
2010	12	O	10/2010	09369335000156	010412	310314	02	02					A
2010	4	O	11/2010	09369335000156	010412	310314	02	02					A
2010	2	O	12/2010	09369335000156	010412	310314	02	02					A

Unidade Contratante

Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA

UG/Gestão: 170323/00001

CNPJ: 00.394.460/0474-58

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	1	O	1/2012	11.301.568/0001-69	01/03/2012	17/12/2014	7	7					A
2008	3	O	3/2008	03.038.653/0001-58	15/08/2008	14/08/2013	21	19					E
2013	3	O	3/2013	08.752.749/0001-05	15/08/2013	14/04/2015	19	19					A
2012	7	O	2/2012	07.618.334/0001-72	07/05/2012	06/01/2014			17	17			A
2012	4	O	2/2012	07.618.334/0001-72	07/05/2012	06/01/2014	1	1					A
2010	11	O	2/2010	08.014.891/0001-47	30/09/2010	10/10/2014	1	1					P

Unidade Contratante

Nome: DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FISCALIZAÇÃO - DEFIS/SPO

UG/Gestão: 170385/00001

CNPJ: 00.394.460/0456-76

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	2	O	05/2011	05.058.935/0001-42	07/11/2011	06/02/2015			2	2			A
2013	5	O	01/2013	03.133.738/0001-15	14/01/2013	13/08/2014			22	22			A
2013	8	O	08/2013	61.515.169/0001-79	08/11/2013	07/07/2015							A
2013	12	O	04/2013	02.297.586/0001-23	25/04/2013	24/12/2014			23	23			A
2013	12	O	05/2013	13.771.087/0001-42	10/07/2013	09/03/2015							A

2013	9	O	01/2013	64.655.251/0001-97	04/06/2013	03/02/2015			4	4			A
2009	6	O	10/2009	46.266.771/0001-26	23/12/2009	22/12/2013							E
2013	6	E	09/2013	07.432.517/0003-60	27/12/2013	27/02/2014							A
2009	6	O	11/2009	00.339.640/0001-20	23/12/2009	22/12/2013							E
2011	10	O	03/2011	10.478.353/0001-55	28/09/2013	27/09/2014			2	2			P
2011	1	O	02/2011	10.4780.353/001-55	28/09/2011	27/09/2014			15	15			P
2009	1	O	06/2009	09508389/0001-55	15/01/2013	14/09/2014	14	14					P

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI													
UG/Gestão: 170551 / 00001							CNPJ: 00.394.460/0448-66						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	10/2012	02.931.592/0001-90	01/01/2013	29/05/2013			2	2			E
2012	5	O	09/2012	03.133.738/0001-15	27/12/2012	31/08/2014			14	14			A
2012	5	O	07/2012	68.970.680/0001-00	01/10/2012	27/11/2014			5	5			P
2012	12	O	06/2012	10.227.498/0001-83	03/09/2012	07/02/2014			1	1			P
2012	12	O	04/2012	10.227.498/0001-83	14/06/2012	07/02/2014	1	1					P
2012	4	O	05/2012	10.227.498/0001-83	23/07/2012	07/02/2014	1	1					P
2011	9	O	01/2011	08.014.891/0001-47	01/01/2011	31/12/2014	1	1					P
Unidade Contratante													
Nome: ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO													
UG/Gestão: 170533							CNPJ: 00.394.460/0527-02						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	2,4,5,7 e 12	O	02/2012	04.039.911/0001-83	01/09/2012	01/11/2013	6	6	10	10	0	0	E
2013	2,4,5,7 e 12	O	06/2013	04.039.911/0001-83	04/11/2013	03/11/2014	5	5	10	10	0	0	A
2012	12	O	01/2012	01.568.515/0001-55	03/08/2012	02/08/2014	0	0	10	10	0	0	A
LEGENDA													
Área:							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						
1. Segurança;							Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.						
2. Transportes;							Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						
							Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente						

3. Informática;	contratada.
4. Copeiragem;	
5. Recepção;	
6. Reprografia;	
7. Telecomunicações;	
8. Manutenção de bens móveis	
9. Manutenção de bens imóveis	
10. Brigadistas	
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes	
12. Outras	
Fonte: SIASG	

Análise crítica dos subitens 5.2.1 e 5.2.2

ALF/Santos - 170168 o Contrato SRRF08 nº 21/2011, 04 postos de ajudantes gerais, teve que ser rescindido em janeiro/2013, em virtude da empresa contratada ter atrasado os pagamentos dos encargos previdenciários e trabalhistas. Fizemos a retenção dos valores e pagamos as verbas salariais de acordo com os últimos contra cheques, porém as verbas rescisórias não foram pagas e estão pendentes até esta data. Os funcionários contratados entraram com ações trabalhistas, as quais ainda estão em tramitação no judiciário. Acionamos a garantia contratual junto a seguradora JMalucelli Seguradora S/A, referentes as garantias nas modalidades Executante Prestadora de Serviços e Trabalhista/Previdenciária.

Encontra-se em andamento os trâmites para pagamento à ALFSTS de indenização no valor de R\$ 4.147,44 vinculada a garantia de Executante Prestadora de Serviços.

Quanto à modalidade Trabalhista/Previdenciária, a Seguradora já foi comunicada sobre as ações trabalhistas e a cobertura em caso de eventual sinistro encontra-se resguardada. Em decorrência desta situação, a Alfândega do Porto de Santos ficou sem a prestação de serviços para os postos de ajudantes gerais durante cinco meses.

Em relação à contratação de postos de vigilância, tivemos problemas em 2013 decorrentes do Contrato nº 18/2007 encerrado em novembro de 2012 (término 60 meses). A empresa não ganhou a nova licitação, porém não reaproveitou os seus funcionários em outros postos, como também não pagou as verbas rescisórias. O valor referente a última repactuação foi retido até que a empresa apresenta-se os comprovantes destes pagamentos. Não recebemos a totalidade dos documentos, mesmo após inúmeras Notificações enviadas à empresa. O processo foi encaminhado à Advocacia Geral da União solicitando as devidas providencias, conforme orientação da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional de Santos/SP. Atualmente o processo ainda encontra-se na AGU.

DRF/S.J.Campos – 170262 - Esta Administração vem exercendo a fiscalização de contratos com grande rigor, não enfrentando grandes problemas com o pagamento de verbas trabalhistas. Já foi proposta, inclusive, ação de consignação em pagamento, para garantir o pagamento em juízo de verbas trabalhistas de contrato rescindido unilateralmente por esta Administração.

O maior problema tem sido a dificuldade em manter um contrato por 60 meses. Temos feito licitações anuais para contratação de postos terceirizados. As planilhas de custos e formação de preços deixam uma margem de lucro muito pequena e as empresas, com o intuito de vencer a licitação, reduzem-na a quase zero. Os valores planilhados para reposição de mão-de-obra ausente são muitas vezes insuficientes. É inviável desclassificar a proposta por motivo de inexequibilidade, no momento da licitação, uma vez que a maioria das propostas teria que ser desclassificada pelo mesmo motivo, inviabilizando, talvez, o certame. Como a fiscalização de contratos é rigorosa, efetuando descontos de ausências não repostas e exigindo todos os comprovantes de pagamento de verbas trabalhistas, conseqüentemente a empresa não consegue auferir o lucro que projetara inicialmente. Sendo assim, ao final de 12 meses desiste de prorrogar o contrato. Com as recentes modificações na IN MPOG SLTI 02/2008 teme-se que a situação descrita seja agravada. Embora as alterações tenham trazido muitas melhorias no sentido de impedir que empresas sem estrutura assumam um contrato com a Administração, a implantação da conta vinculada pode gerar um desinteresse por parte das empresas. A realização de licitações frequentes onera sobremaneira a Administração, que possui um quadro extremamente enxuto. Além disso, a insegurança para os empregados terceirizados, com a constante troca de empregadores, provoca desmotivação, que os leva a buscar outras oportunidades e, assim, a Administração não consegue manter um quadro estável de terceirizados.

As Unidades: SRRF/08 – 170133; DRF/Bauru – 170135; DRF/Presidente Prudente – 170137; DRF/Ribeirão Preto – 170138; DRF/Santos – 170141; DRF/Sorocaba – 170142; DRF/Taubaté – 170143; DRF/Osasco – 170146; ALF/Viracopos – 170148; IRF/SPO – 170259; DRF/São Bernardo do Campos – 170261; DRF/Marília – 170287; DERAT –170312; DEINF – 170313; DRF/Piracicaba – 170321; DRF/Araraquara – 170322; DEFIS – 170385; e DRF/Barueri – 170551 tem se deparado com uma certa dificuldade na Gestão e Fiscalização desses contratos no que se refere à verificação do pagamento das verbas trabalhistas, para evitar futuros problemas com a Justiça do Trabalho. As unidades indicam também que em alguns contratos há atrasos pontuais de pagamento ou atraso no fornecimento de vale transporte; cesta básica e vale alimentação. Sendo as empresas notificadas com relação aos problemas contratuais, os quais são regularizados nos devidos prazos. Quando não são atendidas as notificações as Unidades apuram, por meio de processo administrativo, as responsabilidades e aplicam as penalidades previstas nos termos contratuais e em casos de infrações mais graves os contratos foram rescindidos unilateralmente pela Administração.

As Unidades DRF/Araçatuba – 170134; DRF/ Campinas – 170136; DRF/S.J.Rio Preto – 170139; DRF/Guarulhos – 170144; DRF/Limeira – 170145; DRF/Santo André – 170147; ALF/Guarulhos – 170150; DRF/Jundiaí – 170318; DEMAC – 170320; DRF/Franca – 170323 ALF/São Paulo - 170533 indicam que os contratos de prestação de serviços de limpeza, vigilância e locação de mão de obra estão sendo executados de forma regular sem dificuldades por parte da Administração na execução dos mesmos.

5.2.3 - Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 22 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	710	756	801	817	4.681.897,78
1.1. Área Fim	0	0	0	0	0
1.2. Área Meio	710	756	801	817	4.681.897,78
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1. Área Fim	0	0	0	0	0
2.2. Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	710	756	801	817	4.681.897,78

Fonte: DW Siape – Fevereiro 2014

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Estagiários das DRJ estão contabilizados nos quadros das Regiões Fiscais;
2. Foram apuradas as rubricas de Bolsa de Estágio, Auxílio Transporte Estagiário e Recesso Remunerado Estágio. Não são considerados os descontos de falta, auxílio transporte do período de recesso e GRU emitidas em nome do estagiário;
3. O lançamento de dados históricos no Siape, após a data da extração DW, pode gerar diferença nos valores apresentados.

A contratação de estagiários na RFB é realizada mediante a celebração de contratos com empresas que prestam serviços como agentes de integração entre universidades, estudantes e a RFB. A seleção é realizada conforme a demanda de trabalho do órgão e o perfil do curso do estudante.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL - SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 6: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário
(Item 6, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU Nº 127/2013)

6.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Lei 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, IN MARE nº 9 de 26/08/1994 e suas alterações, e, Decreto nº 6.403, de 17/03/2008.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

A frota de veículos é recurso material indispensável para o pleno funcionamento das UGs da RF08, permitindo a realização das atividades de forma ágil e eficaz, tanto no transporte de servidores diariamente para desempenho das funções de fiscalização tributária, controle aduaneiro, vigilância e repressão, destruição de mercadorias, cumprimento de mandados, ofícios judiciais, diligências, audiências, mandados de segurança, assim como entrega e retirada de documentos com prazo exíguo entre UGs, agências e DMAs, entre RFB, PRFN, PF etc.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ (Grupo Fiscalização/Serviço):
310

d) Média anual de Km rodados (Grupo Fiscalização/Serviço): 7.830

e) Idade Média da frota (Grupo Fiscalização/Serviço): 7 anos

f) Custos associados à Manutenção da frota (Grupo Fiscalização/Serviço): R\$ 623.245,76

g) Plano de substituição da frota:

O Plano de substituição da Frota é Nacional e centralizado no OC.

h) Razões da escolha da aquisição em detrimento da locação:

Grande parte da frota atual é composta de veículos adquiridos durante Programa de Modernização da Administração Tributária – PMATA, entre 2005 e 2006.

Durante o exercício de 2012 foi realizado processo licitatório pela 10ª Região Fiscal a pedido da COPOL – Coordenação–Geral de Programação e Logística, para contratação de caminhonetes tipo picape para toda a RFB, sendo que as especificações da referida aquisição foram elaboradas pela COANA – Coordenação–Geral de Administração Aduaneira. A RF08 recebeu veículos oriundos desta aquisição nacional no exercício de 2013, cuja escolha da aquisição em detrimento da locação deveu-se aos seguintes fatores:

- Aparelhamento da frota da RFB com veículos compatíveis com a nova realidade aduaneira do país.
- Os veículos se destinam à fiscalização aduaneira, voltados ao controle das fronteiras e ao combate ao contrabando e descaminho, bem como são empregados no transporte de mercadorias apreendidas e de servidores de fiscalização, sobretudo em estradas secundárias ou vias em condições precárias existentes em regiões de fronteira ou distantes dos grandes centros.
- Estes veículos podem ser empregados em operações de perseguição a contrabandistas e criminosos e, em situações que implicam risco à segurança dos servidores, devem permitir rápida saída do local da operação.
- Considerando as peculiaridades de utilização desses veículos, torna-se inviável a locação, já que no trabalho de repressão há maior risco de ocorrerem acidentes de trânsito.
- Permanência da maioria dos veículos em locais distantes dos grandes centros, o que dificultaria a troca, controle e manutenção pela empresa locadora.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

- Registro dos deslocamentos em fichas de controle diário de tráfego, por veículo, por dia, identificando data, hora e odômetro iniciais e finais, condutor, descrição da atividade/roteiro/destino, autorização e ateste do serviço.
- Agendamento prévio visando a otimização do percurso, definido antecipadamente, utilizando agrupamento de diferentes demandas em um só veículo.
- Contratação de sistema informatizado de gerenciamento da frota com emissão de relatórios, abastecimentos, quilometragem percorrida, manutenção, consumo etc.

6.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade

Quadro 23 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	SÃO PAULO	64	58
	Amparo	1	1
	Araçatuba	1	1
	Araraquara	1	1
	Araras	1	1
	Barretos	1	1
	Bauru	3	2
	Botucatu	1	1
	Bragança Paulista	1	1
	Campinas	3	3
	Catanduva	1	1
	Cotia	1	1
	Diadema	1	1
	Franca	1	1
	Guarujá	1	1
	Guarulhos	1	1
	Itanhaém	1	1
	Itapetininga	3	0
	Jacareí	1	1
	Limeira	1	1
	Marília	2	2
	Mauá	1	1
	Mogi das Cruzes	1	1
Mogi Guaçu	1	1	
Osasco	2	2	
Ourinhos	1	1	

	Piracicaba	1	1
	Piraju	1	0
	Pirassununga	1	1
	Porto Ferreira	1	1
	Registro	1	1
	Ribeirão Preto	2	2
	Rio Claro	1	1
	Santo André	1	1
	Santos	3	3
	São Bernardo do Campo	1	1
	São João da Boa Vista	1	1
	São Joaquim da Barra	1	1
	São José do Rio Pardo	1	1
	São José do Rio Preto	2	2
	São José dos Campos	1	1
	São Paulo	5	5
	São Sebastião	1	1
	Sorocaba	2	2
	Taboão da Serra	1	1
	Taubaté	1	1
	Tupã	1	1
	Votuporanga	1	0
Subtotal Brasil		64	58
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		64	58

Fonte: SPIU.net

Quadro 24 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170318	6137000035007	13	8	240.000,00	07/10/13	240.000,00	0,00	0,00
170134	6155000095008	13	4	1.855.391,24	30/09/13	1.855.391,24	469.235,63	0,00
170322	6163000075008	13	5	15.996.229,76	13/09/13	15.996.229,76	0,00	0,00
170145	6165000045008	13	2	431.689,19	23/09/11	431.689,19	0,00	5.602,65
170323	6209000325006	13	8	17.505,57	09/09/13	19.178,45	0,00	0,00
170135	6219000515007	13	4	3.873.238,74	28/09/11	3.906.623,74	0,00	118.785,89
170135	6219000525002	13	4	5.792.000,52	20/10/11	25.638.200,00	0,00	0,00
170135	6219002925008	13	8	4.500.000,00	13/11/12	4.500.000,00	0,00	0,00
170135	6249000095000	13	8	15.965,48	11/10/11	14.854,33	0,00	0,00
170318	6251000045004	13	3	208.189,33	03/02/14	212.147,13	0,00	495,00

170136	6291000565007	13	3	9.021.313,31	06/09/13	9.359.464,94	0,00	280.500,32
170136	6291000445001	13	8	7.297.654,48	26/09/13	7.328.012,16	0,00	0,00
170136	6291000555001	13	7	748.477,02	09/03/12	3.276.316,29	0,00	0,00
170139	6323000385000	13	8	43.970,62	25/09/13	52.148,25	0,00	0,00
170146	6361000075004	13	2	582.166,46	17/10/13	582.166,46	0,00	16.931,78
170261	6377000035009	13	3	800.000,00	31/08/11	800.000,00	0,00	89.806,10
170323	6425000185004	13	8	1.060.403,00	31/07/13	1.060.403,00	0,00	0,00
170168	6475000245003	13	6	775.086,58	18/09/13	878.804,98	0,00	25.572,06
170144	6477000115009	13	3	3.993.197,55	24/09/13	4.444.691,38	0,00	162.506,50
170141	6543000225000	13	8	155.057,01	19/09/12	359.720,01	0,00	24.269,43
170142	6547000105008	13	8	73.333,33	22/04/13	73.333,33	0,00	0,00
170142	6547000125009	13	8	73.333,33	22/04/13	73.333,33	0,00	0,00
170142	6547000145000	13	8	73.333,33	22/04/13	73.333,33	0,00	0,00
170262	6589000075007	13	2	307.940,88	24/09/13	557.409,57	0,00	6.617,66
170145	6639000065001	13	1	12.383.328,23	23/09/11	12.469.518,94	0,00	142.173,65
170287	6681000185008	13	5	3.021.679,72	20/09/13	5.111.072,28	62.973,56	220.452,15
170287	6681000295008	13	5	2.300.000,00	19/09/13	2.300.026,39	0,00	0,00
170147	6689000035001	13	6	475.649,54	22/08/12	339.241,82	0,00	0,00
170262	6713000115001	13	8	1.374.840,00	24/09/13	1.374.840,00	0,00	0,00
170145	6715000085001	13	8	36.767,32	14/09/11	188.945,00	0,00	0,00
170146	6789000175004	13	8	162.840,39	24/09/13	280.384,41	0,00	35.157,36
170146	6789000165009	13	3	1.373.320,65	25/09/13	3.103.452,15	0,00	85.046,19
170287	6795000085000	13	8	10.446,00	15/08/12	39.168,00	0,00	0,00
170321	6875000115008	13	8	1.291.079,96	03/06/13	5.298.100,68	0,00	117.827,39
170287	6877000135005	13	8	71.346,60	09/04/13	71.346,60	0,00	0,00
170145	6887000135002	13	4	537.133,98	23/09/11	548.593,63	0,00	8.189,81
170138	6915000085004	13	3	238.953,40	10/09/13	259.374,40	0,00	0,00
170141	6953000095002	13	4	585.659,96	20/09/12	416.234,55	0,00	16.179,62
170138	6969000285002	13	4	5.763.289,66	10/09/13	7.756.012,66	0,00	64.805,10
170138	6969000275007	13	7	1.605.067,83	10/09/13	3.152.439,84	0,00	0,00
170321	6979000035003	13	3	523.391,23	05/02/13	536.807,23	0,00	8.409,71
170147	7057000065007	13	2	16.259.774,66	22/08/12	16.636.295,73	0,00	195.574,96
170168	7071001585000	11	5	21.368.880,09	18/09/13	21.872.058,33	0,00	318.022,88
170168	7071001205002	13	4	1.679.504,45	18/09/13	1.744.228,33	0,00	23.491,70
170141	7071001405001	13	4	4.078.354,92	20/09/12	7.687.656,64	0,00	0,00
170261	7075000065005	13	3	6.322.757,78	10/09/13	12.265.188,29	0,00	279.169,23
170145	7083000145000	13	8	404.036,37	23/07/13	404.036,37	0,00	0,00
170323	7089000035009	13	6	275.222,90	09/09/13	332.595,37	0,00	0,00
170145	7095000035003	13	3	622.628,32	14/09/11	622.628,32	0,00	9.731,82
170139	7097000225003	13	3	6.215.196,88	25/09/13	6.349.646,88	0,00	180.639,63
170139	7097000525007	13	6	915.587,36	25/09/13	1.285.586,08	0,00	10.333,64
170262	7099004935001	13	3	5.058.298,03	16/10/13	5.399.504,31	0,00	203.138,04
170385	7107004725001	13	6	10.475.862,76	21/09/11	10.475.862,76	5.528.344,12	328.345,50
170259	7107004645008	13	3	5.762.540,16	24/05/12	25.310.932,64	0,00	0,00
170259	7107005075000	13	3	4.958.992,59	24/05/12	11.668.702,83	0,00	415.031,43
170313	7107004745002	13	4	6.574.672,92	18/11/13	7.967.517,00	17.586,13	265.120,82

170133	7107006115006	13	4	9.521.786,33	16/02/12	9.521.786,33	0,00	279.099,89
170262	7115000355006	11	4	1.077.586,19	14/10/13	1.131.727,56	0,00	64.443,68
170142	7145002145000	13	5	16.681.063,29	19/12/13	16.716.646,93	0,00	229.148,23
170142	7145002165001	13	8	93.916,20	19/12/13	125.163,15	0,00	0,00
170146	7157000045002	13	4	1.708.463,20	30/09/13	4.380.004,60	0,00	21.797,56
170143	7183000195003	13	1	238.130,54	06/05/12	10.757.698,72	0,00	174.281,38
170287	7201000095000	13	8	47.357,79	19/09/13	69.862,53	0,00	0,00
170139	7245000375005	13	8	360.000,00	21/10/13	360.000,00	0,00	0,00
Total							6.078.139,44	4.426.698,76

Fonte: SPIUnet, SIAFI, SIASG e informações unidades

Regime:

- | | |
|------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro) |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |
| 7 – Comodato | 18 – Irregular – Outros |
| 8 – Disponível para Alienação | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão | 22 – Usufruto Indígena |
| 11 – Em regularização – Entrega | 23 – Vago para Uso |

Estado de Conservação:

- | | |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo | 5 – Reparos Importantes |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim |
| 3 – Bom | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular | 8 – Sem Valor |

Análise crítica - Com relação ao quadro 23, constata-se que, no exercício de 2013, houve aumento no número de imóveis da União sob responsabilidade das Unidades Gestoras da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal, em um total de 6 (seis).

Foram recebidos terrenos em Bauru, Itapetininga (imóvel com três matrículas, que receberam três diferentes RIPs), Piraju e Votuporanga, onde se planeja construir e instalar as sedes das unidades da Receita Federal do Brasil naqueles municípios, que atualmente estão abrigadas, no caso de Bauru, em imóvel próprio, porém atualmente inadequado, e as demais em imóveis alugados.

No tocante ao quadro 24, cabe informar que na coluna “RIP” foram informados os números de RIP imóvel, enquanto os valores das colunas “valor histórico” e “valor reavaliado” referem-se aos valores do RIP utilização, que só são idênticos aos do RIP imóvel quando a fração ideal é igual a 1 (um).

Na coluna “Estado de Conservação” foi adotado, para os casos dos imóveis sem benfeitorias (21 casos), o estado de conservação 8 (sem valor).

Na coluna “Valor Histórico” constam, por orientação da COPOL Contabilidade, os valores informados no relatório do exercício de 2010.

As colunas “Data de Avaliação” e “Valor Reavaliado” refletem o constatado em 31 de dezembro de 2013. Muitos dos imóveis, que se encontravam com avaliações vencidas, já tiveram seus valores atualizados em 2014.

6.3 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 25 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	SÃO PAULO	72	74
	Adamantina	1	1
	Americana	1	1
	Amparo	1	1
	Andradina	1	1
	Araçatuba	2	2
	Araraquara	1	1
	Assis	1	1
	Avaré	1	1
	Barretos	1	1
	Barueri	1	1
	Batatais	1	1
	Bebedouro	1	1
	Botucatu	1	1
	Bragança Paulista	1	1
	Campinas	1	1
	Campos do Jordão	1	1
	Capivari	1	1
	Catanduva	1	1
	Cruzeiro	1	1
	Dracena	1	1
	Fernandópolis	1	1
	Franca	1	1
	Franco da Rocha	1	1
	Guaratinguetá	1	1
	Guarujá	1	1
	Guarulhos	1	1
Ibitinga	1	1	
Indaiatuba	1	1	
Itanhaém	1	1	

	Itapetininga	1	1
	Itapeva	1	1
	Itu	1	1
	Jaboticabal	1	1
	Jales	1	1
	Jaú	2	2
	Jundiaí	1	1
	Lins	1	1
	Mogi das Cruzes	1	1
	Mogi Guaçu	1	1
	Olímpia	1	1
	Ourinhos	1	1
	Penápolis	1	1
	Pereira Barreto	1	1
	Pindamonhangaba	1	1
	Piracicaba	0	2
	Piraju	1	1
	Presidente Prudente	1	1
	Presidente Venceslau	1	1
	Ribeirão Preto	1	1
	Santos	1	1
	São Caetano do Sul	1	1
	São Carlos	1	1
	São João da Boa Vista	1	1
	São Joaquim da Barra	1	1
	São José dos Campos	1	1
	São Paulo	8	8
	São Roque	1	1
	Suzano	1	1
	Tatuí	1	1
	Taubaté	1	1
	Tietê	1	1
	Tupã	1	1
	Ubatuba	1	1
	Votuporanga	1	1
	Subtotal Brasil	72	74
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	72	74

Fonte: SPIUnet + Controle Interno

Análise crítica - O quadro 25, que trata dos imóveis locados de terceiros sob responsabilidade das Unidades Gestoras da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal, aponta para a diminuição do número em 2013, comparativamente ao final de 2012, correspondendo a dois imóveis no município de Piracicaba, imóveis estes que foram substituídos pela nova sede própria, inaugurada no final de 2012.

O CAC-Itaquera está instalado em imóvel pertencente à PRODESP – Cia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, sob contrato de “Inexigibilidade para Rateio de Despesas Condominiais”, foi cadastrado no SPIUnet com o regime “locação de terceiros”.

Além das locações informadas, havia 3 agências, Lençóis Paulista, Praia Grande e Sumaré, que funcionam em imóveis pertencentes às respectivas Prefeituras Municipais, com as quais foram celebrados contratos de comodato. Neles, a União figura como Comodatária, que se trata de hipótese não prevista no SPIUnet.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL - SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 7: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental
(Item 8, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

7.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Quadro 26 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a Gestão Ambiental Avaliação de Licitações Sustentáveis	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p>31. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p>			X		
	Foram incluídos nos editais de licitações realizados, nos termos da IN MPOG/SLTI nº 01/2010, requisitos relacionados à conservação dos recursos naturais e ambientais pertinentes ao objeto licitado.				
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>			X		
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).</p>				X	
<p>4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p>1. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p>			X		
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p>2. Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p>				X	
	Diminuição do consumo de energia elétrica e água canalizada.				
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p>3. Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p>		X			
	Papel reciclado.				
<p>7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p>4. Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p>	X				

8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).			X		
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.	X				
5. Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.					
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					X
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
Considerações Gerais: Os procedimentos licitatórios da 8ª Região Fiscal foram realizados com observância da legislação pertinente à gestão ambiental e licitações sustentáveis. A UJ efetuou pesquisa juntos às UGs, utilizando-se do presente formulário.					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

7.2 - Medidas para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água

Visando a redução/uso racional de energia elétrica e água, realiza-se campanha informativa (correio eletrônico) com vistas à conscientização dos servidores e funcionários, alertando-os para a importância de tal postura, objetivando-se o despertar de atitudes que venham a ser incorporadas na rotina diária.

Em diversas Unidades desta Região Fiscal, foram substituídas as torneiras e lâmpadas antigas por torneiras com desligamento automático e lâmpadas econômicas.

Com relação à redução de papel, foi implementado em toda a 8ª RF o e-processo. Esta Administração procura estimular o uso racional do papel, orientado que as impressões sejam realizadas frente e verso. Estimulamos, também, os servidores e funcionários a imprimirem apenas aquilo que for estritamente necessário, mantendo seus arquivos em meio digital.

Observou-se, comparando-se os anos de 2013 e 2012, economia de 20,78% nos valores gastos para aquisição de papel, economia de 4,12% nos valores gastos em água e economia de 19,30% nos valores gastos com energia elétrica em um total de 16,94% de economia nos recursos em análise.

Quadro 27 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
-	-			-		
Recurso consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)	52.152	75.397	88.341	484.517,07	611.582,99	659.340,24
Água (m³)	95.524	101.826,23	103.530,08	1.512.774,11	1.592.604,68	1.546.722,92
Energia Elétrica (Kw)	17.613.585	17.716.143,94	20.292.760,61	6.181.891,27	7.660.251,13	8.188.828,68
			Total	8.179.182,45	9.864.438,80	10.394.891,84

Fonte: SIAFI, faturas e processos de pagamentos

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL - SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 8: Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas
(Item 9, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

8.1 - Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro 28 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	RA 201305844	Constatação 019	Of.1701/2013/CGU-SP-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal			3163
Descrição da Recomendação			
A CGU/SP recomenda que a Unidade regularize a pendência no SIAFI com relação ao imóvel situado em Sumaré.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal			3163
Síntese da Providência Adotada			
A solução da pendência depende de uma atualização do sistema SPInet a ser realizada pela Secretaria do Patrimônio da União tendo já sido realizado encaminhamento nesse sentido àquela Secretaria através do Of. 7/2013/DIPAV/SRRF08/RFB/MF-SP.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição da Secretaria Federal de Controle: Recomendação Atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor			
Até a presente data não houve retorno por parte da Secretaria do Patrimônio da União.			

8.2 - Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 29 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Alfândega do Porto de Santos – ALF/STS			4273
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203372	I.I.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Alfândega do Porto de Santos – ALF/STS			4273
Descrição da Recomendação			
Que a Alfândega do Porto de Santos conclua o inventário de processos realizado entre julho/2007 e junho/2008, adotando as providências necessárias para tal fim.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Alfândega do Porto de Santos – ALF/STS			4273
Justificativa para o seu não Cumprimento			

Situação Atual: Não foi possível concluir os trabalhos. Os processos físicos passíveis de serem escaneados foram digitalizados e está sendo feito o batimento com o inventário. Alguns processos foram encontrados e outros reconstituídos. Desta forma, pretendemos encerrar este inventário em conjunto com o que está em andamento, já que terão o mesmo resultado.
Prazo previsto de atendimento: julho de 2014.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Como anteriormente relatado, a unidade está aproveitando a digitalização dos processos para realizar nova busca nos processos que não foram localizados e concluir os trabalhos em conjunto com o novo inventário visando a otimização dos trabalhos

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Alfândega do Porto de Santos			4273
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203372	I.I.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Alfândega do Porto de Santos			4273
Descrição da Recomendação			
Que a Alfândega do Porto de Santos realize inventários periódicos até que todo o estoque de processos seja composto apenas por processos eletrônicos			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Alfândega do Porto de Santos – ALF/STS			4273
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Os procedimentos de inventários demandam serviços de organização e conferência que absorvem significativas horas de trabalho. Devido a falta de funcionários na unidade é necessária a constituição de Comissão para atuar sem prejuízo das atividades normais. Os procedimentos estão sendo efetuados de acordo com as possibilidades disponíveis, e não a que consideramos ideal.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Situação atual: A Comissão de inventário foi constituída e a fase de levantamento dos processos físicos concluída. Neste momento, os trabalhos executados são os de conferência/batimento entre listagem do Sistema Comprot e levantamento físico. Prazo previsto de atendimento: Julho de 2014.			

8.3 - Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

8.3.1 Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Não utilizamos o quadro original previsto na Portaria TCU nº 175/2013 pelas seguintes razões:

- As duas primeiras linhas (autoridades e cargos eletivos) não se aplicam à RFB, seria utilizada apenas a última linha;
- As 3 colunas relativas ao momento de entrega da DBR não constituem um bom modelo diante da preferência do servidor RFB em entregar as autorizações de acesso à DBR. Essa opção reduz a atividade de Gestão de Pessoas em controlar as entregas de DBR na posse ou final de exercício de função.

A informação detalhada no quadro construído pela RFB possui uma amplitude de controle maior que a proposição do relatório de prestação de contas. Objetiva um acompanhamento mais detalhado do esforço das unidades de Gestão de Pessoas para solução de pendências e manutenção dos dados relativos à guarda de DBR.

Quadro 30 - DEMONSTRATIVO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

PENDÊNCIAS DE ENTREGA DE DBR		
RF	UNIDADE PAGADORA	SERVIDORES SEM FUNÇÕES
8	SRRF/8RF	10

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

- As DRJ estão contidas na sua respectiva UPAG

Atualmente 99,81% do corpo funcional estão com os registros atualizados, resultado que reflete trabalho contínuo de melhoria em relação aos anos anteriores. Não existe nenhuma pendência em relação aos ocupantes de função.

Item 8.3.2 – Situação do Cumprimento das Obrigações

- *Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR:*

Em razão da Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298 de 6 de setembro de 2007, DOU 11/09/2007, que obriga todo agente público a entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF, todo servidor em exercício na RFB tem obrigação de entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF.

Periodicamente a Cogep promove campanhas de regularização da entrega de documentos funcionais pelos servidores e atualizações do sistema e pastas funcionais pelas áreas de Gestão de Pessoas das Regiões Fiscais.

Nos casos em que as providências citadas acima não resolvem as pendências, é realizado contato pelo e-mail funcional, telefone ou, em última opção, carta registrada para o endereço residencial do servidor informando-o da situação, riscos e consequências e solicitando a regularização.

- *Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR:*

O arquivamento das DBR e autorizações entregues é de responsabilidade da área de Gestão de Pessoas que deve preservar o sigilo das informações.

- *Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento:*

As autorizações de acesso a DIRPF são geradas e controladas via SA3.

- *Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, e como esse acesso se dá:*

A preferência dos servidores é assinar a autorização de acesso à DIRPF, o que minimiza o trabalho relativo à entrega de DBR ao final do exercício financeiro, da função ou cargo.

- *Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida:*

Não compete à área de Gestão de Pessoas analisar possíveis incompatibilidades entre patrimônio e remuneração dos servidores. Quando solicitada, a informação é transmitida à área competente para processamento da análise.

- *Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações:*

A autorização de acesso assinada pelo servidor é alocada na pasta funcional como qualquer documento. Para os casos em que ainda se entrega as declarações anuais, essas são recebidas em envelopes lacrados pelo servidor e alocados na pasta funcional.

8.4 - Alimentação SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DOS DADOS DO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, MARCIO AUGUSTO PIAGENTINI, CPF nº 035.687.828-71, ATRFB, exercicio na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª RF, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores, com as seguintes ressalvas:

a) Contrato TECNOSET (DRF/AQA 06/2011). Proc. nº 15972.000069/2012-84, referente à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão, com fornecimento de equipamentos, sistema de gerenciamento e impressões, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças, componentes e materiais utilizados na manutenção e fornecimento de insumos originais, exceto papel, via adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico 358/2010 SRP da UFSC, assinado em 01/08/2011 e publicado no DOU de 11/08/2011. Justificativa: ainda não pode ser incluído no SIASG/SICONV devido a uma inconsistência no sistema de cadastramento dos itens que compõem o referido pregão pela UG 153163 (UFSC), referente aos Termos Aditivos, contudo, a publicação no DOU vem sendo feita regularmente. TA com vigência 02/2013, 02/08/2013 até 01/08/2014, valor global anual de R\$ 66.399,12.

b) Contrato de aluguel da ARF/São Carlos (DRF/AQA 04/2007). Proc. nº 13851.001191/2003-17. Justificativa: encontra-se incluído e atualizado no SIASG/SICONV até o 3º Termo Aditivo, entretanto após a mudança de titularidade da pessoa jurídica locadora, o sistema SIASG não permitiu a inclusão dos demais Termos Aditivos, contudo a publicação no DOU vem sendo feita regularmente. TA com vigência 07/2013, 16/07/2013 até 15/07/2014, valor global anual de R\$ 381.730,20.

c) Contrato com a EBC (DRF/AQA 11/2009). Proc. nº 15972.000090/2011-80 encontra-se incluído e atualizado no SIASG/SICONV até o 1º Termo Aditivo, mas com impedimentos dos registros dos Termos Aditivos no SIASG, também devido a um problema no sistema, o qual não vincula a nota de empenho ao contrato. Isto devido a uma nova publicação de inexigibilidade feita equivocadamente em 2010. Foi aberto acionamento ao SERPRO em 07/11/2011, mas sem solução até o momento. Contudo a publicação no DOU vem sendo feita regularmente. TA em vigência: 04/2013, 22/10/2013 até 21/10/2014, valor global anual de R\$ 15.000,00.

d) Contrato de aluguel da DRF/Araraquara (DRF/AQA 01/2012). Proc. nº 15972.000090/2011-80, encontra-se incluído no sistema e atualizado no SIASG/SICONV até o 1º Termo Aditivo, entretanto após a mudança de titularidade da pessoa jurídica locadora, por incompatibilidade na nota de empenho e limitação do sistema SIASG, não se permitiu a inclusão dos Termos Aditivos seguintes, de prorrogação de vigência e reajuste de valores, já com a nova pessoa jurídica, sem a publicação de uma nova dispensa. Contudo a publicação no DOU vem sendo feita regularmente. TA em vigência 03/2013, 01/01/2014 até 31/12/2014, valor global anual de R\$ 1.209.773,64.

A DRF/Araraquara realizará durante todo o exercício de 2014 os procedimentos necessários ao devido saneamento das informações perante o SIASG-SICONV, primeiramente por meio de novas tentativas de compatibilização, porém, caso ainda mostrem-se estas providências ineficazes, procederá então à substituição dos atuais processos por outros, compatíveis com o registro nos sistemas eletrônicos.

SÃO PAULO, 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

MARCIO AUGUSTO PIAGENTINI
ATRFB – UG 170133

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL - SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 9: Relacionamento com a Sociedade

(Item 10, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

9.1 - Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

Para esclarecimentos de dúvidas, orientações de procedimentos e informações, a Secretaria da Receita Federal do Brasil dispõe de canais específicos de atendimento, cada qual com uma finalidade:

- Página na Internet
- Telefone 146 – Receitafone
- Serviço “Fale Conosco”
- Centros de atendimento ao Contribuinte (CAC) - atendimento presencial e plantão fiscal.

Já a Ouvidoria da RFB tem por objetivos registrar e dar tratamento adequado às sugestões, elogios, denúncias, reclamações que dizem respeito aos serviços prestados pelos órgãos da RFB ou de insatisfação com a resposta ou solução apresentada pelos canais de atendimento.

Por fim, temos a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI, que veio regulamentar o direito, previsto na Constituição, de qualquer pessoa solicitar e receber dos órgãos e entidades públicos, de todos os entes e Poderes, informações públicas por eles produzidas ou custodiadas.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL - SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 10: Informações Contábeis

(Item 11, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

10.1 - Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Em atendimento ao Subitem 11.1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal atende ao conjunto de Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16, aplicáveis ao setor público, em especial à NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio das entidades do setor público.

1) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.136/2008 que aprova a NBC T 16.9, seguem informações em relação à metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão e as taxas utilizadas para os cálculos.

a) Depreciação

Representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

a1) Bens Móveis

Os bens móveis de propriedade da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS (Sistema desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e administrado pelo Ministério da Fazenda) e são depreciados, mensalmente, no SIADS com reflexo contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Metodologia adotada para estimar a vida útil dos bens móveis

16.1. A metodologia é a definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações; e,

16.2. Nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e nº 130/1999.

Metodologia de cálculo da depreciação

A metodologia utilizada para o cálculo da depreciação dos bens móveis da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal é a das quotas constantes, definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Taxas utilizadas para o cálculo da depreciação

As taxas do quadro abaixo foram definidas nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e 130/1999 e na Macrofunção SIAFI nº 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação,

Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10
142120600	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20
142121000	Aparelhos e Equipamentos para Esporte e Diversões	10	10
142121200	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e Filmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10
142122600	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10
142122800	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10
142123000	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10
142123200	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10
142123400	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10
142123500	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10
142123600	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10
142123800	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10
142123900	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10
142124000	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas, Agropecuários e Rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em Geral	10	10
142124600	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10
142124800	Veículos Diversos	15	10
142125100	Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10
142125200	Veículos de Tração Mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para Automóveis	5	10
142125800	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10
142126000	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10

a2) Bens Imóveis

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, que estabelece no âmbito da União o cronograma para implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais e específicos, entre eles a depreciação de bens imóveis, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da depreciação de bens imóveis.

Os bens imóveis da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal são de propriedade da União e todos estão registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet.

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN e a Secretaria de Patrimônio da União - SPU estão desenvolvendo trabalhos objetivando a criação de uma rotina de depreciação no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet com reflexo contábil no Sistema de Administração Financeira do Governo federal - SIAFI.

b) Amortização

Representa a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da amortização.

c) Exaustão

Representa a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal, por não visar e nem possuir investimentos destinados à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, não dispõe de informações a respeito da exaustão de tais investimentos.

2) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.137/2008 que aprova a NBC T 16.10, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal utilizou como metodologia para a avaliação e mensuração de ativos e passivos a Portaria STN nº 437/2012 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais).

De acordo com MCASP Parte II, mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. O patrimônio das entidades do setor público, o orçamento, a execução orçamentária e financeira e os atos administrativos que provoquem efeitos de caráter econômico e financeiro no patrimônio da entidade devem ser mensurados ou avaliados monetariamente e registrados pela contabilidade. Os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência.

Ainda, de acordo com o Princípio da Oportunidade, as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem.

CONCEITOS

Avaliação patrimonial: atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos.

Mensuração: constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas.

A avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal obedecem aos critérios descritos a seguir:

a) DISPONIBILIDADES

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. A Conta Única do Tesouro Nacional e as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, tendo seus rendimentos atualizados a cada decêndio até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado (contas de receita 425400000 ou 413250000).

b) CRÉDITOS e OBRIGAÇÕES

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original. São apropriados por competência, considerando-se, de maneira geral, todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

No grupo de diretos a receber da UG 170010 - Órgão Central RFB, destaca-se a contabilização dos tributos federais administrados pela RFB.

A contabilização foi iniciada a partir do exercício financeiro de 2010, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais e visa atender, especificamente, aos Princípios da Competência e da Oportunidade. Atende, também, à Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em entidades do setor público, além da Lei nº 4.320/1964, Artigos 85, 89 e 100.

Devido a particularidades dos sistemas da RFB, de onde são extraídos os dados, o registro na contabilidade é efetivado com um mês de defasagem. Os ajustes para perdas prováveis são constituídos com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos. Assim, uma vez identificada a probabilidade de perda de um crédito, é constituído o ajuste, que é atualizado anualmente. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) ESTOQUES

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado. As UG's do Ministério da Fazenda dispõem de sistema próprio para controle dos estoques, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços).

d) INVESTIMENTOS

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal não possui investimentos em empresas ou em consórcios públicos ou públicos-privados.

e) IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Isso ocorre sobretudo com os bens imóveis registrados no SPIUNet. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Os imobilizados com vida útil econômica limitada estão incorrendo em registro de depreciação sistemática durante esse período.

f) INTANGÍVEL

Os direitos, objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Os softwares representam o item de maior relevância desse grupo, merecendo destaque os gastos com os sistemas corporativos. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Ressalta-se que ainda não está em prática o registro da amortização do intangível.

g) DIFERIDO

O Ativo Diferido foi extinto pelas normas de contabilidade. A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal não dispõe de registros contábeis neste item.

3) Impacto da utilização dos critérios contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 e 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

a) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à aplicação da NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público, o impacto no resultado do exercício financeiro de 2013 da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal foi de R\$ 87.486.915,99 referente à depreciação de bens móveis.

A depreciação refere-se ao desgaste dos bens móveis e é contabilizada em uma conta redutora do ativo imobilizado, contribuindo para o resultado diminutivo do exercício.

b) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Em relação à aplicação da NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público, o resultado do exercício financeiro de 2013 da RFB teve vários impactos, destacando-se os seguintes (as variações abaixo ocorreram no resultado da UG 170010 - Órgão Central RFB):

b1) Aumento de R\$ 382.133.283.964,27 referente à incorporação de direitos (créditos de contribuições, créditos de impostos, taxas e contribuições de melhoria e créditos por infrações legais/contratuais);

b2) Aumento de R\$ 8.689.252.583,73 referente à desincorporação do passivo “Ressarcimentos/Restituições de Tributos” devido ao pagamento de restituições do imposto de renda da pessoa física;

b3) Diminuição de R\$ 165.939.939.160,09 referente à baixa de direitos (créditos de contribuições, créditos de impostos, taxas e contribuições de melhoria e créditos por infrações legais/contratuais);

b4) Diminuição de R\$ 10.535.016.966,88 referente à incorporação do passivo “Ressarcimentos/Restituições de Tributos” devido à contabilização de restituições a pagar do imposto de renda da pessoa física; e,

b5) Diminuição de R\$ 151.855.566.286,84 referente ao ajuste para perdas prováveis sobre os créditos tributários administrados pela RFB (créditos de contribuições, créditos de impostos, taxas e contribuições de melhoria e créditos por infrações legais/contratuais).

10.2 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Superintendência Regional da RFB na 8ª Região Fiscal	170133
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) A análise do Balanço Orçamentário é realizada pelo Órgão Ministério da Fazenda. 2) Os demonstrativos Fluxo de Caixa e Resultado Econômico ainda não estão disponibilizados no SIAFI para análise. 3) A análise global dos demais demonstrativos citados acima, pois analisamos um grupo de contas contábeis e não a totalidade. 4) Falta de Registro da Conformidade de Registros de Gestão do dia <u>02 de janeiro de 2014</u> referente a documentos lançados no SIAFI com data retroativa a dezembro de 2013 <p>Unidades Gestoras: 170133 - Superintendência Regional da RFB na 8ª Região Fiscal 170137 - Delegacia da RFB em Presidente Prudente 170139 - Delegacia da RFB em São José do Rio Preto 170145 - Delegacia da RFB em Limeira 170147 - Delegacia da RFB em Santo André 170148 - Alfândega da RFB no Aeroporto Internacional de Viracopos 170150 - Alfândega da RFB no Aeroporto Internacional de Guarulhos 170259 - Inspeção da RFB em São Paulo 170287 - Delegacia da RFB em Marília 170318 - Delegacia da RFB em Jundiá 170322 - Delegacia da RFB em Araraquara 170323 - Delegacia da RFB em Franca 170533 - Alfândega da RFB em São Paulo</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Fundamento Legal: Artigo 5º da Instrução Normativa STN nº 06/2007 e Item 4.1.1.2.5 da Macrofunção SIAFI nº 02.03.05 - Conformidade Contábil b) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação através de mensagem SIAFI nº 2013/2036590 emitida pela UG 170999 - Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT/STN c) Devido a problemas operacionais do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, as Unidades Gestoras, citadas acima, não conseguiram realizar o registro da conformidade de gestão referente a documentos lançados em janeiro de 2014 com data retroativa a dezembro 2013. Os documentos que originaram os lançamentos contábeis no SIAFI dão suporte à conformidade de gestão, estão de acordo com as normas vigentes e estão arquivados nas Unidades Gestoras. <ol style="list-style-type: none"> 5) Falta de Registro da Conformidade de Registros de Gestão do dia <u>03 de janeiro de 2014</u> referente a documentos lançados no SIAFI com data retroativa a dezembro de 2013 	

Unidades Gestoras: 170133 - Superintendência Regional da RFB na 8ª Região Fiscal
170137 - Delegacia da RFB em Presidente Prudente
170143 - Delegacia da RFB em Taubaté

- a) **Fundamento Legal:** Artigo 5º da Instrução Normativa STN nº 06/2007 e Item 4.1.1.2.5 da Macrofunção SIAFI nº 02.03.05 - Conformidade Contábil.
 - b) **Providências da Setorial de Contabilidade:** Orientação através de mensagem SIAFI nº 2013/2036590 emitida pela UG 170999 - Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT/STN.
 - c) Devido a problemas operacionais do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, as Unidades Gestoras, citadas acima, não conseguiram realizar o registro da conformidade de gestão referente a documentos lançados em janeiro de 2014 com data retroativa a dezembro 2013. Os documentos que originaram os lançamentos contábeis no SIAFI dão suporte à conformidade de gestão, estão de acordo com as normas vigentes e estão arquivados nas Unidades Gestoras.
- 6) **Falta de Registro da Conformidade de Registros de Gestão do dia 06 de janeiro de 2014 referente a documentos lançados no SIAFI com data retroativa a dezembro de 2013**

Unidade Gestora 170287 - Delegacia da RFB em Marília

- a) **Fundamento Legal:** Artigo 5º da Instrução Normativa STN nº 06/2007 e Item 4.1.1.2.5 da Macrofunção SIAFI nº 02.03.05 - Conformidade Contábil
- b) **Providências da Setorial de Contabilidade:** Orientação através de mensagem SIAFI nº 2013/2036590 emitida pela UG 170999 - Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT/STN.
- c) Devido a problemas operacionais do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, a Unidade Gestora, citada acima, não conseguiu realizar o registro da conformidade de gestão referente a documentos lançados em janeiro de 2014 com data retroativa a dezembro 2013. Os documentos que originaram os lançamentos contábeis no SIAFI dão suporte à conformidade de gestão, estão de acordo com as normas vigentes e estão arquivados na Unidade Gestora.

7) **UG 170143 - Delegacia da RFB em Taubaté**

Erro na Classificação de Despesas de Diárias a Servidores do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO

- a) **Fundamento Legal:** Item 24 da Macrofunção SIAFI nº 02.03.32 - Classificações Orçamentárias
- b) **Providências da Setorial de Contabilidade:** Orientação e acompanhamento da regularização da divergência no encerramento do ano.
- c) Quando ocorre o pagamento de diárias no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP (Sistema gerido pelo Ministério do Planejamento e utilizado pelos Órgãos do Poder Executivo Federal), este Sistema gera reflexo contábil no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na conta 33390.36.02 - Diárias a Colaboradores Eventuais no País e não na conta devida que é 33390.14.14 - Diárias no País (conta utilizada quando há pagamento de diárias a servidores públicos estatutários ou celetistas). A Unidade Gestora cancelou as Notas de Empenhos no encerramento do exercício antes de reclassificar a despesa para a conta contábil correta, conforme orientação da Setorial de Contabilidade da RFB.

8) **UG 170145 - Delegacia da RFB em Limeira**

- a) Saldo Contábil do Almoarifado não Confere com o Relatório de Movimentação do Almoarifado - RMA
- a1) **Fundamento Legal:** Regulamento sobre a Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoarifado e

Relatório de Movimentação de Bens Móveis.

a2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.

a3) A inconsistência permanece há alguns anos no sistema que administra o almoxarifado e bens móveis das Unidades Gestoras do Ministério da Fazenda, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços). A regularização depende de ajustes técnicos a serem realizados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, empresa pública que desenvolveu o sistema. A solicitação foi repassada ao SERPRO e seu atendimento vem sendo acompanhado pela Setorial de Contabilidade da 8ª Região Fiscal.

b) Saldo Contábil de Bens Móveis não Confere com o Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB.

b1) Fundamento Legal: Regulamento sobre a Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoxarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis.

b2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.

b3) A inconsistência surgiu com lançamentos realizados no encerramento do ano que não corresponderam nos dois Sistemas (SIAFI e SIADS). A divergência foi solucionada no mês de janeiro de 2014.

9) UG 170287 - Delegacia da RFB em Marília

a) Permanência de Saldo em Conta Transitória do Ativo Circulante - Conta 112160400

a1) Fundamento Legal: Item 4.2.3 da Macrofunção SIAFI nº 02.10.03 - Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis.

a2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.

a3) A inconsistência surgiu devido à falta de regularização tempestiva dos valores recolhidos por GRU (Guia de Recolhimento da União). Em janeiro de 2014 os devidos acertos foram realizados.

b) Saldo Alongado em Conta Transitória do Passivo Circulante - Conta 212610000

b1) Fundamento Legal: Item 4.2.4 da Macrofunção SIAFI nº 02.10.03 - Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis.

b2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.

b3) A inconsistência surgiu devido à falta de regularização tempestiva dos valores recolhidos por GRU (Guia de Recolhimento da União). Em janeiro de 2014 os devidos acertos foram realizados.

10) UG 170313 - Delegacia da RFB Especializada em Instituições Financeiras em São Paulo

Saldo Contábil do Bens Móveis não Confere com o Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB

a) Fundamento Legal: Regulamento sobre a Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoxarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis.

b) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.

- c) A inconsistência permanece há alguns meses no sistema que administra o almoxarifado e bens móveis das Unidades Gestoras do Ministério da Fazenda, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços). A regularização depende de ajustes técnicos a serem realizados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, empresa pública que desenvolveu o sistema. A solicitação foi repassada ao SERPRO e seu atendimento vem sendo acompanhado pela Setorial de Contabilidade da 8ª Região Fiscal.

11) UG 170318 - Delegacia da RFB em Jundiaí

Saldo em Conta de Outros Bens Móveis - Conta 14212.99.00

- a) **Fundamento Legal:** Orientação da Setorial de Contabilidade da RFB - OD nº 09/2013 de Encerramento do Exercício.
- b) **Providências da Setorial de Contabilidade:** Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.
- c) A Setorial de Contabilidade da RFB - Órgão Central orientou a reclassificação do saldo de outros bens móveis para conta específica. A Unidade Gestora realizou a regularização apenas em janeiro de 2014.

12) UG 170321 - Delegacia da RFB em Piracicaba

Saldo Contábil do Bens Móveis não Confere com o Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB

- a) **Fundamento Legal:** Regulamento sobre a Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoxarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis.
- b) **Providências da Setorial de Contabilidade:** Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.
- c) A inconsistência surgiu com lançamentos realizados no encerramento do exercício de 2013 que não corresponderam nos dois sistemas (SIAFI e SIADS). A divergência foi solucionada no mês de janeiro de 2014.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	São Paulo (SP)	Data	18 / 02 / 2014
Contador Responsável	Adriana Nunes	CRC nº	1SP253622/O-1